



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

Mariana Jária Martins

**Os modos de (re)existir e de se organizar: Do “Grupo de Mulheres” às “Mulheres Organizadas Buscando Independência”**

Belo Horizonte

2019

MARIANA JÁRIA MARTINS

**Os modos de (re)existir e de se organizar: Do “Grupo de Mulheres” às “Mulheres Organizadas Buscando Independência”**

Dissertação apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (CEPEAD) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Administração.

Área de concentração: Estudos Organizacionais, Trabalho e Sociedade

Orientadora: Cristiana Trindade Ituassu

Belo Horizonte

2019

Ficha catalográfica

M386m Martins, Mariana Jária.

2019 Os modos de (re)existir e de se organizar [manuscrito] : do “Grupo de Mulheres” às “Mulheres Organizadas Buscando Independência” / Mariana Jária Martins. – 2019.  
197 f.: il.

Orientador: Cristiana Trindade Ituassu.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.

Inclui bibliografia (f. 157-167) e apêndices.

1. Trabalhadoras rurais – Teses. 2. Feminismo – Estudos interculturais – Teses. 3. Mulheres – Identidade – Teses. 4. Administração – Teses. I. Ituassu, Cristiana Trindade. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. III. Título.

CDD: 331.4



**Universidade Federal de Minas Gerais**  
**Faculdade de Ciências Econômicas**  
**Departamento de Ciências Administrativas**  
**Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração**

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO da Senhora **MARIANA JÁRIA MARTINS**, REGISTRO Nº 683/2019. No dia 31 de maio de 2019, às 14:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 22 de maio de 2019, para julgar o trabalho final intitulado "**Os modos de (re)existir e de se organizar:Do "Grupo de Mulheres" às "Mulheres Organizadas Buscando Independência"**", requisito para a obtenção do **Grau de Mestre em Administração**, linha de pesquisa: **Estudos Organizacionais e Sociedade**. Abrindo a sessão, a Senhora Presidente da Comissão, Prof. Dr. Cristiana Trindade Ituassu, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

APROVAÇÃO;

( ) APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA (NÃO SUPERIOR A 90 NOVENTA DIAS);

( ) REPROVAÇÃO.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Senhora Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 31 de maio de 2019.

NOMES

ASSINATURAS

Profª.Drª.Cristiana Trindade Ituassu.....*Cristiana Ituassu*.....  
ORIENTADORA (CEPEAD/UFMG)

Prof.Dr.Alexandre de Pádua Carrieri.....*Alexandre Carrieri*.....  
(CEPEAD/UFMG)

Profª.Drª.Maria de Lourdes Souza Oliveira.....*Maria de Lourdes Souza Oliveira*.....  
(DAE/PPGDE/UFLA)

Profª.Drª.Raquel de Oliveira Barreto.....*Raquel de Oliveira Barreto*.....  
(Instituto Federal do Norte de Minas/Araçuaí)



*Aos meus pais, Afonso e Carmelita, que me criaram filha única do interior, para não ser bela, recatada e do lar.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecer...tarefa tão difícil e ao mesmo tempo de humildade e afetuosa, que nos faz buscar na memória e nos sentimentos mais íntimos aqueles e aquelas que contribuíram para que este caminho (nada fácil) se tornasse possível; e que desses, muitos foram base e suporte.

Primeiramente, destino meus agradecimentos às forças maiores e superiores que são de minha crença e que sustentam minha jornada terrena. À Deus, Uno e Trino e à Santa Rita de Cássia. Agradeço também aos espíritos de luz e ao meu anjo da guarda, meu avô João, que me guia e me protege. Estas forças superiores foram importantes para ter fé e não desistir durante estes dois anos.

Agradeço de forma muito especial, amorosa e carinhosa aos meus pais, Afonso e Carmelita. Desde pequena, vocês foram meus grandes incentivadores nos estudos; me mostraram que a educação transforma e que os estudos seriam a maior herança que vocês poderiam me deixar. Hoje, eu não tenho dúvidas quanto a isto. À cada um, de forma particular, eu agradeço. À minha mãe, exemplo de mulher, profissional e humana quanto ao seu caráter. Assumiu para si as responsabilidades da casa e além do amor de mãe, pôde contribuir financeiramente com parte dos meus estudos, quando não tive a bolsa ou quando ela não foi suficiente. Obrigada mãe, por mesmo que não entenda este caminho que escolhi, você respeita minhas escolhas e me dá a mão para ser suporte. Ao meu pai, por ser um homem íntegro e por sempre acreditar em mim, nos meus sonhos, ainda que não os entenda. Obrigada por me permitir ser eu mesma.

Aos familiares que se fizeram sempre presentes em minhas jornadas e conquistas. À tia Bel, tia Margareth e à vó Antonieta, esta que sempre que eu estava estudando em sua casa, me levava um café quentinho para dar uma animada. Ao meu primo Luís Antônio, por ser exemplo nos estudos e na vida. Agradeço também aos tios Elias e João, por valorizarem raros almoços de domingo junto a mim nestes dois anos morando longe de casa. À tia Elta, à tia Dita e a saudosa tia-madrinha-Margô-Margarida, por terem sido na minha vida toda, grandes incentivadoras dos meus estudos e por alimentarem meu gosto pelos livros. À tia Lourdes, à tia Nice e à Lena por todo carinho, preocupação e amor também.

Ao tio José Renato e à tia Iza, que sempre se fizeram presentes mesmo que à distância, incentivando minha trajetória na vida acadêmica; seja com palavras e conselhos ou até mesmo com ajuda financeira quando foi necessário. À tia Carmen, mulher tão singular e humana, que em um dos momentos mais difíceis de minha vida me estendeu a mão e acreditou no meu projeto de vida e acredita que a educação transforma e foi uma possibilitadora do mestrado também.

Da minha querida cidade Santa Rita de Caldas, de onde saí há tanto tempo, agradeço também pelos vínculos de amizade que permaneceram e foram importantes para minha caminhada. Grazi e Isabeli, obrigada por tanto carinho, amor e colo, ainda que à distância. Agradeço também à Maria Cecília (Ciça), amiga de quase uma década. Sua amizade, seu companheirismo e amor de amiga foram muito importantes na minha caminhada e na acolhida em que me fez em sua casa em Pouso Alegre. Sua acolhida possibilitou Pouso Alegre como ponto estratégico para as idas e vindas entre Poço Fundo e Belo Horizonte.

Agradeço também à uma grande amizade e parceria que ganhei nesta jornada da pesquisa em Poço Fundo. Aloísia Rodrigues Hirata, agradeço pela sua paciência, ensinamentos, confiança e trocas de experiências. Sua jornada com trabalho de mulheres rurais aqui no Sul de Minas não só contribuiu para esta escrita, mas também, fortaleceu a minha luta. Você foi de muita inspiração.

É preciso também reconhecer àqueles que foram parte importante para que a jornada do mestrado começasse. Da graduação, serei eternamente grata a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Alfenas, Campus Varginha (ITCP/UNIFAL-MG), na figura de seus membros docentes, Ana Carolina Guerra, Dimitri Toledo e Fernanda Onuma; e dos discentes que se tornaram amigos. A ITCP/UNIFAL-MG foi muito importante por me proporcionar o contato com a extensão e a pesquisa para chegar a escolha pela carreira acadêmica. Agradeço também aos empreendimentos econômicos solidários com os quais trabalhei, em especial à Associação Sabor & Saúde, por ter me proporcionado o contato e o (re) encontro com a agricultura familiar.

Da faculdade, impossível não agradecer aos laços criados que também foram importantes nesta jornada. À República Cinquenta e Uma – Isadora, Isabela, Franciele e Larissa (Gringa), obrigada por terem me acolhido e estarem comigo

quase que diariamente nestes dois anos em que deixei nossa casa. Também agradeço às amizades que continuaram: ao Bruno Dias Soares, obrigada por compartilhar comigo todas as angústias, anseios, medos e conquistas que o mestrado proporciona, além de ser um amigo para todas as horas. E à Fernanda Mayumi, por se fazer tão presente e luz em minha vida.

A chegada a Belo Horizonte não foi fácil. Uma cidade grande, nova, agregada à um novo começo, só foi possível porque tive pessoas incríveis que me acolheram. À Gisele, que sem nunca ter me visto, me colocou dentro de sua casa para dormir uma noite para conhecer o apartamento e o bairro. À Lorena, que se tornou uma grande amiga e parceira. Obrigada por ter tornado mais leve o caminho, junto com a *bike* na Lagoa da Pampulha e a água de coco, e também, o Beb's. O tempo que morei com vocês foi de grande importância para meu crescimento pessoal.

À Fabiana Florio Domingues, agradeço pelo acolhimento no meu segundo ano de mestrado e por ter colocado em minha vida a Maçã. Juntas, nós três fomos uma família. Fomos colo uma da outra. Compartilhamos aprendizados, teorias, momentos de alegria, felicidade, choros e risos. Fabi foi um encontro lindo da vida, com a qual aprendi, amadureci e a melhor companhia para uma cerveja no final de semana. Obrigada por ser essa pessoa humana e maravilhosa.

Agradeço também aos colegas da minha turma da linha de pesquisa em Estudos Organizacionais, Trabalho e Sociedade. Leonardo Tadeu, Felipe Soares, Elisângela Furtado, Thaís Zimovski e Alexandra Silva. Obrigada pelos momentos de discussões e amadurecimento intelectual, seja em sala de aula ou no Cabral. Em especial à Thaís por se tornado uma grande amiga e a Alê, que além de uma grande amiga me deu de presente, a oportunidade de conviver com sua filha, Danizinha. Agradeço também aos colegas Gabriela Lima e Frederico Leocádio, por estarem comigo em momentos de descontração, deixando o mestrado mais leve.

Ao Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS), agradeço pela oportunidade de trabalhar em equipe e por contribuir com meu crescimento pessoal, profissional e intelectual. Agradeço em especial à equipe Gestão NEOS ao Grupo de Trabalho “Gênero, Raça e Sexualidade”.

Ao NEOS, também agradeço pela oportunidade de, além do trabalho, ter me proporcionado o convívio com algumas pessoas incríveis. Tito, Marllon, Fabi, Clara, Paula, Raquel, Felipe Fróes e Fernanda Matos.

Agradeço ao grupo “Mulheres Organizadas Buscando Independência” e aos homens cooperados da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região que coconstruíram junto a mim esse trabalho rico em afeto: Fernanda de Souza Paiva, Rosângela de Souza Paiva, Cláudia Aparecida Silva Daniel, Rosana Silva Pereira, Sandra Helena Gonçalves Pereira, Karina Paula Fernandes Pereira, Aureane Aparecida Plassa, Sandra Maria Ferreira Pereira, Maria Regina Mendes Nogueira, Luiz Carlos Paiva, Sônia Rafaela Souza Daniel, Carlos Henrique Nogueira, Clemilson José Pereira, Donizete Evaristo Tavares, Giuliano Carlos Ferreira, João Mateus Ferreira, Gercilene Maria Gonçalves Macedo, João Ademir Pereira, Marciana Aparecida Pereira, Silvana Regina Pereira, Joaquim Itamar Pereira, Joaquim José Borges, Maria José Tavares Borges, Maria Aparecida Paiva Borges, Rosinei Margareth da Silva Santos, Sebastião Milan Mariano e Simone Aparecida Rezende. Passei com eles dois meses de muito aprendizado que vão além do trabalho acadêmico. Agradeço as mulheres que me acolheram em suas casas, me dando cama, comida e afeto. Ao carinho das crianças, aos cafés da tarde deliciosos. Agradeço também aos funcionários da Cooperativa, por terem sido prestativos, me auxiliando com informações e com minha logística.

Aos professores que foram fundamentais para a minha formação nesta jornada. Ao Rafael Diogo Pereira, por ter sido um orientador extremamente humano em sua relação comigo. Uma das razões de minha saúde mental ter se mantido nestes dois anos. Ao Rafael, também agradeço pelo aprendizado com relação as teorias de Foucault e por ter me permitido a liberdade da escrita e da pesquisa.

À professora Cristiana Trindade Ituassu, com a qual encontrei quase ao final da jornada como nova orientadora, agradeço a acolhida e o respeito com que teve com todo trabalho já desenvolvido e por ter contribuído no tempo em que estivemos juntas.

Ao professor Alexandre de Pádua Carrieri, agradeço também por tantos ensinamentos em sala de aula, por contribuir com ideias e questionamentos sobre o

meu trabalho e por ser exemplo de profissional e humano. Agradeço também ao professor Carrieri, por estar presente nesta banca.

Às professoras Maria de Lourdes Souza Oliveira e Raquel de Oliveira Barreto, pelo acompanhamento que tiveram também comigo de todo o processo do mestrado, contribuindo com sugestões teóricas e me acolhendo em momentos de angústias. E as agradeço também, por comporem a minha banca.

A todas e todos membros da banca, também agradeço a compreensão da reta final com a situação difícil que vivi durante o problema de saúde do meu pai. Pelo mesmo motivo, agradeço ao Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração pelo acolhimento do meu pedido do prazo de prorrogação da defesa.

Agradeço à CAPES o financiamento que possibilitou minha participação no X Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (Maio de 2018) e no X Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural (Novembro de 2018).

E por fim, agradeço ao CNPq pela bolsa concedida no segundo ano do mestrado, viabilizando, a realização desta pesquisa feminista.

## RESUMO

Buscando fazer uma leitura do familiar da agricultura e das organizações rurais pela perspectiva feminista, o presente trabalho tem como objetivo compreender a produção das sujeitas da e na MOBI (Mulheres Organizadas Buscando Independência). Da MOBI, a partir da constituição da subjetividade de cada mulher, e na MOBI, pela subjetividade coletiva e pelas relações estabelecidas com a Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região. Para o desenvolvimento teórico do trabalho, recorro à aproximação dos estudos feministas com Foucault; à leitura pós-estruturalista de gênero e de sua performatividade enquanto dispositivo. Dos estudos foucaultianos, abordo as relações de poder e faço a leitura do patriarcado moderno do Ocidente como campo de atuação de seus dispositivos, o contrato de trabalho e o contrato de casamento; abordo a constituição das sujeitas do feminismo, a partir da sujeição e campos poder-saber; e a produção do feminino e do masculino acerca do trabalho na agricultura familiar. Do ponto de vista metodológico, apresento a pesquisa de campo, de caráter qualitativo que foi desenvolvida por meio das experiências, vivências e afetos produzidos pelo observar no cotidiano. A coconstrução dos dados coletados pelas entrevistas temáticas e com a história oral do grupo MOBI foi feita a partir do que foi vivido e experimentado por treze mulheres no coletivo. As análises das entrevistas transcritas foram feitas por meio da análise de conteúdo temática. Foram desenvolvidas duas categorias, uma categoria voltada para o entendimento do trabalho da mulher no contexto rural e outra sobre a história oral do grupo MOBI, a partir da genealogia foucaultiana. Por meio das análises, foi visto que as relações de poder-saber acerca do gênero produzem as sujeitas no meio rural quanto ao seu trabalho, o que acarreta a ainda persistente masculinização dos espaços organizacionais. No entanto, pelo caráter produtivo do poder, as Mulheres Organizadas Buscando Independência são produzidas, desde sua subjetividade individual até a coletiva. Elas criam um campo de possibilidades organizativas e seus próprios dispositivos para se fazerem presentes no contexto organizacional da relação MOBI-COOPAM.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero. Relações de poder-saber. Dispositivos. Constituição das sujeitas. Sujeição. MOBI.

## **ABSTRACT**

The present study aims to understand the subjects' production from and in MOBI (Organized Women Seeking Independence) by seeking to read the familiar aspect of agriculture and rural organizations through the feminist perspective. From MOBI, as of the subjectivity constitution of every woman, and in MOBI, by the collective subjectivity and the relations established with COOPFAM (Family Farmers Cooperative of *Poço Fundo*). In relation to the theoretical framework, I resort to the feminist studies approach with Foucault; the post-structuralist reading of gender and its performativity as a device. Regarding the Foucauldian studies, I address the power relations and read the western modern patriarchy as a field of study of its devices, the employment contract and the marriage contract; I also approach the constitution of the feminism subjects as of subjection and power-knowledge fields; and the feminine and masculine production upon work in family farming. With respect to the methodological approach, I present the fieldwork, a qualitative research developed through the experiences and affections produced by observing daily life. The co-construction of the data collected through the thematic interviews and the MOBI oral history was made from the experiences of thirteen women in the collective. Moreover, the analyzes of the transcribed interviews were done by means of thematic content analysis. Two categories were developed, one aimed at understanding women work in the rural context and another focused on the MOBI oral history, based on the Foucauldian genealogy. Through the analyzes, it was perceived that the power-knowledge relations about gender produce the subjects in the rural environment in terms of their work, which still entails the persistent masculinization of organizational environments. Nonetheless, as a result of the productive nature of power, Organized Women Seeking Independence are produced from their individual subjectivity to their collective. They build a field of organizational possibilities and their own devices to be present in the organizational context of the MOBI-COOPAM relationship.

Keywords: Gender. Power-knowledge relations. Devices. Subjects constitution. Subjection. MOBI.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>CEBs</b>	-Comunidades Eclesiais de Base
<b>COOPFAM</b>	-Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região
<b>EMATER-MG</b>	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão de Minas Gerais
<b>IFSULDEMINAS</b>	- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
<b>MAPA</b>	- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>MMC</b>	- Movimento de Mulheres Camponesas
<b>MMTR-NE</b>	- Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste
<b>MOBI</b>	- Mulheres Organizadas Buscando Independência
<b>MST</b>	- Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>ONG</b>	- Organização Não-Governamental
<b>OPAC</b>	- Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica
<b>PNAE</b>	- Programa Nacional de Alimentação Escolar
<b>SENAR</b>	-Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
<b>SPG</b>	-Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução</b> .....	13
1.1. Problema de pesquisa.....	17
1.2. Objetivo geral .....	17
1.3. Objetivos específicos .....	17
<b>2. Referencial teórico</b> .....	<b>21</b>
2.1. Mulheres, feminismos e corpos: convergências entre feminismo e Foucault .....	21
2.1.1. A construção do gênero: performatividade e relações de poder .....	22
2.1.2. O contrato sexual e o contrato de casamento com dispositivos do patriarcado moderno .....	29
2.2. A constituição das sujeitas do feminino: sujeição e campos de poder-sabe .....	37
2.3. A produção do feminino e do masculino acerca do trabalho na agricultura familiar .....	43
<b>3. Aspectos metodológicos</b> .....	<b>48</b>
3.1. Semeando o caminho até a MOBI .....	48
3.2. É preciso estar no campo para cultivar a terra; é preciso estar no campo, para cultivar a pesquisa .....	51
3.3. A terra fértil em afeto, fez a semente brotar, crescer e o pé de café florir: o que eu vi(vi), senti e experimentei.....	60
3.4. Bolo, broa e café: à mesa, conte-me sobre os “causos” da sua vida na roça .....	68
3.5. Análise dos dados .....	75
<b>4. De flor em flor, fez-se a florada do Grupo MOBI</b> .....	<b>78</b>
4.1. “Quem é que vai para o campo sem um ‘emborná’ de merenda?” .....	78
4.2. De menina à mulher: experiências e vivências subjetivas no meio rural ..	97
4.2.1. Imagens construídas por meio das palavras .....	98
4.3. De “Grupo de Mulheres” (da COOPFAM) a “Mulheres Organizadas Buscando Independência” .....	113
<b>5. Considerações finais</b> .....	<b>150</b>
Referências.....	157
Apêndices .....	168



## 1. Introdução

O mundo rural é um contexto de relações marcadas pelo trabalho da agricultura familiar no Brasil. Ainda que haja um movimento do êxodo rural desde os anos 1960, permanece ainda uma parte significativa da população nas áreas rurais do país que é responsável por cerca de 70% da produção dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros (SEAD, 2015). Falar do trabalho e das ruralidades em sua grande maioria remete à leitura marxista e masculina do campo. No entanto, muitos foram e são os movimentos que buscaram e ainda buscam evidenciar a participação das mulheres no trabalho agrícola como parte do familiar da agricultura, não mais como coadjuvantes, mas, sim, como protagonistas.

Da sociedade civil, movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) ligado a Via Campesina no Sul do Brasil e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) são considerados organizações que atuam em prol do reconhecimento dos direitos civis das mulheres rurais (ANJOS, 2009; BRUMER, 2004; CHIES, 2010; DEERE, 2004. PAULILO, 1987; 2004; 2007; 2016). Os principais feitos da mobilização das mulheres com repercussão nacional resultaram em leis e políticas públicas relacionadas ao salário-maternidade, aposentadoria rural para as mulheres, titularidade conjunta da terra e acesso ao crédito rural. São também linhas de frente das mulheres rurais o combate à violência contra a mulher do campo, a questão da soberania alimentar e nutricional e a agroecologia (ANJOS, 2009; BRUMER, 2004; CHIES, 2010; DEERE, 2004. PAULILO, 1987; 2004; 2007; 2017).

Alinhados aos movimentos das mulheres, muitos são os estudos e ativismos por parte da academia que buscam visibilizar o trabalho das mulheres na agricultura ou problematizar a ainda existente invisibilidade que as cercam e seus desdobramentos, como a divisão sexual do trabalho, o êxodo rural feminino, terra e matrimônio, bem como as jornadas duplas ou até triplas de trabalho (ANJOS, 2009; BRUMER, 2004; CHIES, 2010; DEERE, 2004; OLIVEIRA, 2006; PAULILO, 1987; 2004; 2007; 2016). Nesta perspectiva, de imediato, posiciono aqui o caráter feminista da presente pesquisa, na busca de evidenciar a “questão feminina” a partir de um contra discurso feminista para (novos?) modos de escrita, (re)existência, experiências, vivências e histórias da linguagem feminista da luta política.

A justificativa para a escolha por uma pesquisa feminista rural para o campo dos Estudos Organizacionais se deve ao fato de que, ao falar do trabalho, problematiza-se a organização do familiar da agricultura – casa, roça, quintal, gestão e organização da produção. Tratar da complexidade do trabalho na agricultura familiar com enfoque nas mulheres é evidenciar o (in)visível da participação destas sujeitas na produção e seus desdobramentos.

Como lócus da pesquisa, foi escolhida para estudo a organização Mulheres Organizadas Buscando Independência (MOBI)<sup>1</sup> ligada à Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM). O grupo é composto por cerca de trinta mulheres, em que quatorze são cooperadas, produtoras de café orgânico. Ambos estão situados no Sul de Minas Gerais, uma região de referência na produção de café do Brasil. A COOPFAM se sobressai por ser uma organização majoritariamente composta por agricultores familiares e por ter uma produção expressiva em café orgânico dentro do Sistema Fair Trade do Brasil (BRAZ; ROMANIELLO; BORGES; FONTES, 2013; DOURADO, 2017). O Fair Trade é uma certificação que visa ao comércio justo, à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento econômico e social dos envolvidos na produção agrícola. Ligado ao aspecto social, o Fair Trade trabalha com grupos organizados em associações e cooperativas que prezam pela responsabilidade no desenvolvimento do trabalho. Sendo assim, remete ao combate do trabalho escravo e infantil e, também, visa à equidade de todos e todas na organização, na produção e na gestão (BRAZ; ROMANIELLO; BORGES; FONTES, 2013; DOURADO, 2017).

Diante da visibilidade dada à COOPFAM e dos princípios Fair Trade acerca do trabalho, a cooperativa é referência na linha exclusiva de café feminino que busca dar visibilidade ao protagonismo das mulheres na produção de café, no caso, na produção de café orgânico (BRAZ; ROMANIELLO; BORGES; FONTES, 2013; DOURADO, 2017).

Do conhecimento da história da COOPFAM e do grupo MOBI, alinhado aos princípios Fair Trade, alguns questionamentos acerca da realidade das mulheres nortearam a construção deste trabalho. Será apenas a linha do Café Orgânico

---

<sup>1</sup> Em fevereiro de 2019, o grupo mudou seu nome e agora é conhecido como Mulheres Organizadas em Busca de Igualdade (MOBI). Mantenho no decorrer do trabalho o nome anterior, pelo fato de ser como o grupo se denominava à época da pesquisa.

Feminino necessária para dar visibilidade e protagonismo ao trabalho das mulheres na produção do café? Onde estão as outras mulheres diante de uma cooperativa com mais de quatrocentos cooperados? Por que, das setenta cooperadas, apenas quatorze estão na MOBI? Será que ter o café feminino reflete uma mudança na organização do trabalho da casa e da lavoura? Quais os desdobramentos e afetamentos que são ocasionados na organização pelo grupo de mulheres? A representatividade do grupo é reconhecida e dá visibilidade às outras cooperadas?

Tais questionamentos foram berço para a construção teórica e metodológica do trabalho, bem como para o problema de pesquisa e objetivos traçados. A construção social, histórica e cultural do ser mulher problematiza desigualdades ainda pertinentes nos aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos. E, falando do meio rural, a complexidade e relevância deste estudo se fazem mais ainda presentes pelo fato de não haver uma separação de espaço-tempo do trabalho da casa e da agricultura. Isto remete às diversas desigualdades dada à importância do trabalho realizados pelos homens e pelas mulheres e também na persistente divisão sexual do trabalho (ANJOS, 2009; BRUMER, 2004; CHIES, 2010; DEERE, 2004. OLIVEIRA, 2006; PAULILO, 1987; 2004; 2007; 2017).

Sobre a questão do trabalho das mulheres no campo, enfoque e berço dos desdobramentos da presente pesquisa, é sabido que, no contexto da agricultura familiar, suas forças de trabalho estão presentes no processo de produção. Mesmo tendo o seu trabalho invisibilizado na atividade produtiva e econômica na agricultura, elas estão ocupando terras, plantando, colhendo, cultivando o desejo de se emancipar e ter a caracterização de sua atividade como econômica, e não mais como uma ajuda no lidar com a terra. Presentes no quintal e na roça, seu trabalho se estende para o ambiente doméstico, sendo reconhecidas apenas pelas atividades de cuidado com a casa, com os filhos e marido (ANJOS, 2009; BRUMER, 2004; CHIES, 2010; DEERE, 2004. PAULILO, 1987; 2004; 2007; 2016).

Toda a conjuntura existente no âmbito do trabalho da mulher na agricultura possui respaldo na produção discursiva e na construção social e cultural da relação entre a divisão sexista da sociedade e a divisão sexual do trabalho. Neste sentido, quando se tem a construção das sujeitas pelo trabalho ou o chamado assujeitamento, o trabalho se torna contexto das relações de gênero e de poder-saber.

Por meio da produção discursiva das sujeitas e de suas construções sociais, históricas e culturais, referentes às relações de gênero e poder que podem ser formadas em meio às práticas, aos regimes de verdade e do poder-saber, tem-se que a presente pesquisa apresenta neste fato seu caráter político, pelo fato de que contesta e problematiza o *status quo* da normatividade masculina, da matriz heterossexual, em que o homem, ser masculino, é figura central. Este *status quo* minimiza o feminino a “um estilo de vida”, a “uma identidade pré-fabricada” (HOOKS, 2014), e é contra este determinismo que se pode perceber o caráter produtivo do poder.

Se o poder é relacional, ele não só hierarquiza, mas também produz outras formas de se organizar e produzir as relações, como acontece quando as mulheres, ao se transformarem enquanto sujeitas, resgatam suas subjetividades e, também, transformam suas realidades sociais. Ir contra o *status quo* masculino é enfrentar a opressão e a dominação que são impostas às mulheres, não somente no grupo MOBI, mas ressaltar a história destas mulheres, mostrando que estão sendo traçadas novas ordens discursivas quanto ao que é ser homem e ser mulher na sociedade, partindo de suas experiências e (re)configurações do trabalho. Isto implica lançar um olhar para a questão do sujeito como um termo em disputa, afastando-o de concepções universalizantes de novas abordagens das identidades, dando condições à construção de uma epistemologia feminista crítica às diferenças interiores de cada gênero (BUTLER, 2016).

Pela questão que cerca a diversidade das sujeitas femininas, é importante ressaltar as considerações sobre o que é o sujeito e a desconstrução teórica que o cerca quanto à sua identidade. O sujeito do feminismo na corrente pós-estruturalista advém da construção da materialidade das experiências sociais (COSTA, 2002). Isto implica a negação da diferenciação de base sexual e de gênero como partes da subjetividade das mulheres, ou seja, por meio do reconhecimento da resistência, da história e da contribuição epistemológica feminista para se estabelecer uma nova sociabilidade e subjetividade é que as mulheres são reconhecidas como sujeitas (BUTLER, 1998; 2016).

Assim, existe um esforço em se ter a noção da categoria “mulher” tanto como signo quanto como sujeita, pois rompe-se com a construção essencial da subjetividade da

mulher nos discursos dos regimes de verdade masculinos, quando ainda não há o reconhecimento da mesma como sujeita (COSTA, 2000).

Diante da colocação das mulheres do grupo MOBI como sujeitas presentes em um espaço social, político e econômico e com sua construção social e histórica enquanto grupo constituído e constituinte de uma ordem discursiva masculina nas relações sociais e de trabalho na agricultura familiar, têm-se a exposição do problema e objetivos do trabalho a seguir.

### 1.1. Problema de pesquisa

*Como são constituídas as sujeitas da e na MOBI?*

### 1.2. Objetivo geral será: compreender a produção das sujeitas da e na MOBI.

### 1.3. Objetivos específicos

- a) Analisar como as relações de poder-saber são investidas nos contextos de trabalho vivenciados pelas mulheres e seus dispositivos;
- b) Evidenciar o processo de constituição das sujeitas, analisando seus modos de existir e resistir politicamente a partir da dinâmica estabelecida entre os ambientes doméstico e de trabalho;
- c) Compreender como se dão as configurações e/ou reconfigurações da divisão sexual do trabalho no contexto da agricultura, para as mulheres que compõem a MOBI;
- d) Visibilizar a história da MOBI, acerca das vivências e experiências por parte das próprias mulheres do grupo.

A partir da exposição da problematização da pesquisa feminista no contexto da agricultura familiar, como apresentado o caso da MOBI, o presente trabalho, além desta introdução, conta com os tópicos referentes ao teórico, percurso metodológico, análise dos resultados e considerações finais. No referencial teórico, adota-se uma postura pós-estruturalista<sup>2</sup> da leitura do gênero e *foucaultiana* acerca das relações

---

<sup>2</sup> Estou aqui justificando o uso da corrente epistemológica do pós-estruturalismo para o presente estudo feminista e de gênero, justamente por serem plurais as correntes feministas, como a liberal, a marxista, a pós-colonial e a decolonial. O pós-estruturalismo pode ser compreendido como uma corrente filosófica que opõe suas teorias, conceitos e epistemologias ao estruturalismo, fazendo à estrutura deste, ao sujeito humanista do



de poder-saber. Aproximando o feminismo pós-estruturalista das obras de Foucault, é feita uma leitura da performatividade do gênero e da construção social, cultural e histórica do ser mulher.

Em seguida, pelas relações de poder-saber em torno do ser mulher, trabalho com o caráter relacional e produtivo do poder. Assim, ao invés de olhar o patriarcado como estrutura de opressão e submissão das mulheres (AGUIAR, 1984; ARRUZA, 2015; BÓRIS; CESÍDIO, 2007), realizo pelo teórico uma leitura do patriarcado como um campo em disputa das relações de poder-saber por meio de seus dispositivos: o contrato sexual e o contrato de trabalho. Para isto, utilizo o patriarcado moderno proposto por Pateman (1993).

Ainda no teórico, explora-se a constituição das sujeitas e a subjetividades pelos campos de sujeição das relações de poder-saber e mostro que o caráter produtivo do poder cria por meio das subjetividades formas de resistências, no caso, por parte das mulheres. Acerca do trabalho no meio rural, aborda-se a construção do feminino e do masculino, trazendo da sociologia rural a discussão em torno da divisão sexual do trabalho, dos espaços de trabalho construídos com base em quem o faz, do fato de ser homem ou mulher; e, também, da valorização que possui quem executa o trabalho. Tal discussão se faz relevante devido à construção do ser mulher com relação ao trabalho na agricultura familiar.

Na metodologia, o percurso da pesquisa é apresentado, ou seja, o caminho que levou até o grupo, a construção da relação com as mulheres e os percalços, além das técnicas e instrumentos para coleta de dados que se fazem relevantes para a pesquisa de caráter qualitativo. Como técnicas, foram utilizadas a entrevista temática, a história oral e a observação no cotidiano. A coleta por meio da observação gerou a coconstrução do material; produzindo dados por meio do diário de campo e dos registros fotográficos. Também se apresentam a experiência e a vivência durante os dois meses de pesquisa, e como foi estar no campo da pesquisa e ser parte do cotidiano das mulheres, de suas famílias, do trabalho; da MOBI e da COOPFAM. Falo dos afetamentos vividos.

---

estruturalismo e à questão da metafísica (PETERS, 1996). É um campo da filosofia que pode ser considerado uma epistemologia, campo de conhecimento, de aspecto antifundacionista, em contrapartida ao estruturalismo e ao fundacionismo (SOUZA, 2012). Por adotar uma perspectiva crítica, o pós-estruturalismo desenvolve perspectivas relacionadas à mudança, transformação, genealogia, descontinuidade e ruptura das estruturas (PETERS, 2000); e questiona temáticas ligadas ao realismo e ao racionalismo, retomados do positivismo pelo estruturalismo (SOUZA, 2012).

Para trabalhar os dados, utilizo a análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), a técnica de categorização e os eixos para as análises. A partir da relação dos dados coletados e produzidos com o teórico, foram construídas as categorias: acerca da organização do trabalho na agricultura familiar pela perspectiva de gênero e a história oral do grupo MOBI. Estas categorias foram elaboradas com base nos eixos que condizem com as hipóteses que se espera que estejam presentes na análise de conteúdo. Foram estabelecidos três eixos para as análises. O eixo um relaciona-se aos dispositivos do patriarcado; o segundo eixo se dedica às mulheres da MOBI acerca de suas subjetividades; e o terceiro eixo está relacionado ao trabalho, que engloba o patriarcado e as subjetividades das mulheres; e as práticas organizacionais coletivas das mulheres; todo este traçado permite que se tenha o desenho das relações estabelecidas entre COOPFAM e MOBI e que interferem no trabalho da mulher na agricultura familiar.

A coconstrução da história oral do grupo MOBI foi feita a partir das trajetórias individuais das mulheres, das relações que elas tiveram desde a infância com a agricultura até chegarem a organização do coletivo. Esta construção foi importante para a compreensão que a subjetividade de cada uma, traz para a subjetividade coletiva da MOBI. E foi utilizada a história de uma das mulheres como fio condutor da oralidade do grupo, sendo enriquecida pelas histórias sobre o grupo contadas por outras mulheres.

A partir das análises dos resultados, pode-se perceber a presença do caráter produtivo e relacional do poder. Ao mesmo tempo que ele produz a construção do ser mulher pelos dispositivos do contrato sexual e do contrato de trabalho, ele é produtivo também a partir das subjetividades individual e coletiva das mulheres. As Mulheres Organizadas Buscando Independência criam um campo de possibilidades a partir do caráter produtivo do poder enquanto uma organização que se faz nas práticas organizativas feministas.

Nas considerações finais, retomo o objetivo do trabalho e de como a partir dele desenvolvi o teórico e o articulei com o as categorias e análise. Trago como a construção do caráter qualitativo da pesquisa de campo foi importante para observar no cotidiano e coconstruir junto as mulheres a história oral do grupo MOBI. Trago as contribuições desta escrita e pesquisa feministas para o campo dos Estudos Organizacionais e sugestões para agendas futuras de trabalho.

Em seguida, têm-se as referências e os anexos dos documentos citados no texto. Também como anexo, seguem registros fotográficos que se fizeram importantes para dar visibilidade ao protagonismo do trabalho da mulher na agricultura.

## 2. Referencial teórico

### 2.1. Mulheres, feminismos e corpos: convergências entre o feminismo e Foucault

Por que nossos corpos deveriam terminar na pele?  
Ou, por que, além dos seres humanos, deveríamos  
considerar também como corpos, quando muito,  
apenas outros seres humanos também encapsulados sem pele?

*Donna Haraway. O manifesto for cyberdogs.*

Se pensamos realmente no corpo como tal, não existe nenhum possível contorno do corpo como tal. Existem pensamentos sobre a sistematicidade do corpo, existem condições que atribuem valores ao corpo. O corpo como tal não pode ser pensado como eu, certamente, não posso acessá-lo.

*Gayatri Chakravorty Spivak, "In a word", entrevista com Ellen Rooney.*

Neste tópico, buscou-se aproveitar do acolhimento que o feminismo faz dos conceitos teórico-metodológicos propostos por Foucault acerca do poder. Para isto, é necessário ter ciência de que as convergências entre o feminismo pós-estruturalista e Foucault têm como um dos principais pontos de encontro a questão do sujeito. Primeiramente, o corpo é visto tanto para o feminismo pós-estruturalista como para Foucault como campo de poder (McLAREN, 2016; RAGO, 2014). Há a crítica sobre a ênfase no discurso do privilégio masculino, bem como a proclamação universal dos direitos humanos no Ocidente, ao se considerar que esta exclui as mulheres. Outra convergência existente que justifica o uso de teorias *foucaultianas* é a concepção de poder proposta por Foucault, na qual o poder emerge como uma rede operada por meio de práticas, instituições e discursos; de modo a compreender as operações locais do poder, tanto no corpo como em suas práticas particulares por meio da sua microfísica (McLAREN, 2016). McLaren (2016) ainda relata a proximidade do feminismo com Foucault ao tratar da subjetividade, pois ambos criticam a existência de um sujeito universal, uma vez que tal sujeito exclui a mulher, além de não considerar diferenças que constituem a subjetividade. Também, ambos criticam a subjetividade a-histórica, afirmando que cada sujeito, no caso, sujeita, possui sua subjetividade a partir da construção social e histórica de que faz parte.

Consideradas as convergências entre o feminismo e Foucault, considera-se o gênero como um termo em construção, em que sua performatividade (BUTLER, 2016) tem o corpo como um campo de forças no emaranhado das relações de poder-saber. A partir da construção do corpo como campo em disputa, pensar nas

mulheres enquanto sujeitas e nas relações que elas estabelecem na sociedade é problematizar suas formas de existir e (re)existir, uma vez que o poder é relacional e possui caráter produtivo. A (re)existência pode assim ser considerada uma reação do caráter produtivo do poder, pois, para Foucault (1982; 1984; 2004; 2007; 2014; 2015; 2017a; 2017b), o poder não possui apenas função de repressão e inibição das ações por meio de interdições; mas, também, produz sentidos e significados para os sujeitos no cerne de suas relações de poder. Desta forma, a partir de uma leitura pós-estruturalista do gênero, busca-se fazer sua correlação com os dispositivos do poder, acerca da microfísica do poder. Acredita-se que o poder atua por meio de dispositivos que auxiliam na compreensão da constituição das sujeitas quanto suas relações, modos de existir e (re)existir individuais e coletivos.

#### 2.1.1. A construção do gênero: performatividade e relações de poder

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2017, p. 9). A frase clássica da obra de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, serve de abertura para se pensar a construção do gênero a partir da perspectiva feminista pós-estruturalista alinhada aos conceitos *foucaultianos* da analítica do poder e da relação poder-saber. A proposta deste tópico é mostrar como a construção do gênero, bem como do sexo, deu-se de forma histórica e cultural, por meio de discursos, instituições e campos de poder. O que aqui se pretende relacionar é a constituição da sujeita mulher em sua pluralidade, por meio da genealogia que a constrói. Diante disto, consideram-se os corpos das mulheres como campos das relações de forças, das relações de poder-saber, buscando romper com a visão binária, dicotômica e essencialista sobre a(s) mulher/mulheres. A genealogia vai de encontro à história universal e essencialista das mulheres. O que a genealogia propõe é o fim pela busca da origem que ocasiona em uma linearidade histórica e determinística em seu fim; ela é oposição ao que “verdadeiramente aconteceu”, abandonando o sujeito transcendental. É o reestabelecimento da singularidade dos acontecimentos, construindo uma “contra memória”, dando à história uma nova percepção quanto ao tempo (DUSSEL, 2004).

Isto implica que não se deve reduzir as mulheres a uma submissão hierárquica com relação aos homens, remetendo o ser mulher apenas ao aspecto biológico. O que deve ser feito é uma construção não linear, que soma discursos e saberes acerca do

gênero e do ser mulher não reduzidos ao sexo; busca-se, também, a construção do sexo na e pela sociedade. A convergência da genealogia com os estudos feministas e de gênero parte de um novo olhar sobre a história, onde têm-se os corpos como campos de forças e relações de poder-saber (RAGO, 2014). Desta proximidade, Butler (2016, p. 9-10) afirmou que a genealogia “investiga as apostas políticas que estão presentes no ato de determinar como origem e causa as categorias de identidade – que, de fato, são efeitos de instituições, práticas e discursos com múltiplos e difusos pontos de origem”. A interpretação dada por Butler (1990; 1994; 1998; 2016) traz a crítica sobre a busca pela origem do gênero, negando a noção de identidade. Isto faz com que se busque como o gênero foi e é historicamente construído a partir de discursos e saberes que permeiam as mulheres, os feminismos e os corpos.

Os corpos seriam na perspectiva genealógica um “receptor de disciplinas e eixo fundamental dos dispositivos de saber-poder” (DIAZ, 2012, p. 117). Na visão de Foucault, a respeito dos corpos, “as relações de poder operam sobre ele de modo imediato; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, submetem-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (FOUCAULT, 2014, p. 28; FOUCAULT, 2017). Isto implica a perspectiva pós-estruturalista feminista que critica a visão constante e fixa do corpo. Pelo contrário, ele é mutável e fluido, um campo de forças, onde a genealogia se aproxima do corpo e de seu entorno. O corpo, “lugar de dissolução do eu”, “volume em perpétua pulverização”, traz consigo “em sua vida e em sua morte, em sua força e em sua fraqueza” a inscrição de todos os acontecimentos e conflitos, erros e desejos (FOUCAULT, 1982, p. 22).

Retomando a frase de Beauvoir na qual “Ninguém nasce mulher: mas torna-se mulher”, deve-se pensar na construção das mulheres enquanto sujeitas da sociedade, da política, da economia, da cultura e de outros campos, a partir de suas experiências e histórias. Beauvoir problematiza a naturalização de como o ser mulher é dado na sociedade. Isto porque, ao tornar-se mulher, Beauvoir propõe o determinismo biológico, dizendo que a biologia é fator não-natural que reduz a mulher ao sexo, ou seja, à função reprodutiva, de submissa, colocada como o “Outro” em relação ao homem.

Ainda que dentro das limitações da época, Beauvoir percebeu a não-naturalização sobre o ser mulher a partir do determinismo biológico e de sua formulação. Diversas

foram as teorias de gênero e feministas que passaram a se debruçar sob a ruptura entre a visão universal, dicotômica e essencialista sobre a mulher e/ou gênero. Esta busca da separação entre sexo e gênero se deu em diversos contextos, em defesa do gênero como algo cultural e do sexo ainda como uma identidade fixa, pré-discursiva, dada. Nesta busca, ainda permanecia a dicotomia sexo/gênero.

Dentre a busca pela não naturalização do gênero, pode-se ter como centro o fundacionalismo biológico proposto por Linda Nicholson (2000); o sistema sexo/gênero de Gayle Rubin, em que tal sistema seria “um conjunto de arranjos através dos quais a matéria-prima biológica do sexo humano e da procriação é modelada pela intervenção social humana” (RUBIN, 1993); e Lauretis (1987) que fez uso de discursos artísticos do cinema e da literatura, para romper com o reforço de estereótipos da mulher e do homem com base no sexo e elabora o conceito de “tecnologia de gênero” compreendendo que este “é produto de diferentes tecnologias sociais” (LAURETIS, 1987, p. 208).

Na busca pela ruptura com a visão essencialista, dicotômica e binária sobre a mulher visando à separação entre sexo e gênero, em que o primeiro é ligado à biologia e o segundo, aos aspectos culturais, abandonar o uso da categoria mulher, para muitos, seria aniquilá-la enquanto sujeito. No entanto, as feministas pós-estruturalistas como Butler (2002) e Mouffe (1999) problematizaram a unicidade e a identidade que o uso do termo sugere. Mariano (2005, p. 493) ressalta que, para Butler (2002) e Mouffe (1999), sobre a não mais utilização do termo mulher enquanto sujeito, “[...] desconstruir o sujeito não é declarar a sua morte. Ou seja, com a desconstrução da categoria ‘mulher’, as autoras não estão propondo o abandono da categoria, mas sua ressignificação”.

Assim, o que as teóricas feministas pós-estruturalistas buscavam era o fim da dicotomia ainda existente entre o sexo e o gênero. A crítica de Butler (1990), por exemplo, paira sobre o fundacionismo que remete a categoria mulher/mulheres quanto definição de sujeito, pois, para a autora, o termo remeteria a uma identidade comum e estável. Quando, na verdade, a partir da perspectiva de gênero, este se constrói e se constitui em contextos diversos alinhados a outras categorias (BUTLER, 1993; 1998; 2002; 2016).

Ao adotar gênero como uma categoria interseccionada com outras variáveis, ele é produzido de forma instável, quanto à sociedade, à história, à cultura e à economia. O questionamento sobre o uso do termo mulher se faz de acordo com as políticas da identidade, pois seu uso remete à universalização desta categoria (SOUZA, 2016). Tal fato exclui outros elementos subjetivos que compõem os sujeitos e sujeitas, como a escolaridade, a religião, a sexualidade, a etnia, a raça, a classe social, entre outros (BUTLER, 2016).

Em busca da não unicidade do sujeito, combatendo sua universalização e a-historicidade, os estudos de gênero surgem do encontro do pós-estruturalismo francês com os estudos culturais americanos *queer* (SOUZA, 2016). Os estudos pós-estruturalistas de gênero têm como base as leituras aqui já sinalizadas sobre as obras de Foucault acerca das relações de poder-saber (FOUCAULT, 2003; 2017). O ponto cerne que separa as teorias de gênero pós-estruturalistas das outras até então apresentadas, de acordo com Souza (2016, p. 23) é que, nesta corrente, “[...] tanto o corpo, quanto o gênero são constructos históricos, sociais e culturais envoltos por relações de poder-saber”.

O gênero, na perspectiva pós-estruturalista, estaria alinhado às construções sociais acerca das percepções sobre as diferenças sexuais (MOUFFE, 1999). Por estar relacionado ao âmbito das relações sociais, o gênero se associa às relações de poder, que, por uma leitura *foucaultiana*, dá sentido às relações envoltas na constituição do que é tido como feminino e masculino em determinada sociedade (SOUZA, 2016). Assim, passa a haver práticas e estratégias que permeiam um contínuo social e histórico também sobre os corpos, onde o gênero é visto como performance, algo que se faz e não se é (BUTLER, 2004). É justamente pela construção do corpo com relação ao gênero que o sexo também é visto como performativo, ou seja, ele é produzido e construído tanto quanto o gênero. Por esta leitura do gênero, torna-se impossível falar da unicidade do sujeito do feminismo. O que é crucial acolher, segundo Butler (1998), é que as sujeitas devem ser pensadas por meio de discursos contingentes e políticos, constituindo-as, assim, por meio da exclusão, ou seja, “mediante atos de diferenciação que o (sujeito) distingue do seu interior constitutivo” (BUTLER, 1998, p. 30).



Tal abordagem mostra que é necessário pensar como é a sujeita e como ela é em si mesma constituída. E, como a partir das relações, ela vive, ou seja, como o poder atua sobre ela também em seu caráter produtivo. Justamente pelo caráter produtivo do poder que o gênero é considerado algo performático e não fixo; algo que é permeado por discursos e normas que produzem as identidades subjetivas dos indivíduos (SOUZA, 2016). Poder-se-ia dizer que o gênero é um dispositivo (SOUZA, 2016). Enquanto dispositivo, alinhando gênero aos corpos, Butler (1990, p. 45) diz que “gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetitivos dentro de um quadro regulatório altamente rígido que congela ao longo do tempo para produzir a aparência de substância, de um tipo natural de ser”.

De acordo com Butler (1990), o gênero não é a interpretação dos sujeitos, mas, sim, é o que os constitui. A partir da construção do gênero e, conseqüentemente, da constituição dos sujeitos, tem-se a matriz heterossexual como fonte de práticas regulatórias com relação ao gênero e à sexualidade (BUTLER, 2004). Também, a matriz heterossexual produziria noções de masculino e feminino a partir do gênero, ao mesmo tempo que os desconstrói e os desnaturaliza. Por meio do fazer e desfazer do gênero pela matriz heterossexual, ela também produz resistências à ordem normativa (SOUZA, 2016).

A produção do masculino e do feminino pela ordem normativa da matriz heterossexual pode ser considerada como campo de poder, sinalizando as relações de gênero estabelecidas (SCOTT, 1995). E, quanto aos níveis em que o poder é exercido na sociedade, pode-se pensá-lo como uma rede, um emaranhado em níveis da microfísica e da macrofísica do poder, onde, por seu caráter produtivo, produz resistências.

Assim, tem-se, segundo Scott (1995, p. 11), que “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que distingue os sexos; o gênero é uma forma primária de relações significantes de poder”. Sendo um dos campos considerados em que o poder se articula, afirma-se que a perspectiva do gênero estaria dispersa por meio de normas, doutrinas, símbolos, representações culturais, identidades subjetivas e organizações sociais, considerando que estes elementos operam conjuntamente com as relações sociais, ou seja, com as relações de gênero e de poder (CONCEIÇÃO, 2009). Por meio da sua produção discursiva e sendo constituinte das relações de poder, o gênero pode ser considerado um

fenômeno contextual e inconstante, não havendo a presença de uma identidade em si, mas, sim, de uma performatividade identitária constituída (BUTLER, 2016). De acordo com Butler (2016, p. 56):

Nesse sentido, o gênero não é substantivo, mas tampouco é o conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é) *performativamente* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência de gênero. Consequentemente, o gênero mostra ser *performativo* no interior do discurso herdado da metafísica da substância- isto é, constituinte da identidade que suspostamente é. Nesse sentido, o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra (BUTLER, 2016, p. 56). [Grifos da autora].

É importante considerar, assim, as relações de gênero como práticas discursivas que distribuem e manifestam resistência e poder entre os indivíduos, sendo regidas por interesses de grupos que se enfrentam e se organizam nos campos das disputas sociais (LOURO, 2017; TORRES, 2001). Acredita-se que as teorias desenvolvidas sobre gênero possuem então um desejo de transformação social e uma dimensão política, devido à sua característica politizadora e crítica. Assim, atesta-se o entendimento das relações de gênero por meio de elementos e discursos que possam promover relações de poder menos desiguais entre os sujeitos na sociedade (SCOTT, 1995). Isto porque, segundo Melo (1985, p. 162), “o poder é uma característica fundamental e inelutável de todas as relações sociais [...], a manifestação das relações de poder se dá numa relação contingente aos indivíduos e à estrutura social na qual eles se encontram”.

Ao se trazerem as complexidades das relações de gênero à luz do poder sob a perspectiva de Foucault, tem-se uma interpretação destas relações por meio de suas redes ativas e tensas, em que não há a possibilidade do poder somente, mas, sim, de múltiplas instâncias com diversas intensidades, por meio das quais é possível que haja o exercício do poder (LOURO, 2017). Conclui-se, assim, que o exercício do poder estaria ocorrendo via táticas, mecanismos, manobras, técnicas, atuando sobre as ações dos sujeitos.

O exercício relacional do poder se daria através de um dinamismo, fragmentado, de modo a compreender o seu funcionamento na sociedade (MAIA, 1995). Segundo Deleuze (2005, p. 77), “o poder é uma relação de forças ou antes, toda relação de força é uma relação de poder”. Por meio desta afirmativa, pode-se dizer que existe uma analítica do poder, a qual possui uma pluralidade de correlações de forças

(FOUCAULT, 2014), pois perpassa o corpo social. Afirma-se, então, que o poder se dá por meio do estabelecimento de forças que se contrapõem e se chocam, estabelecendo seu caráter relacional (MAIA, 1995).

O caráter relacional do poder se faz presente por meio das práticas de liberdade dos sujeitos, seja de forma coletiva ou individual. Sendo assim, as relações de poder pressupõem a liberdade como condição estratégica para as ações dos indivíduos. A liberdade é parte das relações de poder e, conseqüentemente, das relações de sujeição (FOUCAULT, 2006; 2010; ORELLANA, 2012). E pela liberdade de ser parte constituinte das relações de poder, faz-se necessário que haja sujeitos em reconhecimento na ação, contribuindo para o caráter produtivo do poder, por meio de resistências, reações e respostas (FOUCAULT, 2006; 2010; ORELLANA, 2012).

Pode-se, por meio das relações de poder, fazer um mapeamento das relações de gênero e da complexa rede de poder e campo de forças existentes nas relações sociais. Isto se dá por meio do reconhecimento de estratégias que passam a ser adotadas por mulheres e homens para manterem convívio em um espaço social, como também um modo de se combater o determinismo do feminino submisso ao masculino (TORRES, 2001). Se o gênero é considerado construção histórica e social, ele remete a uma multiplicidade e pluralidade sobre as significações de mulher e homem na sociedade (LOURO, 2017).

Dentro de um espaço organizacional, seria possível pensar nas relações de gênero expressando relações de poder, como maneira de compreender os seus processos de transformações e os jogos de interesses ali envolvidos. É importante se ater às transformações às quais os indivíduos estão sujeitos e, também, pensar em padrões de gênero sobre um determinado campo social, como é o caso das organizações (ALVESSON; BILLING, 1997).

Ao passo que vêm ocorrendo mudanças nos modos em que se estabelecem as relações de poder entre mulheres e homens, pode-se perceber que também ocorre uma mudança nas relações sociais estabelecidas entre os mesmos. Isso acarreta mudanças no contexto sócio-histórico através de tecnologia de produção e gestão, ou até mesmo por meio de técnicas reprodutivas, reconfigurando as relações de poder (TORRES, 2001). Por todo o tecido social em que se desdobram as relações

de gênero e poder, deve-se atentar para as interações sociais também no âmbito familiar, pois neste espaço acontece a produção dos sujeitos em um processo de socialização primária (SCOTT, 1995).

Pelo fato de gênero ser parte das relações sociais, ele pode ser visto como parte das relações de poder das suas mais variadas formas enquanto campo de forças e dispositivo. Deste modo, vale-se atentar para a construção do gênero na fase da microfísica dos poderes, por exemplo, nas relações familiares (CAMPOS; TÍLIO; CREMA, 2017). Para isto, na próxima seção, uma leitura do patriarcado moderno é apresentada, relacionando-o ao poder disciplinar, à microfísica e ao poder pastoral, para compreender de que modo, mesmo com a performatividade do gênero e do sexo, ainda persistem dispositivos que dicotomizam o trabalho e outras categorias, acerca da família – homem e mulher – e na relação espaço público e espaço privado.

#### 2.1.2. O contrato sexual e contrato de trabalho como dispositivos do patriarcado moderno

O poder para muitos teóricos como Weber (2009) era visto como algo hierárquico, normatizador e de “posse” de grandes instituições como o Estado, a chamada macroestrutura do poder. Em contrapartida, Foucault sinaliza em seus estudos teórico-metodológicos a análise do poder a partir das margens, os chamados micros poderes, que permeiam as estruturas e as relações sociais. A perspectiva do estudo do poder em Foucault foi dada pela formulação da chamada microfísica, por meio da qual tem-se o poder “diluído em todos os setores da sociedade sob a forma de relações” (DINIZ; OLIVEIRA, 2014, p. 144).

Justamente por não considerar o poder a partir e apenas do centro das estruturas macro, Foucault (1979) propõe um estudo genealógico do poder para reconhecer as diferentes formas de seu exercício. Por meio da genealogia, busca-se não fazer a pesquisa histórica e precisa sobre a origem dos acontecimentos, mas, sim, fazer uma análise acerca da construção dos saberes na história, de modo a compreendê-los (DUSSEL, 2004).

Como afirmam Diniz e Oliveira (2017, p. 145), “a genealogia deve ser entendida como um conjunto de procedimentos a serem utilizados para conhecer o passado, mas não somente para isso, pois ela é fundamental para que o homem se rebele contra o presente”. Por esta leitura da genealogia, pode-se pensar acerca da construção histórica e cultural sobre o ser mulher na sociedade acerca de diversos saberes que a permeiam. Tal tópico será abordado em breve.

A partir da genealogia do poder, Foucault reconhece que é na Europa do século XVIII que surgem as novas tecnologias do poder. Tal aparição foi possível devido à categoria “sujeito” e pela percepção dos corpos dos indivíduos como um espaço para haver o exercício do poder (FOUCAULT, 2007). A categoria do sujeito se torna presente pelo fato de haver a necessidade de sujeitos em interação para o exercício do poder por meio de estratégias. Sendo a liberdade condição para as relações de poder, a categoria “sujeito” compõe as relações de sujeição como uma das tecnologias de poder (ORELLANA, 2012).

A partir do poder relacionado aos sujeitos e aos corpos, Foucault trata em seus estudos acerca da institucionalização de hospitais, escolas, prisões e quartéis; instituições, que, segundo Foucault (2007), são responsáveis pela docilização dos corpos e individualização dos sujeitos por meio de técnicas disciplinares: o saber, o poder e a subjetivação (FERREIRINHA; RAITZ, 2010). Deste contexto, surge o que Foucault chama de poder disciplinar, no qual o corpo do indivíduo é tratado como uma máquina, de modo a ser adestrado e transformado de maneira útil aos interesses econômicos.

Assim, a disciplina não é vista como instituição ou parte do Estado. Na verdade, ela é uma técnica de poder que permeia o Estado e todas as instituições. Por isto, vale ressaltar que o foco no micro poder não é negá-lo no macro, mas, sim, ter a percepção que de que o primeiro sustenta e multiplica os efeitos do segundo (ARAÚJO, 2008).

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvidas adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes. “Adestra” as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais [...]. A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de

um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente (FOUCAULT, 1986, p. 153).

Por meio da disciplina, houve a recolocação do poder na chamada “economia política do corpo” (FOUCAULT, 1986). O corpo, individual ou coletivo, passou a ser campo de atuação de determinados saberes, e, assim, os corpos se tornam passíveis à punição e à vigilância, mecanismos que levam à docilização dos sujeitos (PEREIRA, 2014). A partir da docilização dos corpos é que as normas estabelecidas nas instituições irão atuar pela “‘tecnologia’ disciplinar do corpo”. A técnica disciplinar é a primeira “tomada de poder sobre o corpo que fez consoante o modo de individualização” (FOUCAULT, 1999, p. 291).

[...] o corpo está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (FOUCAULT, 1986, p. 28).

Pelas margens da sociedade é que se faz importante compreender as relações sociais a partir dos “micros poderes”, pois eles são necessários para a melhor noção de como o poder se torna onipresente nas estruturas sociais. No caso da disciplina, pode-se dizer que seu caráter irrestrito e efeito se dão pelo seu atravessamento em todo o tecido social, podendo estar presente nas relações mais íntimas da sociedade, como a família (PEREIRA, 2014).

Percebe-se que a disciplina é uma força centrípeta e atuante, pois, por ser uma tecnologia do exercício do poder, ela ampara os dispositivos que irão incidir sobre os corpos. Foucault (2014, p. 45) diz que dispositivo é:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2014, p. 45).

É possível, assim, fazer a leitura da ética religiosa como um dispositivo de exercício do poder acerca da instituição da Igreja. O poder, neste caso, seria o poder pastoral, segundo Pereira (2014, p. 45), “que se relaciona fortemente ao discurso da salvação, permitindo aos indivíduos se constituírem e avançarem em sua busca existencial”. Acerca do poder pastoral, Foucault (2009, p. 231) esclarece que:

O pastorado está relacionado com a salvação, pois tem por objetivo essencial, fundamental, conduzir os indivíduos ou, em todo caso, permitir que os indivíduos avancem e progridam no caminho da salvação. Verdade para os indivíduos, verdade também para a comunidade. Portanto ele guia os indivíduos e a comunidade pela vereda da salvação. Em segundo lugar, o pastorado está relacionado com a lei, já que, precisamente para que os indivíduos e as comunidades possam alcançar sua salvação, deve zelar por que eles se submetam efetivamente ao que é ordem, mandamento, vontade de Deus. Enfim, em terceiro lugar o pastorado está relacionado com a verdade, já que no cristianismo, como em todas as religiões de escritura, só se pode alcançar a salvação e submeter-se à lei com a condição de aceitar, de crer, de professar certa verdade. Relação com a salvação, relação com a lei, relação com a verdade. O pastor guia para a salvação, prescreve a Lei, ensina a verdade (FOUCAULT, 2009, p. 231).

A prática pastoral cristã seria um exemplo da articulação e do nível de atuação dos dispositivos do poder segundo seus resultados e desígnios perseguidos. Isto implica a interpretação das técnicas do exercício do poder de acordo com cada instituição, influenciando assim seu funcionamento. O que ocorre é uma resignificação das práticas institucionais segundo as diversas necessidades e adaptações das tecnologias do poder (PEREIRA, 2014).

O que se tem, a partir das relações de poder estabelecidas no âmbito da família, é a distinção entre o ser masculino e o ser feminino perpassada pelo poder. Este mesmo poder também é exercido sobre o corpo, o que faz sentido no caso das mulheres, se for considerado que, nas relações patriarcais, o corpo tem como principal função a reprodução. Isto implica dizer que o discurso da verdade sobre o ser mulher está respaldado em um saber produzido em diversas instituições sociais, municiando as relações de poder no âmbito familiar.

Para tal discussão, assume-se como base a teoria do patriarcado moderno no Ocidente, feita pela teórica Carol Pateman (1993). O patriarcado moderno se reitera no patriarcado fraternal, ligado à figura do pai. Remete a um ordenamento social que implica a submissão coletiva das mulheres e a igualdade entre os homens, sem que isto afete o casamento (MIGUEL, 2017). Pateman (1993), em sua obra *O Contrato Sexual*, faz uma “reinterpretação feminista”, como ressalta Miguel (2017) acerca das

teorias do contrato social. Faz-se, por meio da teoria do patriarcado moderno, uma denúncia à forma com que o patriarcado é exercido (MIGUEL, 2017), remetendo ao que Foucault chamara de poder disciplinar.

Ao se fazer o estudo da narrativa contratualista a partir dos anos 1970, Pateman (1993) sinaliza que o contrato passa a ser visto como um instrumento social que prevê a igualdade entre os indivíduos. Desta forma, a categoria “gênero” seria incluída no contrato, mas estaria sendo um instrumento para determinar exclusões e assimetrias.

A autora propõe uma visão do contrato com base na sociedade liberal, evidenciando que, ainda que haja acordo de cooperação e contratos de forma voluntária e acordos mútuos, eles ainda são condicionadores de submissão no que diz respeito às mulheres (PATEMAN, 1993).

A interpretação do contrato do pensamento liberal feita por Pateman (1993) tem por base três eixos: o contrato de trabalho, o contrato social e o contrato de casamento. O desenvolvimento da teoria do patriarcado moderno gira em torno de como os dois primeiros contratos foram abraçados pelo liberalismo, enquanto o último fora esquecido. A relação patriarcado moderno e contrato de casamento implica sujeição das mulheres em relação aos homens no contrato social.

A família é a organização familiar tida como uma instituição que (re)produz o patriarcado, e sabe-se que as relações ali estabelecidas não possuem caráter natural ou biológico; mas, sim, a família é produto da organização e formação históricas entre os indivíduos (NARVAZ; KOOLER, 2006). Por meio desta construção, estabelece-se a construção social do ser homem e do ser mulher, em que passa a haver um controle sobre a sexualidade e o corpo das mulheres instituindo-se, assim, a monogamia das relações familiares e a divisão social e sexual do trabalho. Pateman (1993) também diz que, pelo contrato do casamento, fica implícita a subordinação da mulher em relação aos homens na hierarquia familiar. A subordinação é a condição necessária para que, tanto no trabalho como no casamento, a exploração possa ocorrer (PATEMAN, 1993, p. 8). Falar em subordinação não indica ausência de relações de poder, pelo contrário; implica que há um processo de docilização dos corpos, pela vigilância da família (marido) e do capitalismo, pelo chamado poder disciplinar proposto por Foucault.



Mas é justamente a irrelevância dada sobre a relação do contrato de trabalho com o contrato sexual que “perde-se a compreensão de como a diferença sexual é presente e ativa nas instituições e nas formas de pensar o mundo político” (MIGUEL, 2017, p. 6). A partir da compreensão de que é uma diferença sexual presente nas instituições é que se entende que o contrato sexual é determinante na relação de sujeição das mulheres para com os homens e também para o contrato social, que privilegia os homens literalmente.

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito dos homens de desfrutar de igual acesso sexual às mulheres estão em questão na produção do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original constitui tanto a liberdade quanto a dominação. A liberdade dos homens e a sujeição das mulheres são criadas por meio do contrato original – e a natureza da liberdade civil não pode ser entendida sem a metade faltante da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é estabelecido por meio de contrato (PATEMAN, 1993, p. 2).

Deste modo, o patriarcado surge como nova ordem social na contemporaneidade, tendo como diretrizes o controle dos homens sobre as mulheres acerca das relações de poder e seus regimes de verdade, bem como da centralidade na descendência patrilinear (BADINTER, 1986). Portanto, o casamento não mudara em nada a noção do patriarcado relacionado a uma manifestação histórica (MIGUEL, 2017). Pensando em como a casa é o lugar de referência para a segregação das tarefas do ambiente doméstico para o público, ela pode ser problematizada, segundo a abordagem de Aguiar (1984, p. 262):

A casa é analisada pelo lugar diferencial que ocupa em diversos modos de produção, delimitando relações sociais entre os sexos e gerações compreendidos no âmbito doméstico. Estas relações características do domínio da casa podem também ser extrapoladas para a sociedade mais ampla, particularmente quando se trata do modo de produção capitalista, pelo grau de especialização entre elas e extra domésticas que este engendra (AGUIAR, 1984, p. 262).

Da construção do ser mulher e do ser homem na sociedade, bem como a separação entre o público e o privado, o patriarcado acarreta o processo de docilização dos corpos por meio das relações de poder (VIEIRA, 1997). O estabelecimento destas relações sobre o discurso do verdadeiro e sobre a situação socioeconômica da mulher perpassa mecanismos estratégicos de poder e técnicas de saber e assim, ao se articular o poder, tem-se como resultado a sujeição da subjetividade, no caso (CANDIOTTO, 2010), das sujeitas.

Assim, existe um discurso sobre o ser homem e o ser mulher numa sociedade patriarcal e capitalista. Neste ponto, ressalta-se que o regime de verdade que passa a ser analisado como atuante na sociedade é o patriarcado, por meio de canais institucionais, como o sistema capitalista. Se, para Foucault (2017, p. 52), “a ‘verdade’ é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem”, então a instituição da família alinhada à economia do capitalismo firma a construção da mulher nas relações socioeconômicas, podendo ser representada como um dispositivo.

Quando se adentra na problemática da relação entre o patriarcado e o capitalismo, encontra-se a formulação e entendimento de todo o contexto sociocultural da história da sociedade, que faz a sua divisão sexista e, conseqüentemente, a divisão sexual do trabalho. A relação estabelecida entre o patriarcado e o capitalismo faz com que haja uma divisão entre o espaço público e o espaço privado, tanto em questão de espaços de poder como em relação ao trabalho desenvolvido; o público, destinado aos homens, e o privado, às mulheres (FEDERICI, 2017). Fazendo a análise dos espaços público e privado, somente é possível se ter uma nova perspectiva de desenvolvimento do trabalho, quando houver a ruptura da oposição entre o âmbito de produção de mercadorias e o doméstico. Neste caso, incluem-se as jornadas de ocupação – masculina e feminina –, bem como os esforços e tempos despendidos no domicílio e fora dele, considerando que este último é voltado para o mercado ou a produção (AGUIAR, 1997).

As análises feitas pelas teóricas feministas quanto às relações de poder do patriarcado, de acordo com Walby (1990), procuram explicar como estas se estabelecem, referente às relações do âmbito doméstico do casamento, bem como do trabalho remunerado dentro da esfera capitalista. Segundo a autora, o que o capitalismo propõe em seu exercício é uma ruptura entre as atividades remuneradas e a residência gerando, assim, uma nova forma de dependência das mulheres. Esta nova realidade estaria, dessa forma, organizando uma nova modalidade de patriarcado. Mesmo que ainda seja possível uma nova organização do patriarcado, ainda é marcante a divisão entre as atividades dos espaços público e privado, estreitando a relação entre patriarcado e capitalismo.

Considerando que o patriarcado está atrelado ao capitalismo, ele se torna oportunista no campo do gênero, ou seja, usa de forma deturpada as relações de

gênero existentes em prol da produção e reprodução para que o sistema se mantenha, apropriando-se do que possa ser tomado como obstáculo (ARRUZZA, 2015). A partir da apropriação do gênero feita pelo patriarcado e pelo capitalismo é que passa a haver a relação entre população, acumulação de riquezas e trabalho. Desta, as mulheres são a população que, no caso, são sujeitas da complexa rede de relações de poder tanto na sociedade como na produção do sistema capitalista (FEDERICI, 2017).

Assim, pode-se pensar o patriarcado por um sistema relacional variável dentro do campo social, partindo de seis estratégias que, atendendo à leitura *foucaultiana* do patriarcado, seriam dispositivos, tais como: o modo de produção de caráter patriarcal, relações patriarcais no Estado, relações patriarcais no trabalho assalariado e remunerado, relações patriarcais referentes à sexualidade, violência masculina e relações patriarcais em instituições culturais (WALBY, 1990).

Tomando a família como um dispositivo em sua instituição, alinhada ao capitalismo, chega-se a uma análise sobre o caráter público e privado que é estabelecido ao nível do ambiente doméstico e do trabalho. Ocorre a transformação da relação estabelecida entre o trabalho e a reprodução, em seu sentido geracional, biológico e de reprodução social (ARRUZZA, 2015).

A separação estabelecida entre o público e o privado, mais que remeter à ligação entre o capitalismo e o patriarcado, mostra que o processo de acumulação capitalista decorreu da expropriação das mulheres como sujeitas em sua constituição, bem como sob a forma com que são vistas nas relações sociais e de trabalho. Tais processos foram base para se ter uma contínua reconfiguração das relações familiares, estabelecendo novas formas de relações de poder baseadas no gênero (ARRUZZA, 2015).

As novas relações de gênero reproduzidas no campo social são importantes para mostrar como as relações entre os indivíduos também influenciam na constituição dos sujeitos ou na chamada subjetividade e, conseqüentemente, nas relações de poder (ARRUZZA, 2015). Isto acontece porque se deve ter em mente a relação estabelecida entre a reprodução social, a sociedade capitalista, e o trabalho, constituindo as relações de poder. Estas relações constituem uma rede da chamada

microfísica do poder, ou seja, não há uma separação entre o campo social e as relações de trabalho.

Por meio de uma nova organização do trabalho e da “apropriação primitiva”, construiu-se uma nova ordem patriarcal da relação estabelecida com o capitalismo em que as mulheres foram postas numa situação desigual de relações de poder frente aos homens e aos empregadores, relacionando mais uma vez o patriarcado ao capitalismo. Segundo Federici (2017, p. 232):

Sobre essa base, foi possível impor uma nova divisão sexual do trabalho, que diferenciou não somente as tarefas que as mulheres e os homens deveriam realizar, como também suas experiências, suas vidas sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora. Deste modo, assim como a divisão internacional do trabalho, a divisão sexual foi, sobretudo, uma relação de poder, uma divisão dentro da força de trabalho, ao mesmo tempo que um impulso à acumulação capitalista (FEDERICI, 2017, p. 232).

Assim, tal diferença estabelecida entre o homem e a mulher, frente ao ocultamento do trabalho destas como não remunerado, caracteriza a inferioridade do trabalho feminino pelo chamado “patriarcado do salário” (FEDERICI, 2017). A chamada acumulação primitiva representou uma acumulação de desigualdades, diferenças, divisões e hierarquias, separando e alienando os trabalhadores entre si, no que tange ao que é tido como o que é responsabilidade do homem e da mulher na esfera pública e na esfera privada.

Gênero, patriarcado moderno, contrato sexual, divisão sexual do trabalho, ética religiosa. Muitos são os dispositivos e formas de exercer o poder que permeiam as mulheres e seus corpos. É a partir do caráter produtivo do poder e da noção do sujeito em sua constituição para o exercício e práticas do poder, que, a seguir, falo sobre a constituição das sujeitas do feminismo. Por meio da constituição, espero evidenciar o caráter produtivo do poder a partir das práticas de resistência.

## 2.2.A constituição das sujeitas do feminino: sujeição e campos de poder-saber

Ao tratar da constituição dos sujeitos, coloca-se em pauta um complexo de vivências e experiências que compõem a nossa construção como indivíduos. Por isto, baseado na visão de sujeito de Foucault, rompe-se com a visão universalista e da

subjetividade a-histórica (FISCHER, 1999). Para isto, é crucial pensar num sujeito histórico, o que seria para Foucault ter como eixo a ontologia histórica do sujeito (CARDOSO JÚNIOR, 2005). A percepção da ontologia histórica faz o que Foucault também chama de “ontologia histórica de nós mesmos”, que, segundo Pereira (2014, p. 9), quer dizer:

Entendo que caminhar em direção a uma “ontologia histórica de nós mesmos”, abdicando da concepção de um sujeito supra-histórico, não significa anular o sujeito, mas apenas recusar a existência de qualquer essência metafísica atemporal que o defina. Ao descentrar a noção de sujeito, o que aqui proponho é recusar a adoção de qualquer pretensão modelo universal que ambicione defini-lo e representá-lo. Assim, não percebo essa desconstrução como a aniquilação do sujeito, mas como a chance de uma retomada do pensar sobre os múltiplos sujeitos a partir de sua historicidade, provisoriamente e finitude (PEREIRA, 2014, p. 9).

Sobre a multiplicidade que Foucault teoricamente coloca sobre o sujeito, é válido dizer que tal aspecto não implica somente o sujeito em si, mas os “modos de subjetivação” que fazem do sujeito ser o que ele é, a partir de sua construção nas relações, ou seja, a transformação dos indivíduos em sujeitos (FOUCAULT, 1982). Ter-se-iam, então, dois sentidos para a palavra “sujeito” (FOUCAULT, 1982, p. 123): “sujeito submisso ao outro pelo controle e pela dependência e sujeito ligado à sua própria identidade, pela consciência ou pelo conhecimento de si. Nos dois casos, essa palavra sugere uma forma de poder que subjuga e submete”.

Assim, pensando-se pela ótica *foucaultiana* em como o sujeito é constituído, deve-se prestar atenção às seguintes perguntas postas pelo próprio teórico: “*como se instituiu um conhecimento de si, ou como se processou essa longa história de fazer do sujeito um objeto de conhecimento, pelo homem? E mais ainda: como esse fato de tornar o sujeito cognoscível foi-se fazendo não só possível, como desejável e até indispensável para nós?*” (FOUCAULT, 1989, p. 133).

Inicialmente, recomenda-se pensar a construção do sujeito dada como categoria crítica em sua própria genealogia, a chamada genealogia do sujeito, em que, para além de “pessoa” e “indivíduo”, o mesmo é estabelecido como categoria linguística numa estrutura em formação (BUTLER, 2017). Os indivíduos, antes de se tornarem sujeitos, passam a ser o cerne do lugar do sujeito como ocasião linguística, em que o sujeito também perpassa sua ação e existência, pois “nenhum indivíduo se torna sujeito sem antes se tornar subjetivado ou passar por ‘subjetivação’” (BUTLER, 2017, p. 19). A ênfase em como o sujeito interage com a linguística, sua existência e

ação mostra que, para que haja exercício do poder, deve haver o sujeito; o que não implica o sujeito como origem para o poder (BUTLER, 1993).

Vale ressaltar que, para os estudos feministas, a constituição dos sujeitos remete diretamente às relações de poder-saber que atuam sobre a chamada política feminista, pois “o sujeito” acaba tendo uma posição crucial devido à sua produção pelas práticas de exclusão que vêm a se formar na estrutura jurídica da política (BUTLER, 2016). Isso, para Butler (2016, p. 19), implica, “em outras palavras, a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento”.

Primeiramente<sup>3</sup>, tem-se que a noção de que sujeito abrange a sua constituição, a subjetividade, formas de sujeição e assujeitamento do indivíduo. Segundo Weinmann (2006, p. 16), “a constituição de um sujeito se dá na imanência de um corpo de saberes, que o toma como objeto, na forma de um conhecimento legítimo”. Deste modo, é essencial pensar na noção da subjetividade, a qual reforça os modos de agir do indivíduo para além da sua ontologia invariável; mas, sim, com enfoque nos processos de subjetivação plurais e modificáveis. Aqui se encontra o que Foucault entende pela constituição do sujeito ultrapassando a si mesmo (CANDIOTTO, 2008). Todas as instâncias que permeiam os sujeitos acabam indo além da sua construção histórica, trazendo para a noção de sujeito a busca pelos efeitos de subjetivação a partir de discursos que pretendem enunciar verdades para o mesmo (FOUCAULT, 1984).

Pensando-se em como se dão os processos de subjetivação dos indivíduos, deve-se estar atento às ações que os condicionam como sujeitos. Toma-se, como exemplo, o poder, pois, para Foucault (2017), o mesmo reflete a trajetória do desejo e da condição de existência dos sujeitos, marcando-os pela condição de existência do poder, para que os sujeitos se preservem na sua constituição. Assim, tem-se o estabelecimento da formação dos sujeitos pela sujeição, a qual remete ao poder, pois representa o processo de subordinação ao poder para que o sujeito se forme (BUTLER, 2017). A subordinação pelo poder dá-se também pela produtividade

---

<sup>3</sup> O que quero não é enumerar as obras de Foucault, bem como seu pensamento, mas organizar as ideias, até mesmo porque as questões relacionadas ao sujeito não foram sendo abordadas pelo teórico de maneira separadas, e, sim, de forma recorrente em diferentes obras.

discursiva de Foucault (1984), em que acontece iniciação do sujeito por meio da sua submissão primária ao poder (BUTLER, 2017).

Em segundo lugar, quando se pensa na concepção de sujeito de Foucault, compreende-se que a palavra “sujeito” em si é tratada pelo seu próprio significado etimológico, que representa o que “está por baixo”, na chamada relação existente entre sujeito e poder, também objeto de estudos do teórico. O que Foucault trata como sujeito é a situação de submissão de um ao outro por meio de controle e dependência, nas chamadas relações de poder; e da submissão do sujeito à sua própria identidade por meio do conhecimento de si ou de sua consciência (DREYFUS; RABINOW, 1995). Da forma com que o sujeito é contextualizado no e pelo poder, destaca-se o que para Foucault é a relação do sujeito e de sua subjetivação. Ambas, passam pela sujeição compondo, assim, o caráter relacional do poder (CANDIOTTO, 2010). A subjetivação traz consigo um paradoxo, no qual o assujeitamento representa a transformação do sujeito, bem como o processo de sujeição, pois está relacionando a condição de sujeição como forma de estabelecimento de determinada forma de poder (BUTLER, 2017). Assim, de acordo com Butler (2017, p. 90):

A sujeição é, literalmente, a feitura do sujeito, o princípio de regulação segundo o qual um sujeito é formulado ou produzido. Essa sujeição é um tipo de poder que não só unilateralmente age sobre determinado indivíduo como uma forma de dominação, mas também ativa ou forma o sujeito (BUTLER, 2017, p. 90).

Acerca da relação estabelecida entre a sujeição e o poder-saber no processo de formação dos sujeitos, o enfoque dos estudos *foucaultianos*, neste sentido, parte das seguintes premissas, segundo Dreyfus e Rabinow (1984, p. 304-305):

Em primeiro lugar, a percepção de que os mecanismos de sujeição do indivíduo não constituiriam um momento final, um produto da exploração econômica e política, mas sim processos circularmente relacionados com outras formas de dominação, de tal forma que um ou outro desses tipos de dominação poderia prevalecer, conforme o momento histórico. Em segundo, a ideia de que o Estado ocidental moderno alcançou algo jamais visto na história das sociedades humanas - uma combinação complexa de técnicas de individualização e procedimentos totalizantes. Ou seja, em nossos dias estaria prevalecendo aquele tipo de poder que atinge prioritariamente o cotidiano imediato das pessoas, que se ocupa de saber o que se passa nas cabeças e consciências individuais, explorando almas e segredos, produzindo verdades nas quais todos devem reconhecer-se e pelas quais são reconhecidos (DREYFUS; RABINOW, 1984, p. 304 e 305).

A sujeição seria então “efeito paradoxal de um regime de poder em que ‘as próprias condições de existência’, a possibilidade de continuar como ser social reconhecível, requerem a formação e a manutenção do sujeito na subordinação” (BUTLER, 2017, p. 36). Desta forma, da relação estabelecida entre os indivíduos no campo do poder e do saber, tem-se, pela ótica dos estudos feministas e de gênero, que o próprio sujeito do feminino tem sua formação no interior de tal campo. Esta formação do sujeito está relacionada à recusa de uma identidade de sujeito universal feminista (BUTLER, 2016). Isso implica dizer que, nos estudos feministas e de gênero, não se trata de falar de identidades, devido à diversidade e performatividade existente; do mesmo modo, ir contra o sujeito universal feminista também remete a tal ideia, pois não há uma unicidade em se pensar no sujeito do feminino. Além disso, a busca pela universalidade do sujeito feminino construiu uma normatividade feminina, relacionada à mulher branca, ocidental, cristã e heterossexual (McLaren, 2016).

O que Foucault (1986; 2007) então mostra da constituição dos sujeitos pela visão de Deleuze (1992) quanto à relação com o outro é o fato de haver processos de subjetivação nas chamadas dinâmicas de poder e saber (DELEUZE, 1992), implicando sujeição da subjetividade, como um dos efeitos de poder (CANDIOTTO, 2010). Ainda na visão de Deleuze (1992), para além dos processos de subjetivação, Foucault (1986; 2007) também relacionara a constituição dos sujeitos às dinâmicas de poder e saber, dadas pelos chamados dispositivos na possibilidade de se produzir uma “existência artística” a partir da ética-estética.

A constituição dos sujeitos, considerada então no campo de poder e saber, faz com que a sujeição seja a forma dada do poder exercido sobre o sujeito e do poder assumido pelo sujeito, remetendo ao seu caráter relacional, bem como às suas instâncias da microfísica e da macrofísica (BUTLER, 2017). Nas palavras de Butler (2017, p. 22), o poder ao mesmo tempo age e põe em ato o sujeito, sendo condição de sua existência; em ação, o poder assume dimensão temporal e, como condição, o poder precede o sujeito, “de acordo com o raciocínio de que a sujeição é tanto a subordinação quanto o devir do sujeito, o poder é, como subordinação, um conjunto de condições que precedem o sujeito, que o efetuam e o subordinam desde o princípio”.

Em terceiro lugar, para além da relação de poder e do eu com o outro, Foucault (1977; 2017) também estudara a constituição do sujeito para consigo mesmo, a



partir dos atos de se observar, decifrar, reconhecer e se analisar como possibilidade de campo de saber, ou seja, como nos constituímos como sujeitos de nosso saber; como sujeitos que ocupam diferentes posições nas relações de poder e como sujeitos morais em nossas ações (FISCHER, 1999). Antes de tudo, é importante lembrar que, acerca da formação dos sujeitos quanto à sua interioridade, eles são historicizados a partir dos corpos, mantendo a materialidade ontologicamente distinta das relações de poder, pois a identidade do sujeito feminista se faz nos campos de poder, de acordo com Butler (2016, p. 25):

A identidade do sujeito feminista não deve ser o fundamento da política feminista, pois a formação do sujeito ocorre no interior de um campo de poder sistematicamente encoberto pela afirmação desse fundamento. Talvez, paradoxalmente, a ideia de ‘representação’ só venha realmente a fazer sentido para o feminismo quando o sujeito ‘mulheres’ não for presumido em parte alguma (BUTLER, 2016, p. 25).

Assim, pelo caráter relacional do poder se forma um campo de possibilidades para que o indivíduo se constitua como sujeito, fazendo com que haja um esforço para que aconteça sua ressignificação (BUTLER, 1998). Uma vez que o sujeito é constituído da sua singularidade de maneira histórica, ele é passível de transformação de suas práticas para romper com sua realidade. (NOTO, 2009) No caso das mulheres, é criar possibilidades de (re)existência, interpelando os dispositivos do patriarcado moderno e a matriz heterossexual (BUTLER, 2016).

Pensar então, na constituição das sujeitas a partir de sua ressignificação é pensar no “corpo como situação” (BUTLER, 2016), pois a construção das sujeitas pela sujeição no campo das relações de poder-saber faz com que o mesmo já esteja impregnado de interpretações culturais. Assim, a pluralidade das sujeitas do feminino – as mulheres – teria respaldo na multiplicidade de si, pois é um “sujeito que não é uno” (BUTLER, 2016, p. 33). E, para subverter a realidade do campo das relações de poder-saber como formas de resistência, Butler (2017, p. 100) ressalta que este processo ocorre:

(a) Durante uma subjetivação que excede os objetivos normalizadores que a impulsionam, por exemplo, no ‘discurso reverso’, ou (b) pela convergência com outros regimes discursivos, momento em que a complexidade discursiva produzida inadvertidamente solapa os objetivos teleológicos da normalização (BUTLER, 2017, p. 100).

Ao tratar da não unicidade das sujeitas e pensando em como a sujeição implica a influência nos campos de poder e saber na constituição das mesmas, tem-se que toda a construção história e cultural perpassa as noções de sexo e gênero

tidas por meio das relações patriarcais, implicando, assim, no que seria o feminino e o masculino no rural, de modo a caracterizar a mulher e o homem nas suas relações de trabalho. No próximo tópico, a produção do feminino e do masculino no rural será abordada, no que tange à questão do trabalho como cerne da sua organização e gestão.

### 2.3.A produção do feminino e o masculino acerca do trabalho na agricultura familiar

A agricultura familiar é um contexto de organização do trabalho que tem na família a base de sua mão de obra. Conhecida também como pequena agricultura, agricultura camponesa ou de subsistência, espera-se que na relação existente entre a família e o trabalho (ARRUZA, 2015) haja participação da mulher de maneira efetiva.

No entanto, ao estabelecer uma relação entre os estudos de gênero e feminismo com o meio rural, percebe-se que ainda persiste a invisibilidade do trabalho na mulher na agricultura familiar, o não reconhecimento do seu trabalho doméstico como componente econômico da organização rural familiar; persistem, também, a desigualdade no trabalho, e a dicotomia entre o espaço público e o espaço privado seria a chamada divisão sexual do trabalho (AGUIAR, 1984; AIRES, 2013; ANJOS, 2009; BRUMER, 2004; CARNEIRO, 1981; CHIES, 2010; CORDEIRO, 2007; DEERE, 2004; NARVAZ; KOLLER, 2006; OLIVEIRA, 2006; PAULA; ESPANHOL, 2014; PAULILO, 1987; 2007; 2004). Trazer estes apontamentos não é reforçar a dicotomia e a desvalorização quanto ao trabalho da mulher na agricultura, pelo contrário. O objetivo deste tópico é trazer a construção da divisão sexual do trabalho que implica invisibilidade e não reconhecimento econômico do trabalho da mulher, de modo a estar alinhado com os dispositivos que constituem as relações de poder-saber entre os sujeitos. E também, a partir das relações e de tais dispositivos, evidenciar os modos de (re)existir do contexto da agricultura familiar por meio do caráter produtivo do poder.

A construção do espaço de trabalho do homem e da mulher na agricultura familiar tem forte respaldo na divisão sexual do trabalho, em que a divisão das tarefas segue

a distinção feita com base na idade e no sexo dos membros da família, acarretando na divisão das unidades e organização interna familiar – espaço público e espaço privado; trabalho doméstico e trabalho na produção agrícola. Outro fator é a diferenciação dos espaços da casa, remetendo à hierarquização dos membros da família e de seus bens (ANJOS, 2009). Toda a sustentação que ocorre na divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, na invisibilização do trabalho da mulher na agricultura ocorre por parte da tríade da família patriarcal, ou seja, do pai, da mãe e dos filhos, tendo na figura masculina – marido ou pai – seu cerne. Tal situação faz com que haja a transmissão da noção de que o trabalho da mulher não é gerador de valores social e econômico, tampouco de transformação da natureza por parte da capacidade mental e física das sujeitas, sendo uma forma de reafirmar a divisão sexual do trabalho (MELO, 2002).

A divisão sexual do trabalho, colocando como “trabalho de casa” o que é da mulher e “trabalho da roça” o que é do homem, para além das questões econômicas e produtivas, justifica-se com base na invisibilidade do trabalho da mulher no campo, acarretando exclusão das sujeitas de outros espaços, como a questão do acesso à terra (PAULA; HESPANHOL, 2014). Sendo visto o trabalho da mulher como ajuda, a mulher rural fora excluída historicamente por muito tempo da temática do acesso à terra, seja por políticas públicas ou via herança. Segundo Paulilo (2004, p. 25): “A desvalorização das múltiplas tarefas femininas nas estatísticas oficiais – daí a expressão ‘trabalho invisível’ – é um reflexo da desvalorização que perpassa toda a sociedade e suas principais instituições, incluindo a família”.

O que há no meio rural quanto ao trabalho é uma divisão em quatro áreas, sendo elas a casa, a roça, o quintal (terreiro) e a criação (CARNEIRO, 2001). A roça é estabelecida como o local da terra plantada, onde está o cerne da atividade laboral rural, sendo um espaço socialmente e culturalmente pertencente ao homem. A casa remete ao cuidado com a família, a educação das crianças e ao trabalho doméstico; é de responsabilidade da mulher (MELO, 2003). Quanto à criação de animais, segundo Garcia Jr. (1983, p. 59), “uma atividade que se apresenta segmentada em esferas masculinas e femininas, pois a criação de gado é da responsabilidade do homem e a criação de miunças (animais de pequeno porte) é de responsabilidade da mulher”. Similarmente, o terreiro também é espaço ambíguo quanto às atividades do homem e da mulher pela divisão sexual do trabalho na agricultura familiar.

No caso da agricultura familiar, esta divisão coloca o dualismo estabelecido entre o roçado e a casa (OLIVEIRA, 2006) como estabelecimento da secundarização da mulher, por meio da invisibilidade que, segundo Carneiro (1981, p. 2), é “socialmente construída e intimamente relacionada com sua organização”. Assim, é a divisão do trabalho marcada por valores que mantêm a construção socialmente definida dos membros da família, principalmente ligados às suas relações de gênero e geracionais (SANTOS, 2016). Isto implica que um mesmo espaço de trabalho possua significados diferentes para o homem e para a mulher, como aponta Nascimento (2011, p. 182):

Os princípios organizadores da divisão sexual do trabalho tendem a destinar prioritariamente os homens ao trabalho produtivo, voltado ao espaço público, e as mulheres ao trabalho reprodutivo, voltado preponderantemente ao espaço privado. Essa separação faz crer que essas esferas funcionam separadamente. Tal interpretação elimina a percepção de totalidade que as engloba, uma vez que homens e mulheres estão inseridas conjuntamente, embora de formas diferenciadas, na produção e na reprodução. Nesta perspectiva homens e mulheres são vistos em esferas completamente distintas, à medida que ofuscada a percepção da contribuição que ambos exercem tanto na produção como na reprodução (NASCIMENTO, 2011, p. 182).

Justamente pela construção social do trabalho da mulher, este remete a uma atividade de caracterização doméstica, sendo nomeado como ajuda, ou seja, não tendo seu reconhecimento econômico (SANTOS, 2016). No caso das trabalhadoras rurais na agricultura familiar, a situação da atividade doméstica é agravada quanto à sua expressiva invisibilidade. Isto porque há grande dificuldade na dissociação entre unidade de reprodução e consumo e unidade de produção (SANTOS, 2016).

A esfera econômica é significativa para se pensar na divisão sexual do trabalho. O “privado”, destinado ao trabalho da mulher, e o público, do “homem”, faz com que este seja o ápice da centralidade da figura masculina dentro da organização familiar, justamente por ter a finalidade econômica do trabalho. Como economia de mercado, a produção vinda da unidade do trabalho masculino é passível de venda; enquanto que o trabalho feminino tem sua atividade econômica tida como improdutiva para ser comercializada, sendo, assim, definida como trabalho doméstico (PAULILO, 2007). Tal trabalho, para Rossini (1993, p. 10), faz-se importante por ser suporte para o trabalho realizado na unidade de produção:

O trabalho doméstico é a importante parcela da produção socialmente necessária. Entretanto, numa sociedade na qual a base é a produção de mercadorias, ele não é considerado um trabalho na acepção verdadeira da

palavra, pois, está fora da esfera da remuneração (ROSSINI, 1993, p. 10).

O estabelecimento da construção social e cultural das relações familiares perpassa as chamadas relações patriarcais, em que o capitalismo também interfere na separação entre as esferas de trabalho no âmbito da família. Isto faz com que as mulheres sejam responsáveis pela unidade reprodutiva, sendo o fator reprodutivo também uma base para mão de obra no sistema (FEDERICI, 2017). Nas palavras de Paulilo (2004, p. 244-245), as consequências se dão da seguinte forma:

O capitalismo fez mais do que separar os meios de produção do trabalho e o espaço doméstico do espaço de produção. Foi a primeira vez na história que se tentou subordinar a sociedade ao mercado. Os princípios da antiga ordem social foram substituídos pelo princípio da permuta ou troca, cujo padrão subjacente era o padrão de mercado. E assim o único esforço físico ou mental que passou a merecer o nome de trabalho produtivo e a ser remunerado foi o despendido nas atividades consideradas econômicas. Daí a separação entre trabalho produtivo e não produtivo, nada fácil de se visualizar quando não há separação entre unidade familiar e de produção, como é o caso do campesinato. Quando a mulher faz queijo, por exemplo, pode fazê-lo para comer ou vender (PAULILO, 2004, p. 244-245).

A subordinação existente do espaço doméstico ao espaço de produção fez com que o trabalho feminino fosse associado a uma forma de ajuda, caracterizando-o, assim, como um trabalho “leve”. A produção do trabalho “leve” na agricultura familiar faz com que sua percepção não valha do esforço físico ou do número de horas trabalhado; mas, sim, pelo fato de ele ser realizado pela mulher. Em contrapartida, o trabalho “pesado” é aquele que é realizado pelo homem (PAULILO, 1987), ou seja, não é o tipo de atividade que economicamente a caracteriza como trabalho “leve” ou “pesado”, mas sim o sexo<sup>4</sup> que ele possui. Afirma-se, assim, que a problemática sobre a produção do masculino e do feminino no rural, parte da associação feita entre ajuda e o trabalho feminino, pois, enquanto o primeiro é valorizado pela figura do “chefe de família”, o segundo é desvalorizado pelo “trabalho leve” da mulher. O trabalho feminino, então, para Paula e Hespanhol (2014, p. 14), “é tido como uma complementariedade ao trabalho masculino, um acréscimo à remuneração obtida pelo marido. O trabalho, quando remunerado, é pago de acordo com a posição que o homem e a mulher ocupam na hierarquia familiar”.

---

<sup>4</sup> Aqui, para não adentrar na questão das relações de gênero, uso o termo “sexo” justamente pelo fato de ser do sexo feminino ou ser do sexo masculino, com base no fundacionalismo biológico (NICHOLSON, 2000), é que se caracterizam os tipos de trabalho. Trazendo para o campo das relações de gênero, se o gênero é construído socialmente e culturalmente, sua performatividade socioeconômica e cultural faz com que ocorra a produção do ser feminino e do ser masculino no âmbito das relações patriarcais.

Toda a diversidade de trabalho da mulher na agricultura familiar evidencia de forma silenciada a sua jornada dupla: estando na unidade de reprodução com as tarefas domésticas, cuidado com os filhos e marido; e estando na unidade de produção, nas atividades da agricultura familiar tidas como “ajuda” ou “trabalho leve”. A importância (in)visível do ponto de vista econômico sobre o trabalho da mulher na agricultura, de acordo Paulilo (2007), torna impossível a separação, na prática, entre o trabalho na roça e o trabalho doméstico, pois, quanto à mulher, “suas tarefas não remuneradas, ainda que de forma indireta, geram renda; portanto, o papel da mulher é tão econômico quanto o do marido, pois a família não poderia criar seus filhos sem o trabalho dos dois (PAULILO, 2007, p. 13)”.

Esta importância posta sobre a produção do ser feminino, ou seja, da mulher na agricultura e também de seu trabalho com a terra, resgata e evidencia o trabalho das mulheres na agricultura familiar. Muito mais do que sujeitas do familiar na agricultura, as mulheres se organizam na busca pela visibilidade do seu trabalho, como organização trabalhista e parte de outras organizações. Pela relação entre o trabalho, a mulher, a família e a economia é que se apresentam, nos próximos tópicos, os percursos metodológicos acerca de um estudo sobre uma organização de mulheres rurais.

### **3. Aspectos metodológicos**

#### **3.1. Semeando o caminho até a MOBI**

Como em toda pesquisa, nenhum caminho foi fácil para se chegar ao grupo MOBI. A escolha por estudar gênero no contexto da agricultura familiar partiu de questionamentos que passei a ter a partir da minha atuação como extensionista em um projeto da graduação em que eu trabalhava com economia solidária e agricultura familiar. Comecei a perceber que havia uma presença (in)visível das mulheres no contexto do trabalho rural, e, ao mesmo tempo, havia grupos de mulheres se organizando para evidenciar o trabalho delas na agricultura familiar. A complexidade que passei a perceber nestas relações foi o que me instigou para dar enfoque a uma pesquisa de caráter feminista no meio rural.

Ao tomar a decisão de estudar gênero e agricultura familiar, a escolha de início não fora a MOBI. Ela aconteceu na busca por grupos que tivessem interesse em participar da pesquisa. Inicialmente, o contato foi com o coletivo de mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) da cidade de Campo do Meio, Sul de Minas Gerais: o Coletivo Raízes da Terra. Primeiramente, seria feito um contato inicial para eu ir até o grupo, para nos conhecermos e nos familiarizarmos. Mas, diante de conflitos da polícia com o movimento, as militantes do grupo acharam melhor, por questões de segurança, evitar este encontro naquela época.

Na procura por outros grupos de mulheres agricultoras no Sul de Minas, falaram-me do grupo MOBI, do qual eu já tinha conhecimento devido a alguns eventos sobre agricultura familiar de que eu participava. Já mantendo contato com alguns membros

da COOPFAM, tentei acessar as mulheres cafeicultoras e, numa ligação, conseguira a oportunidade de ser apresentada ao grupo e realizar um primeiro estudo<sup>5</sup>. Assim, a partir do contato estabelecido, sempre busquei manter uma posição de respeito com o espaço das mulheres, deixando com que elas fossem me abrindo caminhos para uma maior aproximação. Como exemplo, posso dizer que, à época, a mesma agricultora com quem fiz contato para estabelecer minha ida objetivando conhecer o grupo ajudou-me com informações sobre alguma hospedagem na cidade. Pouco tempo depois, ela me perguntou se eu não aceitaria ficar na casa dela; assim, o convite foi feito, e eu o aceitei. Durante o período de realização da primeira pesquisa que durara quatro dias, fiquei na casa da família de tal agricultora, mas, em todos os dias que ali estive, conheci propriedades de diversas integrantes da MOBI, totalizando nove mulheres que abriram as portas das suas casas a mim e que participaram das entrevistas semiestruturadas realizadas, à época, para a elaboração do meu Trabalho de Conclusão de Curso de graduação.

Após a realização da pesquisa em outubro de 2016, continuei mantendo contato com o grupo e, em julho de 2017, reencontrei as mulheres para a devolutiva dos resultados da pesquisa desenvolvida, por meio de um diálogo aberto acerca dos apontamentos analisados pelos dados coletados.

Desde então, os encontros com o grupo MOBI foram de certa forma, constantes. O que eu buscava antes de estar efetivamente em campo era me aproximar mais, conhecer outras mulheres que eu não havia conhecido e me fazer mais presente, para ser um rosto conhecido, e não um rosto estranho. Eu queria estabelecer uma relação com o grupo para que, a partir do contato mais próximo, eu pudesse observar de perto os momentos de encontro do grupo – reuniões, dias de campo ou organização e participação em eventos – de modo que eu imaginava que, no cotidiano, por meio da observação, eu pudesse capturar a riqueza das relações em que as mulheres estariam inseridas.

Para estar cada vez perto do grupo, estive em eventos que tinham importância para as mulheres e que tinham a ver com a sua organização e o trabalho na agricultura familiar. O primeiro deles foi a Festa do Café da COOPFAM em novembro 2017.

---

<sup>5</sup> No ano de 2016, conheci o grupo MOBI e realizei a pesquisa que teve como resultado meu Trabalho de Conclusão de Curso “Gênero e Relações de Poder: Análise da Participação Das Mulheres No Grupo MOBI Em Poço Fundo, Minas Gerais”, apresentado para a obtenção do título em Administração Pública pela Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais.



Junto às mulheres, eu estive à disposição para ajudar na organização que ficou a cargo da MOBI, o Festival Gastronômico de Café. Já em 2018, acompanhei as reuniões mensais do grupo e eventos de que as mulheres participaram. Quanto aos eventos, participamos em fevereiro do I Encontro das Mulheres do SPG Sul de Minas, realizado no Assentamento do MST em Campo do Meio-MG. Este encontro foi importante no sentido de ter possibilitado o acompanhamento e a vivência da atuação política das mulheres frente à militância da agroecologia e da agricultura orgânica junto a outras mulheres de outros coletivos da rede Orgânicos Sul de Minas.

Em março, estive presente numa formação sobre ética e cidadania e auxiliei as mulheres na formulação da contraproposta do Café Feminino a ser entregue à cooperativa. Na mesma época, também compareci na reunião entre a COOPFAM e a MOBI sobre a proposta de uma nova linha do Café Feminino, como observadora não-participante, para preservar minha relação com o grupo e com a cooperativa, bem como minha ética enquanto pesquisadora, devido à tensão da pauta da reunião. Por razões de preservação pessoal e acadêmica, junto ao meu orientador à época, elaboramos dois documentos<sup>6</sup>, um a ser entregue ao presidente da COOPFAM e outro a ser entregue para a coordenadora do grupo MOBI, referentes aos objetivos da pesquisa e minha permanência nos seus espaços de vivência e produção.

Em maio de 2018, aconteceu a I Caminhada Agroecológica “Mulheres da COOPFAM: construindo e valorizando nossos saberes” no Sítio da Bárbara e do Paulo, no Bairro do Cardoso. O objetivo do evento foi ter um espaço de troca de saberes e construção coletiva de conhecimentos sobre a produção orgânica de café a partir das experiências enquanto agricultoras por parte das mulheres.

Das reuniões mensais do grupo que ocorrem toda segunda sexta-feira do mês, estive presente naquelas que ocorreram nos meses de fevereiro<sup>7</sup>, março, abril e maio de 2018. Eu participava das reuniões com o intuito de contribuir com o grupo e eu pedia um espaço para as mulheres para lembrar qual era o objetivo da minha presença junto a elas. Para que minha participação fosse possível junto ao grupo e

---

<sup>6</sup> Os documentos estão em formato de anexo ao final do trabalho.

<sup>7</sup> A reunião de fevereiro de 2018 foi diferente das outras, pois nela o grupo organizou seu planejamento estratégico de 2018. Os objetivos, eventos principais, comissões de viagens e de participação em eventos.

devido à presença constante de pesquisadores e pesquisadoras para fazerem seus trabalhos de pesquisa sobre a MOBI e a COOPFAM, elas pediram para que eu apresentasse um documento<sup>8</sup> explicando a minha pesquisa e os objetivos.

A partir dessa experiência, acredito que se construiu, entre essas sujeitas e eu, uma relação de confiança e proximidade que propicia a oportunidade de abordar a questão de pesquisa que as envolve a partir de uma perspectiva qualitativa.

### 3.2. É preciso estar no campo para cultivar a terra; é preciso estar no campo, para cultivar a pesquisa

Cultivar o campo da pesquisa é uma tarefa que envolve planejamento como se fôssemos cuidar do plantio de uma lavoura. Escolher quem serão as pessoas ou grupos envolvidos na pesquisa, o tempo para a coleta de dados, as estratégias e ferramentas para buscar colher os frutos do trabalho são de extrema importância para o alinhamento teórico-metodológico.

Pela relação campo-pesquisa, enquadra-se a pesquisa realizada na categoria denominada pesquisa qualitativa por estar nela envolvida homens e mulheres, considerados sujeitos históricos de determinado contexto, relacionando suas subjetividades e objetividades. A partir da pesquisa qualitativa, buscou-se valorizar a compreensão de uma realidade social vivida por um grupo, valorizando suas crenças, valores, representações e significados que permeiam seus cotidianos (REY, 2005).

Além disso, optou-se pela pesquisa qualitativa devido a seus pontos relevantes como contribuição para construção metodológica do campo. Considera-se que a pesquisa qualitativa possui dimensão política, por tratar da realidade dos sujeitos e da forma como eles a constroem coletivamente (DENZIN; LINCOLN, 2006; MARTINS; THEÓPHILO, 2009; REY, 2005). A pesquisa qualitativa também busca compreender os sentidos atribuídos pelos sujeitos nela envolvidos quanto à significância de suas realidades sociais, e, também, por ter seu exercício político, estabelecendo uma relação de construção coletiva igualmente por parte do

---

<sup>8</sup> O documento compõe os anexos ao final do trabalho.

pesquisador com o grupo, de modo a haver complementaridade (DENZIN; LINCOLN, 2006; MARTINS; THEÓPHILO, 2009; REY, 2005).

No caso da pesquisa realizada, é possível relacionar as características que abarcam a pesquisa qualitativa, pois trata-se do estudo de um grupo organizado de mulheres no qual, a partir da subjetividade individual de cada uma, busca-se compreender a construção da sua subjetividade coletiva enquanto grupo. Também, tivemos uma relação de proximidade e complementaridade entre pesquisadora e grupo, uma vez que, para a coleta de dados, foram escolhidos métodos que envolvem a proximidade de uma vivência e experiência da realidade do cotidiano das mulheres. Pela relação estabelecida, foi considerado por minha parte que as mulheres são “[...] sujeitos de estudo, pessoas em determinadas condições sociais, pertencentes a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados” (MINAYO, 1993, p. 22). A realização de uma pesquisa qualitativa traz a percepção quanto ao dinamismo presente na realização da pesquisa, pois, por se tratar de realidades sociais de grupos ou indivíduos, estamos sujeitos ao afetamento da relação grupo-pesquisador (FLICK, 2009).

O que se tem no campo das pesquisas qualitativas é que “o conhecimento e a prática são estudados enquanto conhecimento e práticas locais” (GUEERTZ, 1983), ou seja, a partir da vivência do grupo MOBI e de suas práticas sociais e econômicas, obteve-se a base para a análise dos dados coletados. Assim, a pesquisa qualitativa possibilita a relação com outras abordagens metodológicas que fazem a intermediação entre a análise dos dados e reflexões que envolvem análises social, linguística, comportamental e econômica, relacionadas ao ambiente da coleta de dados (FLICK, 2009).

Foi a partir dessas características da abordagem qualitativa que decidi participar e observar o grupo MOBI. Minha ideia foi permitir que as análises ocorressem por meio da construção da produção discursiva das sujeitas e dos sujeitos da pesquisa, quanto às suas realidades do social, principalmente referente às interações sociais e econômicas estabelecidas entre MOBI e COOPFAM. Para que haja a percepção desta produção discursiva das sujeitas sobre si e seu coletivo, bem como dos homens sobre as mulheres, a base das análises estará nas relações de gênero e poder, bem como nas relações patriarcais nas unidades produtivas e reprodutivas para se pensar na constituição das sujeitas da e na MOBI.

Quanto aos meios para realizar este estudo, desenvolvi uma pesquisa de campo. Neste tipo de pesquisa, tem-se a flexibilidade do pesquisador quanto aos próprios objetivos já propostos, pois, uma vez inserido no campo, é possível que eles possam ser modificados (NETO, 2002). Assim, fiz uso da observação e da participação. Aqui, estabeleço uma relação metodológica com o campo da pesquisa social por considerar que a pesquisa realizada se trata de estudo de manifestações locais e sociais não uniformes. A pesquisa social por meio da observação busca pesquisar no cotidiano espaços que sejam mais ou menos públicos (SPINK, 2007).

A pesquisa do grupo MOBI se alinha nesse sentido, por se tratar de uma manifestação local com relação à mulher e seu trabalho na agricultura familiar. Assim, observar no cotidiano implica coconstrução do campo de pesquisa por meio do grupo estudado e o pesquisador (CARDONA; CORDEIRO; BRASILINO, 2014; SPINK, 2007). Essa construção da pesquisa para observar no cotidiano se dá pelo que Spink (2008, p. 70) chama de micros lugares. O propósito desta ideia metafórica “[...] é de chamar atenção para a importância do acaso diário, dos encontros e desencontros, do falado e do ouvido [...]”. No estudo que desenvolvi que tinha o objetivo de compreender como são constituídas as sujeitas na e da MOBI, observar no cotidiano seria uma forma de fazer parte da realidade das mulheres. Cardona, Cordeiro e Brasilino (2014, p. 126) dizem que:

A pesquisa no cotidiano supõe a convivência do pesquisador em espaços de natureza pública, participando das ações e compartilhando da cultura que as sustenta. Essa postura ancora-se em uma abordagem construcionista da pesquisa social, que busca compreender os sentidos produzidos pelas pessoas nas interações cotidianas, que só podem ser pesquisados nos microlugares (CARDONA; CORDEIRO; BRASILINO, 2014, p. 126).

Os micros lugares que estabeleci para que pudesse vivenciar a relação mulher e trabalho na agricultura familiar foram o espaço da casa (trabalho doméstico, o cuidado com a família), o espaço de trabalho (o quintal, a roça e a organização do trabalho); as reuniões do grupo das mulheres, reuniões da COOPFAM – do primeiro domingo e dos núcleos; espaços de formação que ocorreram em eventos diversos<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Os principais eventos que compuseram a pesquisa e seus registros estão ao final do trabalho expostos no apêndice. A relação destes eventos foi publicada em trabalho recorte da dissertação. Martins, Mariana. “Sem feminismo, não há agroecologia”: A ressignificação das relações econômicas por uma perspectiva feminista”. In: Congresso Nacional de Pesquisadores em Economia Solidária, II, UFSCar, São Carlos. 2018.

Toda essa vivência com o grupo possibilitou que eu observasse e participasse com um olhar diferenciado, buscando sempre compreender no nível mais íntimo dos micros lugares o que estava relacionado aos meus objetivos.

Segundo Cardona, Cordeiro e Brasilino (2006, p. 126-127), “a observação nos encontros cotidianos faz parte de nosso interesse por compreender a produção de sentidos, os posicionamentos que são assumidos pelas pessoas nas suas práticas discursivas”. Deste modo, minha observação se fez de forma minuciosa, estando atenta à relação da mulher com o trabalho na agricultura familiar, ainda que circunscrita ao ambiente doméstico. E também a construção coletiva que se faz sobre o ser mulher por parte de uma organização maior, a cooperativa; por parte da família e por parte dos outros homens que constroem a relação mulher-trabalho em seus discursos.

Nas casas onde fiquei, antes de sair para a roça, a mulher tinha dias que acordava mais cedo para preparar o almoço. Havia também aquelas que tinham jornada dupla ou tripla. Chegar da roça e ainda colocar a casa em ordem, fazer merenda e preparar a janta (Trecho do diário de campo, 17 de agosto de 2018).

A convivência com o grupo de mulheres mostrou que observar e participar são duas fases presentes na pesquisa social de caráter qualitativo. Foi necessário conviver para participar, e participar implicou observar. Esta relação convivência-observação busca evidenciar as possibilidades e as contradições que se dão no processo da pesquisa, e, assim, “[...] dessa forma, tanto fazer ciência como desempenhar atividades rotineiras [como o/a pesquisador/a nos microlugares de pesquisa] (ou não) de nosso cotidiano passam a ser ressignificados como formas de produzir sentidos sobre os eventos do mundo” (SPINK; MENEGON, 1999, p. 64).

A observação que se dá na e pela vivência e a participação faz com que haja por parte do pesquisador e do grupo uma construção de material para ser analisado. Sem as mulheres, suas famílias, MOBI e COOPFAM, não seria possível participar dos espaços e nem observar no cotidiano a constituição destas sujeitas acerca da relação mulher-trabalho. A observação pode ser vista mais como uma estratégia do que uma metodologia de pesquisa por possibilitar a riqueza na compreensão do dia a dia das pessoas envolvidas. Pela complexidade das relações no cotidiano, observar como parte da pesquisa depende dos fatores que foram compilados por Cardona, Cordeiro e Brasilino (2014, p. 130):

a) o nível de estruturação, que pode abranger desde uma observação/descrição muito detalhada até uma observação/descrição pouco ou difusamente detalhada; b) o foco da observação, que significa prestar atenção apenas a alguns elementos (movimentos das pessoas, entradas e saídas de um lugar etc.) ou considerar uma ampla gama de interações (na rua, no lar, no trabalho etc.); c) o/a pesquisador/a ser reconhecido por todos/as como alguém que está lá para conviver e registrar; d) tempo de convívio, que pode ser mais ou menos intenso, incluindo poucas observações/descrições até observações/descrições por longos períodos de tempo; e e) a utilização de recursos variados para o registro das observações/descrições, que pode incluir desde notas pessoais à utilização de roteiros de observação de situações de interação específicas, gravações de áudio, vídeo gravações etc. (CARDONA; CORDEIRO; BRASILINO, 2014, p. 130).

Durante o período de realização da pesquisa, acredito que minha observação foi aos dois extremos, muito e pouco detalhada. No início, eu estava atenta a tudo, mas, com o passar do tempo, participar no cotidiano foi se tornando tão rotineiro que, em alguns momentos, cheguei a esquecer que estava ali para coletar dados. Detive minha atenção no cotidiano das mulheres na casa e no seu trabalho; mulher e trabalho foram pontos-chave para a observação de modo a compreender o trabalho na agricultura familiar, a relação da família, o trabalho na roça, o trabalho doméstico; também foi a convivência em reuniões e espaços de formação para compreender a constituição das sujeitas no coletivo e da produção de saberes e experiências que destes espaços surgiram. Busquei deixar claro nos espaços coletivos o porquê de minha presença e fiz uso de diversas técnicas para registrar as minhas observações.

Por meio do conjunto de estratégias para construir a observação, é importante ressaltar que esta se dá nos encontros no cotidiano, de modo a possibilitar a coprodução de sentidos e como cada um, pesquisador e sujeito – eu e as mulheres da MOBI e homens cooperados –, colocam-se diante de suas práticas discursivas cotidianas.

Para registrar minhas observações no cotidiano, utilizei o diário de campo, de modo que minhas anotações não foram o principal instrumento para as análises, mas sim um suporte, pois os registros neles feitos foram de grande valia para voltar ao campo e capturar momentos vividos com as mulheres que estão de acordo com os objetivos da pesquisa. Tratados como textos narrativos ficcionais, ainda que se trate de uma escrita pessoal acerca de minhas observações e de falar de mim enquanto pesquisadora e das minhas impressões pessoais sobre o vivido na pesquisa, o que

observei e ali foi registrado também foi coproduzido. Assim, o diário de campo é visto como parte atuante na pesquisa, pois, por meio dele, é construído um diálogo acerca das impressões, dúvidas e relatos da pesquisa. A importância do diário de campo se faz porque “rompe com o binarismo sujeito-objeto, tornando o diário também um ator/atuante que permite a potencialização da pesquisa. Ao invés de atores contrapostos (pesquisador/pesquisado; técnicas/instrumentos; tema/objetivo), tem-se na pesquisa uma conjugação de fluxos em agenciamentos coletivos produzindo a própria ação de pesquisar” (LATOURET, 2001) .

Os dois meses de pesquisa fizeram-me sentir parte do ambiente em que vivi com as mulheres e suas famílias, seja na casa, na roça, em eventos ou reuniões. Quando o diário em alguns momentos não se fez presente, foi porque a entrega foi tamanha que eu esqueci que estava lá para observar e anotar. Achei que estava cometendo um erro, mas me deparei com o trabalho de Fravet-Saada (2005) como uma forma de alento. Em seu texto, que traz o relato de sua pesquisa sobre a feitiçaria na Itália, ela diz como se entregou à curiosidade e à experimentação da feitiçaria na sua pesquisa. Estar no campo para a pesquisa, de acordo com Favret-Saad (2004), suscita afetos no campo, a perda do controle de si e aceitar que há um desejo pelo desconhecido como parte da comunicação humana.

As operações de conhecimento acham-se estendidas no tempo e separadas umas das outras: no momento em que somos mais afetados, não podemos narrar a experiência; no momento em que a narramos não podemos compreendê-la. O tempo da análise virá mais tarde. Os materiais recolhidos são de uma densidade particular, e sua análise conduz inevitavelmente a fazer com que as certezas científicas mais bem estabelecidas sejam quebradas (FRAVET-SAAD, 2005, p. 160).

A complexidade que se tem no cotidiano faz com que seja quase impossível acompanhar no diário o que se passa no dia a dia. Casa, roça, viagens, reuniões, eventos; eram muitas coisas ao mesmo tempo.

Eu decidi deixar não mais a pesquisa, mas o cotidiano, as mulheres me levarem no seu ritmo. Mesmo que eu seja criada no catolicismo, a prática religiosa na minha vida não se faz muito presente, a não ser quando eu estive em Poço Fundo. Missas, terços... eu tenho ressalvas quanto à religião católica, mas ali eu estava para ser e me tornar parte daquele contexto. Rezei várias missas e terços, beijei o Santo no terço. Vivi uma religiosidade que há muito tempo eu não tinha (Trecho do diário de campo, 01 de agosto de 2018).

O diário foi esquecido para a experimentação da vivência do dia a dia das mulheres em suas casas. A rotina de acordar, casa para arrumar, roça,

quintal... o viver todo o dia a rotina das mulheres com suas famílias, me deixou muito à vontade para que eu estivesse ali entregue. Tinha dias que eu pensava, “nossa, o diário! Preciso escrever nele?”. Mas será que ele realmente capturou tudo que aqui eu vivi? (Trecho do diário de campo, 20 de setembro de 2018).

Justamente pela importância que há no diário de campo para romper com o binarismo pesquisador-pesquisado e pela inspiração de Fravet-Saad (2005) que eu fiz uso deste instrumento como parte atuante na pesquisa e ferramenta para adensamento das análises dos dados. O diário de campo não foi o protagonista em si, mas, por meio dele, criei minha narrativa enquanto pesquisadora; dos meus afetos, experiências e vivências. Assim, o diário se fez atuante por ser o registro de minha observação e da minha participação, mas não só. Além do diário, fiz uso do celular, para anotações rápidas. Eu sentia que, muitas vezes, papel e caneta inibiam as pessoas e, como hoje em dia muita gente se dá bem com aparelho celular, eu o utilizei para pequenas anotações e também para registros de imagens, utilizando a câmera. Para adensamento das análises, retornar ao diário foi uma forma de (re)viver alguns momentos da pesquisa que foram importantes para alinhar as análises com os objetivos.

Outro instrumento que utilizei para a coleta dos dados foi a entrevista temática. Antes, eu havia optado pela entrevista semiestruturada, mas achei que, neste tipo, eu estaria limitando a riqueza do que eu poderia ouvir das mulheres e dos homens. As temáticas abordadas nas entrevistas foram alinhadas aos objetivos da pesquisa e ao eixo mulher-trabalho na agricultura familiar. Sendo assim, conversei junto às mulheres e aos homens sobre o ser mulher, o que ser mulher representa; para as mulheres, o que representa o ser mulher no campo e como começou; a relação com a terra e a titularidade; a organização e planejamento sobre o plantio do café; o trabalho doméstico e a família; as mulheres e a COOPFAM acerca da história da cooperativa e as mulheres em espaços de tomada de decisões. O grupo MOBI, sua história, como e quando começou; as mulheres e o grupo MOBI – participação, relação e organização; MOBI e o Café Orgânico Feminino; e COOPFAM, mulheres e Café Feminino – história, participação e significado.

As entrevistas foram realizadas com a utilização de gravador digital e foram concedidas mediante a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido que se encontra anexado ao final do trabalho. Também, quanto à escolha das entrevistadas e dos entrevistados, do grupo MOBI busquei conversar com todas as



mulheres; consegui entrevistar treze mulheres da MOBI e que são cooperadas da COOPFAM; fui entrevistando as outras mulheres e os homens à medida que eu ia construindo uma relação nos espaços em que participei. Mas, busquei conversar com os homens que fundaram a associação que depois se transformou na cooperativa e também com os que compunham a diretoria da COOPFAM. Ao final, foram realizadas vinte e oito entrevistas, sendo entrevistas de história oral acerca do grupo aquelas realizadas com as mulheres da MOBI. Depois de transcritas, e alinhando as entrevistas ao teórico, percebi que as falas das mulheres do grupo MOBI dariam um rico material para análise para tratar da história oral do grupo, indo da subjetividade de cada mulher à coletiva, da MOBI. E também, estavam alinhadas às teorias e aos objetivos do trabalho.

Para preservar a identidade dos entrevistados e das entrevistadas, fiz uso de nomes fictícios escolhidos pelas(os) próprias(os). A seguir, encontra-se a relação e o perfil dos entrevistados, contendo o nome fictício, idade, raça, profissão e grau de escolaridade.

Tabela 1: Relação dos entrevistados e das entrevistadas

(continua)

Nome fictício	Idade	Raça	Grau de escolaridade	Profissão <sup>10</sup>
Anita	20 anos	Branca	Ensino médio completo	Agricultora
Bárbara	42 anos	Indígena	Ensino fundamental I (4º série/Primário)	Agricultora
Adrieli	27 anos	Branca	Ensino fundamental I (4º série/Primário)	Agricultora
Mara	47 anos	Branca	Ensino fundamental I (4º série/Primário)	Lavradora
Júlia	36 anos	Branca	Ensino fundamental I (4º série/Primário)	Agricultora
Ana	36 anos	Branca	Ensino médio completo (2º grau)	"Dona de casa, mas rural também né"

<sup>10</sup> As respostas estão de acordo com o que os entrevistados e entrevistadas me responderam quando lhe perguntei qual era a profissão de cada um (a).

Nome fictício	Idade	Raça	Grau de escolaridade	Profissão
Andreia	29 anos	Parda	Ensino médio completo (2º grau)	Produtora rural(mas ela fala "produtor")
Manuela	35 anos	Branca	Ensino fundamental I (4º série/Primário)	Agricultora
Roberta "eu acho que é um nome forte"	46 anos	Branca	Ensino fundamental I (4º série/Primário)	Agricultora
Paulo	51 anos	Branca	Ensino fundamental I (4º série/Primário)	Lavrador
Marina	39 anos	Branca	Ensino fundamental (4ª série/Primário)	Agricultora
Henrique ("Alguém que quer mudar o mundo, transformar a vida das pessoas")	47 anos	Branca	Primeiro grau incompleto	Agricultor
José	41 anos	Branca	Ensino médio completo	Agricultor
Herculano	63 anos	"Moreno"	Ensino fundamental I (4º série/Primário)	Pequeno produtor rural
Fabiana	30 anos	Branca	Ensino médio completo	Agricultora
Cassio	40 anos	Branca	Ensino médio incompleto	Produtor rural/ Inspetor interno da COOPFAM
André	23 anos	Pardo	Graduação (tecnólogo é graduação né?!)	Tecnólogo em cafeicultura
Alice	45 anos	Branca	Ensino fundamental I (4º série/Primário)	Agricultora familiar
Lauro	51 anos	Branco	Ensino médio completo	Agricultor
Aparecida	45 anos	Parda	Ensino fundamental I (4º série/Primário)	Lavradora
Tereza	49 anos	Branca	Ensino fundamental I (4º série/Primário)	Lavradora

Nome fictício	Idade	Raça	Grau de escolaridade	Profissão
"Carequinha"	71 anos	"Moreno"	Ensino fundamental I (4º série/Primário)	Lavrador
Luciana	68 anos	Branca	Ensino fundamental I incompleto (4º série/Primário)	Trabalhadora rural
Iara	64 anos	Branca	Ensino fundamental (4ª série/Primário)	Lavadora
Helena	43 anos	Branca	Ensino fundamental (4ª série/Primário)	Lavadora
Raul	71 anos	Branca	Ensino fundamental (4ª série/Primário)	Agricultor
Patrícia	42 anos	Branca	Ensino fundamental (4ª série/Primário)	"Eu sou mais dona de casa e na colheita que eu ajudo mais"

Fonte: Elaboração própria

Variados foram as experiências, vivências e afetos que foram construídos e materiais coproduzidos na pesquisa. Sendo assim, no próximo tópico, relato mais detalhadamente sobre o observar no cotidiano e participar na pesquisa. E também, trago a história oral como metodologia para traçar a história do grupo MOBI.

### 3.3.A terra fértil em afeto fez a semente brotar, crescer e o pé de café florir: O que eu vi(vi), senti e experimentei

Chegar no campo de pesquisa é como plantar uma lavoura. Você quer muito que a semente vingue, que a planta cresça forte e saudável e que dê flores, frutos e outras sementes; mas você não depende só da sua vontade, depende do clima, da água, do cuidado e do trabalho de perto. Meu pai já dizia, "mexer com lavoura, é como loteria". Começar a pesquisa foi assim. Jogar no escuro. Após dois meses sem ir até Poço Fundo, todo percurso que eu havia pensado para realizar a pesquisa precisou ser modificado. Se antes eu achei que todas ou a maioria das mulheres da MOBI poderiam me receber em suas casas para um tempo de estadia, para ser parte de

seus cotidianos, eu vi que a abertura para a minha presença não era como eu pensava. Assim, eu resolvi ir para onde eu já era considerada “de casa” que era a casa da Bárbara. Combinei com ela a data da minha chegada e, a partir dali em diante, eu ia traçar novos caminhos a serem seguidos.

Quando cheguei a Poço Fundo para iniciar a pesquisa, muitas foram as angústias, anseios e receios sobre como começar, aonde ir, com quem falar, como abordar as pessoas, como me comportar. A preocupação em si já começou ao arrumar a mala; a minha dificuldade em carregar pouca coisa e quais roupas levar para passar a mais despercebida possível com as minhas vestimentas. Fui com duas malas e optei por levar camisetas básicas, calças e saias longas; nada decotado. Eu sei que eu já chamava atenção por ser mulher, ser solteira e ser de outra cidade. O período da pesquisa foi de 25 de julho a 22 de setembro de 2018.

Impossível pensar em ser discreta sem lembrar o que aconteceu na reunião de fevereiro de 2018. Naquele dia, eu fui para passar o final de semana na casa da Bárbara, mas ela achou que seria interessante eu ir para casa de outra agricultora para estabelecer mais proximidade com outras mulheres. Só que neste dia estava muito calor e eu fui de shorts. Quando a Bárbara perguntou quem gostaria de me levar para casa, nenhuma mulher respondeu e acabei indo para a casa da Bárbara mesmo. Ela tinha percebido que era por conta das minhas “pernas de fora”. Depois de um tempo, quando fomos para o encontro de mulheres no assentamento do MST, eu estava de saia longa, e uma das mulheres da MOBI me disse “Da próxima vez, você vai vestida assim que eu te levo para minha casa”. Eu só ri e percebi como a roupa era fator fundamental para possibilitar a minha presença na casa das mulheres (Trechos diversos do diário de campo e da minha memória, que recordei quando arrumava a minha mala).

Então, eu decidi que chegaria aos poucos. Fui para a casa da família da Bárbara e do Paulo, onde já eu estava acostumada a ficar desde 2016, e de lá eu montaria outra estratégia para a coleta de dados. E assim, eu consegui uma lista com o nome de todas as cooperadas da COOPFAM. A partir desta lista, com a ajuda de Bárbara, Anita e Júlia, delineei o território da pesquisa, montado de acordo com os bairros. As três foram me ajudando com os nomes, dando “dicas” de com quem eu poderia conversar. Chamara-me de imediato a atenção de como o grupo MOBI em números é pequeno. De 70 (setenta) cooperadas, apenas 14 (quatorze) são parte do grupo. E, buscando atender ao problema de pesquisa “Como são constituídas as sujeitas da e na MOBI?” e os objetivos específicos acerca da relação da mulher e o trabalho na agricultura familiar, achei que seria interessante também ouvir as outras mulheres, as outras cooperadas sobre o que elas tinham a me dizer sobre o seu trabalho na agricultura e

quais discursos elas produziam sobre o grupo MOBI. Esta última curiosidade também me instigou para buscar conversar com homens cooperados.

Na primeira semana em que estive ali, eu reestruturei o modelo da entrevista. Após a visita de um grupo de estudantes/pesquisadores na casa da Bárbara enquanto eu fazia minha estadia, percebi que a entrevista semiestruturada limitava a riqueza do conteúdo da fala da entrevistada, deixando passar detalhes riquíssimos da relação mulher e trabalho na agricultura familiar. Percebi isso, porque, convivendo há muito tempo com a Bárbara, eu sabia que suas repostas poderiam trazer mais dados. Decidi mudar do roteiro semiestruturado para entrevista temática, selecionando temas-chave que considere estarem de acordo com os objetivos da pesquisa e com o contexto da agricultura familiar e da relação mulher-trabalho. Assim, eu esperava que a conversa fosse mais solta e fluísse da melhor forma possível para enriquecer os dados que foram coletados.

Durante a primeira semana que fiquei na casa da Bárbara, participei junto com ela e com outras e outros cooperados, como Marina, Roberta, Paulo, Anita, Henrique, “seo Valdo”, da VIII Festa das Sementes Orgânicas e Biodinâmicas do Sul de Minas Gerais que aconteceu no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS), Campus Inconfidentes. Fui para acompanhar as mulheres na oficina “As Guardiãs das Sementes<sup>11</sup>: A importância do Trabalho das Mulheres na Preservação de Sementes Crioulas”<sup>12</sup>. O objetivo da oficina foi promover uma roda de conversa acerca do protagonismo das mulheres em prol do resgate e valorização dos saberes locais e tradicionais e, também, da segurança alimentar e nutricional. Dentre as mulheres consideradas “guardiãs de sementes” no documentário, estavam duas do grupo MOBI, Bárbara e Roberta.

Só nesse dia eu entendi o que eu via acompanhando diversas mulheres que faziam parte da Orgânicos. Fui entender nesse dia que sementes crioulas é preservar um saber de plantio e de vida da natureza que hoje muito se perdeu. Entendi quando via uma mulher na roça pegar uma abóbora, ela tirar a semente, colocar para secar e trocar sementes. Isto faz parte do processo, em que entendi as mulheres como protagonistas do movimento agroecológico aqui no Sul de Minas (*Trecho do diário de campo, 28 de agosto de 2018*).

Já no começo de agosto, participamos eu e algumas mulheres da MOBI – Bárbara, Roberta, Fabiana, Thais, dona Luciana, dona Iara, Celina e Helena – do Circuito Sul

<sup>11</sup> Nesta oficina, foi exibido o minidocumentário “As Guardiãs”, de direção de Aloísia Rodrigues Hirata (IFSULDEMINAS). Link para acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=MJiSlyj2Ogs&t=194s>.

<sup>12</sup> Sementes crioulas é um termo utilizado para as sementes que são nativas e passadas de geração a geração para serem preservadas.

Mineiro de Agroecologia organizado pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA-IFSULDEMINAS) no Sítio Alecrim Dourado, em Pedralva. O objetivo do Circuito foi trocar e resgatar os saberes locais e tradicionais para a produção de cafés orgânicos especiais, com foco nas mulheres agricultoras, uma vez que há uma presença significativa de mulheres nesta produção agrícola.

Durante todo o evento, foi percebido como as mulheres buscam interagir num coletivo como um todo, sendo que estavam presentes 28 mulheres. As mulheres ali presentes construíram juntas como seriam as atividades do dia e buscaram juntas entender técnicas de manejo acerca da produção do café (Trecho do diário de campo, 02 de agosto de 2018).

Foi nesse evento que comecei a me aproximar da dona Iara, da dona Luciana, da Helena e da Celina. Na hora do almoço, ficamos conversando durante um bom tempo sobre o trabalho delas na roça e eu fui falando de outros grupos de mulheres organizadas de agricultoras familiares que eu conhecia. E foi esse assunto que deu abertura para que eu estivesse mais próxima delas.

Elas estavam falando de como é importante o casal trabalhar junto na lavoura, seja na terra ou no terreiro de café, que tem que se valer o familiar da agricultura. Dona Luciana disse que não é um querer ser mais que o outro, mas os dois andarem juntos. Ela se usou de exemplo, para dizer o quanto sofreu com a morte precoce do marido e que após o ocorrido, ela teve que assumir tudo na cooperativa, mas não sabia nem a senha do banco. Aí, eu contei que conheci algumas mulheres que protagonizaram o documentário “Mulheres Rurais em Movimento” que conta a história do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE). Comentei que me chamou a atenção a fala de uma trabalhadora que dizia sobre participar de eventos e viagens com o coletivo. Ela dizia no vídeo que quando é para ir, ela só avisa, não pede; porque pedir era dar autorização para o marido dizer não. Quando eu contei o fato, dona Luciana disse na mesma hora “Eu também era assim! Meu marido era parceiro de entender que essa viagens, esses espaços, eram de crescimento para mim, mas para ele também!”. Usei o exemplo do vídeo para elas entenderem melhor o que eu queria com minha pesquisa e comecei a me aproximar mais das mulheres do bairro Dourado dos Lopes (Trecho do diário de campo, 02 de agosto de 2018).

Sobre o desenho da pesquisa, eu achei melhor deixar por último a casa da Bárbara. A intimidade em si com a família eu considerava ótima, mas, para a pesquisa, não era apropriado. E como era difícil dizer que as escolhas das casas aonde ir, com quem conversar, quais perguntas e assuntos que seriam tratados; eu sabia que eram coisas que cabiam a mim e a orientação que eu estava recebendo. Então, acabei conversando com outra agricultora, a Marina, que morava no Bairro São Miguel. A abordagem que fiz foi de muita cautela e me colocava à disposição para ajudar nos afazeres do trabalho de casa e na lavoura. A escolha para tentar ir para a casa da Marina primeiro se deu por dois fatores: o bairro onde ela mora com sua família é o

que mais possui cooperados e cooperadas na COOPFAM, entre 40 e 50 cooperados(as), onde a maioria são homens. E, também, pelo fato de ser o único núcleo da COOPFAM, que, além da MOBI, é coordenado por uma mulher.

Após entrevistar Marina, junto à lista que eu tinha de mulheres, entrei em contato com algumas, com as que consegui conversar. Marquei de ir às suas casas para um almoço ou um café da tarde. Pelo fato de eu ser de fora e elas não estarem acostumadas às conversas com pesquisadores, naquele dia da reunião do grupo São Miguel, a minha presença naquele bairro parece que instigou muitas mulheres para participarem.

*Numa conversa com Marina antes da reunião, ela me disse que quase não havia mulheres presente nas reuniões, porque muitas delas tinham crianças pequenas em casa. Mas, à medida que as pessoas foram chegando para a reunião, me chamou a atenção a quantidade de mulheres para uma reunião que quase não havia a presença delas. Conteí seis, sendo que uma delas foi com duas crianças de colo (Trecho do diário de campo, 07 de agosto de 2018).*

*A curiosidade sobre a minha presença ali era visível. Uma mulher em cuja casa eu havia ido naquele dia para uma conversa e um almoço, me chamou junto as outras mulheres que estavam com ela para explicar um pouco do que eu estava fazendo ali, de como era a conversa, etc. Mas, logo no início da reunião, a Sônia me pegou de surpresa me pedindo para me apresentar, explicar o que eu estava fazendo ali, sobre a pesquisa (Trecho do diário de campo, 07 de agosto de 2018).*

*As mulheres que estavam curiosas eram as que não haviam nunca dado uma entrevista. A visibilidade de mulheres na cooperativa era do grupo MOBI. Ao final da reunião, fui me apresentar e conversar com a cooperada que estava com as crianças de colo. Ela mal me cumprimentou. Seu olhar desviava do meu, mais atento ao chão do que à nossa conversa. Foi mais uma prova de que eu estava no caminho certo de conversar com outras cooperadas que não eram do grupo MOBI (Trecho do diário de campo, 07 de agosto de 2018).*

A semana que passei no Bairro São Miguel foi muito boa e interessante, por alguns motivos específicos. Além dos dois fatores já mencionados que me fizeram escolher a região para começar as entrevistas, tratava-se, dentre todas as mulheres com quem conversei, do grupo de entrevistadas no qual havia mais mulheres que eram apenas cooperadas. Conversei com Adrieli, Marina e Mara que são da MOBI, e também com as outras cooperadas, Patrícia, Ana, Júlia, Simone e Manuela filiadas apenas à COOPFAM. Na sexta-feira, era a segunda sexta do mês e fomos para a reunião do grupo MOBI.

Fazendo as entrevistas com as mulheres que não eram da MOBI essa semana, eu percebi que o medo delas, era por eu ser de fora, como se eu fizesse um interrogatório sobre o que elas pensavam sobre o grupo de mulheres. Mas, ao mesmo tempo, eu percebia no olhar delas, que, além da vergonha, elas estavam felizes por poderem conversar com alguém de fora sobre suas vidas (Trecho do diário de campo, 10 de agosto de 2018).

Na casa da Patrícia, a conversa foi rápida, não durou nem meia hora. Mas quando fomos conversando do trabalho dela, se ela participa da produção, ela me disse que sim; que cuida do terreiro de café e ela fez questão de ir mostrar como ela fazia o trabalho. O marido e o filho fizeram uma engenhoca numa moto. Colocaram pás na moto para motorizar o serviço dela de virar o café, ao invés de fazer o serviço manual naquele terreiro imenso. Ela dirigiu a moto e me mostrou como fazia o serviço. Percebi de longe o sorriso no rosto; feliz em me mostrar o que ela fazia (Trecho do diário de campo, 08 de agosto de 2018).

Quando cheguei na casa da Manuela, eu pensei comigo que a nossa conversa não iria durar nada, porque ela foi a mais tímida ao falar comigo na reunião do grupo São Miguel na segunda. Mas me enganei. Quando cheguei, ela estava “destalando” fumo e parou o serviço. Já estava com a mesa posta e farta de comida me esperando. Quando comecei a perguntar da sua vida, da relação com a agricultura, nossa! Como ela se abriu e conversou demais! Mas o assunto fluiu mesmo quando desliguei o gravador e ela me disse que gostava de futebol. Aí, ela foi me contar do time que torce, jogadores que gosta e que ela joga futebol em um time feminino que participa de diversos campeonatos (Trecho do diário de campo, 09 de agosto de 2018).

Na semana seguinte, eu fui ficar na Roberta no Bairro Água Limpa. Fiquei lá um pouco mais de quinze dias. A estadia foi muito produtiva, porque ela é a coordenadora do grupo MOBI, então muitos eram os assuntos. Ela também mora numa região onde havia diversas mulheres para serem entrevistadas que eram da MOBI. O bairro da Roberta fica próximo dos bairros Serra, Morais e Cachoeirinha; então, aproveitei para ir conversar com Alice, Tereza e Aparecida, todas da MOBI. Aproveitei e conversei também com alguns homens cooperados, Henrique, André e Pedro. No tempo que fiquei na casa da Roberta no mês de setembro, eu participei da reunião de grupo que envolve os bairros Água Limpa, Morais e Serra. Fui mais para ficar atenta ao envolvimento das mulheres, mas teve um homem que conseguiu chamar mais a minha atenção que todos e todas ali. Era o coordenador do grupo.

O coordenador estava lendo a pauta da reunião e tinha um assunto que falava do Café Feminino, do Orgânico e do Sustentável. Quando ele abriu para a conversa do assunto, ele disse que o café das mulheres era coisa fácil por ser coisa de mulher. Na mesma hora eu perguntei por que ele achava aquilo. Ele ficou todo sem graça e enrolou na resposta. Naquele momento fiquei interessada em falar com ele e ao final da reunião decidi perguntar se ele aceitaria conversar sobre o assunto da minha pesquisa comigo. Ficamos combinados de eu ligar para ele e marcar o dia da conversa (Trecho do diário de campo, 03 de setembro de 2018).

E não é que o cara cheio da moral da reunião de grupo não vem conversar comigo?! Eu vi que era muita marra para uma pessoa só. Mas depois me



disseram que a mulher dele é brava e ficou sabendo que a conversa era com uma mulher solteira e de fora e que ele não foi, porque a mulher não deixou (Trecho do diário de campo, 06 de setembro de 2018).

Durante o tempo que estive na casa da Roberta, as mulheres da MOBI se organizaram para realizar um mutirão para a colheita do café da lavoura da Roberta. Do evento, participaram Roberta, Tereza e Bárbara com seus respectivos esposos; Anita, Juliano, Valéria e eu. Também estavam presentes três funcionários da cooperativa para fazerem os registros.

Esse dia foi muito massa! Foi um dos dias mais bacanas da pesquisa, porque eu pude viver de perto um pouco do cotidiano das mulheres. No que se chama de “ruas” de pé de café, que são as fileiras, a mulherada se concentrou de um lado só da lavoura. Colocamos os panos, que são os sacos que ficam abertos para o grão de café cair; calçamos as luvas; botina, boné, chapéus. Todo o traje para o trabalho na roça. Também cada pessoa ali do grupo levou sua marmitta e merenda para o lanche coletivo (Trecho do diário de campo, 20 de agosto de 2018).

Os dias na casa da Roberta foram muito movimentados. No período que passei com ela e sua família, fomos à festa de inauguração do barracão da COOPFAM e do lançamento da nova marca da cooperativa, a “Cadeia do Bem”. Também acompanhei Roberta e seu esposo a uma visita de certificação<sup>13</sup> de produção orgânica em propriedades de outras duas mulheres nos municípios de Boa Esperança e Coqueiral, ambos no Sul de Minas Gerais.

Nas semanas que eu passei na cidade, fiquei na pousada da Bianca, que também é membro da MOBI. Aproveitei para conversar com alguns homens da cooperativa. Conversei com o “seo” Herculano, José, “seo” Raul, Cássio e João André. Ao longo dos dias que fiquei na cidade, eu também fui conversar com a Fabiana que mora em um bairro mais afastado na área rural e fui ao Dourado dos Lopes, falar com Dona

---

<sup>13</sup> Visita de certificação é o termo usado para o processo de certificação participativa para a obtenção do selo de produção orgânica. No Sul de Minas existe o Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica, SPG Sul de Minas. O órgão surgiu em 2012 da mobilização de agricultores agroecológicos, com apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS), da Empresa de Assistência Técnica e Extensão de Minas Gerais (EMATER-MG) e do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimentos (MAPA), para o desenvolvimento de um projeto de fortalecimento da Agroecologia do Sul de Minas (HIRATA, 2016). Atualmente são 14 grupos, sendo 2 cooperativas, 09 associações e 03 grupos informais, presentes em cerca de 50 cidades que abrangem uma grande região do Sul de Minas. São cerca de 200 famílias participantes com 184 unidades de produção certificadas. Dentro do SPG Sul de Minas, encontra-se o Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC) que é responsável pela certificação participativa para a emissão do selo de produção orgânica (HIRATA, 2016). A obtenção do selo ocorre em duas etapas: primeiro, a visita de verificação, que é quando um grupo vai visitar outro e faz apontamentos sobre o que está bom e o que precisa ser melhorado nas propriedades; e, depois, ocorre a visita de certificação, que é quando outro grupo vai visitar as propriedades para certificar se elas estão em conformidade ou não com as prescrições feitas anteriormente.

lara, dona Luciana, Helena e “seo” Carequinha. Com as três mulheres, resolvi fazer uma entrevista coletiva, já que elas pediram para conversarem juntas comigo. E a nossa conversa foi guiada por temas: a participação das mulheres na organização da produção; a divisão sexual do trabalho; as mulheres na história da COOPFAM; o grupo MOBI, as mulheres e sua história; o grupo MOBI e as outras cooperadas; e o café feminino. Tais temas surgiram como eixos do que eu já vinha percebendo das conversas anteriores e também do que eu vinha observando dos espaços que eu frequentava. Na verdade, eu já estava sentindo que o campo não me agregava mais e que já estava para chegar ao fim a pesquisa.

Desejei muito ter uma conversa específica, mas não aconteceu devido a desencontros nas agendas. Era com a Elis, a vice-presidente da COOPFAM. Mesmo não ocorrendo efetivamente a conversa em si, nos dias que fiquei na cidade, ela foi me chamar para acompanhá-la a uma visita de certificação de produção orgânica em propriedades de Itamonte, Minas Gerais. E claro, eu aceitei acompanhá-la, pois era uma forma de, pelo menos, nem que fosse em um dia, acompanhar o cotidiano da Vânia e da sua atuação como produtora de café orgânico e vice-presidente da COOPFAM.

Mesmo já saturada do campo, havia conversas importantes que tinham ficado para trás, que eram na casa da Bárbara. Voltei novamente para passar três dias e conversei com ela, Paulo e Anita. Após este momento, eu senti que tinha coletado e vivenciado tudo e o todo possível que a pesquisa poderia me oferecer.

Voltando um pouco no tempo, na reunião de setembro, quando eu sabia que a pesquisa já ia se encaminhando para o final, aproveitei que estava ali quase que o grupo todo para agradecer imensamente por tudo que elas me proporcionaram viver. E também expliquei que seria necessário um afastamento; eu precisava concentrar na escrita da dissertação, organizar dados e voltar para a vida acadêmica que havia ficado em Belo Horizonte.

Foi uma experiência para além da pesquisa. Mudei meu ritmo de vida pela pesquisa. Mudei meu horário de dormir e de acordar, dividi quarto, meu guarda-roupa foram duas malas; “quebrei” milho, “panhei” café, “destalei” fumo; ajudei a ensacar café, a pendurar fumo, a plantar rosas, a virar café no terreiro. Dei faxina, brinquei com crianças, ajudei no dever, entrei na divisão de tarefas da casa, sem contar os quilômetros e quilômetros rodados entre Belo Horizonte e Poço Fundo. Mas tudo isso valeu a pena. Valeu tanto, que em muitos momentos eu me peguei esquecendo a

pesquisa, como eu me esqueci do meu diário de campo por vários e vários dias. Mas foi tão bom! Repito aqui o que eu disse na última reunião de que participei com o grupo em setembro de 2018, “desafio qualquer pesquisadora e pesquisador a escolher um grupo para realizar sua pesquisa, conviver com ele e estar imersa em campo e não se envolver. É impossível não ser produzido ali além dos dados, afetos”. Ah, os afetos, estes foram muitos...

### 3.4. Bolo, broa e café: à mesa, conte-me sobre os “causos” da sua vida na roça

Com base no que já foi abordado como justificativa da pesquisa realizada ter caráter qualitativo, o que leva a pensar na história oral enquanto método é a atenção dada à significação de cada pessoa acerca de suas experiências sociais e também a dimensão política que há na construção coletiva da realidade destas pessoas (ALBERTI, 1990; 2003; 2005; GONÇALVES; LISBOA, 2007). Pelo fato de se falar em experiência e vivência é que a história oral foi relevante para coletar dados, ou melhor, histórias que pudessem vir a contribuir com os objetivos da pesquisa.

Pela experiência e a vivência, como poderia se propor uma pesquisa sobre a MOBI sem recorrer à oralidade das histórias das próprias mulheres sobre o grupo? Digo histórias no plural, pois, alinhando a presença constante de Foucault no trabalho, fala-se de sujeitos não-universais e históricos; ou seja, as mulheres, cada uma em sua individualidade, carregam em si sua historicidade subjetiva, enquanto sujeitas e partes de um coletivo (FISCHER, 1997; McLAREN, 2016; RAGO, 2014). Pensar na constituição das sujeitas, nos discursos que permeiam o grupo e no contexto de trabalho que envolve a agricultura familiar e as mulheres é buscar saber sobre o grupo. Como começou, o porquê, quando, quais mulheres foram envolvidas, o porquê do nome e a causa. Estes questionamentos também estão ligados à dimensão política da construção coletiva da realidade das mulheres, enquanto grupo organizado.

Nas reuniões que eu tenho acompanhado desde fevereiro, têm tido alguns desentendimentos sobre o café feminino. A mudança da logomarca da cooperativa teve interferência direta sobre o grupo. O que mais eu ouvi em diversos encontros e reuniões e também em conversas informais foi que “o grupo MOBI tem uma história!”. Não ouvi uma, nem duas, nem três; mas foram várias e várias vezes e vi o quanto as mulheres do Café Orgânico Feminino sentiram que a história do grupo estava sendo ignorada (Trecho do diário de campo, 13 de abril de 2018).

O Café Orgânico Feminino é tão importante para a cooperativa, que o grupo MOBI é chamado de “a menina dos olhos” da COOPFAM. Mas é estranho. Parece que é só quando convém que essa relação é estabelecida. Em lugar

nenhum vi registros ou uma busca por parte da cooperativa para registrar a história do grupo MOBI. O que existe é um discurso do marketing nas embalagens ou de funcionários que passam informações aos órgãos ligados à agricultura familiar do Governo Federal e depois estas informações são divulgadas em sites oficiais (Trecho do diário de campo, 24 de julho de 2018).

Para recorrer à história oral, fez-se necessário sua leitura enquanto teoria e disseminação de conhecimento e, principalmente, como metodologia de pesquisa qualitativa. Assim, acerca de seu caráter teórico, sabe-se que a história oral é considerada a fonte primária de busca do saber nas sociedades, antes mesmo da escrita acontecer (GONÇALVES; LISBOA, 2007; QUEIROZ, 1987; THOMPSON, 1998).

A fonte oral é a forma de disseminação do conhecimento cristalizada na escrita (QUEIROZ, 1987; THOMPSON, 1998). Pela percepção tida sobre a linguagem por disciplinas como a semiótica, a antropologia e a linguística, também se observa que o discurso dos sujeitos possui relevância para que se possa compreender realidades sociais diversas – relações e ações – que não seria possível apenas por meio da observação (CAMARGO, 1987; GONÇALVES; LISBOA, 2007).

Pela sua relevância enquanto método, a história oral se ramifica em vertentes como as trajetórias de vida, narrativas e histórias de vida (ABRAHÃO, 2003; ALBERTI, 2003; GONÇALVES; LISBOA, 2007; PERROT, 1989; TEDESCHI, 2009). Para trabalhar o método, é importante que se busque o rigor epistemológico, em que, durante todo o processo da coleta de dados, as técnicas e os instrumentos para se fazer a história oral estejam de acordo com as delimitações epistemológicas do trabalho (ALBERTI, 2005; GONÇALVES; LISBOA, 2007). O rigor epistemológico dá à história oral sua cientificidade enquanto método de investigação social por proporcionar a objetividade da experimentação e da observação. Assim, tanto por parte do entrevistado quanto do entrevistador, são visíveis a singularidade das vidas e a humanização presente no processo (ALBERTI, 1990; 2003; 2005; GONÇALVES; LISBOA, 2007; TEDESCHI, 2009).

Da coerência epistemológica ao delineamento para se chegar ao método da história oral na prática, também é preciso estar atento à presença constante da relação consciência e não-consciência, justamente pelo fato de que as falas dos entrevistados trazem conteúdos que vão além da sua consciência. Na oralidade, eles expressam significados e sentidos que permeiam seus processos sociais e, de forma consciente, permitem que o entrevistador extraia o material para que, ao relacioná-lo ao aporte

teórico-metodológico, possa conduzir a investigação no campo (GONÇALVES; LISBOA, 2007).

Outro ponto importante a ser considerado é a dimensão subjetiva presente na história oral pela relação estabelecida entre a subjetividade da estrutura social com a dimensão social (ALBERTI, 2003; GONÇALVES; LISBOA, 2007; TEDESCHI, 2009). A partir dos relatos envolvendo a vida, os valores e a cultura das pessoas, é possível perceber o conteúdo subjetivista ali presente. “Cada sociedade é uma maneira de fazer o tempo, de construir o tempo. É na sociedade que o indivíduo torna-se sujeito” (GONÇALVES; LISBOA, 2007, p. 87). A partir do contexto social da agricultura familiar, das relações sociais nela estabelecidas com relação às mulheres do grupo MOBI é que a subjetividade se faz presente para se pensar na constituição destas sujeitas. E assim, pode-se ter mais uma evidência da relevância da história oral para se compreender como a história do grupo MOBI tem relação com o aspecto subjetivo das mulheres.

Nesta mesma perspectiva, deve-se atentar para a relação estabelecida entre totalidade e singularidade na história oral. A partir de diversos relatos, não é possível restringir o registro à singularidade, mas sim a uma totalidade sintética, na qual cabe ao entrevistador reconstruir, pelas histórias, a complexidade existente em cada uma (GONÇALVES; LISBOA, 2007). Isso se faz necessário porque, tratando-se de uma organização ou grupo, cada pessoa que traz até o pesquisador o seu relato oral, expressa por meio deste as relações estabelecidas em seu contexto (GONÇALVES; LISBOA, 2007). Deste modo, cada indivíduo traz a sua singularidade com relação à experiência vivida, ainda que de forma coletiva. Marre (1991, p. 128) afirma que “quando o indivíduo vivencia e relata sua trajetória, se identifica a um grupo social do qual ele é elemento constitutivo”.

Toda essa relação entre o total e o singular também foi fator para a escolha da história oral enquanto método para falar do grupo MOBI. Ao longo de todo acompanhamento que tive do grupo em quase dois anos, eu não pude deixar de perceber que não havia unicidade na organização das mulheres quanto à sua história. Era o mesmo grupo, mas eram diversas as mulheres, as vivências, as experiências e as memórias, e eu percebia que cada uma trazia para si a singularidade e a construção da história do grupo. Essa pluralidade de histórias sobre o mesmo assunto, a MOBI, instigou-me ainda mais para fazer uso da história oral.

A pluralidade singular da história do grupo MOBI também está relacionada ao que Alberti (2003) chama de compreensão na perspectiva hermenêutica. Por se tratar de uma abordagem compreensiva, busca-se pela história oral traçar a relação entre a intencionalidade e a realização de ações de grupos por meio de motivações. Segundo Alberti (2003, p. 02), “as produções humanas exprimem a vivência e cabe ao hermeneuta compreender essas expressões, de tal forma que a compreensão seja o mesmo que tornar a vivenciar”.

Da vivência da complexidade hermenêutica do entrevistado e do entrevistador no processo de significação do conteúdo emergente na história oral, também é preciso estar atento à historicidade do processo (ALBERTI, 2003; 2005; GONÇALVES; LISBOA, 2007). Por parte do entrevistador, é importante estar atento ao caráter processual e dinâmico que permeia toda a pesquisa com relação ao tema, e, justamente por se tratar de um método para pesquisa qualitativa, a historicidade está ali presente. Ao se tratar de um estudo de uma determinada realidade social, a pesquisa em um todo, não só com relação à oralidade das histórias, também está em constante transformação (ALBERTI, 2003; 2004; GONÇALVES; LISBOA, 2007). No caso da história oral, isto acontece pela reconstrução e ressignificação do passado que ocorrem à medida que entrevistador e entrevistado constroem no presente o discurso sobre o vivido e as experiências (ALBERTI, 2003; 2004; GONÇALVES; LISBOA, 2007; TEDESCHI, 2009).

Pela complexidade das relações sociais vividas, experimentadas, reconstruídas e ressignificadas de modo singular, plural e complexa, indo da subjetividade individual à memória coletiva, Alberti (1990, p. 52) defini a história oral como

[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participam de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo como forma de se aproximar do objeto de estudo [...] Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam (ALBERTI, 1990, p. 52).

Considerando que a história oral busca o testemunho de pessoas que viveram acontecimentos relevantes que possuem relação com os objetivos da pesquisa, faz-se importante atentar para como esta metodologia acontece e para a sua relação com o campo dos estudos de gênero. Aqui, tomo como referência os estudos de Perrot (1989), Patai (2010), Rago (2014) na perspectiva dos estudos da história das mulheres e também da sociologia rural, que trata das histórias de mulheres rurais, como

Tedeschi (2009). Igualmente, há estudos no campo da administração que valem a pena ser mencionados, como Cappelle, Borges e Miranda (2010), Joaquim e Carrieri (2018), Pereira (2014) e Oliveira et al. (2013).

A história oral presente em uma pesquisa feminista é uma forma de trazer à tona a reconstrução das histórias vividas por parte das mulheres, evidenciando, assim, a partir de seus discursos, as experiências e as vivências do passado e as desigualdades de gênero que permeiam suas relações (PEDRO, 2005). É como diz Perrot (1989, p. 39), “a memória das mulheres é vestida”. O termo ‘vestida’ é usado no sentido do caráter duplo que possui a história com relação às mulheres, pois a história ainda se apresenta fragmentada, em domínio de um discurso masculino; ao mesmo tempo que as mulheres fazem uso da memória para comporem a história de forma individual e coletiva (HALBWACHS, 1990).

Dava para ver que as mulheres ficaram por muito tempo sentidas com a desconsideração com a história do grupo, principalmente aquelas que estavam ali na MOBI desde o começo. Percebi também que havia alguns homens que duvidavam do grupo em si, das mulheres como as verdadeiras produtoras, que iam nas lavouras, como elas contam do seu cotidiano e do trabalho como o cerne da origem do grupo (Trecho do diário de campo, 05 de agosto de 2018).

Foi tanta mudança na cooperativa, para se falar mais de mulheres, de café de mulheres, que eu achei que seria tudo mudado radicalmente. Mas não. Fiquei muito incomodada quando vi o vídeo da nova logomarca da cooperativa, contando a história de produtores. Produtores homens. No vídeo aparecia um homem que estimulava seu vizinho a plantar café orgânico também. E só final, do lado de dentro do muro, simbolizando a família, a ajuda da mulher ao homem, que elas apareceram. Aquela história era marketing e reproduzia o patriarcado. E o que eu ouvia das reclamações das mulheres, da ausência da história delas e da invisibilidade que elas quiseram romper, estava tudo presente ali. Uma nova marca, mas silenciando as mulheres mais uma vez na história e no trabalho na agricultura (Trecho do diário de campo, 17 de agosto de 2018).

A persistência que ainda existe da predominância de uma historicidade centrada no masculino faz com que ainda haja obstáculos para que seja contada a histórias das mulheres. Por isto que, a partir da oralidade, as mulheres passam a delinear suas próprias histórias, envolvendo seus sentimentos e ideias (PATAI, 2010; PEDRO, 2005, PERROT, 1989; TEDESCHI, 2009). A história das mulheres se faz por meio de resistência, consentimentos, pela luta e violências que permeiam suas relações de gênero (TEDESCHI, 2009). E, a partir do momento que nós, pesquisadoras e pesquisadores, buscamos ouvir estas mulheres, podemos, como no caso desta pesquisa, trazer a visão delas sobre seu trabalho, o grupo MOBI e a COOPFAM.

Assim, a história oral evidencia e traz para a(o) pesquisadora(or) a complexidade para a análise de que, pelos estudos de gênero e feministas, o objetivo “é entender como a trajetória desses sujeitos e como essa historicidade são absorvidas por eles, seja pelo poder da cultura, das representações ou da estrutura social na determinação das identidades de gênero” (TEDESCHI, 2009, p. 180). Também, é possível de se aproximar a história oral dos estudos feministas e de gênero à medida que, para o movimento feminista, essa e outras metodologias que passam a habitar o campo das ciências sociais e ciências sociais aplicadas possibilitam dar ênfase e visibilidade à presença das mulheres em contextos diversos (MATOS, 2005). Tal é o caso da agricultura familiar, onde ainda persiste a dicotomia dos espaços de trabalho e a caracterização das tarefas de acordo com quem o faz.

Se a agricultura familiar é considerada contexto de acontecimentos das relações de gênero e de poder-saber, é possível que a construção social sobre o ser homem e o ser mulher também perpassa a memória e a historicidade. Assim, a categoria gênero é campo para buscar compreender as experiências e vivências que estão implicadas nas relações entre homens e mulheres (PERROT, 1989). No caso do presente estudo, alinhar gênero a história oral, foi possível, justamente porque toda problemática em volta da agricultura familiar discutida no teórico estava, do ponto de vista epistemológico, alinhada com a prática do campo da pesquisa. Da relevância do gênero enquanto categoria de análise para a história oral e suas vertentes, Tedesch (2009, p. 183) esclarece que:

O uso da categoria de análise “gênero” na narrativa histórica passou a permitir que as pesquisadoras e os pesquisadores focalizassem as relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e entre mulheres, analisando como, em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero, e como esses fatos acabaram marcando a escrita da história e a validade da narrativa histórica dentro de condições de poder especificamente masculinas (TEDESCH, 2009, p. 183).

A história do grupo MOBI se faz na complexidade da relação entre as trajetórias das mulheres, a trajetória de cada uma para com o grupo; o grupo MOBI; e a relação da MOBI com a COOPFAM. Justamente pela complexidade das relações sociais que permeiam a MOBI é que a história oral se fez tão relevante.

E para buscar a construção da história oral do grupo MOBI é que, evidentemente, as mulheres do grupo foram as escolhidas. Primeiramente, surgem as que haviam aparecido em diversos momentos de conversas informais como as pioneiras por parte de outras mulheres e também por alguns homens que têm contato direto com o



coletivo. A entrevista com as pioneiras foi de grande importância, pois a trajetória do grupo se fez e se faz simultaneamente à da cooperativa. Falar do grupo MOBI é falar das mulheres também na história da COOPFAM.

Não foi uma nem duas nem três, mas todas as vezes em que eu fui à Poço Fundo encontrar com as mulheres, sempre me falavam na dona Luciana, da dona Lara, da Helena e da Bárbara. E não eram só as mulheres que diziam isto; vários homens com que eu vinha conversando falavam delas. Percebi ali, que elas seriam peças-chave para a história da MOBI ser realmente contada de acordo com a sua importância (Trecho do diário de campo, 02 de agosto de 2018).

E assim, do mesmo modo que fiz as entrevistas temáticas, com meu gravador e um bloco de anotações, eu ouvi treze histórias sobre o grupo MOBI. A pluralidade singular de cada uma destas histórias fez com que eu, enquanto pesquisadora, tivesse o desafio de trabalhá-las numa totalidade, estando a mais fidedigna possível aos seus relatos. Sobre as entrevistas das histórias orais do grupo MOBI, três delas aconteceram de forma simultânea com as agricultoras que moram no Bairro Dourado dos Lopes. É um bairro mais afastado dos outros e da cidade, e, também, as três mulheres vinham apresentando resistência para uma conversa comigo. Decidi, como em todas as outras conversas, deixá-las à vontade para escolher dia e horário. Também achei melhor fazer a conversa do jeito delas, porque as três são pioneiras do grupo. Como a pesquisa não é só minha, mas nossa, fizemos assim. E foi muito bom e de grande importância para o trabalho.

Como eu queria conversar com a dona Lara, dona Luciana e Helena! Mas elas estavam resistentes com estudantes de fora por conta do café feminino. Na visita da Luciene hoje, eu tentei me aproximar delas, conversar sobre outras coisas e falar um pouco sobre a mulher na agricultura. Eu trouxe até alguns exemplos, histórias que eu ouvi de outros grupos de mulheres rurais. Até aquele encontro cara a cara na visita de campo, elas não tinham entendido a minha presença constante ali junto ao grupo mês a mês. Foi ali que eu ganhei a confiança delas. Ir com calma. Eu senti estava no caminho certo (Trecho do diário de campo, 02 de agosto de 2018).

Ao chegar na casa da dona Lara, lá estavam ela e seu esposo, o “seo” Carequinha; estavam também dona Luciana com sua irmã e logo em seguida chegou a Helena. Demorou para a conversa acontecer, mas, quando aconteceu, ainda houve resistência. Mas alguns silêncios e olhares também me disseram muitas coisas. Percebi que todas as pessoas que haviam me dito para falar com elas tinham razão. Elas eram peças-chave para eu entender a história do grupo MOBI (Trecho do diário de campo, 13 de setembro de 2018).

Pela importância que a história oral teve para eu compreender a história do grupo MOBI e seu alinhamento com os objetivos da pesquisa, percebi também que a história da COOPFAM estava ali entrelaçada. Como mencionei no início deste tópico, tudo que encontrei sobre a história da MOBI também faz jus à história da COOPFAM. E até mesmo o material da cooperativa continha um discurso de marketing. Ter conversado

não só com as mulheres, mas com os homens cooperados, principalmente com os fundadores, trouxe uma contribuição riquíssima para a história oral da MOBI.

### 3.5. Análise dos dados

A pesquisa qualitativa, como foi visto, é amplamente utilizada no campo das ciências sociais e sociais aplicadas. Por se tratar de estudos de relações sociais, de instituições e movimentos de organizações, tem-se que a análise dos dados coletados pode acontecer pelo compilado de informações coletadas no campo. Pelo fato de que a pesquisa qualitativa trata de relações, conseqüentemente a mesma abrange o campo dos processos de comunicação entre os sujeitos (DENZIN; LINCOLN, 2006; MARTINS; THEÓPHILO, 2009; REY, 2005).

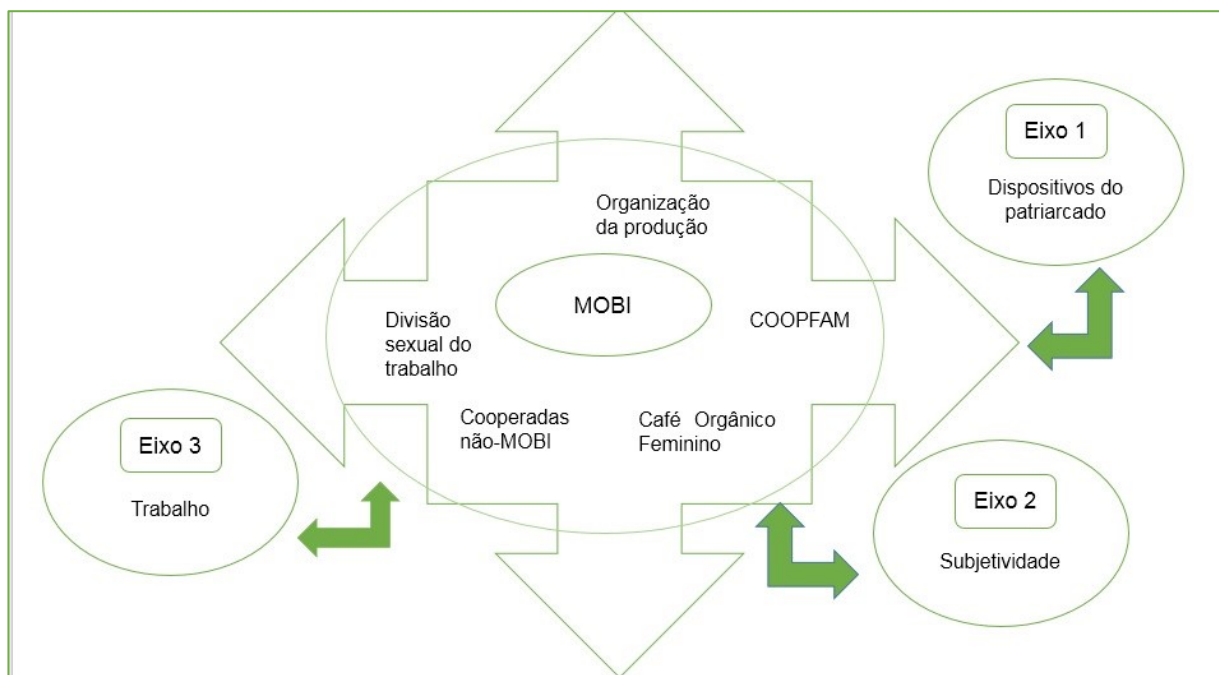
Fazendo uma abordagem mais pontual sobre as relações e os sujeitos é que se pode utilizar a análise de conteúdo para explorar e interpretar os dados da pesquisa (BARDIN, 2016). A escolha pela análise de conteúdo se deve ao fato de enriquecer a busca pela tentativa exploratória e de não trabalhar com as evidências das falas, mas, sim, com suas significações (BARDIN, 2016). Seria a busca pelo interpretar, olhar além de trechos, expressões e termos (BARDIN, 2016).

Para buscar a análise dos dados na pesquisa qualitativa, foi feita a associação de todo o material coletado por meio das entrevistas temáticas, diário de campo, história oral e da observação no cotidiano. Todos os dados coletados pelas fontes diversas foram analisados conjuntamente. A partir deste compilado, foi possível compreender os fenômenos que se fazem presentes nas relações de poder-saber acerca da constituição das sujeitas e da relação mulher-trabalho na agricultura familiar.

Diante do denso material coletado por diferentes técnicas metodológicas, para o desenvolvimento da análise de conteúdo se fez o uso da categorização. Pela leitura dos dados coletados e voltando ao teórico, foi possível traçar uma relação entre ambos. O olhar crítico-reflexivo fez com que, a partir da leitura do teórico e com as entrevistas transcritas e com o diário de campo em mãos, fosse estabelecida uma relação dos dados com o teórico. Assim, o percurso para pensar na categorização dos dados foi a relação da mulher com o trabalho na agricultura familiar. Pensar nessa relação remete ao que já foi abordado das relações de gênero e de poder –saber, bem como, estas se fazem presentes na constituição das sujeitas.

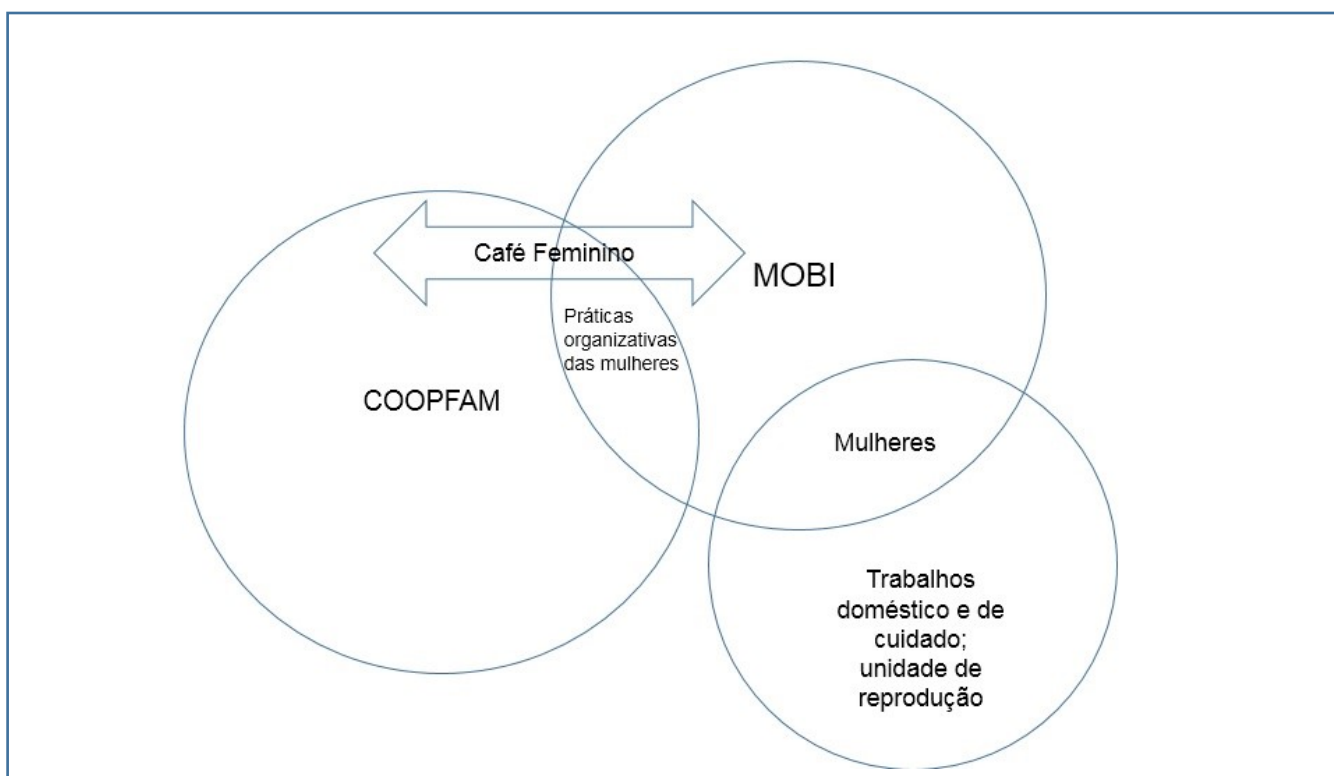
Sendo assim, categoricamente, pelo contexto da pesquisa em torno das mulheres e do grupo MOBI, enquanto organização, e pelos temas que foram tratados na pesquisa, ressaltam-se as seguintes categorias traçadas para interpretação dos dados: a organização da produção; divisão sexual do trabalho; as mulheres e a COOPFAM; o grupo MOBI; o Café Orgânico Feminino, grupo MOBI e a COOPFAM. Estas categorias foram elaboradas com base nos eixos que condizem com as hipóteses que se espera que haja na análise de conteúdo. Foram estabelecidos três eixos para as análises: o eixo um relaciona-se aos dispositivos do patriarcado; o segundo eixo se dedica às mulheres da MOBI acerca de suas subjetividades; e o terceiro eixo está relacionado ao trabalho, que engloba o patriarcado e as subjetividades das mulheres. Todo este traçado permite que se tenha o desenho das relações estabelecidas entre COOPFAM e MOBI e que interferem no trabalho da mulher na agricultura familiar. A seguir, apresenta-se o desenho de como se construíram as categorias e os eixos para a análise dos dados.

**Figura 1- Construção das categorias e eixos da análise dos dados**



Fonte: Elaboração própria.

**Figura 2- Coconstrução do campo das análises**



Fonte: Elaboração própria.

Para o desenvolvimento das análises, serão apresentados trechos das entrevistas e do diário de campo. O recurso **negrito** será utilizado para enfatizar expressões ou termos que darão sentido à análise de conteúdo, buscando a significação dos termos relacionados ao contexto da pesquisa, aos seus objetivos e ao teórico adotados.

#### **4. De flor em flor, fez-se a florada do Grupo MOBI**

##### 4.1. “Quem é que vai para o campo sem um ‘emborná’ de merenda?!”

De acordo com a Pesquisa Nacional De Amostra Por Domicílio Contínua de 2018 (PNAD Contínua), caracterizam-se como categoria Outras Formas de Trabalho aqueles relacionados aos afazeres domésticos, cuidado com as pessoas, realização de trabalho voluntário e produção para consumo próprio (PNAD Contínua, 2018). De acordo com os dados da pesquisa, as mulheres dedicam cerca de 8,2 horas a mais do que os homens às tarefas domésticas e às tarefas que são caracterizadas como cuidado (PNAD, 2018). A partir da diferença do tempo de trabalho entre homens e mulheres, neste tópico apresento as análises referentes à divisão sexual do trabalho que ainda permeia o trabalho da organização familiar na agricultura. Por esta divisão, o trabalho é tido como um dispositivo do patriarcado moderno do Ocidente ao ser utilizado para a construção do ser mulher e do ser homem quanto a suas ocupações (PATEMAN, 1993).

O título desta seção é um trecho da fala de uma das entrevistadas, Bárbara; e partir dela, traça-se a discussão acerca do trabalho e também do casamento, como dispositivos do patriarcado moderno do Ocidente, ainda que o casamento seja submetido ao contrato social (PATEMAN, 1993). Lembra-se que o poder, por meio de seus dispositivos, possui caráter relacional; ele produz e reproduz formas de se organizar enquanto família na agricultura. Ao passo que ainda existe a divisão sexual do trabalho no meio rural, é perceptível que há uma resignificação acerca do trabalho, principalmente o realizado pela mulher. Quando Anita é perguntada sobre como ela vê o trabalho da mulher e do homem na agricultura, ela tem a consciência sobre a problemática quanto ao trabalho da mulher ser considerado ajuda e traz sua crítica, resignifica e enfatiza a importância que o trabalho da casa tem para a agricultura familiar.

Porque, **eu acho que quando se tem uma família, ninguém ajuda ninguém.** Todo mundo faz as coisas juntos. **Porque, quando fala que você me ajudou, dá a entender que quem fez a maior parte fui eu e você só me deu uma mãozinha.** Tipo, você não é tão importante quanto eu. Você é um pouco importante, mas não é tão importante quanto eu! **E quando se dá essa questão de ajuda, você já começa a alimentar isso na cabeça da pessoa. Eu só ajudo, eu não sou tão importante assim, ao ponto de ele depender de mim.** E aí, você vê muitos casos que a mulher vem a falecer por algum motivo e o homem acaba não dando conta de gerenciar tudo que ela gerenciava antes. Então, **significa que ela não era uma ajuda, né?! Ela era parte fundamental, e eu acho que é assim que tem que ser visto. Não é uma ajuda.** O marido e a mulher, ninguém ajuda ninguém; **os dois constroem as coisas juntos!** [...] Talvez uma pessoa trabalha mais na lavoura e a outra trabalha mais em casa, mas tem que se entender que, se cada um fazer a sua parte, não dá para levar as coisas para andarem juntas. (Anita)

Anita traz em suas falas elementos pertinentes da relação da mulher e o trabalho na agricultura familiar. Em sua fala, têm-se a crítica sobre o trabalho da mulher ser considerado ajuda e a percepção do quanto a “ajuda” da mulher no trabalho na agricultura é uma construção social. Esta construção se dá por meio do patriarcado moderno associado ao capitalismo, em que o trabalho da mulher não possui valor econômico, mas, sim, reprodutivo (FEDERICI, 2017; PAULA; HESPANHOL, 2014; PATEMAN, 1993; PAULILO, 2007; SANTOS, 2016). Nesse sentido, a mulher, enquanto sujeita, tem a reprodução da invisibilidade do seu trabalho. Esta “ajuda” faz com que o trabalho seja visto como dispositivo do poder, no qual, o homem, ao ocupar o espaço público – da produção e do econômico – esteja de acordo com a construção do homem e da mulher a partir das relações de poder no âmbito da família (AGUIAR, 1984; ARRUZA, 2015; CAMPOS; TÍLIO; CREMA, 2017; SANTOS, 2016).

Pensar em nível da organização familiar, nos micros poderes no contexto rural, a persistência do trabalho da mulher como ajuda se dá por ação do dispositivo da família (AGUIAR, 1984; NARVAZ; KOOLER, 2006; PATEMAN, 1993). Trazer o imaginário que há na separação entre espaço público e espaço privado é ter na família o dispositivo que atua pelo patriarcado no processo de docilização dos corpos das sujeitas nas suas relações socioeconômicas (AGUIAR, 1997; VIEIRA, 1997; FOUCAULT, 2017; FEDERICI, 2017).

O dispositivo do contrato de trabalho se alinha ao caráter relacional do poder, quando Anita evidencia a importância do trabalho doméstico e do espaço privado para toda a conjuntura da agricultura familiar em sua produção. A resignificação da ajuda e o reconhecimento do trabalho da mulher na agricultura na concepção de Anita se fazem em dois momentos.

O primeiro acontece ao simular uma situação em que a mulher falte ao marido em caso de falecimento. Ao fazer a exposição, ela enfatiza que o trabalho da mulher, que se fazia invisível, na verdade, era visível e não reconhecido. O que se encontra neste sentido é que as mulheres, vistas como coadjuvantes, são presença constante no trabalho da agricultura familiar. Talvez pensar que a morte seja um dispositivo do patriarcado moderno para colocar em evidência a mulher quanto a sua participação na agricultura? Pois o contrato sexual se faz primeiro diante do contrato social, ou seja, das relações de gênero e de poder-saber em que as sujeitas estão inseridas.

A segunda situação que Anita coloca evidencia a importância que o trabalho doméstico tem para com o funcionamento do restante da organização familiar. Faz-se relevante analisar o último trecho de sua fala, quando ela diz:

**Não é porque um trabalha mais em casa e o outro na lavoura que quem trabalha em casa é menos importante que a que trabalha na lavoura!** Se ela não fizesse aquela parte dela, não teria como ele fazer a parte dele. Então, **não é ajuda e nunca vai ser.** Mesmo que ela nunca vá à roça, que ela faça as coisas só em casa. Não é ajuda! **Ela faz uma parte que, se ela não fizesse, ele teria que fazer!** (Anita)

Anita vê a importância do trabalho doméstico equiparada ao trabalho da roça, não colocando separação entre os dois espaços, como se tem no contrato de trabalho enquanto dispositivo do patriarcado moderno e, também, pelas leituras da divisão sexual do trabalho no meio rural. Ao dizer que “**não é ajuda e nunca vai ser**”, ela traz relevância a novas formas de organização do trabalho. Pensar que há outras possibilidades acerca do trabalho rural da mulher, é necessário destacar sua atuação, mostrando que a presença das mulheres neste cenário se faz no campo em disputa do gênero enquanto dispositivo (PATEMAN, 1993). O fato de haver reconhecimento do trabalho da unidade de reprodução por parte de uma mulher mostra que há estratégias para as mulheres pensarem suas relações com os homens; poder-se-ia pensar acerca do combate do feminino submisso ao masculino (TORRES, 2011; LOURO, 2017). Enfatizar a importância do trabalho doméstico, é compreender que o trabalho da mulher tem tanta importância quanto o trabalho da roça, para que esse aconteça. É uma possibilidade para se pensar a construção do ser mulher na sociedade (TORRES, 2001; LOURO, 2017; SCOTT, 1995).

“Não é ajuda e nunca vai ser” nos sinaliza também que o fato da mulher ter a sua atuação como protagonista em maior grau no ambiente doméstico ressalta a importância deste para o todo da organização rural familiar. No entanto, ainda ocorre o não reconhecimento da contribuição do trabalho doméstico como parte do todo do

trabalho da roça. Essa percepção sobre o não reconhecimento acontece não só com o trabalho doméstico, mas também com a participação da mulher no lidar com a terra. Na entrevista com Fabiana, ela disse:

É igual ser dona de casa. **Ninguém reconhece o serviço que a dona de casa faz**, né, e acaba que **a mulher**, quando não tem o seu espaço também, **acaba fazendo e só o homem quer o reconhecimento**, né: "Ah, mas o café do marido é muito bom e não sei o quê", e **ela, às vezes, trabalha igual ou trabalha bastante também e não tem o reconhecimento, né.** (Fabiana)

Pela relação estabelecida entre o contrato de casamento, subjugado ao contrato sexual e ao contrato de trabalho como dispositivos do patriarcado, as relações de gênero e de poder-saber no âmbito familiar acontecem em torno do trabalho reprodutivo da mulher (FEDERICI, 2017; MIGUEL, 2017; PATEMAN, 1993; WALBY, 1990). O fato de Fabiana dizer que “ela (a mulher), às vezes, **trabalha igual ou trabalha bastante também e não tem reconhecimento, né.**”, evidencia que o trabalho da unidade produtivo ainda tem seu protagonismo com o homem. Isto acontece, porque há alienação social sobre os sujeitos sobre quais são as responsabilidades das mulheres e dos homens nas esferas pública e privada (ARRUZA, 2015; FEDERICI, 2017). Não somente isto, mas a família enquanto dispositivo (DINIZ; OLIVEIRA, 2014; FOUCAULT, 1979) tem predominância na organização do trabalho rural. A família e o trabalho atuam como dispositivos não só do patriarcado, mas, também, do capitalismo, pelo patriarcado do salário (FEDERICI, 2017). Ocorre que, ao haver maior reconhecimento do trabalho dos homens, o patriarcado do salário atua pelas relações de poder-saber nas desigualdades entre homens e mulheres acerca do aspecto econômico de seus trabalhos (AGUIAR, 1997; ARRUZA, 2015; FEDERICI, 2017).

Pela atuação do patriarcado, a publicidade do trabalho masculino na agricultura subjugua a atuação da mulher. A agricultura tem sua predominância no trabalho da família; e sendo a família produto da organização social e histórica estabelecida entre os indivíduos, ela atua como dispositivo do patriarcado nas relações sociais (AGUIAR, 1997; ANJOS, 2009; ARRUZA, 2015; MELO, 2002; PAULA; HESPANHOL, 2014; PAULILO, 2004). Deste modo, a reconfiguração das relações familiares, ainda que permeadas pelos dispositivos das relações de poder-saber, tem o reconhecimento apenas por parte do trabalho do homem, pelo fato da agricultura familiar ser uma organização de caráter econômico (ARRUZA, 2015; MELO, 2002; PAULA; HESPANHOL, 2014; PAULILO, 2004). O trabalho da mulher – doméstico e de



cuidado – não gera valores econômico e social, por isso ainda há falta de seu reconhecimento (ARRUZA, 2015; MELO, 2002; PAULILO, 2004), como é dito por Fabiana. Consequentemente, as tarefas femininas sofrem de invisibilidade e desvalorização (FEDERICI, 2017; MELO, 2002; PAULA; HESPANHOL, 2014; PAULILO, 2004).

Sobre a situação de falta da mulher por falecimento, houve relatos de duas mulheres que vieram a perder seus maridos. Tal ocorrido, coloca em situação o fato de de o que as mulheres ainda chamavam por ajuda, na verdade, foi trabalho.

Então, eu **ajudava**, né, eu sempre **trabalhava** na roça, e sempre sabia de tudo o que estava acontecendo, né, tanto é que, graças a isso que nós estamos aí ainda, né, porque, **se eu fosse muito por fora, eu tinha apanhado mais ainda do que já apanhei, né.** (Aparecida)

A fala de Aparecida dizendo que ajudava/trabalhava na roça junto ao esposo remete a uma subversão dos dispositivos do contrato de trabalho e do contrato de sexual (PATEMAN, 1993). Não só Aparecida, mas a maioria das mulheres entrevistadas, ao utilizar o termo ajuda, mostra a desigualdade existente nas relações de gênero no meio rural (AGUIAR, 1997; ARRUZA, 2015; FEDERICI, 2017). Colocando-se como ajuda no trabalho da roça, ela evidencia o protagonismo dos homens na organização familiar, o qual pelo poder disciplinar condicionaria a docilização dos corpos (FOUCAULT, 1986).

Ainda haja a confusão ajuda/trabalho, ela reconhece a importância de sua atuação para continuidade do trabalho da sua organização familiar. As suas formas de se colocar acerca do seu trabalho, o coloca em evidência de modo a ser passível de resignificação (FISCHER, 199; FOUCAULT, 2004; NOTO, 2009). Estando Aparecida inserida em uma organização rural, as relações de gênero e de poder-saber são passíveis de atuação dos dispositivos. Deste modo, continuar o trabalho após a morte do marido evidencia sua subjetividade acerca do trabalho rural contextualizado no e pelo poder. A sua formação enquanto sujeita se faz nas suas relações de trabalho na agricultura, sinalizando sua condição de existência frente ao seu contexto local (BUTLER, 2017). Tem-se a ruptura com as práticas organizativas do trabalho da família até então, pois, como todas as outras mulheres, parte-se de suas experiências e vivências para serem constituídas em suas subjetividades históricas (BUTLER, 2016; NOTO, 2009).

A subversão sobre o sentido dado ao trabalho como dispositivo do patriarcado moderno para a organização da agricultura familiar do ponto de vista produtivo também é visto na fala de Bárbara:

**Quem é que vai para o campo sem um “emborná” de merenda?! De almoço, de feijão do dia?! O dia começa no prato! [...] Sem dúvida, e a hora que chega da roça? Quem que continua? Será que todo mundo continua a hora que chega?** Será que... quem é que chega todo dia e coloca água que esquentar para fazer uma carne?! Quem é que vai na geladeira pegar uma carne para descolar? Quem que vai depenar o frango? Que é que vai pensar em já colocar um pão para crescer para o outro dia? (Bárbara)

Na mesma perspectiva de Anita, Bárbara já inicia sua frase acerca da problemática “ajuda ou trabalho”, com a seguinte **expressão “Quem é que vai para o campo sem um ‘emborná de merenda?’**”, mostrando a (falta) de conscientização acerca da importância que o trabalho doméstico tem para o todo da agricultura familiar. É preciso evidenciar, de maneira enfática como Bárbara, a importância do trabalho doméstico para o todo da organização social, uma vez que seu reconhecimento não acontece em meio a uma sociedade em que a economia tem base a produção de mercadorias. Também sinaliza que, embora não seja um trabalho reconhecido, é de fundamental importância para a produção social (ROSSINI, 1993; PAULILO, 2004; 2007).

Ao mesmo tempo, o reconhecimento da importância do trabalho da mulher na organização rural evidencia como os dispositivos das relações sociais atuam pelo patriarcado moderno. Quando ela pergunta, por exemplo, “será que todo mundo continua a hora que chega?” (da roça), ela traz exemplos diversos de atividades que são tidas como responsabilidade das mulheres. Preparar a janta e a merenda do dia seguinte são parte do trabalho delas, além do cuidado com os filhos e o marido. Tais indagações mostram a persistência que há da separação entre as atividades por quem as executa; no caso, o trabalho doméstico na construção social é tido como da mulher. Vale destacar também o aspecto do tempo que o trabalho doméstico da mulher possui.

A fala da Bárbara revela que o trabalho doméstico é extensão do trabalho da roça e evidencia a chamada jornada dupla do trabalho. A jornada dupla carrega consigo o não reconhecimento econômico do trabalho doméstico da mulher, ao passo que ele se faz necessário ainda que (in)visível (PAULA; HESPANHOL, 2014; PAULILO, 1987; PAULILO, 2007). Não há como estabelecer a separação entre unidade reprodutiva e unidade produtiva, pois, de forma indireta, as mulheres geram renda e contribuem para o protagonismo masculino. No entanto, a jornada dupla somada ao não-econômico

trabalho da mulher reforça este ao ser chamado de ajuda e também a sua caracterização enquanto leve. É leve por ser realizado por mulher e por não ter valor socioeconômico (PAULA; HESPANHOL, 2014; PAULILO, 1987; PAULILO, 2007).

Na jornada dupla, o tempo passa a ser um dispositivo de poder que atua sobre a vida das mulheres. Alice traz a noção de que é importante as mulheres ocuparem outros postos de trabalho, mas o fato das mesmas ainda serem vinculadas ao trabalho doméstico implica sua sobrecarga.

**Eu já não consigo ser só dona de casa.** Aí, quando eu já estou mais na... de outras coisas juntos, né.... Quem **consegue ser só dona de casa, hoje, é mais fácil, né, porque conciliar tudo ao mesmo tempo fica difícil.** [...] . **Tem horas que fica difícil por causa do tempo, né, porque você tem que ter tempo para tudo. Tempo para família, tempo para tudo,** né. Aí, nesse ponto eu acho difícil ter tempo para tudo, mas são os tempos modernos, né. Acho que **são as maiores dificuldades das mulheres que querem ser do tempo normal...** é essa mesmo. (Alice)

Ao dizer que, para as mulheres que são somente donas de casa, é mais fácil, Alice compreende a noção de tempo acerca do trabalho doméstico. Mas ela quer estar no “tempo normal”, na atualidade das relações sociais que as mulheres vivem na sociedade. O tempo é constituinte das relações sociais, principalmente no caso da organização familiar no contexto rural, quando é complexa a separação feita entre os espaços de trabalho (PAULILO, 2007). Atuar em determinado trabalho implica ter a participação da mulher e, conseqüentemente, de seu corpo, que é um campo de poder em disputa (McLAREN, 2016; RAGO, 2014). Nesse sentido, o gênero atua como dispositivo, e, pelo caráter produtivo do poder (BUTLER, 2016; McLAREN, 2016; RAGO, 2014), a mulher como parte das relações sociais busca estabelecer novas formas de atuação por meio do tempo, buscando romper com a predominância da sua ocupação nos trabalhos do lar e de cuidado.

Essa busca pelo domínio do tempo por parte das mulheres acontece também no caso de Alice. Estar atuante em espaços públicos, ao mesmo tempo em que ela fala muito sobre tarefas do cuidar:

Ah, eu sou meio agitada, nervosa, preocupada com as coisas... **quero cuidar das coisas tudo, cuidar da casa, cuidar do serviço, cuidar das coisas, quero educar as crianças, cuidar.** Não deixar faltar as coisas necessárias pra ninguém e cuidar das coisas que é preciso também. **Ajudar ao Abel no que for preciso, ajudar o meu irmão que mora comigo,** que eu cuido dele também (Alice).

Permanecem para Alice os trabalhos domésticos e de cuidados. Cuidar da casa, das crianças, ajudar o marido (Abel) e o irmão evidenciam a família enquanto instituição

em que o poder atua de forma micro. A caracterização sobre as responsabilidades de Alice se dá pelo fato de o corpo da mulher ser um campo em disputa, sendo perpassado por acontecimentos sociais, como o trabalho (BUTLER, 1990; 2016; McLAREN, 2016; RAGO, 2014). Se o gênero é construção social, histórica e cultural, é ele quem atua sobre a relação da mulher com o trabalho doméstico. O sexo é tão constructo sociocultural quanto o gênero (BUTLER, 1998; 2002; 2016; McLAREN, 2016; RAGO, 2014; SCOTT, 1995). As tarefas tidas como de cuidado também sinalizam o corpo como campo em disputa, à medida que é pela docilização dos corpos que as relações de poder-saber no âmbito familiar ocorrem (FOUCAULT; PATEMAN, 1993). Em contrapartida, as relações familiares se dão no âmbito do corpo da mulher, pensando-se na reprodução e na manutenção de sua organização (FOUCAULT, 2014; 2017).

A continuidade que há no trabalho da mulher, após o pôr do sol que encerra o trabalho na roça, mostra que o tempo é fator presente na divisão do trabalho doméstico e de como a mulher atua em diversas de suas faces. Como já apontado anteriormente, a jornada dupla do trabalho se faz presente na vida de muitas das entrevistadas. As indagações feitas por Bárbara, de encontro as percepções sobre o trabalho doméstico de Luciana, Iara e Helena<sup>14</sup>.

Iara: **A gente faz tudo! A gente trabalha mais! A mulher trabalha mais, não adianta!**

Luciana: **É jornada dupla!**

Iara: **É jornada dupla!**

Helena: E muitos dias, **não tem valor!** (Risos).

Helena: Lá em casa para **marido e filho ajudarem**, é só dia que eu saio. Eu chego, está tudo arrumadinho. **Mas, se eu tiver lá em casa, aí eu cuido da roça e lá em casa!** Eu falo a verdade!

Iara, Helena e Luciana, trazem consigo a consciência sobre como a mulher trabalha mais, e elas mesmas têm o reconhecimento sobre suas duplas jornadas. No momento da conversa com o trio, Iara e Luciana dizem enfaticamente que “é dupla jornada”. O fato de elas dizerem que as mulheres trabalham mais e de ser uma dupla jornada remete à desigualdade da atuação do homem e da mulher na unidade reprodutiva. Essa unidade ainda é predominada pela mão de obra feminina, que ocupa o

---

<sup>14</sup> As falas de Iara, Helena e Luciana estão juntas, porque tais foram as três mulheres, apontadas na metodologia, que quiseram conversar comigo em conjunto.

protagonismo, contudo, ao mesmo tempo, ocorre sua invisibilidade por não haver reconhecimento econômico.

Diferentemente da percepção da atuação coadjuvante das mulheres no trabalho da roça, que não constitui ajuda, e sim trabalho, os homens são coadjuvantes no trabalho doméstico. Eles entram em cena, em casos como o da família de Helena, somente nos momentos em que ela se ausenta. Caso contrário, a mesma fica sobrecarregada em sua jornada dupla. O fato de haver a ausência do trabalho do homem no âmbito doméstico está na linhagem das discussões acerca dos espaços ocupados pelo homem e pela mulher na organização social e da importância dada a quem o executa.

Muitas mulheres assumem para si todo o protagonismo do trabalho doméstico, o qual faz emergir tarefas distintas para ela e seu esposo, no final do dia de trabalho na roça, ao chegarem em casa:

Então, aí nós fazemos juntos, **apesar que no serviço daqui de casa ele não faz muito, não**. Algum dia só, assim, só um pouco. Porque aí nós chegamos, e **enquanto ele vai fazer o serviço do terreiro, né, aí eu faço o daqui de dentro**. Então, tudo está **ajudando**. É tudo **unido** também, né (Tereza).

A referência a essa atividade como “ajuda” remete não ao reconhecimento do seu trabalho na agricultura, mas, sim, na forma do trabalho de um contribuir com o do outro para a organização rural familiar. O término do trabalho na roça, automaticamente, sinaliza para Tereza que seu trabalho é o ambiente doméstico. O contrato de trabalho enquanto dispositivo mostra que a família produz suas relações acerca da construção social e cultural das mulheres.

Na hora em que eu fiz a pergunta sobre como era a organização do trabalho doméstico na casa das três mulheres — Iara, Luciana e Helena —, elas se entreolharam e riram ironicamente. Percebi que a pergunta causou um incômodo, porque elas tinham que me falar do assunto. Eu queria saber até onde ia essa independência (Trecho do diário de campo, 13 de setembro de 2018).

Complemento as entrevistas sobre a problemática “trabalho ou ajuda” com um trecho do diário de campo. Trago minha vivência na pesquisa, sobre as relações das famílias com as quais convivi, quanto à organização do familiar:

Na maioria das casas que fui, nas que fiquei ou nas que cheguei para o café, eu percebia que a organização da casa era responsabilidade da mulher. E eram casas em que as mulheres iam para a roça, ou seja, eu sabia que, ao chegar da lavoura, tinha janta para fazer, cozinha para arrumar, mais marmitas e merendas do dia seguinte. Além de perceber, eu vivenciei isso como parte da rotina, servindo de mão de obra. E percebi nitidamente que o trabalho

doméstico era primordial para que o trabalho da roça fosse feito (Trecho do diário de campo, 20 de setembro de 2018).

Deste modo, têm-se o contrato sexual e o contrato de trabalho, atuantes na organização familiar como dispositivos do patriarcado moderno. O primeiro contrato se justifica por haver no casamento uma relação social que se faz também por relações de gênero e de poder-saber, em que o caráter relacional do poder implica sujeição das mulheres à organização econômica do patriarcado moderno (FEDERICI, 2017; MIGUEL, 2017; PATEMAN, 1993; WALBY, 1990). Ao mesmo tempo, ressalta-se que o patriarcado moderno tem, no contrato de trabalho, a manutenção da separação entre o público e o espaço privado, ou seja, o trabalho doméstico é de responsabilidade das mulheres e o trabalho na roça, de responsabilidade dos homens (PAULA; HESPANHOL, 2014; PAULILO, 1987; PAULILO, 2007).

As relações do familiar da agricultura são o contexto em que a organização social acontece pelo seu caráter relacional. O trabalho da roça e do trabalho da casa – cuidado e doméstico – foram sendo caracterizados pelas relações de gênero e de poder-saber. À medida que o protagonismo do espaço público, da unidade produção fora estabelecido pelo homem, a mulher, pela construção do social, tivera, nos dispositivos do trabalho e do casamento, os aportes para o não reconhecimento econômico de seu trabalho (CARNEIRO, 2011; MELO, 2003; OLIVEIRA, 2006; NASCIMENTO, 2011; SANTOS, 2016). Ao passo que é predominante estas relações no meio rural, as próprias mulheres reconhecem a sua jornada dupla (ANJOS, 2009; MELO, 2002; PAULA; HESPANHOL, 2014). A conscientização é uma forma pela qual as mulheres subvertem a relação com o contexto ao qual estão inseridas, ressignificando os dispositivos (FISCHER, 1999).

Nas entrevistas havia uma breve apresentação. Uma das categorias era a profissão e me chamou a atenção como Mara se apresentou: “Então, **eu sou lavradora também**, sempre coloco, porque... **trabalho também dentro de casa, mas também trabalho na ajuda na agricultura**, em todos os aspectos”. Do ponto de vista do trabalho enquanto categoria de ocupação, Mara se diz lavradora e ao mesmo tempo realizadora das atividades domésticas. Essa somatória faz menção ao já apontado anteriormente nas falas de Anita e Bárbara, sobre a complexidade em se separar a casa da roça. Mas o que traz a reflexão da apresentação de Mara é quando ela coloca o seu trabalho como ajuda. Dando continuidade à conversa, pergunto qual é o trabalho dela na agricultura e Mara me responde:

Então, no café, eu fico mais com a parte de... eu não vou para a lavoura, no caso. **Eu fico mais com a parte de secagem, que é a parte de terreiro e a parte secador.** Inclusive, eu ficava com a secagem de terreiro só porque esse ano é o primeiro ano que a gente tem secador. Então, **eu ficava com a secagem, ajudo, né, a descarregar, ajudo a mexer, ajudo a guardar... toda essa parte, eu ajudo em casa; faço todo trabalho também dentro de casa,** ajudo... porque, na época é muito puxado, então, como o meu marido sai de manhã e chega muito tarde, né, com o café que ele aproveita bastante o dia, aí, ele fica com toda a parte que é dele também. **Que daí eu fico com tratar da criação, organizar as coisas de beira de terreiro, tudo. Aí, eu fico com essa parte toda de responsabilidade para mim, para não pesar muito para ele.** Que daí, ele já chega tarde, então, eu faço toda essa parte. (Mara)

A fala de Mara também reforça, ainda que de forma não clara, como o trabalho doméstico se faz importante para que o trabalho na roça aconteça (PAULILO, 2007). Também se faz relevante no trecho o que Mara aponta como seu trabalho na produção cafeeira: secagem, mexer café no terreiro, guardar o café (ensacar), organização do terreiro; são atividades ligadas à chamada pós-colheita do café que possui importância para o ciclo produtivo até chegar na comercialização. Junto às atividades do pós-colheita, Mara também caracteriza como sendo o seu trabalho cuidar da criação (CARNEIRO, 1981; 2001; MELO, 2003; OLIVEIRA, 2006. Estes tipos de trabalho remetem à construção das relações do contexto rural que são caracterizadas pelo aspecto feminino. Pensar no trabalho da mulher no pós-colheita ou nos serviços no terreiro são atividades que se dão no entorno da casa, havendo dificuldade para a separação entre unidade de reprodução e consumo e unidade de produção (CARNEIRO, 1981; 2001; MELO, 2003; NASCIMENTO, 2011; OLIVEIRA, 2006; SANTOS, 2016).

Enquanto Mara discorre sobre o trabalho que realiza, ela utiliza a palavra ajuda por diversas vezes para caracterizar suas atividades: “eu ficava com a secagem, **ajudo**, né, a descarregar, **ajudo** a mexer, **ajudo** a guardar... toda essa parte, eu **ajudo** em casa; faço todo trabalho também dentro de casa”. Ao reconhecer enquanto ajuda o seu trabalho, pode-se alinhar a fala de Mara com as relações patriarcais, nas quais o capitalismo subordinou a sociedade ao mercado. Isto implica o não reconhecimento dos valores econômicos e sociais acerca do trabalho doméstico (MELO, 2002).

Da casa às tarefas do pós-colheita, percebe-se que a separação entre os ambientes de trabalho e suas caracterizações quanto a ser econômico e reprodutivo não é tão fácil de ser visualizada. A atividade da mulher, nomeada como ajuda, não tem aspecto econômico, sua realização é necessária para a manutenção dos afazeres que o possui. O dualismo que há entre casa e terreiro evidencia a construção social sobre a mulher e também sobre a caracterização de seu trabalho, de leve à não possuidor de

valor econômico e social (PAULILO, 1987; 2004; PAULA; HESPANHOL, 2014). Tem-se, desta forma, que as relações de poder-saber, presentes nos microlugares da sociedade, mostram que o contrato de trabalho aliado ao contrato de casamento se fazem dispositivos do patriarcado moderno no Ocidente (PATEMAN, 1993; MIGUEL, 2017; WALBY, 1990), justamente, por contribuírem para as relações estabelecidas no trabalho da família na organização da agricultura.

Há também nas falas das entrevistadas a conscientização sobre a construção social e cultural da organização familiar, separando o espaço produtivo do espaço reprodutivo. Isto remete à construção do ser mulher na nossa sociedade, implicando relações de poder-saber que ocorrem no nível micro do poder. Se, antes, era a mulher a figura central na família, o caráter geracional se faz presente para subverter modos de se organizar o ambiente familiar. Bárbara revela sua percepção de quando vivia no ambiente da casa de seus pais e de quando se casa e constitui sua própria família.

Ah, na minha casa, sempre na minha casa, na casa do meu pai e da minha mãe... como sempre, nós tínhamos três mulheres em casa, então nós que fazíamos o serviço de casa. Era a maioria das pessoas, a maioria era mulher. Mas meu pai, sempre cuidou... às vezes fazia comida, café da manhã sempre ele que fez, toda vida foi ele que fez, então, não tinha uma divisão, assim. **Depois que eu casei, aí, na minha casa, o meu jeito de ser, o meu projeto de vida, não era igual ao da minha vó, ao da minha mãe, já foi um projeto diferente... mas ainda falta ajustar.** (Bárbara)

Barbará traz sua conscientização do caráter geracional e da construção do ser mulher na sociedade pelos dispositivos do patriarcado moderno do Ocidente e subverte o que diz que via na casa de sua avó e de sua mãe. Ainda que ela fale que seu pai atuava pontualmente realizando algumas tarefas da casa, o fato de serem três mulheres já implicava maior trabalho feminino na organização familiar. Se o casamento é visto como dispositivo, ele não só (re)produz atos de submissão; tem-se no caso da vida de Bárbara que ela traz o caráter relacional do poder por meio de seus dispositivos ao dizer que seu casamento trouxe uma nova percepção sobre a organização do trabalho no ambiente familiar (AGUIAR, 1997; ARRUZA, 2015; FEDERICI, 2017). Ao dizer que **“Depois que eu casei, aí, na minha casa, o meu jeito de ser, o meu projeto de vida, não era igual ao da minha vó, ao da minha mãe, já foi um projeto diferente... mas ainda falta ajustar”**, o que se destaca como diferente no que ela diz é justamente a predominância da mulher nos afazeres domésticos. O “projeto diferente” que Bárbara fala é uma consciência sobre a possibilidade de (re)organizar de outro modo o ambiente da família, para se ter uma divisão mais justa do trabalho doméstico. Assim, os dispositivos do contrato de trabalho e contrato sexual são subvertidos. E,



quando a entrevistada ainda diz que “mas ainda falta ajustar”, é porque ela tem a percepção de que as relações estabelecidas no ambiente familiar vão de encontro à cultura existente sobre o trabalho na agricultura familiar que ainda é um contexto predominantemente masculino.

A percepção sobre a agricultura ser um contexto masculinizado acontece por parte das mulheres como Fabiana. Há o reconhecimento de que a agricultura tem sua predominância por parte dos homens, ao mesmo tempo em que ela percebe que há uma participação igualitária das mulheres.

**Os homens se sentem incomodados, porque a agricultura é um espaço muito masculino. É mostrado como um espaço masculino, mas, em todas as casas que você for nesse espaço masculino, 50% é espaço feminino, só que não é mostrado, né.** Então, assim, **quando você tira o protagonismo de um homem e mostra que tem uma mulher junto trabalhando**, eu acho que meio que incomoda, principalmente as pessoas mais antigas, que não estão adaptadas a isso. (Fabiana)

O que Fabiana denomina de “espaço feminino” e que ela diz ser 50% (“só que não é mostrado”) refere-se ao trabalho doméstico das mulheres e da organização próxima do trabalho que há ao redor da casa, como o quintal, o terreiro, a horta e as criações de pequeno porte. A somatória do incômodo masculino se faz por não haver o reconhecimento econômico do trabalho da mulher no espaço privado, ao mesmo tempo que também ela é parte da unidade produtiva (NASCIMENTO, 2011; SANTOS, 2016). Ao dizer que o protagonismo do homem também é, na verdade, o trabalho da mulher em conjunto, Fabiana mostra como a mulher é parte importante para toda a organização familiar (PAULILO, 2007).

A dificuldade em se visualizar o (in)visível do trabalho da mulher na agricultura é colocada por Fabiana como um desafio, pois ela reconhece que a mulher atua não só na roça, mas é a principal mão de obra do trabalho doméstico.

**É o desafio de estar ali todos os dias**, mesmo, porque, querendo ou não, **a gente (mulheres) tem muito mais coisas para fazer além daquilo** (da roça), né. Tem os filhos, tem casa, tem isso... então, **é mais desafiador para a mulher estar na roça que para o homem** (Fabiana).

Ser mais desafiador para a mulher do que para o homem estar na roça implica mudança nas relações sociais e na ocupação dos espaços organizacionais do trabalho da família na agricultura. Antes se pensava que o trabalho da mulher em casa não era fator determinante para o trabalho na roça e que a realização deste por parte da mulher era ajuda. A partir do momento em que há uma conscientização como o caso de Fabiana da importância de seu trabalho, ela o coloca como desafio por ainda

persistir a visão da mulher ligada apenas ao trabalho doméstico e, também, pela multiplicidade de tarefas que a mulher realiza (MELO, 2002; PAULILO, 2007; ROSSNI, 1993).

A conscientização não implica diretamente mudança nos modos das mulheres se organizarem com o seu trabalho. Como disposto junto ao casamento, nas relações sociais, a docilização dos corpos das mulheres acontece pelo poder disciplinar (DINIZ; OLIVEIRA, 2014). Isto faz com que as mulheres, pela construção de suas relações, ainda tenham protagonismo na dinâmica do espaço-tempo, estando no trabalho da casa e no terreiro. A semelhança nas rotinas pode ser vistas nas falas de Adrieli, Mara e Marina.

Aí, eu levanto 5 horas da manhã, **faço almoço, arrumo a casa e aí, nós dois “panhá”**. Como o meu lá é pouquinho, nós dois que “panha”. Aí, depois que saiu o meu, eu vou para o terreiro para mexer. E no dele, ele e o meu cunhado. **Aí, eu fico no terreiro para mexer[...] Aí, eu vou acender o fogo, cozinhar o feijão, fazer merenda, fazer janta e dá uma limpada por cima... e no final de semana, eu pego para dar aquela geral, né?! Que daí, durante a semana, eu vou fazendo o que eu posso para não juntar, né, as coisas (Adrieli). Ah, o meu dia a dia é corrido. Porquê de manhã é eu...o que eu faço no dia a dia meu. **Eu levanto de manhã, faço café...** meu filho, eu tenho um filho de 11 anos, aí **ele vai para a escola e eu arrumo almoço e sempre que... a maior parte do dia, eu ajudo na lavoura, mas eu fico muito também na parte do terreiro.** E meu filho chega da escola, **às vezes eu vou para a lavoura até meio dia, e venho pra casa pra cuidar da parte de terreiro e ele já vem e fica comigo [...]** Eu falo que ir pra roça é muito mais gostoso! Mas depois que vai chegando a parte da tarde, você já muda, né? **Nossa, agora eu vou chegar lá em casa, tem que acender fogo, tem que pôr feijão para cozinhar, tem criança pra fazer dever, tem isso, tem aquilo... aí você vai emendando. Você acaba tendo sobrecarga.** Então, você não é... quando tem o controle de ter uma ajuda em casa, meu marido chega em casa, trabalha e ajuda, anda junto... não chega... trabalha de parceria os dois juntos, ainda é fácil! Mas, ainda existe pessoa que não faz isso. (Marina)**

Ah, **no meu cotidiano, eu faço de tudo um pouco, né?! Trabalho em casa, cuidado das coisas de casa, cuidado de horta, cuidado de flores, cuidado... do dia a dia, ajudo a minha sogra, nossa, tem um monte de coisa!** E não tenho assim, um trabalho fixo que eu trabalho só por ele. Doméstica?! Não. Eu trabalho um pouco, mas, assim, **o meu trabalho é mais voltado para dentro de casa mesmo. O meu trabalho é ajudando também, mas, dentro de casa, com os serviços doméstico, com os serviços do lar.** Então, tudo isso que eu te falei. **Cuidar da horta, lavar roupa, cuidar da casa, fazer quitanda, fazer almoço é... ajudar com a minha sogra... todo esse trabalho, é um trabalho meu, né, no caso.** Porque, **ele me ajuda...** me ajuda no sentido de... na horta, por exemplo, ele ajuda com os canteiros ... então, a gente reveza. Mas, na maioria das vezes, eu que tomo conta, que tiro os matos, que aguo, que jogo água, que rego as plantas, que faço tudo. Então, é mais esse trabalho, de perto de casa mesmo (Mara).

O espaço-tempo do período do dia fica entre casa e filhos e o trabalho da lavoura. A rotina começa com o café da manhã e colocar a casa em ordem, para depois começar o trabalho na lavoura. Junto ao trabalho da casa, soma-se o trabalho do terreiro (quintal), que pode ser associado à gama de atividades que são caracterizadas como femininas. Nas rotinas de Adrieli e Marina, percebe-se a presença ativa no trabalho rural, embora sua atuação seja uma sub-representação, pois a rotina da roça não acaba quando o sol se põe; mas, sim, o trabalho doméstico, ainda é apontado como o maior protagonismo da mão de obra feminina (AGUIAR, 1997; ANJOS, 2009; ARRUZA, 2015; MELO, 2002; PAULA; HESPANHOL, 2014; PAULILO, 2004).

Na fala de Mara, percebe-se que seu trabalho também se faz na unidade reprodutiva. Ela relaciona suas atividades ao chamado “cuidar”, caracterização do trabalho feminino que reforça o estereótipo das atividades que são consideradas “trabalho de mulher”. Casa, família, quintal, horta, flores, até mesmo o cuidado com a sogra está na esfera da responsabilidade de Mara. A caracterização das atividades destas mulheres remete a tão forte presença desigual do trabalho doméstico que persiste no meio rural. A construção social sobre a mulher, para além da sua subjetividade, tem, nestas sujeitas, a atuação por parte do que foi apontado da relação entre o sistema capitalista e os dispositivos do patriarcado moderno do Ocidente, o contrato de trabalho e o contrato de casamento (AGUIAR, 1997; ANJOS, 2009; ARRUZA, 2015; MELO, 2002; PAULA; HESPANHOL, 2014; PAULILO, 2004).

À medida que se tem, na organização da sociedade num todo, a força de trabalho das mulheres presente em maior grau na unidade reprodutiva, este fato mostra como pelo patriarcado moderno do Ocidente houve o alinhamento entre unidade reprodutiva e a unidade produtiva. Os homens, ocupando os espaços públicos, de maior protagonismo na agricultura, subjagam as mulheres ao espaço privado (AGUIAR, 1997; ANJOS, 2009; ARRUZA, 2015; MELO, 2002; PAULA; HESPANHOL, 2014; PAULILO, 2004). As esferas de atuação do homem e da mulher não são vistas de forma dicotomizada, quando, na verdade, tem-se uma complexa relação de poder-saber. O caráter relacional envolto no trabalho se alinha à corresponsabilidade que há sobre o trabalho na agricultura familiar. Ainda que haja o protagonismo do homem e da mulher de maneiras diferentes nas unidades reprodutiva e produtiva, isso faz com que não haja a superioridade da importância de um para com o outro (AGUIAR, 1997; ANJOS, 2009; ARRUZA, 2015; MELO, 2002; PAULA; HESPANHOL, 2014; PAULILO, 2004).

A fala de Marina apresenta o aspecto da maternidade a ser explorado. Junto às atividades domésticas, as mulheres ainda são responsabilizadas pelo maior cuidado com os filhos. Isto faz com que elas dediquem maior tempo a atividades do cuidado e que seu tempo no trabalho rural seja condicionado a este fator. Quando Marina diz que seu filho voltar da escola, ela tem que estar em casa, isso mostra que ela tem sua tarefa maior ligada à maternidade, que ainda é caracterizada como tarefa feminina. Não só Marina, mas outras agricultoras também mostram que seu ciclo do trabalho rural tem ruptura quando tem sua atividade diminuída, enquanto os filhos estão na infância, e/ou ainda não estão em idade escolar.

[...] Eu posso estar na lavoura, né, **e aí quando eles voltam, eu volto pra casa também para ficar com eles**, então eu acho que é uma coisa que eu gosto muito de estar lá, né, **mas do tamanho que eles (as crianças) estão, não tem jeito**, né, porque para levar é perigoso, judia também, porque o sol, essas coisas. (Fabiana)

O trecho acima, da entrevista com Fabiana, foi proferido quando perguntei sobre o trabalho que realizava na roça, mas ela me disse que, por conta das crianças, ela não ia. A fala dela, como a de Marina, sinaliza que a presença da mulher em tarefas domésticas, caracterizadas como cuidado, está relacionada à maternidade. A mulher, colocada na unidade produtiva, tem relação com a construção do espaço privado em volta da mulher e da sua contribuição para o patriarcado moderno no Ocidente por meio de seus dispositivos. O corpo da mulher relacionado à maternidade é um campo em disputa, porque ele condiciona a docilização do seu corpo para a visão essencialista do ser mulher (BUTLER, 1998; 2002; 2016; McLAREN, 2016; RAGO, 2014; SCOTT, 1995). Estar em condição maternal faz com que as tarefas do cuidado sejam feitas pelas mulheres, pois o gênero, enquanto dispositivo, sinaliza a construção do ser mulher também para com a família.

Há também, na entrevista de Alice, a presença de sua ausência no trabalho rural por conta do cuidado com os filhos.

**Aí não tinha jeito, eu tinha três crianças para cuidar**, aí não tinha jeito. **Aí eu cuidava do café só no terreiro**, eu não ia para a roça mais. Aí ficou só cuidando do café no terreiro, **aí não tinha jeito de eu trabalhar fora por causa das crianças**. Aí, do ano passado para cá é que eu comecei a trabalhar de novo na roça, destalar fumo, **porque aí traz em casa, né, aí eu não preciso sair longe para trabalhar**. Eu posso ficar olhando eles e trabalhando. Mas ir para roça junto com o Abel, eu ainda não posso ir ainda, **por causa que os meninos ainda dependem muito de mim**, mas, de longe, assim, ainda **ajudo nessa parte de gestão**, mesmo. Mas de ir para roça, agora eu não vou mais. (Alice)

Ao mesmo tempo que Alice mostra que houve interrupção do seu trabalho na roça, ela sinaliza que, ao cuidar dos filhos, persiste ainda o trabalho no terreiro. O terreiro é uma extensão da casa por ser o território próximo que assegura à mulher a possibilidade de conciliar os trabalhos doméstico e de cuidados. A dependência que ela diz que seus filhos ainda têm reflete a forte presença feminina à frente do trabalho doméstico. Da mesma forma que administra o seu tempo entre filhos, casa e terreiro, Alice subverte o espaço geográfico e traz para si novas possibilidades de atividades econômicas, como o caso do “destalar fumo”. Outro aspecto é que Alice sinaliza que o seu trabalho rural não acontece no campo, mas se faz na gestão. Tais situações se dão pelos processos de subjetivação no e pelo poder, nas relações em que, sujeitas como Alice, estão inseridas (BUTLER, 2017), também, na busca pela sua condição de existência pela organização de sua ação, espaço e tempo acerca do trabalho (BUTLER, 2017)

No entanto, o nível de conscientização por parte de Alice, de se ter um trabalho doméstico com divisão mais justa, e das mulheres, ocupando outras formas de trabalho, na busca pela prática de tal processo em sua casa, se dá pelo caráter geracional, e não com relação ao seu marido. Quando perguntei a Alice se seu esposo participa do trabalho doméstico, ela respondeu que “quando ele pode, participa”. Sua fala implica que não há uma responsabilização por parte do marido sobre o trabalho doméstico. De repente, sua filha entra na conversa e responde a pergunta também: “(O pai) só participa do trabalho da roça”.

A falta de responsabilidade do homem para com o trabalho doméstico informa que a construção do ser homem na sociedade fica à mercê de questões econômicas e produtivas. O seu tempo é destinado a tais atividades e, quando sobra tempo, ele sim ajuda no trabalho doméstico (FEDERICI, 2017; PAULA; HESPANHOL, 2014; PATEMAN, 1993; PAULILO, 2007; SANTOS, 2016).

A complexidade das múltiplas faces do trabalho no meio rural pode ser vista pela ainda permanência da divisão sexual do trabalho. Aqui, trato-as como pelo seu caráter relacional, pois, ao mesmo tempo que existe a divisão, a importância do trabalho do homem e da mulher pode ser vista no mesmo grau de significância para a organização da unidade rural familiar. O que se vê do que é realizado pelo homem e pela mulher está inscrito ainda na pergunta: “é ajuda ou é trabalho?”. A caracterização do que é o trabalho da mulher ainda está ligada à relação dos dispositivos do contrato de trabalho e do contrato de casamento, uma vez que o trabalho da mulher não apresenta aspecto

econômico na relação social estabelecida no contexto rural (FEDERICI, 2017; PAULA; HESPANHOL, 2014; PATEMAN, 1993; PAULILO, 2007; SANTOS, 2016). Se os dispositivos são vistos como um conjunto de ações e instituições que perfazem as relações de poder-saber na sociedade, o casamento é o dispositivo que, pelo patriarcado, coloca a mulher nas atividades da unidade reprodutiva, colocando ali o protagonismo feminino. Do mesmo modo, o trabalho da mulher no meio rural é o dispositivo presente nas relações também, por considerar a importância da sua realização por quem o faz. O peso do trabalho leve, como chamou Paulilo, mostra que o “leve” do trabalho das mulheres está relacionado ao não reconhecimento econômico da produção e, também, pelo tipo de atividade que, pelas mulheres, são realizadas (PAULILO, 1987; 2004; 2007).

Da caracterização do trabalho da mulher, a casa e terreiro ainda que parte do trabalho da organização rural familiar, são invisibilizados pela construção social das relações ali estabelecidas (CARNEIRO, 2011; MELO, 2003; OLIVEIRA, 2006; NASCIMENTO, 2011; SANTOS, 2016). Ficar entre o ser lavradora e o trabalho dentro de casa, que, somados, resultam no “trabalho na ajuda na agricultura, em todos os aspectos”. Ao dizer que seu trabalho na agricultura, ainda que uma ajuda, faz-se em todos os aspectos, o trabalho de casa também é o seu trabalho como lavradora, pois ele tem sua importância para o trabalho na agricultura. Do mesmo modo, seu trabalho-“ajuda” na agricultura é necessário, somado ao trabalho do esposo na unidade produtiva (ANJOS, 2009; MELO, 2002; PAULA; HESPANHOL, 2014).

Outro ponto que pode ser analisado da fala das entrevistadas é que, enquanto elas são protagonistas do trabalho doméstico, os homens aparecem como coadjuvantes. Marina diz que “meu marido chega em casa, trabalha e ajuda, anda junto... não chega... trabalha de parceria os dois juntos, ainda é fácil!” e Mara também fala sobre o marido: “**ele me ajuda...** me ajuda no sentido de... na horta, por exemplo, ele ajuda com os canteiros... então, a gente reveza”. A reflexão que aqui se faz é sobre qual trabalho é ajuda? O trabalho da mulher, visto como ajuda, se faz no não reconhecimento econômico do trabalho doméstico e da produção da mulher, uma vez que estes dois são feitos de forma associada (CARNEIRO, 2011; MELO, 2003; OLIVEIRA, 2006; NASCIMENTO, 2011; SANTOS, 2016). Ao passo que é predominante estas relações no meio rural, as próprias mulheres reconhecem a sua jornada dupla (ANJOS, 2009; MELO, 2002; PAULA; HESPANHOL, 2014). Mas o

trabalho do homem, visto como ajuda, é porque o seu reconhecimento maior é feito pelo seu trabalho na unidade produtiva.

Os dispositivos do contrato de trabalho e do contrato de casamento evidenciam como o trabalho do homem no âmbito doméstico não tem valor econômico e não é tão atuante, pois sua importância maior se faz na produção agrícola. Na verdade, a ajuda são os homens. Ainda da fala de Mara, tem-se que:

Ah, porque, assim, como eu... eu tô especificando, como assim, **ele trabalha lá e eu trabalho aqui. Então, é um ajuda o outro, é uma coisa só!** Mas, é... eu ajudo, no sentido que eu fico com essa parte que é mais perto de mim...por exemplo, do café... aí, **eu fico aqui cuidando... enquanto eu faço o intervalo da mexida do café, eu tô fazendo o meu serviço aqui dentro...** então, eu não sei... talvez, seja a maneira com que eu expressei só.

A construção social da “ajuda”, quando, na verdade, é o trabalho, é feita pela construção sociocultural do discurso sobre o que é visto como trabalho do homem e da mulher na agricultura. O trabalho de Mara, em sua fala, mostra a demarcação territorial de sua atuação. “Essa parte que é mais perto de mim”, que concilia a “mexida do café” com o “meu serviço aqui dentro”, evidencia a atuação de Mara na unidade reprodutiva. É possível perceber que o trabalho da mulher com o café, no caso de Mara, faz-se mais no pós-colheita e que há sua contribuição para o trabalho familiar na agricultura em um todo, embora haja desigualdade no reconhecimento do trabalho e de quem o faz (ROSSINI, 1993; PAULILO, 2004; 2007).

Porque, assim, talvez seja a maneira que eu coloquei só... porque, eu não tô... o trabalho é, **por exemplo, eu estou fazendo o trabalho feminino e ele faz o trabalho lá na lavoura.** Mas, não tem nada a ver de ajuda, porque, nós, estamos tudo no... vai tudo pros mesmos fins, né?! [...]. (Mara)

A caracterização do seu trabalho como feminino, feita por Mara, sinaliza a diferenciação que há pelo gênero de quem o realiza. As atividades da esfera doméstica, do quintal e do terreiro são vistas como o chamado trabalho leve, por serem realizados pelas mulheres (ROSSINI, 1993; PAULILO, 2004; 2007).

Da soma dos trabalhos do homem e da mulher, se o cuidar dos filhos resulta na ausência ativa da mulher no trabalho rural, ele evidencia outra forma de atuação das mulheres: a gestão da produção. Quando perguntei à Alice como ela ajudava o esposo, já que ela utilizou o termo “ajuda” anteriormente, ela mesmo falou que, após o nascimento das mulheres, ela não foi mais para a roça e passou a atuar mais na gestão. E perguntei qual o tipo de gestão que ela fazia.

Ah, **de cuidar da casa, de ver junto com ele o que está melhor de realizar o trabalho dele, do que investir, do que fazer, do que é melhor fazer no cafezal, no que trabalhar...** essas coisas assim. **Ajudar ele a decidir o que fazer, o que fazer com o dinheiro, no que investir, essas coisas, assim.** Porque na prática, mesmo, **de ir para roça com ele, como eu ia antes de ter os filhos, eu não faço mais, por causa das crianças.** Eu ajudo mais nessa parte, agora (Alice).

O trabalho doméstico, ainda que não reconhecido por muitos como econômico e nem como parte significativa para a realização do trabalho na roça, é sinalizado por Alice como gestão. Alice se envolve não só com a casa, mas participa dos processos de tomadas de decisões acerca da aplicação financeira e da gestão da produção.

A importância (in)visível do trabalho doméstico e da problemática ajuda ou trabalho, é o que estabelece a relação entre as mulheres do grupo com a COOPFAM. O não reconhecimento do trabalho na roça da mulher, implica no discurso masculino da participação das mulheres em espaços de tomada de decisões da COOPFAM e também, para elas adquirirem os direitos e deveres do cooperativismo, como votarem e serem votadas. A partir do trabalho da mulher, é que no abordo a seguir a história oral do grupo MOBI. Primeiro, construindo as imagens por meio de palavras; como cada mulher tem sua trajetória com o trabalho na agricultura, até encontrar as organizações MOBI e COOPFAM e juntas, organizarem-se em prol da visibilidade da mulher.

#### 4.2. De menina à mulher: experiências e vivências subjetivas no meio rural

Venho aqui na perspectiva genealógica traçar de forma escrita a oralidade da história do grupo MOBI. Busco a aproximação da genealogia com os estudos feministas. Esta história, na verdade, são histórias, por não haver unicidade dos acontecimentos; eles são singulares a cada mulher e suas percepções, por meio de suas trajetórias.

De cada uma das mulheres, seus corpos são um campo em disputa, de forças das relações de poder-saber; isso acontece pelo fato de a genealogia estar relacionada à busca dos efeitos causados pelas instituições, práticas e discursos que relacionam às categorias diversas às sujeitas: COOPFAM, família, igreja católica, trabalho, estatuto e regimento. Do aspecto genealógico do poder presente na historicidade, analiso pelas relações vividas e experimentadas os saberes diversos. Busco, assim, vestir os corpos das mulheres com suas memórias que me trouxeram à história do grupo MOBI. É tirar do obscurantismo da história da Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região os fragmentos vividos pelas mulheres em suas histórias individual e coletiva.



Aproximar os estudos feministas da história oral, a partir de um coletivo como as Mulheres Organizadas Buscando Independência, é considerar que não existe sujeito universal e que cada sujeita se diferencia da outra por meio de suas subjetividades. Nesta mesma perspectiva, considero que não há subjetividade a-história. Pela trajetória das mulheres, antes de trazer a história oral da MOBI propriamente dita, devemos reconhecer as relações vividas e experimentadas pelas sujeitas até chegarem ao grupo. Sabe-se que a relação com as práticas organizativas e o trabalho na agricultura são um dos pontos norteadores da MOBI e que fazem parte das subjetividades individuais. Assim, contextualizar a trajetória de cada uma das mulheres é dar significação às experiências sociais que existem na dimensão política da construção coletiva da MOBI.

Neste sentido, apresento as treze mulheres entrevistadas, integrantes do grupo MOBI a partir das imagens construídas por meio das palavras. Trago as memórias da infância até suas relações com a agricultura familiar – da casa dos pais ao casamento – e, também, o momento em que suas trajetórias se entrelaçam com as Mulheres Organizadas Buscando Independência e com a Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região. Neste tópico, busco trazer dois dos objetivos específicos do trabalho: b) Evidenciar o processo de constituição das sujeitas, analisando seus modos de existir e resistir politicamente a partir da dinâmica estabelecida entre os ambientes domésticos e de trabalho; e d) Visibilizar a história da MOBI, acerca das vivências e experiências por parte das mulheres do grupo.

*- Imagens construídas por meio das palavras*

*Bárbara, 42 anos*

---

RAÇA: Indígena

TRABALHO: Agricultura

TEMPO DE INSERÇÃO NA AGRICULTURA: “35 anos, desde criança”

GRAU DE ESCOLARIDADE: 4ª série (Ensino Fundamental I)

BAIRRO DA ZONA RURAL: Cardoso

---

Começou a ir para a roça ainda criança, junto com a mãe por necessidade de não ter com quem deixar os filhos pequenos: *“Eu acho que desde que eu nasci que eu tenho essa relação com a agricultura. Eu nasci e fui criada na zona rural... meus pais são e sempre foram agricultores. Desde que eu me entendo por gente, eu me lembro debaixo das árvores, debaixo do pé de café. Então, eu falo que eu sou índia, porque eu sinto na minha vida, nas minhas entranhas que eu sou parte desse ambiente rural de uma forma muito intensa. Ah, eu ia com a minha mãe para roça né, trabalhar na lavoura. Era uma necessidade local, né?! Todas as mães levavam os filhos para roça. E é essa área de trabalho, a gente sempre morou na zona rural, sempre trabalhou na lavoura, não tinha com quem deixar, não tinha uma creche, não tinha nada disso, conforme hoje não tem. 35 anos depois, nada mudou. Na zona rural não tem uma creche e as mães precisam trabalhar, né?! Todo mundo, a maior parte das pessoas, eu tenho para mim que optou por morar na roça e viver na roça por opção”.*

Da relação com a COOFAM, ainda jovem, Bárbara começou a participar como animadora, dos trabalhos de comunidade da Igreja Católica desenvolvidos pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pela Pastoral da Terra. A partir desse movimento, os pequenos produtores se organizaram e Bárbara tem sua trajetória traçada junto à da COOFAM: *“Eu sempre gostei muito de grupo, de social. De grupo de pessoas. Na comunidade, na igreja, então, eu sempre fui muito de dentro de grupo de igreja. Eu vejo, porque eu cheguei na COOPFAM através da Igreja Católica, de um trabalho da Pastoral da Terra, que foi feito aqui há muitos anos e eu não lembro a idade que eu tinha...eu acho que eu tinha uns 10 anos, quando eu ouvi falar em Pastoral da Terra pela primeira vez [...]. Quando eu entendi que a igreja era o povo, eu falava que tudo isso era muito bom! E daí, que eu comecei a participar, né, das reuniões do grupo da Pastoral da Terra, que veio depois disso uma conscientização, que veio a participação em sindicatos e que do sindicato que então, uma vez a gente, associação... eu ainda era meio que público ali, eu assistia as reuniões. Foi um dos trabalhos mais bonitos que eu já vi! Porque, ele começou com um mutirão prático. Fazia mutirão nas comunidades... quebrar milho, arrancar feijão... e não para pessoas que estavam doentes, por que era só esse motivo que tinha para ajudar? Então, fazia o mutirão para encontrar as pessoas e juntas fazerem o trabalho. Mais do que mostrar que é possível reunir e fazer trabalho juntos, que somos fortes, fazia isso no dia do mutirão. Iniciou-se por meio de comunidade, né?! Nas CEBs. Aí, das comunidades, dos meus trabalhos de comunidade – catequista e animadora – eu comecei a*

*participar da Associação de Pequenos Produtores, que é a COOPFAM. Então eu estava ali assistindo para eu aprender, para eu ver o que aquele povo que era mais velho que eu, tinha mais entendimento, estava dizendo sobre organização do povo, que o sindicato não atendia, que dava para ser uma coisa do povo para o povo; e eu falava que esse negócio do povo para o povo mexe comigo. O que é isso? E aí, eu fui ver assim, que quando foi para ter eleição que o grupo da Pastoral da Terra que era o povo da igreja, queria ser o presidente, os diretores do sindicato. E fizeram uma chapa, foram e perderam. E voltou todo mundo triste e na próxima reunião uns falavam que a gente ia ter que desistir, porque a gente perdeu mesmo. E eu lembro como se fosse hoje, o Ederson, pessoa muito forte assim, dentro da organização... o Álvaro, eles diziam que a gente não ia desistir. “Vamos fazer uma Associação! Aí que veio a Associação dos Pequenos Produtores de Poço Fundo, que daí eu comecei a participar da associação. Então, de vez em quando eu ia na reunião. E ia muito nas organizações de igreja, de comunidade. Aí, eu conheci o Paulo nas organizações de igreja. E aí, a gente começou a namorar...a gente era amigo e depois começou a namorar e aí, eu ia mais nas reuniões de associação; que depois de associação, de muito tempo de luta, né, que toda vez que eu via assim, nossa, está difícil, a gente não tem uma sede, nós não temos um telefone, nós não temos uma prefeitura... então assim, eu sempre tive muita força e resistência, eu penso que por conta de pensar assim. Não vai ser fácil, nunca foi!”*

O que Bárbara percebia da participação das mulheres na cooperativa, há cerca de 28 anos atrás: *“Há uns 20... Nossa Senhora... uns 28 anos atrás... que era associação. Como todas as mulheres, eu lembro, eu acho que foi a Raíssa e a Ricarda, elas chegaram a ser secretárias da associação. Eu acho que elas chegaram a fazer ata... chegaram ali. Eu não. Porque eu nunca fui boa de escrita. Eu sempre fui boa de política, gostava de fazer política, né?! É... mas o que eu via... nunca via ter uma mulher oficializada nessa diretoria da associação, se não tiver um grupo organizado de mulheres... eu pensava desse jeito, mas eu não falava nada”*.

Agricultora, cooperada e mãe: *“Então, aí, o que aconteceu, já era cooperativa. Aí, esse caminho meu foi um pouco pesado. Já não era muito leve e aí, ficou mais pesado. Porque eu estava com 3 crianças pequenas. Porque em 5 anos eu tive 3 filhos e com 25 anos, eu fiz uma laqueadura. E eu nunca deixei de participar de uma reunião por causa dos meus filhos. Levava no carrinho, não tinha brinquedoteca, as mulheres ajudavam a cuidar e um cuidava do outro [...] E eu ia na reunião, eu gostava. Lembra*

*que eu falei que isso estava em mim? [...] Faltava umas coisas, água e estrutura, aí eu comprava umas brigas pra mim, “olha, esse lugar aqui não me atende!” E a gente mistura, né, o pessoal com o coletivo. Mas como que uma mãe vem com uma criança num lugar que não tem nem banheiro direito?! Isso era motivo para alguma rixa, alguma treta. Mas, passou. Eu não sou uma ilha, eu sou coletivo. Quando você fala, “você, Rosângela”, eu não sei falar muito de mim, porque eu não me sinto eu. Não tenho muito argumento, eu não tenho muita explicação de mim. [...] Eu sei falar mais de um coletivo, do que de mim [...]”.*

*Adrieli, 27 anos*

RAÇA: Branca

Trabalho: Agricultora

GRAU DE ESCOLARIDADE: 4ª série/Primário (Ensino Fundamental I)

BAIRRO DA ZONA RURAL: São Miguel

Além de agricultora, Adrieli também gosta de mexer com gado. E fala do preconceito que viveu e vivi: *“Desde criança que eu mexo com boi. Eu já escutei dentro de casa, que eu não podia mexer com boi, que eu tinha que ficar só dentro de casa. Ah, foi a maior bobice que eu escutei. E eu gosto! E a pessoa não aceita, não lida muito bem com isso! Por eu conseguir, por eu mexer com boi, a pessoa não consegue lidar bem. Aí, a pessoa critica”.*

Primeiro veio a MOBI e depois, a produção de café e a COOPFAM: *“Eu fui primeiro, eu fui para o grupo MOBI e depois, que eu fui para o grupo do São Miguel. Depois que eu entrei no MOBI, que aí, eu comecei a ter meu café”.*

Adrieli começa a participar do grupo MOBI por meio de um convite e é integrante assídua do grupo: *“Através de um convite. Aí, eu fui participando. Olha, me convidaram e eu fui e, desde então, direto. Para mim não ir, só se eu tiver doente. Só se eu tiver doente mesmo para não ir. Porque eu dou um jeito mesmo. Se não dá... se a Marina não poder ir, eu falo para meu marido, eu vou cedo, eu posso ir de carona, eu dou um jeito, mas eu vou! É muito bom participar do grupo! Olha, o grupo me ajudou muito. Com o grupo, eu já melhorei com relação a decisões, tudo. Para mim, foi muito bom. Me ajudou e muito”.*

---

Marina, 39 anos

---

RAÇA: Branca

TRABALHO: Agricultora

GRAU DE ESCOLARIDADE: 4ª série/Primário (Ensino Fundamental I)

BAIRRO DA ZONA RURAL: São Miguel

---

A introdução de Marina na agricultura se deu na infância, junto aos pais. Ela traz suas lembranças do trabalho da mulher na agricultura, principalmente aquele desempenhado ao lado da mãe. Após se casar, Marina assume seu protagonismo: *“Então, a gente que é aqui nascida e criada na zona rural, meus pais sempre trabalharam na agricultura, então, a gente está sempre ali no aprendizado. No dia a dia. Eu ia para a roça com a minha mãe. Primeiro a gente ia para escola na parte da manhã, a gente ia para escola e a minha mãe, sempre foi muito trabalhadora... sempre foi muito uma guerreira. E ela trabalhava nas lavouras de café e de fumo... e a gente, depois da escola, normalmente, para gente não ficar em casa, assim, que ela não deixava a gente ficar sozinha, a gente ia para lavoura. Então, ajudava a colher café.... Então, nós aprendemos ali junto com ela, né? Depois que casei, eu comecei a gerenciar mais a parte de lavoura. Até então, era... a gente trabalhava junto com os pais, fazia ali o serviço do dia a dia, mas era através deles, né?! Aí, depois que eu casei, que eu construí a minha família, que eu comecei mais a gerenciar mais as lavouras, a ter mais participação ali na agricultura”.*

Marina começa a participar do grupo MOBI por meio de convite e vê no grupo uma escola, um aprendizado constante, por estar junto às pioneiras e pelas diversas ações que o grupo desenvolve em prol das mulheres: *“Desde que começou o grupo MOBI, eu fui convidada a participar. E aceitei de primeira, né?! Porque eu já estava um pouco envolvida na cooperativa e depois disso não parei mais, né?! É através do grupo MOBI, que eu estou lá na cooperativa. Eu acho que se eu não tivesse participando, ali do grupo MOBI, tivesse tão envolvida com as mulheres, com as meninas ali, que são pioneiras da cooperativa e as rodas de conversa, viagens, tudo ali, provavelmente, eu seria uma cooperada, mas financeiramente. Não estaria envolvida dentro da cooperativa. É aí, que entra a base. O grupo MOBI, é uma base. É através dele, eu acho que se começar a participar ali, ter uma influência ali dentro, como diz, ali é quase que um curso, quase uma escola. Você aprende a participar numa reunião,*

*porque ali você pega o foco do que é o principal da cooperativa, o porquê você está na cooperativa, o significado da família”.*

Primeiro veio a MOBI e depois a COOPFAM: *“Eu entrei como cooperada, eu acho que, se eu não me engano, em 2006. Mas, eu participava só do grupo MOBI. Eu não participava do grupo São Miguel, quem participava, era só o meu esposo”.*

Depois que entrou na COOPFAM, Marina começa a participar das reuniões do grupo/núcleo São Miguel. Há cerca de 3 anos, ela é a líder do grupo/núcleo e, para assumir o posto, contou com o apoio do marido e do então presidente da COOPFAM. É o maior grupo/núcleo da COOPFAM em número de participantes, possui 52 cooperados(as), homens em sua expressiva maioria: *“Eu acho que, enquanto a gente não está participando ali, que a gente não está envolvida com o grupo, a gente não fica muito... a gente não está efetiva. E uma das coisas que me influenciou muito, a participar da reunião e ser líder, veio muito do meu marido. Porque, quem fez o convite para mim participar e ser líder, foi do meu esposo, o do presidente da cooperativa. Foram eles que me incentivaram muito, porque eu não queria. No início, eu achei que, por ser um grupo muito grande de homens, eu, achei, muitas vezes... por isso que eu falei para você, que, muitas vezes, é a gente que acomoda, é por isso”.*

*Anita, 20 anos*

RAÇA: Branca

TRABALHO: Agricultora

GRAU DE ESCOLARIDADE: Ensino médio completo

BAIRRO DA ZONA RURAL: Cardoso

Anita nos traz sua relação com a COOPFAM desde que nasceu. Filha de dois fundadores, ela conta sobre o dilema de verem os pais vivendo mais para a organização do que para a família. Mas, como eles nunca a obrigaram a estar no espaço da associação que veio posteriormente a ser cooperativa, ela passou a compreender a importância da organização: *“Então, eu praticamente nasci dentro da cooperativa, porque a Associação dos Pequenos Produtores fundou em 1998 e eu nasci em 1997, então, eu convivi nesse processo... não no da fundação, nem tanto, né, apesar de que a minha mãe já estava desde o começo, mas, desde que eu nasci,*

*eu já estava dentro. Então, eu sempre participei. A minha mãe me levava para as reuniões, me deixava lá num cantinho, colocava uma toalha no chão, quando fazia reunião no Centro de Pastoral. E eu comecei a participar mesmo, tipo ir na reunião, não só por estar lá, eu acho que desde uns 11, 12 anos. Essa questão de cooperativa e de MOBI sempre consumiu muito aqui em casa, principalmente meus pais, então teve uma época que eu tive uma crise meio que existencial enquanto COOPFAM, porque eu comecei a odiar a cooperativa, odiar a associação, odiar MOBI, odiar tudo, porque consumia muito eles, eles quase não paravam em casa, sempre tinha um ou outro viajando e eu sentia muito aquilo, porque eu achava que remava, remava e não chegava em lugar nenhum! E aí, ao invés deles me falarem para eu me afastar dos trabalhos ou eles se afastarem, eles começaram a me envolver mais, para eu entender mesmo o que que era; porque defender aquela causa que não parecia fazer diferença, mas fazia muita diferença! E aí, como você vai crescendo, você vai amadurecendo também e vai captando mais as coisas, né?! Meus pais foram me envolvendo mais, me levando para as reuniões, explicando as coisas que eu não entendia, me mostrando o impacto que tinha naquilo, tanto no grupo de mulheres quanto na parte da cooperativa mesmo, da associação, que já era cooperativa até então. Aí, eu comecei a gostar e eu sempre gostei de trabalhar na roça, mas eu não gostava muito da associação por essa questão que eu achava que não dava nada com nada, dava muito trabalho, muita confusão, muita gente aqui em casa o tempo todo. Depois, eu passei a ter voz mais ativa! Não participava só por participar; eu já entendia que eu tinha um papel importante naquilo também. E como eu sou a única filha dos cooperados pioneiros... eu sou a única filha que participa, que está dentro da cooperativa. Dos 18 anos para cá, que eu achei que é quando a gente fica mais madura também, né, começa a realmente querer fazer alguma coisa, que aquilo caiu no meu coração e na minha mente”.*

Anita fala que sua participação no grupo é uma forma de atuar em prol da maior participação das mulheres na sociedade e de como a questão da juventude se alinha à pauta das mulheres: *“Eu estou no grupo porque eu acho que a mulheres precisam cada vez mais estarem presentes na sociedade e em todos os meios; na cooperativa também. E, eu acho que a questão da juventude e das mulheres, ela precisa ser mais bem ouvida dentro da cooperativa”.*

---

Mara, 47 anos

Raça/cor: Branca

Trabalho: *“Eu sou lavradora também, sempre coloco, porque... trabalho também dentro de casa, mas também trabalho na ajuda na agricultura, em todos os aspectos”.*

Grau de escolaridade: 4ª série/Primário (Ensino fundamental I)

Bairro da zona rural: São Miguel

A relação de Mara com a terra vem de antes do casamento; de quando morava para cima dos pais de Marina; trabalhando com outros cultivos, até chegar no café, quando se casou: *“Desde que eu era criança, meu pai também é agricultor, eu já mexia com a terra, já ajudava no plantio...naquela época, a gente plantava arroz, eu ajudava no plantio do arroz. Mas agora, hoje em dia não planta mais, muito difícil. Mas, de primeiro plantava e eu já ajudei muito na capina do arroz, no bater arroz, no “colher”, tudo. Na secagem, né, que era uma coisa bem trabalhosa, que eu ajudei muito e, então, eu já mexia com a terra, já plantava. Só que, naquela época, a gente não plantava, não tinha café, igual tem hoje, não era o forte. Naquela época, plantava fumo, plantava arroz, feijão, milho..., mas não plantava café ainda, quando eu era solteira. Aí, só viemos a mexer com café, depois que já estava perto de casar, que o meu esposo começou a plantar café. Aí, daí para a frente a gente só plantou... a gente plantou fumo algumas vezes, mas é mais o café mesmo que é forte, que vem da lavoura do café. Mas, é desde sempre que eu mexi com a terra; com horta, com lavoura, né”.*

Mara traz em sua fala a relação com o grupo de mulheres, antes mesmo de ele ser chamado “Mulheres Organizadas Buscando Independência”. E também conta um pouco do que aprendeu e viveu pelo grupo: *“Para falar a verdade de data assim, eu não sei certinho quando eu comecei. Eu comecei bem... faz tempo... bem no começo mesmo; quando as meninas ainda não mexiam com as flores nem com o café feminino, eu já participava do MOBI. Bem no comecinho... E, quando foi para escolher nome, essas coisas, eu já estava lá dentro do grupo. Eu já fiz curso de fazer trabalho com reciclagem, vidro pet, com papel, com jornal... já tivemos cursos nesse sentido. Já fiz curso de pintura, já fiz curso de doces de compotas... já fiz cursos, vários de formação, no sentido, é... agora há pouco tempo, a gente fez um com o Jairo mesmo, que era um de comercialização e marketing. É... deixa eu ver quais outros... já fiz*



*visitas com as meninas também... fomos lá em Andradas, já, nossa, já fiz um monte de coisa, nem lembro tudo! ”.*

---

*Roberta, 46 anos*

Raça/cor: Branca

Trabalho: Agricultora

Grau de escolaridade: 4ª série/Primário (Ensino fundamental I)

Bairro da zona rural: Água Limpa

---

Roberta conta de como se inseriu na agricultura desde pequena, acompanhando a mãe, depois da escola: *“Desde os sete anos de idade eu já trabalhava na roça, né, eu já me considero uma agricultora, porque, como na casa da minha mãe eram duas filhas, eu ia com a minha mãe para roça, e a minha irmã ficava e cuidava da casa. Então, eu trabalhei muito na roça, desde muito pequena, tanto que eu ia para escola e, quando eu vinha da escola, no caminho a minha mãe já estava lá com a minha marmitinha de comida, minha roupinha.... Eu trocava e já ia ajudar ela na lavoura. Aí, só à noite que eu chegava em casa e ia fazer o meu dever de escola”.*

Roberta não fez parte do início do grupo de mulheres e nem fazia parte da cooperativa. Quem frequentava aquele espaço, era seu esposo. Conta da sua timidez e de como o grupo MOBI contribuiu para melhorar e interagir mais, começando como coordenadora do grupo: *“Eu entrei depois. E meu marido já era. Ele começou, eu acho que em 2003 que ele começou, aí só ele que participava da reunião e eu não ia. E, às vezes, quando por algum motivo ele precisava de ir na cooperativa e eu precisava ir com ele, eu não descia do carro, eu ficava dentro do carro. Eu era tão tímida, que, se alguém me visse lá dentro, eu ficava morrendo de vergonha. Eu já melhorei muito, mas eu era muito tímida. E o MOBI teve uma grande participação nisso, né, porque aí, eu não sei o porquê, mas eu fui parar lá na reunião do MOBI, e quando eu cheguei lá, eles me tacaram de coordenadora. E aí tinha que trocar a coordenação, tinha pouca mulher lá e ninguém queria, ninguém queria, e me jogaram lá”.*

Da relação que estabeleceu com o grupo MOBI enquanto coordenadora, cargo que ocupou por 6 anos, Roberta fala do suporte e apoio que teve pela parte de Bárbara, uma relação de confiança: *“E aí eu ficava lá debaixo da saia da Rosângela, né. Só*

*fazia as coisas que a Rosângela me pedia. Tinha nome de coordenadora, mas, na verdade, a coordenadora ela era. Mas aí, assim que eu fui aprendendo e fui, né, tomando conta... Agora, hoje, eu consigo caminhar. Muita coisa que eu tenho dúvida, eu ainda ligo para a Bárbara, converso com ela, peço conselho, mas já consigo caminhar um pouco com as minhas próprias pernas, né. E aí, foi nessas caminhadas de MOBI aí que eu fui aprendendo a desenvolver, fui perdendo a timidez, fui aprendendo a falar. No MOBI eu ainda não sou profissional, mas já melhorei bastante”.*

Primeiro MOBI, depois COOPFAM: *“Comecei pouco depois que eles criaram o grupo. Acabei entrando para assistir a reunião com as meninas, e aí elas já precisavam trocar de coordenação, e elas pegaram e me puseram de coordenadora. Aí eu fiquei. Desde esse dia eu fiquei ajudando a Rosângela, até que um dia eu virei a coordenadora de verdade. De cooperada, eu estou tem uns cinco anos”.*

O grupo MOBI influenciou Roberta a se tornar cooperada, mas, também, ter o reconhecimento econômico de seu trabalho, pela cota-parte; pela produção do café orgânico feminino. Ela viu que de todo trabalho que ela fazia, ela só não recebia por ele: *“Porque aí eu comecei a participar das reuniões, comecei a ver elas vendendo café e tudo... Aí, eu já tinha a minha lavoura de café, mas vendia o meu café, colhia o meu café separado, o Carlinho vendia, o dinheiro ia para a conta dele e, quando eu precisava, eu tinha que ficar pedindo para ele. Quando eu comecei a participar, aí, né, aí surgiu a ideia do café feminino e tudo, aí eu comecei a participar, aí eu fiz uma conta no banco e comecei a vender o meu próprio café. Aí eu comprei a cota e comecei a eu mesmo vender o meu próprio café”.*

A questão financeira não é objetivo principal do grupo. A organização das mulheres vai além do aspecto financeiro: *“Então, o objetivo, para mim, é a busca do desenvolvimento da mulher, né, do crescimento como pessoa. Isso é o principal objetivo, e não um objetivo de estar ali para ganhar dinheiro”.*

---

*Fabiana, 30 anos*

Raça/cor: Branca

Trabalho: Agricultora

Grau de escolaridade: Ensino médio completo

Bairro da zona rural: Pinhalzinho

---

Fabiana até se casar, não havia morado na zona rural. Depois do casamento, que ela começa o trabalho de lavoura com o marido: *“Eu lembro que a gente colhia o café, nós dois, cem cestas, nós dois apanhávamos na mão, sem maquininha, sem nada, sozinhos. Colhíamos, secávamos, era tudo a gente que fazia. Aí eu tive a Júlia, aí eu parei de ir para roça, mas fiquei no terreiro, nas coisas, plantar essas árvores, essas coisas que tem aqui. Sempre que tinha vontade eu ia lá, pegava e plantava”*.

A inserção de Fabiana no grupo MOBI foi por meio de convite, para participar de oficinas de artesanato: *“Eu fui inserida no grupo, através do artesanato e fui conhecendo e conhecendo. Não fui para o grupo para produzir café, nem para debater sobre a COOPFAM, nem nada. Aí me chamaram para fazer esse curso de artesanato, porque eu gostava muito de fazer artesanato, e uma moça lá do Paiolinho que já me conhecia faz tempo, a gente fazia feirinha junto e eu não conhecia ninguém que era da COOPFAM, nem sabia de COOPFAM. Eu fiquei feliz, fiz o curso de artesanato. Foi bem longo, bem extenso, o curso, e, quando terminou o curso, elas convidaram eu para ficar participando da reunião, e eu comecei a ir nas reuniões, aí elas me indicaram para cooperar, e falaram assim: “Por que você não vem cooperar, e tal?”. E eu achei o máximo o café orgânico, né, porque a gente só tinha o convencional”*.

Primeiro MOBI, depois COOPFAM. Foi pelo grupo que Fabiana conheceu a COOPFAM e o Café Orgânico Feminino; finalmente interessou-se em participar. Teve apoio do marido. Ela cooperou primeiro, o marido, depois: *“Eu fiquei encantada de ver, né, porque o que eu fazia, aqui, elas faziam, né. Tinham o café, e trabalhavam e tudo. Mas eu achei interessante: “Mas por que elas têm o café no nome delas, né?”, e cada uma tinha o seu café, e aí saiu a história do café feminino e elas foram me contar, e eu falei, assim... não que eu me sentia menos, mas eu nunca tinha parado para olhar nesse ponto de vista, né, que eu fazia o mesmo trabalho, mas não tinha nada no meu nome. Aí eu entrei na COOPFAM como convencional, e até a gente tinha uma limitação, aqui, porque como as terras são do vô dele, tinha a questão de um contrato que tinha que passar e a área aqui é mais quente e tal. Aí foi até engraçado, porque aí mudou a história, aí o café começou a entrar na COOPFAM com o meu nome, só. O*

*Fábio não tirava nota de café no nome dele mais, né, porque aí era só eu que era a cooperada. Acho que ficou uns dois anos assim. Aí ele decidiu cooperar também. Aí ele foi lá e filiou na COOPFAM, e aí surgiu a possibilidade de eu comprar um pedacinho e fazer o café orgânico que eu tinha vontade”.*

---

*Alice, 45 anos*

Raça/cor: Branca

Trabalho: Agricultora familiar

Grau de escolaridade: 4ª série/Primário (Ensino fundamental I)

Bairro da zona rural: Serra dos Coutinhos

---

*Alice fala das lembranças por ter crescido na roça e nunca ter morado na cidade. Primeiro trabalhou junto aos pais e irmãos e, após casar, com o marido: “Eu nasci em uma família de agricultores, já, eu sou agricultora desde criança. Então, eu sempre morei na roça. O meu pai era carreiro, mas sempre teve roça. Eu sempre morei nesse lugar que eu moro, agora. Sempre morei na roça. Nunca morei na cidade. Meu pai mexia com fumo e plantava roça de milho, arroz, feijão. Café tinha um cafezal mais depois que eu já era moça. E aí, eu vivia junto assim, mexendo na roça com eles, vendo eles colherem, plantarem as coisas, assim. Então, eu sempre tive junto. Aí, depois que eu fiquei moça, tinha cafezal e eu ia para roça ajudar a colher café, colher café para os outros, mexer com fumo, que era o que eles plantavam mais na época. E sempre mexi com roça, assim. Depois que eu casei, ficou eu e o meu marido cuidamos das terras dele lá em Lambari. Aí que eu comecei a ficar mais forte de ir para roça, mesmo. Porque aí nós tínhamos cafezal lá, aí nós começamos a ir juntos para roça, para cuidamos do cafezal dele, lá. Ficou mais na agricultura do café e das outras plantas brancas”.*

Primeiro MOBI e depois COOPFAM. Alice fala que sua formalização como cooperada se deu no momento em que o grupo MOBI tinha suas práticas organizativas mais atuantes. Menciona que sua ausência até então na cooperativa era por não haver também outras mulheres no espaço predominantemente masculinizado da COOPFAM, tanto que seu marido é cooperado há muito mais tempo do que ela: *“Meu marido entrou como cooperado pouco depois que a gente se casou. Faz quase dezoito*

anos. *Eu, faz uns quatro anos que eu entrei como cooperada, porque não tinha o hábito das mulheres serem cooperadas, né. Sempre eram só os maridos. Aí, era ele cooperada e eu não. Eu participava, mas sem ser cooperada. Eu, faz uns quatro anos, mesmo. Resolvi entrar para a cooperativa para formalizar, mesmo, o que eu já era na vivência, né. Porque, na vivência eu já era. Eu já participava de todas as reuniões que eu podia, fazia cursos, participava do MOBI desde o começo. Só que, aí, para formalizar, mesmo, de ser cooperada, eu quis entrar, para ser cooperada no papel, né, porque na vivência eu já participava de todas as coisas”.*

*Aparecida, 45 anos*

Raça/cor: Parda

Trabalho: Lavradora

Grau de escolaridade: 4ª série/Primário (Ensino fundamental I)

Bairro da zona rural: Cachoeirinha

---

Aparecida traz a fase da infância, o começo da sua relação com a agricultura e de como a ausência de estrutura para as crianças da zona rural estudarem na cidade à época reforçou seu trabalho na roça ainda pequena. O trabalho realizado na roça com os pais prosseguiu após seu casamento: *“Eu trabalho na roça desde 11, 12 anos, ajudando o meu pai. Era época de colheita e eu ia ajudar ele a “panhar” café. Então, a vida inteira eu trabalhei assim. E, na época, eu não tinha a oportunidade de estudar, porque não era igual hoje, que passa condução, que passa as coisas. Aí, como eu não estudei, logo eu comecei a trabalhar. Aí eu casei, meu marido era agricultor, continuou e é até hoje”.*

A participação de Aparecida como cooperada acontecia de maneira informal, por acompanhar o marido em reuniões e participando das decisões. Quando ele veio a falecer, ela assume a cota-parte na COOPFAM e as responsabilidades da casa: *“Na verdade, eu faço parte da cooperativa faz uns 17 anos ou mais, mas que eu sou cooperada é depois que o meu marido faleceu, é um ano. Eu participava das atividades da cooperativa, eu participava do MOBI. Às vezes, por meu marido ser cooperado, lá é familiar, então eu tinha direito aos cursos dos SENAR que tinha, se eu quisesse fazer, eu podia fazer, eu participava assim, e sempre ajudando ele na roça,*

*sempre trabalhando na roça. Então era assim. Aí, depois, quando ele veio a falecer, aí eu tive que arrumar meus documentos e entrar como cooperada para continuar, né. Aí, o que era dele passou para mim, mas não mudou muita coisa, porque eu já fazia parte, então tudo o que acontecia lá, sempre eles comentavam, né, então, mais ou menos o jeito que funcionava”.*

A relação de Aparecida com o grupo MOBI vem de antes que ela se tornasse cooperada. Ela se interessa pelo grupo, pelas formações diversas e estímulos ao aprendizado e o ensino que acontece dentro do coletivo: *“Então, eu ia porque eles tinham vários cursos, várias coisas que eu tinha, que eu, por ser mulher de sócio, poderia frequentar. Aí eu comecei a fazer os cursos e conheci elas, né, aí eu comecei a frequentar as reuniões, a participar das reuniões por mês que tinha lá, e a ajudar nas elaborações de projetos, na elaboração de um monte de coisas que sempre elas fizeram, né. E eu gostava, porque a meninas lá são muito, assim, boas, você aprende muita coisa. E era um modo de você interagir também, porque eu penso assim: eu não tive a oportunidade de estudar, e eu via nesses encontros e em participar dos cursos, a oportunidade de aprender coisas que eu não tive escola, mas lá você aprende também. Você aprende muita coisa assim, para você não parar, para você continuar aprendendo, para memória da gente não parar. Porque, sei lá, o serviço da roça não ativa a memória da gente, né, só ativa o corpo. E lá você aprendia muita coisa, você aprendia como, muitas vezes, aproveitar muita coisa que você tinha e não sabia, então eu gostava de ir, sim”.*

*Tereza, 49 anos*

Raça/cor: Branca

Trabalho: Lavradora

Grau de escolaridade: 4ª série/Primário (Ensino fundamental I)

Bairro da zona rural: Cachoeirinha

---

A história de Tereza com a agricultura se dá no todo de sua vida. Antes do casamento, junto aos pais e depois, junto ao marido: *“Então, desde pequena, nós sempre ajudávamos meu pai. Depois, eu me casei e eu continuo ajudando ao meu marido. Só*

*que é diferente a cultura, né. O meu pai mexia com fumo, então nós ajudávamos ele na lavoura de fumo, agora, com o meu marido, nós mexemos na lavoura de café. Aí, no começo era café convencional e há 15 anos nós passamos pra orgânico”.*

Tereza tem sua relação com a cooperativa estabelecida há tempos. Ela traz a lembrança de estar junto nos trabalhos da Pastoral da Terra junto à Associação. Fala, também, de ter vividos tempos difíceis na COOPFAM: *“Então, desde o começo, antes de formar a associação, quando tinha a Pastoral da Terra, nós já participávamos, porque o Padre José ajudava muito, tinha muitos encontros da pastoral, então nós já participávamos. Depois, fundou a associação e nós estávamos juntos. Depois nós demos uma afastada, porque quase morreu (a cooperativa). Teve uma época em que quase morreu, ficou aquele pouquinho de gente só, estava muito difícil, aí nós demos uma afastada, mas depois nós voltamos novamente. Eu não lembro certinho, sou ruim de guardar data. Aí nós voltamos, pegamos firme e, graças a Deus, estamos até hoje. Teve os momentos difíceis, mas nós enfrentamos juntos, e as coisas, eu acho que é com união que a gente enfrenta. Vem as dificuldades, as barreiras e tudo na vida”.*

---

*Luciana, 68 anos*

Raça/cor: Branca

Trabalho: Trabalhadora Rural

Grau de escolaridade: 4ª série/Primário incompleto

Bairro da zona rural: Dourado dos Lopes

---

Luciana relata a infância no trabalho da roça, contribuindo com a família numerosa: *“Eu também cresci na roça, fui criada numa família numerosa, desde criança, quando não ia para roça, o pai era ajudado pelos maiores e a gente continuou”.*

Luciana esteve presente na vida da COOPFAM como coadjuvante, sempre acompanhando o marido. O fato de ter os filhos pequenos também impedia Luciana de ir para reuniões. Até que seu esposo veio a falecer e ela teve que assumir para si a cota-parte e as responsabilidades da organização rural familiar. Ela lembra de como foi doloroso ocupar o lugar do marido em uma votação da cooperativa, onde só havia homens: *“A gente não ia e os homens iam. Eu nem podia, naquela época, com filho pequeno a gente nem. Aí, meu marido, faleceu de repente. Que jeito que ficava a situação depois? Ele era cooperado. A primeira assembleia que teve, que eu tive que*

*votar, para mim, eu chorei o tempo inteirinho. Porque, fez uma fila enorme ali onde a gente reúne naquele salão para o pessoal votar. O que que acontece, eu só vi homem na fila. E eu olhava e eu sentia a presença do meu marido na fila, no lugar e eu que estava no lugar”.*

---

*Iara, 64 anos*

Raça/cor: Branca

Trabalho: Lavradora

Grau de escolaridade: 4ª série/Primário (Ensino fundamental I)

Bairro da zona rural: Dourado dos Lopes

---

Do trabalho da agricultura com os pais, para o trabalho somado ao casamento: *“Eu comecei desde criança ajudando meu pai. Mas depois eu casei, parou um pouco. Eu estava criando as crianças, os filhos, né, aí depois eu e meu marido voltamos para agricultura, para trabalhar também tirando leite, fazer de tudo né... cerca, trabalho no café”.*

---

*Helena, 43 anos*

Raça/cor: Branca

Trabalho: Lavradora

Grau de escolaridade: 4ª série/Primário (Ensino fundamental I)

Bairro da zona rural: Dourado dos Lopes

---

Helena traz da infância o início do seu trabalho na roça e como o café se fez presente em toda sua trajetória como lavradora: *“Deste os 6... 7 anos, na roça. Eu capinava arroz, desde pequeninha. Arroz, aí foi depois cortar capim, ficando mais velha e café... e casei e continuou na mesma coisa”.*

---



#### 4.3. De “Grupo de Mulheres” (da COOPFAM) a “Mulheres Organizadas Buscando Independência”

Apresentações feitas, início a construção genealógica das Mulheres Organizadas Buscando Independência. Houve momentos de suas vidas que foram pontos de convergência – MOBI e COOPFAM. Algumas, primeiro na MOBI, outras na COOPFAM. Muitos foram os cafés da tarde tomados junto à mesa farta de delícias da roça para, junto às mulheres, coconstruir o caminho de suas trajetórias até chegar na história da MOBI.

As treze conversas tidas não fluíram todas na mesma intensidade, o que, entretanto, não diminui a importância de cada uma para com sua particularidade, de modo a serem significativas e relevantes para a história do grupo. Também, muitas trouxeram a história recontada, o que ouviram das que são chamadas de pioneiras; e o que cada uma viveu e experimentou junto ao grupo. Não só de umas com as outras as mulheres recontam a história da MOBI, mas elas (re)constituem os afetamentos vividos pelos discursos masculinos para com suas presenças na Cooperativa. Considero que recontar determinados fatos é legitimar toda a trajetória da organização da MOBI, desde sua constituição até suas práticas organizativas atuais. Nesta mesma visão, recontar a história também remete a (re)viver a relação entre o grupo MOBI e a COOPFAM.

Diante da fluidez das histórias do grupo MOBI, uma se destacou: Bárbara. Ela traz da sua trajetória o que viveu e experimentou enquanto mulher, da COOPFAM e da organização das mulheres. E também, além de ser considerada uma das pioneiras, por muitas, foi apontada como a “criadora” do “Grupo de Mulheres” da COOPFAM. Por isso, escolhi a história de Bárbara como fio condutor da multiplicidade de história das Mulheres Organizadas Buscando Independência. Elas se entrelaçam, misturam; são contadas e recontadas perante tantas vivências e experiências enquanto mulheres de uma organização maior, a Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região.

Acredito que a construção da história da MOBI a partir da genealogia faz-se sobre as percepções iniciais por parte das mulheres acerca dos trabalhos domésticos e de cuidado; do espaço privado e da unidade de reprodução. Esta conjuntura que permeia a relação da mulher com o trabalho na agricultura familiar traz às mulheres as

primeiras indagações sobre afetamentos vividos acerca de sua participação no contexto organizacional da COOPFAM.

a) A presença ainda que (in)visível das mulheres na COOPFAM

Bárbara inicia a conversa falando da presença das mulheres na extinta Associação dos Pequenos Produtores de Poço Fundo e, também, de sua presença e participação.

Desde o início tinha (mulheres). Era muita pouca mulher. **Era muito pouquinha a participação das mulheres.** Tinha a Mara, a Roseli, dona Luciana, a Iara, tinha eu... então, era uma participação, igual nas comunidades, só que toda vida, foi em proporção menor. Uma porcentagem sempre menor. **O bom que eu entrei nova, eu estou podendo assistir uma trajetória muito grande.** E aí, eu fui participar das reuniões, depois fui participar do primeiro diagnóstico rápido participativo, que daí era a turma de jovens... fiz treinamento para o diagnóstico, aí, foi muito grande o treinamento... depois, a gente ajudou a aplicar o diagnóstico... porque, até então, eu ia assistir a reunião. Aí, quando fizemos o treinamento para aplicar o diagnóstico, ajudamos a aplicar o diagnóstico, aí, foi o momento que eu me envolvi com a causa. Uma coisa é assistir, outra coisa é envolver nela, na causa. Eu participei de formação, participei de representação, sempre participava de assembleia. Sempre fui na assembleia e eu ia sem ser cooperada. (Bárbara)

Da década de 1990, Bárbara traz suas primeiras indagações sobre a (in)visível presença e participação das mulheres na COOPFAM, que era a então Associação.

Não tinha interesse em discutir isso. Eu não sei por que não. A gente falava que as mulheres precisavam participar. Mas, a gente falava para chamar a esposa, a namorada, a irmã, mas nunca assim, discutir por que que ela não vem [...]. Nessa época que eu pensava, eu não era de expressar muito, eu não tinha muita coragem para expressar. Eu pensava. Como eu não falava, ninguém sabia o que eu estava pensando. **O dia que eu caí no absurdo de falar, que daí eles tinham certeza do que eu estava falando,** tanto que eu falei, e eu nunca fui de triar minhas palavras, aí, a chinela apertou. **Porque daí, deu conflito.** Né?! Porque aí, você...**aí no que eu fiz, eu posicionei, defendendo um grupo de mulheres, que eu afirmava que tinha, que trabalhava, que tinha direito, que era cidadã, que era um indivíduo que tinha todo o jeito igual um homem tem e os próprios diziam, “ah, elas têm mesmo. Nós não estamos negando”.** Então cadê elas? Porque era uma carta muito boa de se usar, né?! Eu também usaria. **Você está falando que as mulheres são muito fortes, são muito boas, tão envolvidas em tudo, então cadê elas? Porque você tem que provar o tempo todo, né?! Tem que provar o tempo todo.** (Bárbara)

O fato de Bárbara colocar como “conflito” suas percepções ditas à época da formação da Associação sobre a presença (in)visível das mulheres remete ao processo de conscientização que ela teve para subversão dos modos de (re)existir dentro do espaço de tomada de decisões. Este questionamento e os outros sobre as mulheres na Associação e depois na Cooperativa referem-se à construção das mulheres nestes espaços. O conflito entre o que era dito por ela e pelos homens faz jus às relações de

poder-saber no contexto organizacional, pois o espaço público, socioculturalmente, tem sua ocupação negada às mulheres. Enquanto Bárbara reconhece que há mulheres que se fazem presentes por meio do trabalho do espaço privado, os homens veem neste o fato de elas estarem ausentes e não as reconhecerem como parte da organização. Isso acontece pela construção das mulheres enquanto partes da sociedade, da economia, da política e da cultura. Assim, este processo influencia na ocupação dos espaços por homens e mulheres (SCOTT, 1995; BUTLER, 2016). No caso da organização em questão, por mais que as mulheres estivessem presentes, elas precisariam se tornar parte daquele espaço. O corpo da mulher, que é campo em disputa por buscar estar presente nos espaços de tomada de decisões, faz com que as mulheres se tornem mulheres e cooperadas; mulheres e agricultoras (DIAZ, 2012; FOUCAULT, 1982; 2014; 2017). O gênero é um dispositivo tanto quanto o corpo feminino, acerca da instituição Associação/Cooperativa. Reconhece-se, de fato, que, ainda que realizando o trabalho doméstico, por meio deste elas têm atuação significativa para a organização de todo o trabalho rural.

Entre as que Bárbara aponta como uma das pioneiras, Helena, dona Iara e dona Luciana falam sobre a pouca participação das mulheres no início da constituição da Associação, e, também, sobre suas presenças e de outras, ainda que em significativa minoria.

Tinha algumas mulheres. (Helena)

Nem nas reuniões a gente ia. Lá no começo eram só os homens. Mas ia Bárbara ia, a irmã do Luís, a Mara ia... (Dona Iara)

Eu participei. Na associação, eu fui a algumas reuniões. Eu cheguei a ir em reuniões, **mas você ia e ali era a presença, não a participação**. Você estava presente, mas não a participação. Que eu lembro de ir muito no começo, que quando era no Centro de Pastoral lá no começo, **eu lembro eu sentada lá nos degraus, de eu ir sim. Mas não era assim, que você tinha uma voz ativa** não. Você ia mais para ficar de lado escutando, não dava palpite...tinha coisas que a gente as vezes dava....porque quando você tá por fora, você tá desligado daquilo, você não sabe, então... (Dona Luciana)

Mara me fala também da presença das mulheres no início da COOPFAM, das pioneiras e das que estiveram desde a formalização do grupo MOBI.

**Da COOPFAM, tinha. Porque, quando tinha a associação mesmo, já tinha, por exemplo, a dona Maria José, ela começou desde lá do começo, então, ela também trabalhando na COOPFAM...** quando tinha associação mesmo, que tinha a COOPFAM, mas ainda existia a associação, que não tinha desmembrado lá, não tinha acabado ainda a associação, então tinha... eu fiz parte da equipe, assim, eu era... não, eu não era tesoureira; **eu era secretária nessa época, da associação. A Elis fez parte também da associação. Então assim, a mulher já vem trabalhando na COOPFAM há muito tempo, mas não com esse... com essa visão de hoje, né?! Era com**

bem poucas mulheres, então, até porque, não tinha aquela... **a mulher não tinha direito de votação, não tinha nada disso, né, aí, as mulheres eram bem devagar, diga-se assim, de passagem.** Mas, teve muitas mulheres que começaram desde o começo; que já vem com trabalho. Igual eu te falei. Tinha algumas que participavam sim, que já bem há mais tempo interagem com os assuntos é... **como a Bárbara, a Roberta, a Elis, a dona Luciana, essas mulheres vêm desde há mais tempo na história da COOPFAM.** Mas, bem no começo mesmo, eram poucas. (Mara)

Marina conta que, no começo da Cooperativa, havia mulheres presentes, sim. Mas que o espaço era muito masculinizado e ela via o machismo estruturado na organização como barreira para as mulheres entrarem e participarem da COOPFAM.

Então, desde o início, que era a **associação, já tinham mulheres que participavam.** Mas, participavam por participar. **Não tinha direito a voto, não tinha cota,** então, foi através do dia a dia ali, que foi conquistando. Eu acho que existia um pouco **do machismo.** Eu acho. No início, eu acho que tinha. Eu acho que era muito fechado para homens. Mas, com o tempo, que foi participando mais mulheres, que foi abrindo, como se diz, **uma brecha para as mulheres participarem, aí, eu acho que foi uma conquista.** (Marina)

A percepção de Marina sobre o machismo estruturado na organização era tanta que, logo que ela me disse que as mulheres não tinham direito de cota nem de votar por conta do machismo, perguntei a ela o que ela entendia por machismo. Sua resposta se dá justamente retratando o ambiente masculinizado acerca da Cooperativa. O machismo estruturado na organização é construído pela matriz heterossexual que tem no gênero e no sexo seus dispositivos performáticos (BUTLER, 2016; LOURO, 2017; TORRES, 2001). A matriz heterossexual se alinha aos dispositivos do contrato de trabalho e do contrato de sexual do patriarcado moderno. O contrato social que subjuga os outros dois anteriormente citados não reconhece o trabalho da mulher para com a organização familiar nem a presença dos corpos femininos dos espaços públicos (FEDERICI, 2017; PATEMAN, 1993; MIGUEL, 2017). O corpo é um campo da atuação das relações de gênero a partir dos dispositivos da família e da instituição.

Ah, eu acho que... às vezes, **não é tanto o machismo mesmo** em si. Mas, **é aquele controle que tinha, assim.** Ah, naquela reunião, participa... **só homem vai.** A mulher não tem necessidade de participar, porque, eu indo, já é para família. (Marina)

Diante disso, Bárbara fica ciente sobre a que espaço e a quais tipos de trabalho a mulher estava relacionada. Ela relembra quais tipos de espaços e trabalhos que ela, suas familiares e vizinhas há tempos realizavam e que contribuíram para a participação dos maridos nos espaços de tomada de decisões, como as assembleias.

“Porque a participação das mulheres era baixa! **Elas eram envolvidas nos trabalhos!** A gente ia, chegava nas casas, **as mulheres punham uma mesa**

**bonita, com quitanda.** Eu via a minha mãe fazer isso, eu fazer isso, **minhas vizinhas fazerem isso... elas levantavam cedo, iam colher café, panhar café, mexer café no terreiro, varrer café no terreiro... e na hora da reunião para falar de café, só tinha homem!** Para não dizer que só tinha homens, tinha algumas mulheres! Mas a porcentagem muito baixa! Então assim, qual que era a dúvida? Elas não gostam? Mas é a área que elas trabalham, é a área que elas moram! Elas não querem? É zona de conforto. Tá. E essa dúvida continua para mim! Essa não clareou! Tudo evoluiu, mas essa na minha cabeça, ela ainda é bem atrasada”. (Bárbara)

A masculinização do meio rural faz com que o espaço público de tomada de decisões seja também de predominância masculina. A ocupação do espaço privado, relacionado às atividades consideradas como trabalho feminino ou trabalho leve, reforçavam o discurso masculino sobre o lugar das mulheres (PAULA; HESPANHOL, 2014; PAULILO, 2004; 2007; ROSSINI, 1993; SANTOS, 2016). Os contratos de trabalho e de sexual como dispositivos do patriarcado moderno fomentavam as relações de poder-saber entre as mulheres e os homens (AGUIAR, 1984; VIEIRA, 1997; FEDERICI, 2017; PATEMAN, 1993).

Ah, quando ia na **assembleia**, chegava lá e queria falar e falava “**Ah, mas você não é cooperada, você não tem direito de votar**”. Então, tá **sem espaço**, uai. **Como que eu tenho espaço para lavar, passar, panhar café, varrer, mexer com terreiro, você não tem espaço, porque você não tem, não é cooperada?** Então, eu vou cooperar! Nem sei o que é esse tal de cooperado, mas eu vou virar esse tal desse negócio aí, porque é o que tá faltando pra minha vida (risos). (Bárbara)

Ao mesmo tempo que, pelos homens, era utilizado o discurso sobre o espaço privado destinado às mulheres, havia por parte de Bárbara o reconhecimento da importância que havia em seu trabalho para com a organização.

O trabalho das mulheres, que era fundamental para a organização do trabalho familiar, não era reconhecido como justificativa para elas cooperarem. A partir do momento em que há a percepção desta presença-ausência das mulheres, há o início da mudança nas relações entre o trabalho e a reprodução, partindo do aspecto social (ARRUZA, 2015). Era a dupla face que a ausência das mulheres na Cooperativa mostrava e não mostrava. Como apontado por Paulilo (2004; 2007), ainda que não haja reconhecimento econômico do trabalho produtiva das mulheres, ele é fundamental para a manutenção econômica do trabalho dos homens nos espaços públicos. O espaço público que mantém a relação patriarcado e capitalismo reconfigura as relações de gênero no campo social e organizacional (ARRUZA, 2015). Assim sendo, as mulheres subvertem o espaço público ao tomarem consciência da valorização do seu trabalho na roça, a chamada “ajuda”.

E então, Bárbara nos fala da sua prática de si, partindo de sua subjetividade, para ela e as outras mulheres ocuparem seus espaços na Associação.

Eu demorei a ver isso. Eu demorei a ver. Eu sempre achava que eu tinha direito... eu demorei a entender que, para ter direito, você tem que cumprir deveres. Que é o cooperativismo. Então, porque eu cumpria com os deveres, eu achava que eu tinha que ter direitos. Mas eu não tinha uma cota-parte. E, quando eu percebi isso, eu falei, eu vou cooperar. [...] Ah, eu fiquei assim, eu fiquei brava, né?! Depois eu entendi. **Mas eles estão certos.** Eu não sou cooperada mesmo. Era uma verdade dura de ouvir, mas era uma verdade! Como que dois votam, se tem uma cota só? Não está certo mesmo, né?! O voto é por cota. É o mesmo de eu querer que os 5 daqui de casa votem. Cada um tem que ter uma cota. (Bárbara)

Sinceramente, eu pensava assim, **que a voz não estava sendo validada. Porque, estava tendo muito valor para ajudar.** Mas, onde você colocava a voz, aí, eu ouvi assim, “ah, mas você nem é cooperada... aí, como é que você vai votar, se você não é cooperada?”. “Como que você vai ser indicada, se você não é cooperada?”. Eu acho que no meu caso, quando **eu senti a necessidade de cooperar, eu cooperei.** Porque, eu achava que aí, quando eu percebi, **eu vou sempre ser ajuda? Eu vou ser oficial, uai! Eu posso ser votada e votar!** Eu quero, é um desejo meu! Aí, para isso, você tem que ser cooperada!”. E para mim, foi muito fácil! Porque, eu já cumpria com os meus deveres. Agora, para cooperativa, também não foi difícil, porque, se eu cumpria com os deveres, era só cooperar e pronto. Agora, **tem uma diferença entre realmente acontecer o que eu pensava o que acontecia.** Não foi tão fácil ganhar o espaço. **O espaço estava lá,** e todo mundo falava que você não tem o espaço, porque você não é cooperada. Mas, **e agora, que eu passei a ser cooperada, sempre tive essa pergunta, né?! “Ah, mas a mulher vai dar conta? Vai viajar sozinha? Como é que vai ser isso?”.** (Bárbara)

O “espaço”, sobre o qual Bárbara fala, remete ao espaço público, de tomada de decisões. No entanto, há uma construção do patriarcado moderno por meio de seus dispositivos de que a mulher não é parte deste espaço. O patriarcado relacionado ao capitalismo fez com que as mulheres estivessem sendo parte do sistema por meio da manutenção da casa e do cuidado com os filhos na unidade de reprodução (ARRUZA, 2015; FEDERICI, 2017). O “espaço” existe, mas o fato de elas ainda terem dificuldade de ocupá-lo evidencia a atuação dos dispositivos de poder por meio das instituições como a Cooperativa, que é predominantemente masculina. As relações de gênero que permeiam as relações de poder no contexto organizacional atuam por meio de estratégias entre homens e mulheres para manutenção do convívio social. O fato de haver por parte de Bárbara a contestação do “espaço” remete ao confronto da submissão do feminino ao masculino (LOURO, 2017; TORRES, 2001).

Tanto que, no processo de articulação das mulheres para ocuparem de forma legal do ponto de vista do cooperativismo a organização, Bárbara relembra o que ouviram. Era o incômodo da organização masculinizada em sua estrutura.

Nesse início de cooperativa, a gente ouvia assim, muito... lugar de mulher.... brincando, falava brincando... **“lugar de mulher é pra esquentar no fogão e esfriar no tanque”**. **“Mulher fala muito**. (Bárbara)

A partir do momento que houve as contestações para a compra de cotas por parte das mulheres, a trajetória de Bárbara é ponto de partida para a história da MOBI.

[...] E todo mundo achando que **devia ter um grupo de mulheres**, porque a participação das mulheres no meu ponto de vista era muito baixo e é muito baixo (Ela enfatiza o **É** muito baixo). (Bárbara)

Eu acho que eu tive sempre envolvida, por exemplo, precisa de um grupo para organizar um grupo para receber alunos, professores...[...] Eu sempre tive esse envolvimento com grupo de pessoas; tanto é **que, quando foi pra construir o grupo MOBI, foi diferente**. Eu sempre pensava **que tinha que ter mulher na cooperativa**, eu sempre tive isso comigo, por quê? Na formação de base, a gente ouvia o padre Douglas, o Perugini falar que, gente, fez nós a imagem e semelhança; ele fez nós diferentes, mas nós somos iguais! Diferentes em pontos de vista, diferentes em aparência, **mas todo mundo tem direito de falar, direito de expressar, direito de atuar. O direito é igual, ele deve ser respeitado!** Todo mundo tem direito de ser ouvido, de ser respeitado. E eu *linkava* isso com a organização nova, porque a associação era nova, a cooperativa era nova e eu falava, **se na igreja, o espaço das mulheres existe, por que na cooperativa não existe? Por que a mulheres não se posicionam? Por que elas não chegam, não vão na assembleia?** Por que você entra numa igreja? Tem números aproximados de homens e **mulheres e numa assembleia de associação e cooperativa é tão grande o número da diferença!**? Tem 5 mulheres e 50 homens?! E no início, era a nossa realidade, sempre pouquíssimas mulheres... pouquíssimas mulheres, muito pouco. (Bárbara)

A trajetória de Bárbara faz com que, como já dito, ela seja apontada como uma das pioneiras da COOPFAM. E isto, é revivido e propagado na fala das outras mulheres que vieram a participar da COOPFAM após a mobilização das pioneiras.

Eu sei que a **Bárbara, essas pioneiras, assim, desde o começo elas estavam lá. Não com voz ativa**, mas estavam, né. (Fabiana)

Ah, a gente começou com pouquinhas, pouquinho mulher. **A Bárbara quem inventou o grupo MOBI, o grupo de mulheres (risos), porque ela falou assim, porque nós não ter os nossos cafés? Porque chegava na hora de votar lá, nós não podíamos votar, né?! Aí começou, começou por aí**". (Dona lara)

A partir do reconhecimento por parte de Bárbara e outras pioneiras da presença não reconhecida das mulheres na COOPFAM, as mulheres começam a se organizar para a compra de cotas.

#### b) A compra de cotas

Bárbara fala do processo de organização das mulheres para comprar as cotas-partes. Era preciso levá-la às reuniões.

Foi no boca-a-boca. Ia paras rezas, paras missas. Encontrava lá e falava, **“vamos fazer reunião, vamos para reunião?!”**. Uma ligava para outra, dava recado, dava carona... chamava a outra para ir, assim. (Bárbara)

Quando as mulheres se organizaram e decidiram comprar as cotas, houve uma multiplicidade de questionamentos por haver dois cooperados em casa e do porquê de as mulheres cooperarem. Por parte de alguns, emergiram o reconhecimento do trabalho da mulher na agricultura e a garantia de acesso às políticas públicas como a aposentadoria rural; por parte de outros, questionamentos sobre dar visibilidade ao trabalho da mulher e a ocupação do espaço público. Estes posicionamentos sobre a ocupação do espaço público pelas mulheres remetem à disputa pelos seus corpos e seus trabalhos pelos dispositivos do patriarcado moderno (CONCEIÇÃO, 2009; LOURO, 2017; TORRES, 2001).

Ah, teve uns que falava **“Ah, mas para que isso? Dois cooperados em casa?”** Uai, simplesmente porque quer votar e não tem jeito de votar. Outros falavam, **“Ah, eu quero pôr um pouco de café no nome dela, porque, quando ela for aposentar, ela já tem, ela já vai estar legalizada”**. Outro já falava **“não, ela quer, o café lá é dela, ela que cuida daquele café, é melhor... então, deixa... vamos legalizar isso... que o café já é dela mesmo, então vende no nome dela, que já recebe e já fica muito mais organizado.** (Bárbara)

Roberta fala do processo de organização das mulheres para a compra de cotas a partir do momento em que elas perceberam que eram só acompanhantes dos maridos nas assembleias. Roberta traz a história vivida das memórias de Bárbara, indicando-a como a mobilizadora do grupo e a primeira a ter interesse em cooperar. A partir do modo como as mulheres buscam estar na cooperativa, elas se utilizam de práticas e estratégias evidenciando o caráter performático do gênero, mas também do sexo (BUTLER, 1993; 1998; 2008). Ou seja, suas prática e estratégias quanto ao ser mulher se dão acerca da subversão do que é tido como trabalho de mulher e trabalho de homem; a ocupação do espaço público e do espaço privado; organizando-se para participar das assembleias, enquanto grupo, comprar cotas, formalizar-se e indicar membras para espaços de tomada de decisões da cooperativa.

Eu acho que lá no comecinho mesmo não tinha mulher, não. Lá no comecinho eram só homens, aí começou, assim, depois que eles começaram a reunir, a ter assembleia, que aí as mulheres começaram a ir. Os maridos iam e as mulheres iam também, aí começou a incomodar a questão de as mulheres não serem cooperadas e de não terem o direito de votar, e aí as mulheres queriam dar a opinião e não podia, porque elas não eram cooperadas e não tinham direito. Aí que surgiu a ideia. **Até foi a Bárbara que teve a primeira ideia, né, de cooperar para ter o direito de participar.** (Roberta)

Da mobilização à compra de cotas, o tempo foi longo; e também, a entrada das mulheres na cooperativa de maneira efetiva não se deu de maneira homogênea. Uma antes, outras depois...



**Foi tempo.** Para chegar... algumas chegaram mais cedo, algumas chegaram mais tarde. Não chegou todo mundo junto. Teve algumas que decidiu assim, de imediato. “Eu vou cooperar”. Outras falaram “Ah, mas aí, eu vou ter que participar de reunião, eu vou ter que ter esse compromisso também, né?”. Direitos e deveres, né?! Tem que lembrar disso. (Bárbara)

E quando Bárbara e as outras mulheres cooperaram, muitas foram as situações, acerca do que Bárbara viveu de si e da vida das outras mulheres.

Uai, minha, eu falei, eu vou comprar uma cota, eu vou plantar um café... e o esposo sempre foi muito tranquilo, ele sempre achou que era isso mesmo. Até porque nós plantamos juntos há muito tempo [...]. Então, a gente já tinha um planejamento futuro sobre isso. Quem quis comprar as cotas porque ia produzir um café, comprou porque era para produzir um café. Quem não quis comprar a cota e conseguiu porque herdou a cota, herdou a cota. Teve gente que herdou cota. Né! Não era cooperada. O marido veio a falecer e a cota foi transferida, não sei como nem funciona isso lá, só sei que se o marido morre, ela vai continuar pondo café na COOPFAM no nome dele?! Ou vai largar de produzir café? Porque a vida vira de ponta-cabeça, né?! (Bárbara)

Acerca da cota por falecimento do marido, dona Luciana se torna uma peça central para as relações entre a COOPFAM e o Grupo de Mulheres. As mulheres estavam presentes nos espaços de trabalho e estavam de alguma forma já inseridas nos espaços de decisões por acompanharem os maridos. Mas a perda do companheiro traz a dona Luciana as angústias de não ter sido reconhecida como parte de todo o processo. Sozinha na dor, e acompanhada da causa das mulheres, ela ocupou seu espaço.

*Fez uma fila enorme ali onde a gente reúne naquele salão para o pessoal votar. Aí, o que que acontece, **eu só vi homem na fila.** E eu olhava e eu sentia a presença do meu marido na fila, no lugar e eu que estava. Aí, tinha uma que é filha do Arnaldo, a Daniela, tinha um menina que trabalhava lá, que ela era muito amiga da gente... o que acontece, ela me viu chorando naquela fila e ela quando ela viu a fila só de homem e que eu só chorava, ela foi lá e falou assim: “eu vou acompanhar a senhora até lá na votação, que eu sei o que a senhora está sentindo dentro!”. **Ela falou assim, “eu sei que é duro, as coisas não deviam ser assim. Só a senhora de mulher aqui, porque tem que cobrir a falta do seu marido e não tem nenhuma das companheiras aqui”.** Ela foi junto comigo até lá, para que eu votasse e eu saí e ela conversou muito. **Por que não a mulher? Por que tem que ter essa fila de homem que está lá na rua e não tem nenhuma mulher? Aí, eu senti a necessidade que tinha de a mulher participar mais e elas são provas disso! Quantas vezes eu não falei, gente, nós temos que participar, porque nós não sabemos o segundo seguinte da nossa vida! Nós vamos ter que assumir tudo sozinha! Então, aí que você vê a necessidade da mulher na participação! Que eu senti e falei várias vezes em reuniões, que é necessário a mulher participar sim nas reuniões da agricultura, em tudo, na vida da família.** (Dona Luciana)*

As indagações de dona Luciana fazem jus à masculinização do espaço de tomada de decisões, como ela se recorda da assembleia que participou logo após a morte do companheiro. Ainda que na situação de falecimento, a família é a instituição que atua sobre e pelas mulheres. Sobre, negando aos corpos das mulheres a sua presença na

Cooperativa. E também, porque é pelos companheiros, que as mulheres ocupam a cooperativa e de forma coletiva, se organizam como MOBI (PEREIRA, 2014). Suas indagações ao sair dali, alinham-se na contextualização das sujeitas no e pelo poder por meio da relação do sujeito com a sua subjetivação (CANDIOTTO, 2010). As formas de (re)existir frente a normatividade do poder se dão na atuação das mulheres, como o caso de dona Luciana em suas relações a partir de sua realidade. Das (re)existências individuais às coletivas, há a convergência para o momento em que as mulheres se organizam e compram as cotas na Cooperativa (BUTLER, 2016; FOUCAULT, 2004; NOTO, 2009) .

Vontade de reconhecimento do trabalho na agricultura familiar; visibilidade da participação das mulheres nos espaços públicos da organização; e empatia por parte de alguns homens, inclusive por parte dos maridos das mulheres que se organizaram. A COOPFAM também foi ao encontro da organização das mulheres para serem partes legais, por meio das cotas-partes.

Uai, foi negociado assim. **Toda mulher que quisesse cota, a COOPFAM não ia cobrar a cota das mulheres para incentivo de comprar.** Ela tinha um valor simbólico, mas não era cobrado, ninguém pagava. Assim que abriu. Escrevia que pagava, mas não pagava. **Para incentivar as mulheres a cooperar!** Ainda assim, quase nenhuma cooperou. Por quê? Porque tinha que participar de reunião. Porque aí, só não pagava, o resto tinha que fazer tudo. A lei do cooperativismo. Direitos e deveres. Se eu não sou cooperada, eu não tenho direito e dever sobre a cooperativa, o meu esposo que tem. Agora, eu como cooperada, eu tenho direitos e deveres. [...] A área do café feminino, a área da Rosângela, é eu quem respondo por ela. É um direito que eu tenho de votar, é um direito que eu tenho de participar, de ser votada, mas é dever responder também pelas obrigações. (Bárbara)

Aparecida, em seguida, conta da articulação das mulheres para comprarem cotas-partes e, conseqüentemente, ocuparem os espaços de decisão. Ela fala de como a mulher era envolvida em casa e que seu trabalho nesse espaço era necessário para que os homens ocupassem os espaços públicos. Ela relembra discursos de que as mulheres são parte da mão de obra da agricultura, então, por isso, elas deveriam fazer parte da COOPFAM, já que era uma organização voltada para o trabalho rural do qual elas faziam parte. Enquanto dispositivo e pelo caráter relacional do poder, a performatividade de gênero fez com que as mulheres, do individual ao coletivo, contrapusessem a invisibilidade do trabalho da mulher na agricultura que tinha como consequência o seu não reconhecimento como parte da COOPFAM. Este mesmo gênero, do corpo como campo em disputa, ocasionou na organização das mulheres. Estarem mulheres cooperadas, e não serem mulheres cooperadas (SOUZA, 2016; BUTLER, 1993; 1998).

É, aí tem muitas mulheres que começaram a sentir a necessidade de terem direito a votar lá, né, foi aí que começou, né, **porque você participava em casa, mas às vezes ia projeto, alguma coisa lá, assim, que às vezes os homens não achavam interessante, e as mulheres, às vezes queriam, aí começou que as mulheres, para ter uma voz dentro da cooperativa, começaram a filiarem-se também, assim, mais no começo.** Muitas, lá, queriam o direito a terem voto. Certo, assim, eu não sei muito, não, mas começou mais ou menos assim, porque aí também a própria cooperativa falou assim: "Mas está errado, né, ser só sócio homem. Se é família, deve ter mulher que é produtora", aí abriu, aí que começaram as mulheres a entrar, mas mais para ter direito a decisão dentro da cooperativa. Porque às vezes a gente ia em assembleia e muita coisa que ia assim, mas eram só os homens que tinham voto de decisão e muitas já gostavam de participar para entender como que funcionava para **ajudar**, mas elas não tinham direito a decisão lá, né. (Aparecida)

Muitas mulheres haviam gostado da ideia de se reunir, mas poucas deram continuidade no processo de cooperar.

Ah, tinha bastante mulher no começo, porque ali na euforia de falar, ah, vamos para reunião, tinha umas 20 mulheres... 30 mulheres... 40.... **Mas para virar cooperada não.** Quando foi para reunião de grupo de MOBI, todo mundo. Para cooperar, foram poucas. Eu lembro que foi eu, dona lara, a Elis... eu sei que foi **umas oito mulheres cooperar.** E essa... a Helena... e essas oito, ia na assembleia e **sentava o "clube da Luluzinha". Na assembleia, tipo assim, ninguém sentava com os maridos; só sentada as mulherzinhas uma pertinho da outra.** (Bárbara)

E quando o "clube da Luluzinha" ia para as assembleias, havia reações de negação às mulheres ocuparem o espaço público que se fazia ainda tão masculinizado.

**Uns olhares, né?!** Chegava uma, chegava outra... "óh, olha o bando de "muié", né?!". E nós lá né, participando né, porque ninguém podia pôr nós para fora, né, porque nós tínhamos cota! Então... A maioria do povo não falava nada, né?! Porque se não fala, você não sabe o que tão pensando. E quem falava a favor, que bom; e quem falava contra, a gente fingia que não escutava. (Bárbara)

Além dos olhares, havia falas, discursos e posicionamentos embasados na matriz heterossexual. O gênero não é a interpretação dos sujeitos, mas o que os constitui; então a matriz heterossexual como fonte de práticas reguladoras do gênero e da sexualidade, produz o que se é considerado masculino e feminino. (BUTLER, 1993; 1998; 2004; SCOTT, 199; SOUZA, 2016). No caso dos discursos contrários à presença das mulheres enquanto cooperadas, esta matriz é que produz a mulher (in)visível com seu trabalho. Foi a matriz heterossexual que também contribuiu para que houvesse resistência pela presença dos corpos femininos nos processos decisórios da cooperativa (BUTLER, 1993; 2004; SOUZA, 2016).

A gente enfrentou resistência. Teve o ex-presidente da COOPFAM na época, ele não concordava não. (Dona lara)

**Ele (o ex-presidente da época) não concordava** de as mulheres participarem não! (Helena)

Ah, contra, o que mulher... nossa, mas essa mulher trabalhava na roça, vai ficar desgastada, o que é isso?! Que bobeira, que mulher boba! Para que

precisar disso? Ah, mas mulher fala demais! Toda reunião fala desse assunto, porque se está falando, é porque não saiu do lugar ainda, né?! Se tivesse resolvido, não estava falando! Então... normal. Comentário normal que se houve em todo grupo da sociedade. (Bárbara)

As memórias de Bárbara sobre as primeiras assembleias que as mulheres iam reunidas remetem às construções socioculturais da nossa sociedade acerca do ser mulheres e o espaço público. Ainda que houvesse alguma forma de retaliação nas relações de poder-saber, elas subverteram diante do direito adquirido pelo cooperativismo. As mulheres têm suas relações de gênero e de poder-saber em meio a uma organização em que o questionamento da ocupação do espaço público pelas mulheres remete à disputa pelos seus corpos e seus trabalhos pelos dispositivos do patriarcado moderno (CONCEIÇÃO, 2009; LOURO, 2017; TORRES, 2001).

Neste mesmo campo de poder-saber é que o gênero é visto enquanto dispositivo com dimensão política e transformação social. Por isso, não há como pensar numa estrutura somente masculinizada da organização, ainda que haja a predominância masculina. Mas há múltiplas possibilidades do caráter relacional do poder que condiz com práticas de liberdade dos sujeitos, de forma individual ou coletiva (LOURO, 2017; TORRES, 2001; FOUCAULT, 2017). As mulheres presentes nas assembleias, como posto pelas memórias de Bárbara, remetem ao campo relacional do poder pela pluralidade de forças do campo social. À medida que as mulheres buscam o espaço público das assembleias, elas atuam nas relações de poder-saber (LOURO, 2017; TORRES, 2001; FOUCAULT, 2017).

Mas houve também os cooperados que apoiaram a presença das mulheres na cooperativa, os maridos e até alguns dentro da diretoria.

Ali dentro os homens da diretoria, o que era mais, assim, do lado das mulheres, era o Chico mesmo! Que passava... que ajudou na organização do grupo... o genro da Elis... (Helena)

Sim... **eu acho que dos esposos das mulheres que cooperaram, eles sempre deram muito apoio.** Eles sempre viram muito valor nisso. “O valor dessas mulheres, cooperou sem interesse de dividir para não pagar imposto... não esbarrar com o “leão”, essas coisas que a gente vê conversa. “Ah, mas eu vou colocar a mulher também, que nós dividimos a cota”. Aí, já é um negócio mais polêmico, né?! Aí, já é um uso da ferramenta para um outro efeito. Um outro objetivo. Tem objetivo e objetivos. Tem vários. [...] Seo Carequinha sempre foi muito a favor. A gente via que ele tinha alegria de ver que a lara estava progredindo, que ela estava participando, que ela estava toda-toda. (Bárbara)

O que Bárbara relembra do que via da empatia de Seo Carequinha pela causa das mulheres, apoiando a entrada de sua esposa, dona lara também fala sobre. Ela fala

que, antes de haver a marca do Café Orgânico Feminino, o café produzido por ela já contava com tal título, por haver produção em seu nome e por ser trabalhadora rural, como ela mesma se identificou na apresentação.

Mas quando a senhora começou, **o meu café já era feminino. Agora o Carequinha que votava no meu lugar.** Não sei por que eu não...o meu café foi o primeiro! (Dona Iara)

Com as mulheres se organizando para a compra de cotas-partes, o movimento que já era organizado sentiu necessidade de a organização de mulheres continuar. Aí não era só mais as cotas-partes a motivação, veio outros fatores que envolviam a Cooperativa, o trabalho da mulher, entre outros. Por isso, primeiro organizar para cursos.

c) Os cursos eram uma desculpa; era para terem independência

Bárbara relembra que organizar o grupo foi a forma de evidenciar a presença que havia das mulheres na cooperativa, ainda que não reconhecida:

Comecei organizando as mulheres para fazer um Grupo de Mulheres. Foi bom, muito bom! Então, a gente começou trazendo uma mulher para ensinar a fazer umas comidas vegetarianas. O que é comida vegetariana? Sabe aquela salada de coisa de quibe?! Aí fizemos... eu estava grávida da Fernanda, primeiro curso que a gente fez, eu não aguentei ficar o dia inteiro, tive que ir embora. Tinha uma turma boa de mulheres. Eu fiz lá no São Miguel. Numa casa do lado de cima da igreja. Eu tinha casado, fazia pouco tempo e fiz o evento lá. E depois a gente começou a reunir na cidade, toda primeira sexta-feira do mês depois da missa, o grupo fazia reunião. E aí, tinha o suporte do Ruan, tinha o suporte da Jerusa, que era funcionária da cooperativa. (Bárbara)

Há outras histórias (re)contadas por parte de uma integrante do grupo, Anita, que se faz muito rica em conteúdo, ainda que ela tenha seus 20 anos. Mais do que evidenciar que havia a presença das mulheres na Cooperativa, seu relato mostra que a mobilização se deu para mudar a realidade das mulheres serem “ajuda”. Na percepção de Anita, a conscientização das mulheres se fez ao perceberem que seu trabalho na roça e os trabalhos domésticos e de cuidado eram primordiais para a organização do espaço público. E para mudar a realidade, começaram a se organizar e muitos foram os percursos da MOBI. A possibilidade das mulheres se organizarem se faz na presença da liberdade como condição das relações de poder. Neste sentido, as mulheres são sujeitas em reconhecimento da ação, pelo caráter produtivo do poder. A percepção sobre o quão importante as mulheres foram para a organização do trabalho na agricultura familiar e para a manutenção da participação no espaço público pelos homens, fez com que as mulheres se mobilizassem. A construção do Grupo de Mulheres se deu como resistência e efeitos de respostas para a ordem da matriz

heterossexual masculina que subjuga e submete as mulheres (FOUCAULT, 2006; 2010; ORELLANA, 2012).

**Já se pensava no grupo antes de ter a ideia.** A gente já tinha as conversas, mas a gente não conseguia colocar na cabeça delas que elas queriam um grupo. **Foi igual a cooperativa. Eles não falavam que queria uma associação, falavam que queriam uma realidade diferente, mas eles não sabiam que queriam uma associação para plantar café orgânico.** A mesma coisa é o grupo. **Elas queriam mudar alguma realidade que elas não concordavam,** mas elas não sabiam muito como fazer isso. **Elas queriam mudar essa questão de o homem falar que a mulher ajuda, queria mudar a parte de não ser reconhecidas como parte da cooperativa, de não ter levado em conta, de não perguntarem para elas o que achavam ou convidar elas para fazer coisas mais assim importantes...não mais importantes, porque tudo é importante... as coisas com mais visibilidade. Então, elas começaram a reunir para discutir e, assim, algumas mulheres, elas tinham as mesmas inquietações em comum. Então, elas começaram a se reunir para saber o que fazer sobre essas inquietações.** Só que, mal sabiam elas, **que o fato de se reunirem para conversar, já estavam fazendo a situação mudar.** Porque quando você reúne um grupo, você já começa a levantar a questão de que aquilo não está de acordo, não está agradando todo mundo. E aí, ficou muito tempo reunindo e tal, mas o que o grupo vai ficar fazendo? Não dá para ficar falando disso o tempo todo. Tem que fazer alguma coisa. Então, começou a fazer curso, mas cursos assim, os mais tipos de cursos aleatórios possíveis que o SENAR ofertava. Cursos assim, de hobbies que uma ou outra gostavam para ter realmente alguma coisa para fazer junto, **porque elas queriam muito estarem juntas e fazer coisas juntas.** Então, fazia curso de doce, de pintura, de geleia, de compota, de um tanto de coisa, que não tinham muito a ver com o que na prática, elas faziam. Mas, é uma coisa que fez parte, **que ajudou a fortalecer a união delas.**

E assim, a articulação para envolver as mulheres começou por meio de convite.

Igual eu chamava para ir na missa, igual eu chamava para ir no culto, igual eu chamava para ir no curso de comida, eu chamava para ir. “Vamos para reunião. Vamos para cooperativa. Vamos fazer café...”. Mas aí, eu não pensei nesse café feminino. Aí, eu organizava um curso do SENAR para fazer pintura em tecido. Chamava quem tinha aptidão em curso de tecido. Daquele curso de tecido, 3 de 20... umas duas ou três, firmava ir em reunião. Daquele curso de formação de produto e derivados do leite, uma ou duas firmava para ir na reunião, comprava a ideia. Mas chamava para um curso. Curso de pós-colheita, visita... curso de flor... curso de... ah, palestras sobre saúde. Foi chamando para formação que eu comecei organizando as mulheres. Porque só reunião, eu via que as mulheres não gostavam. A gente tratava numa reunião, em determinado tempo, teve uma época que a gente fazia um tal de café solidário para uma ONG. Então a gente se reunia para organizar quem iria fazer o café, quem ia dar as quitandas, quem ia levar o café, ...então coisas práticas, como, por exemplo, esse café. **Eu não queria falar para as mulheres que era para comprar uma cota. Eu queria que elas percebessem que tinha que comprar uma cota e estarem envolvidas na cooperativa.** Então, eu fazia cursos diferentes do que eu pensava, do que eu queria que fizesse. (Bárbara)

Mais organização, maior envolvimento. Bárbara me disse sobre o grupo MOBI: *“Um coletivo de mulheres para fortalecer”*.

Oficialmente, ele é de 2008... 2006... já começou a participação. Participação é dessa data. A gente começou fazendo curso de pintura em tecido, doce, **porque a gente queria espaço só de mulheres, para falar de coisas de mulheres**; para ter mais tempo juntas, para fazer capacitação...trocar experiência, convívio. E não dá para falar como foi assim. Não é assim, não tem uma... foi acontecendo, né?! Não tem uma assim... para falar a verdade, não teve um planejamento para começar. Foi acontecendo. **A gente começou, a gente chamou as mulheres para reunir na primeira sexta-feira depois da missa.** Aí, depois das reuniões, a gente começou a tirar umas demandas de curso, de capacitação... curso de pós-colheita. A ONG Sapucaia tem uma força nessa época... eles tinham uma mulher que vinha de lá, uma senhora, a Analu que ajudou bastante, de Pouso Alegre e aí, a gente entendeu que não era só capacitação de doce, que isso e aquilo que a gente queria...que a gente queria pós-colheita, de poda, assim, é a parte do café, né?! E as demandas, eram entregues à Associação. Na verdade, na época, era pra ONG Sapucaia. Porque, a Associação, ela não tinha condição de dar suporte, em dinheiro, em técnico, porque não tinha departamento.” (Bárbara)

Eu chamava o povo para reunião. Então, foi uma ideia minha. Então nada oficializado, a gente conversa **direito de mulher, por que as mulheres não participava...conversava...formação, trazia um tema**, por exemplo, a Analu, eu lembro que ela trabalhou um tempo dizendo que a gente tinha que estar muito preparada para uma coisa que, enquanto for uma organização de pessoas, ela falava assim, presta atenção quando essa organização começar a dar dinheiro. [...] E a mulherada foi formação das mulheres, né? Colocou as mulheres para fazer curso do GQC... quando eu entrei de diretoria, junto eu entrei fazendo curso de GQC. (Bárbara)

Dona Luciana e Dona lara também relembram suas presenças nos primeiros processos de organização que ocorreram na e pela MOBI.

No começo do MOBI eu estava junto. Aí, depois que começou em **2006, nós começamos o grupo MOBI mesmo. Começamos a fazer reuniões mês a mês, já tinha ata...** (Dona lara)

**Mas eu falo que foi em 2006.** Mas nós já tínhamos às vezes...que surgiu o grupo. Mas a **gente já tinha coisa que a gente reunia. E para mim, foi difícil, porque a mulher não participava de votação, de decisões. Não.** Agora, **o grupo MOBI, eu acho que ele surgiu tão no silêncio que, quando a gente viu, já estava naquilo!** Porque não foi uma coisa assim que a gente entrou já na euforia querendo fazer tudo. Ela (Helena) já foi por último, que ela é criança perto de nós (risos), mas ela (Dona lara) aqui é prova disso! A Bárbara, a Naná, a Roberta já foi por último, a Saliana... todas elas são por último. É bem fácil que seja eu, a Bárbara, a Naná. E tinha as que vinham a ajudar a organizar, né?! Tinha... aí já começou a surgir... quem foram as primeiras que ajudou? Porque a Diana foi bem depois... a primeira eu não sei. Porque, para organizar, para formar o grupo que tivesse um nome ali, aquilo lá no começo...porque nós no começo, nós não tínhamos conhecimento para formar um grupo com o nome que tivesse... (Dona Luciana)

Os processos de organização das mulheres, mais do que prática organização, trouxe sentimentos diversos para suas membras. O reconhecimento do trabalho vai além do café.

Aí, eu depois do grupo MOBI, sei lá, eu me senti uma pessoa muito valorizada! Demais! (Dona lara)

Nossa, se eu fico duas reuniões sem ir, parece que eu estou sentindo uma coisa.... não foi minha culpa, teve problema... mas parece que a gente sente que tá... (Helena)

As que começaram se envolver na Cooperativa quando o grupo estava organizado relatam o (re)vivido das pioneiras. Apontam a construção do grupo a partir de articulação feita por Bárbara e a relevância de tal processo em meio a uma organização masculinizada e que havia a (não) presença das mulheres.

Ah, eu acho que **antes as mulheres eram menos reconhecidas dentro da cooperativa**, né, porque eram mais os homens que eram cooperados. As mulheres quase não tinham, eram mais os homens. Aí, de poucos anos para cá que estão entrando as mulheres, né. **Mas depois do grupo MOBI que as mulheres estão entendendo que elas precisam ser cooperadas para estarem juntas com seus maridos.** Então, foi esse reconhecimento que a gente teve que fez com que essas mulheres, agora, estejam querendo entrar como cooperadas, né. Quando surgiu certinho o MOBI, eu não sei. As pioneiras que eu lembro, são a Bárbara, a Dona Lara, a Luciana... São as que eu lembro mais, que são as que começaram mais o grupo MOBI, que eu me lembro, que estão mais desde o começo, né. Mas desde que começou a reunir as mulheres, lá, eu participo. Faz bastante tempo que eu participo, mas aí nem chamava grupo MOBI, né. **Era um grupo de mulheres que a Bárbara comandava. Ela era líder e convidava as mulheres dos cooperados para irem participar, aí a gente fazia cursos, oficinas, arrumava coisas para nós fazer, para reunir lá, e tinha a intenção de ser o grupo das mulheres.** Havia o grupo dos homens, né, que eram os núcleos, né, e tem os grupos das mulheres cooperadas, aí eu ia. Aí a gente fazia oficinas, cursos, aí era muito bom, eu era assídua lá. Na época eu frequentava bastante, eu só tinha o Luiz, aí eu participava bastante, mas nem era formalizado, né. Uai, **só da Bárbara querer que as mulheres tivessem espaço, né, na cooperativa, junto com os homens.... As pioneiras, lá, queriam que as mulheres tivessem vontade de ter esse espaço, né,** ela queria... ela e as outras pioneiras queriam que as outras tivessem essa vontade também. Eu sei mais depois que **eu comecei a participar do grupo MOBI, da Bárbara para cá.** Antes eu não sei muito. (Alice)

Aparecida em seguida, fala sobre como a organização do grupo de mulheres aconteceu e sua percepção da independência financeira promovida pelo coletivo para com as suas integrantes. O que ela conta é que a independência que as mulheres buscavam era tão significativa, que até constituiu o nome do grupo. Essa busca da independência, pela autonomia econômica, está atrelada ao patriarcado do salário.

Então, no MOBI eu já entrei, eles já eram bem assim... já tinha muita coisa quando eu comecei a participar. É mais por **elas quererem uma independência até financeiramente**, mesmo, né. O começo foi, né. **Tanto é que é Mulheres Organizadas em Busca de Independência**, né. É igual no caso que, eu não sei se é também, mas **eu via em muitas lá também buscando uma liberdade financeira.** (Aparecida)

A independência que as mulheres organizadas almejavam atuava em prol do coletivo, para que houvesse cada vez mais mulheres cooperadas, votando, em cargos de tomadas de decisões. Mais mulheres na Cooperativa representavam melhoria na atuação da COOPFAM. A organização das mulheres se deu no campo das relações de poder e no campo de forças a partir de suas estratégias. À medida que foram se tornando cooperadas e ocupando cargos de tomada de decisões, as mulheres buscam



o convívio nas relações de poder, combatendo a submissão do masculino ao feminino (TORRES, 2001).

Só que aí, o grupo foi ganhando uma dimensão maior, né, porque foram aparecendo jeitos de engajar mulher dentro da cooperativa, né, então, quer dizer, foi uma independência mesmo, foi uma grande conquista do MOBI, para as mulheres da cooperativa. Foi através da fundação do MOBI que começou a ter as associadas, né, que elas começaram a ter o direito de voto, a vice-diretora é do MOBI, né, tem a Tereza, que é da parte de conselho das coisas, que é. Elas começaram com o intuito de vender café, também, né, para elas, orgânico, porque como elas trabalhavam, né. E, hoje, isso ganhou uma dimensão maior, né. Isso ganhou uma dimensão de que cresceu muito dentro da cooperativa, também, né, quanto mulher e quanto cooperativa, né, a introdução dessas mulheres para a cooperativa teve um crescimento bom que abriu muito espaço, né, para as mulheres terem voz, opinião, e através delas vieram outras mulheres cooperadas também, e não tinha de primeiro, eram só homens, quase, eu acho. Que eu me lembre, era. (Aparecida)

Adrieli também fala do que conhece da história da MOBI, de como o grupo começou pequeno em quantidade e que, atualmente, ele é composto por muitas mulheres. Ela fala também da organização atual do grupo com relação às reuniões e, também, às tomadas de decisões.

O que eu sei que começou em 2006, com três mulheres.... cada dia, uma não podia ir, e fazia a reunião só com duas. Até chegar no grupo que está hoje. Que tem o grupo certinho, tem, eu acho que 30 mulheres... eu acho que só foi, assim, quase três que começaram... só foi melhorando. O grupo se reunia uma vez por mês, toda segunda sexta-feira do mês e a tomada de decisão é em grupo e tem... como se diz, tem alguma coisa que se tem que ser discutido, é discutido em reunião, em grupo pra todas terem a opinião e poder tomar uma decisão em comum, ali (Adrieli)

Marina faz um apanhado da organização do grupo, evidenciando como a articulação das chamadas pioneiras resultou numa organização que busca cada vez mais a visibilidade das mulheres nos espaços de tomada de decisões. Sua fala condiz com minha escolha pela história de Bárbara como fio condutor de tantas outras; Marina é irmã de Bárbara.

Então, as meninas resolveram que iam montar um Grupo de Mulheres e teve as pioneiras né, que foram as... como se diz, eu sou até suspeita, né, porque a Bárbara, né, foi uma das pioneiras. Ela, dona lara... eu falo que eu tenho muito orgulho da irmã que eu tenho, porque ela é um suporte muito grande ali dentro do MOBI. Ela luta, ela sempre foi muito guerreira ali, ela busca melhoria para o MOBI, tem os questionamentos e ela tenta sempre alavancar mesmo o grupo MOBI. E depois que teve aqueles cursos, que as meninas reuniram mais, que foi evoluindo muito ali... que foi, até teve mais participação e foi entrando e o grupo se tornou, não um grupo de venda de café, mas um grupo de amigas mesmo, né?! Que tem as meninas que tem não tem café e são amigas do grupo. No início mesmo do grupo, a gente fazia muito curso, tinha muita coisa de artesanato, então foi um envolvimento num todo de pessoas que era cooperada, das cooperadas e amigas do grupo também, pessoas de fora, que participava do artesanato também. Portanto, no início, tinha mais participação, bem mais. Eu não sei quantas meninas que tinha no total, mas teve uma queda um pouquinho de participação, nem tanto porquê... eu acho que não

porque não gostou..., mas é... é um negócio, né, ah, eu não tenho café... então, parece que não animou de ficar. Mas mesmo hoje ainda hoje tem, né, as amigas do grupo e grupo de artesanato que é tudo MOBI... não é só o café feminino que é MOBI não. Eu acho a criação do grupo foi mais para interagir entre as mulheres. Para ter ali um motivo da gente encontrar, da gente trocar ideias... **ter mais visibilidade ali dentro da cooperativa.** Eu acho que depois que a gente começou... falando de mim mesmo, assim, depois que eu comecei a participar do grupo MOBI, as pioneiras ali... **dona Iara, Luciana, Bárbara,** tudo ali, que elas já estavam mais por dentro das coisas da cooperativa, **a visão da gente é outra dentro da cooperativa.** (Marina)

A independência trazida por Aparecida como uma das razões para a constituição e organização do Grupo de Mulheres foi tamanha, que as histórias coletadas falaram da criação do nome do grupo.

Não só a independência, mas todo o contexto que permeia a organização do grupo na busca de visibilidade do trabalho da mulher na agricultura e da ocupação dos espaços públicos pelas mulheres, faz-se nas estratégias das subjetividades individuais e coletivas enquanto MOBI. A constituição das sujeitas nas dinâmicas organizacionais – poder e saber – a partir da MOBI se dá pelos dispositivos e pelas possibilidades de se produzir (DELEUZE, 1992; FOUCAULT, 1986; 2007). Ao mesmo tempo que o poder age e põe em ato o sujeito, ele possibilita sua existência. No caso do grupo MOBI, a condição de existência se dá pela atuação das mulheres buscando protagonismo por meio de sua organização até a organização maior, COOPFAM (BUTLER, 2017; FOUCAULT, 1977; 2017). Das observações de cada uma das sujeitas acerca da presença (in)visível das mulheres na Cooperativa, suas experiências constituem a história do grupo MOBI à medida que a constituição de cada uma se faz no campo do poder-saber. Em contrapartida, elas se organizam e promovem operações em seus corpos e modos de agir para modificar a realidade em que estavam inseridas (BUTLER, 1998; 2016; FOUCAULT, 1977; 2004; 2017; FISCHER, 1999). É nesta perspectiva que a formação do grupo MOBI se dá resignificando sua atuação de forma histórica. Se antes não havia o reconhecimento das mulheres quanto trabalhadoras rurais, e também, a sua limitada ocupação do espaço público da Cooperativa, em coletivo, elas resignificaram seus modos de existir (BUTLER, 1998; 2016; NOTO, 2009). Transformaram suas práticas, rompendo com a realidade do não reconhecimento enquanto parte do trabalho na roça e da organização.

A organização das mulheres, compartilhando suas vivências e experiências acerca da subjetividade feminina, alcançou a nomeação do grupo, a partir de tantas relações vividas em meio à COOPFAM.

d) A organização foi tamanha, que até se nomear, o grupo se nomeou

Chamava de “Grupo de Mulheres”. Não tinha esse MOBI. Era “Grupo de Mulheres” e não era da COOPFAM. Aí ficou muito tempo, aí ficou, ah, precisamos achar um nome para o nosso grupo, nem um grupo achava que tinha que ter um nome e nós achávamos que a gente tinha que ter um nome. Aí, até que uma das agricultoras colocou o nome, fez o nome e a gente concordou. Que era assim com a gente, que era a gente aquilo ali. **A independência... eu acho que a gente pensava, na época, a gente pensava numa independência de fala, de espaço, sabe, um lugar de fala, um lugar de espaço, um lugar de ter o seu lugar, independência financeira...** e como, por exemplo, a gente fala assim, precisa, é bom... a gente falava que era muito bom, porque a gente entrou no PNAE, a gente fazia doce para vender e falava que era muito bom para o grupo... entrou no PNAE. Fazia doce... era muito bom ter o dinheirinho da gente. Ter o dinheiro de todos, **mas esse é o meu, né?! (risos)**. O primeiro dinheiro que veio para o grupo assim, individual, foi o PNAE, venda de doces para as escolas. Aí, estava a Roberta, estava a Elis, estava a Naná, estava eu... (Bárbara)

Como pode ser observado, a construção do “Grupo de Mulheres” que buscou se formalizar como “Mulheres Organizadas Buscando Independência” se dá em meio à representatividade que seu nome poderia vir a trazer. Quando Bárbara diz nestes termos: “**A independência...eu acho que a gente pensava, na época, a gente pensava numa independência de fala, de espaço, sabe, um lugar de fala, um lugar de espaço, um lugar de ter o seu lugar, independência financeira...**”, ela remete à memória coletiva do grupo, quando as mulheres eram silenciadas pela predominância masculina nos espaços de participação da Cooperativa. O espaço e o lugar que Bárbara coloca estão relacionados à construção social e cultural feita sobre a mulher reservada ao espaço privado. Ao trazerem para as relações de poder suas estratégias de (re)existência, elas almejam ocupar os espaços de participação.

O lugar e o espaço se fazem na presença do corpo como campo em disputa pelos contratos de trabalho e sexual enquanto dispositivos do patriarcado, mas não se restringe somente a isso. Atrelado ao patriarcado está o capitalismo, que vê na dependência da mulher a manutenção de seu sistema (BUTLER, 2017; FOUCAULT, 1984; 2017). Romper com a dependência é ir de encontro ao patriarcado do salário que vê nas mulheres apenas a manutenção da organização familiar, ou seja, do reconhecimento apenas do trabalho do homem tanto no aspecto social como no produtivo. Ao buscarem a independência, elas promovem a subjetividade coletiva, subvertendo as relações de gênero em que estão inseridas, de modo que a organização se faz pelas vivências coletivas como formas de (re)existir (BUTLER, 1998; 2017; CANDIOTTO, 2010; FOUCAULT, 1984; 2004; 2017).

A escolha do nome do grupo MOBI, foi tudo no coletivo, ninguém fez sozinho. Ficou sem nome muito tempo. “Grupo de mulheres” ficou muito tempo. Aí,

falou que ia arranjar uma pessoa para escrever o nome, coisa, e nós não queria, porque nós mesmo que ia fazer. Mas nós também não sabíamos fazer. Nós queríamos fazer uma coisa que nós não sabíamos. Aí, um dia, a mãe da Isabela, a Roseli aqui dos Moraes, ela nas reuniões de igreja, reuniões missionárias, ela fazia muito verso, muita coisa e peguei pra Mara falar com ela. Será que a Roseli não fazia o nome do grupo para nós? Tem que falar com ela e passou 5 dias e ela mandou o nome. Nós falamos que a gente queria um nome, uma sigla para o grupo de mulheres e nós não sabia o que era. E ela tinha participado um pouco, estava participando um pouco do grupo e disse que ia pensar. Aí, passou, nós até surpreendemos muito, porque passou cinco dias e ela ligou na cooperativa e falou que tinha feito o nome e pediu para colocar na pauta, porque, na próxima reunião, ela ia levar para apresentar, pra ver se a gente ia gostar. O nome foi explicado. Simples, prático, exatamente igual precisava ser e conforme... tanto precisava ser conforme, que é até hoje. E também, o nome em si carrega a trajetória das mulheres para reconhecimento dentro da Cooperativa enquanto cooperadas. E também, no âmbito doméstico, para com o reconhecimento do seu trabalho na agricultura. Ela colocou assim, que ela escolheu, estudou... ela pensou em tudo que ela já tinha visto do grupo, ela conversou com algumas pessoas do grupo... **viu uns porquês do grupo existir**; ela fez uma breve estudo... Aí, ela falou, é assim: **Mulheres, porque é um grupo de mulheres; organizadas, porque o intuito é organizar a base; buscando, porque tá sempre em busca, em luta, à procura, buscando sempre; e a independência, a independência própria, de ser uma pessoa autônoma, de ser, de dizer que eu sou a mulher dona de.... não é aquela pessoa autoritária; é independente. Então, ficou MOBI.** Quando ela falou MOBI, o primeiro impacto que deu que parecia um nome de um cachorrinho, mas ninguém falou nada (risos). Mas ainda pensamos que tomara que seja um bicho mansinho, porque, se for bravo, os homens tão ferrados (risos). Aí, a hora que ela explicou, nós identificamos com ele! (Bárbara)

Roberta também traz consigo o que sabe da história do nome do grupo, produzido pela Roseli.

Então, quando colocaram o nome, eu não estava no MOBI, ainda, mas eu sei que foi a Roseli que criou. A Roseli é uma pessoa que trabalha em comunidade e ela é muito criativa. E aí, quando eles falaram assim: "Vai ter um grupo e vai ter que ter um nome", e eles reuniram para poder chegar nesse nome, foi a Rosimar que criou esse nome e o grupo aprovou. (Roberta)

O reconhecimento pelo trabalho e a independência que as mulheres almejavam, não foram os únicos motivos que organizaram e nomearam o grupo. O Café Orgânico Feminino também está relacionado ao nome da MOBI. Mas esse, está emaranhado na complexidade das relações entre MOBI e COOPFAM.

#### *e) O Café Orgânico Feminino como dispositivo das relações MOBI-COOPFAM*

A história da MOBI a partir do Café Orgânico Feminino se inicia com uma demanda de mercado, no entanto, diferenciada. A compradora de café, Rachel, articula sua

atuação no mercado justamente para evidenciar o trabalho das mulheres na produção cafeeira.

A Jerusa foi fazer uma viagem e quando ela chegou, ela contou que... como ela sabia que eu era a receptora (do grupo), ela veio e me contou que nos Estados Unidos tinha um negócio que chama **café feminino**. Aí, eu perguntei “que jeito que é isso?”. **“Café feminino, que a mulher compra café... aí, eu chamei a compradora para vir e ela vai vir e vai comprar café nosso”**. Mas eu falei, **“mas Andreia, nós não temos um grupo organizado... nós temos um grupo que reúne, mas nós não temos cooperadas”**. Aí, ela falou de a gente colocar nome no café de quem era cooperada para vender e vendeu mesmo! Só que um detalhe, a mulher veio visitar o grupo e ver se o grupo estava organizado e oficializado. E descobriu que tinha muita pouca mulher cooperada. E falou que não ia comprar mais não e veio junto com a crise da cooperativa. Ficamos com esse dinheiro parado muitos anos, esse lucro aí. Aí, teve uma briga na cooperativa por causa... **eu sei que o MOBI, ele sempre “treta”**. A gente fez numa denúncia, né?! **Que a cooperativa tinha vendido um café por um grupo de mulheres, sendo que as mulheres não eram um grupo nada! Que as mulheres não tinham direito nenhum, não tinha voz nenhuma**. Fizemos uma denúncia lá! A questão era que nós gostávamos de *treta* mesmo! A gente tinha direito de voto, mas era pouquinho voto. Por que vocês não são maioria? Porque daí não briga! Porque vocês não compram cota? **Nós não compramos, porque não tinha incentivo!** E deu *treta*! Aí, a Rachel foi embora... ela tinha vindo almoçar aqui em casa. Então, nessa trajetória, uma coisa que nós já estamos acostumadas é que sempre vai ter *treta*. E por que que vai ter *treta*? Por nós, esse grupo tem o perfil de ver as coisas antes e não vai ficar quieto. [...] Aí a mulher veio, comprou o café, veio nos visitar... viu o livro de ata, viu que estava em andamento, ela comprou café. **Chegou no ano da frente, ao invés de desenvolver, porque a cooperativa prometeu ajudar a desenvolver o grupo, aí, o grupo estava parado, não tinha cooperado mais mulher e eles pegaram e fizeram uma segunda venda. Aí, ela ficou achando ruim. “Olha, vocês não estão cumprindo comigo!”** Porque na verdade a história, você conhece a história, né?! Ela comprava café de pessoas, de mulheres pobres. Por que ela comprava café de mulheres? Ela saía com o marido dela e o marido dela comprando café e ela saía junto. E ela viu que as mulheres trabalhavam muito e não tinha direito nenhum nas compras, nesses países pobres, muito pobres. Aí, ela pensou em fazer um projeto de compra de café, mas o café tem que ser da mulher. E uma das obrigadoriedades é que a mulher tem que ter conta em banco, porque ela só depositava na conta da mulher. Ela não pagava para o homem. [...] Ela chegou aqui e contou essa história para nós e disse que aqui, a gente tinha que ganhar na organização e na qualidade, porque, como pobre, a gente não ganharia. Só que, depois a gente foi estudando e vendo e foi vendo que a gente tinha a mesma pobreza que os outros países têm. **Que é a pobreza da baixa estima, de não ter o dinheiro próprio. Foi aí, que a gente descobriu que café feminino conversa com a nossa causa. Que nós éramos pobre sim. Nós erámos pobre de informação, nós erámos pobre de autoestima... nós erámos pobre de dono da propriedade nossa. Nós trabalhávamos muito, mas falar “esse dinheiro é meu”, nem todas estavam com esse poder. Estavam com isso na mão.** (Bárbara)

A proposta que surge do Café Feminino vai de encontro à construção social da mulher no campo que não possui reconhecimento econômico da sua atividade produtiva; e que está no emaranhado nas relações de gênero, tendo na família dispositivo das relações de poder-saber. Ao buscar trazer o envolvimento das mulheres para com a produção do café orgânico, a demanda, ainda que de mercado, promove articulação

das formas de (re)existir das mulheres para promover seu protagonismo e sua visibilidade.

O Café Orgânico Feminino relacionado ao combate da baixa autoestima e da não-independência financeira das mulheres faz-se presente nas percepções acerca das mulheres no familiar da agricultura. Deste modo, o Café Orgânico Feminino visa ao combate de tais consequências das relações de poder-saber que tem no patriarcado do salário a manutenção da mulher financeiramente submetida ao homem. E, se o poder possui caráter relacional, o Café Orgânico Feminino promove novas formas de se organizar entre as mulheres, considerando tanto a demanda de mercado, sobre a qual houve a promoção da organização do grupo de mulheres quanto os modos das mulheres atuarem em suas estratégias para ocuparem espaços na Cooperativa. Desta mesma organização, surgem barreiras diversas para deslegitimar a organização das mulheres.

A falta de incentivo para a organização do grupo e sua promoção possui respaldo no patriarcado e nas relações de poder-saber que se encontram no ambiente da organização (ARRUZA, 2015; CAMPOS; TÍLIO; TREMA, 2017; FEDERICI, 2017). Isso acontece porque o Café Orgânico Feminino passa a ser estratégia tanto por parte da organização para submeter as mulheres às tomadas de decisões no contexto da Cooperativa; como por parte das mulheres, para atuação coletiva para romperem com a normatividade do poder acerca de se produzir café.. Pelo campo de relações que se fazem presentes na construção do Café Orgânico feminino, por meio de instituições e discursos, é que o considero enquanto dispositivo. Dona Iara revive em sua fala o que aconteceu à época, sendo uma das produtoras protagonistas envolvidas na problemática do Café Orgânico Feminino quando ele foi criado.

Que era no tempo do presidente daquela época quando nós começamos... a Luiza ela ajudou muito nós lá... **eu falo que ela que inventou o Café Feminino**, porque ela foi pros Estados Unidos e chegou lá e tinha o grupo, né, de mulheres do café feminino, porque os homens lá colhiam o café, gastava tudo e não dava dinheiro para as mulheres, né?! Então, lá tinha o café feminino. Aí, **ela chegou e falou para nós, né, porque nós estávamos querendo montar um grupo de mulheres lá na agricultura, tudo, então, era para nós formar o café feminino**. Em 2008, entrou bastante mulher e foi 1 container de café feminino para os Estados Unidos. Aí, deu aquele problema na cooperativa, já foi descoberto por causa desse café mesmo! **Por causa do café feminino, porque não repassou para nós o que era pra repassar**. A tal de Rachel veio aqui em casa até, querer saber... aí, ela contou! Que senão o nosso café não estaria indo para lá! [...] A Luiza que foi para os Estados Unidos e depois deu o problema do café, porque o presidente não queria repassar o prêmio do café feminino para o grupo, né!? Ela veio aqui, ela ia mandar o prêmio e ele não quis passar e por aí começou.” (Dona Iara)

Fabiana, uma das integrantes do grupo, traz consigo seu conhecimento da história do coletivo a partir do que ouviu convivendo com as outras mulheres. O ponto de partida da sua fala é organização do grupo por conta da compra de Café Orgânico Feminino.

**Então, o que eu sei foi muito, assim, o que eu escutei lá no MOBI, né, que primeiro foi uma demanda da certificação, que chegou para certificar e não tinham mulheres, e para ser certificado, tem que ter mulheres na produção, e não tinha. Já existia um grupo de mulheres que participava junto com os maridos, assim, só que não tinha direito ao voto, e elas falaram: "Vamos fazer um grupo de mulheres, então?", e aí, só que a gestão da cooperativa daquela época queria que fosse um grupo de mentirinha, né, então falou: "Pode ser, só que vocês fingem que são um grupo de mulher, vocês vão ter visibilidade, mas não vão ter voz. Vai ser um grupo lindo e maravilhoso, mas não apita aqui". Aí teve a história da Dona Maria José que perdeu o marido dela também e aí, como era o marido dela que tomava as decisões e votava, ela ficou meio que sem chão, né, porque o que é que ela iria fazer? O café ficou para ela, as coisas ficaram para ela... o que é que ela iria fazer? Aí que o grupo de mulheres apoiou ela e falou: "Não, a gente produz o café, mas a gente vai ter voz também". (Fabiana)**

O grupo de mulheres estava por detrás do véu da cultura de que os espaços públicos não eram ocupados por mulheres. Por isso, digo mais uma vez, é preciso vestir a memória da COOPFAM com as experiências das mulheres, recontar a história a partir do que elas viveram. Ao lembrar que não é só para produzir café, mas para ter voz também, Fabiana sinaliza outros modos de se organizar a partir da perspectiva feminista. As mulheres, ao buscarem direitos iguais na Cooperativa, utilizaram de sua enquanto coletivo, organização para ter, no Café Orgânico Feminino, um dispositivo na relação com a COOPFAM.

A fala de dona Iara em si anteriormente citada na íntegra, remete a diversas situações das relações de poder entre o Grupo de Mulheres e a COOPFAM. A partir da venda de café feita pela cooperativa por uma visão de mercado, dona Iara evidencia a complexidade das relações existentes na organização. A Cooperativa, posta na imagem do presidente da época, utiliza o Café Feminino como dispositivo para não reconhecer o Grupo de Mulheres. O Café Feminino por parte da organização atua por meio de estratégias que invisibilizam o trabalho da mulher na produção do café, de modo a deslegitimar o movimento das mulheres. Tal situação se embasa nas relações de gênero presentes no campo das relações de poder-saber, pois, os corpos das mulheres sinalizam seu trabalho na agricultura, ocupam a unidade de produção.

A organização das mulheres é também para ter voz e participação com relação à venda de café na Cooperativa, como mencionado por Fabiana (ALVELSSON; BILLING, 1997; TORRES, 2001). As estratégias feitas a partir do dispositivo do Café Feminino atuam no corpo coletivo do Grupo de Mulheres por meio de punição e

vigilância, o que ocasiona docilização dos corpos (FERREIRINHA; RAITZ, 2010; FOUCAULT, 1986; 1999; 2007; PEREIRA, 2014). A partir deste processo, a instituição Cooperativa atua com a imposição de ações não condizentes com o seu contexto, para que as mulheres não sejam beneficiadas pela venda do Café Feminino (ARAÚJO, 2008; FERREIRINHA; RAITZ, 2010; FOUCAULT, 1986; 1999; 2007; PEREIRA, 2014). Tal contexto se dá em meio à economia política do corpo se faz pelo aspecto da ocupação do espaço público da Cooperativa por parte das mulheres, bem como pelo aspecto político em si do termo, ligado à comercialização do Café Feminino.

E não foi bem uma denúncia, né?! A gente acabou falando para mulher, ué! É, a gente falou que não tinha um grupo tão grande igual ela estava pensando. Falamos a verdade, não fizemos uma denúncia. Contando que, tipo assim, que o grupo era menor. Isso eu não lembro os detalhes, mas eu lembro que colocou o café no nome das mulheres que eram cooperadas, porque não podia. Oh, o grupo existia, participava; mas não tinha cooperada para colocar no nome. Por exemplo, as mulheres participavam, mas não eram cooperadas. Aí, colocou no nome das cooperadas, o café das mulheres que não eram cooperadas da COOPFAM para fazer o lote! Porque, eu participava do grupo e eu era cooperada. Mas eu não tinha do tanto de café e eu nem sei no nome de quem que pôs também, porque isso nós nunca ficamos sabendo! Na época, punha no nome do agricultor para vender. Tinha que pôr no nome da mulher, não podia... por exemplo, o café feminino, ele saiu da cooperativa no nome dela; mas, na hora que ele entra, ele entra no meu nome. Só que não tem como entrar café no nome de quem não é cooperado. Mesmo você participando do grupo e você quiser colocar um café no teu nome dentro da cooperativa, não tem jeito... tem que ser cooperada, aí já é o dever do cooperativismo. Ninguém estava certo, né?! Porque, se a mulher estava participando, o mesmo caminho era cooperar! Aí, a partir daí, o grupo deu uma fragilizada. Aí, a moça não gostou disso e disse que não comprava mais e o grupo ficou fragilizado com aquilo, porque, ao falar isso, o dinheiro que tinha prometido de dar para o grupo, eles seguraram na cooperativa! Eu acho que meio de birra, porque falou. E a gente encrencou por causa desse dinheiro. **O dinheiro era nosso, uai! E o dinheiro veio para o grupo.** Era o adicional por container, tipo um prêmio por ser café de mulher. Aí depois disso, deu uma fragilizada no grupo, continuou as que eram cooperadas mais firme e, desse dia em diante, o grupo deu uma parada; praticamente quase que não reunia... falhava muito nas reuniões... aí, eu saí da diretoria, venceu o meu mandato e eu voltei para coordenação do grupo, só coordenar. E aí, foi que entrou a parte da Diana e o Lucas do Instituto Federal. Porque daí eu conheci ela por conta da Orgânicos Sul de Minas e a gente conversa muito **de grupo de mulheres e eu falei para ela que precisava de alguma coisa para fortalecer o grupo e ela falou de escrever um projeto de fortalecimento para o grupo.** Aí, que fez o diagnóstico das mulheres. (Bárbara)

A criação do Café Feminino aconteceu a partir da demanda de mercado; da visita da compradora de café Rachel, junto a seu marido. Ela comprava café de mulheres de modo a trazer visibilidade ao trabalho feminino na agricultura. Roberta também fala sobre a crise que teve sobre o Café Feminino que interrompeu a compra de café. Esta só foi retomada, quando o grupo se organizou formalmente para a comercialização, porque o grupo era desestruturado. A partir do momento em que houve a formação do



estatuto e do regimento, Rachel viu que as mulheres, agora sim, eram legalizadas perante a COOPFAM e retomou a compra do Café Feminino.

Ela veio acompanhando o esposo dela que comprava o café da cooperativa. E quando ela chegou, viu que tinha umas mulheres lá na COOPFAM, conversou com elas e viu que elas produziam e que elas tinham lavoura de café, aí ela contou a história que ela já comprava café de outro país só de mulheres e aí por isso que começou essa conversa. Aí parece que ela comprou um lote de café das mulheres, aí, depois, parece que teve um mau-entendimento com o presidente que era da época, aí ela afastou e não comprou mais, aí, depois, quando trocou de presidente, voltaram a entrar em contato com ela, mostraram os documentos tudo, que o grupo já estava organizado, e aí ela voltou a comprar café de novo. Ela chegou a comprar um café, depois ela afastou de novo, não comprou mais e depois o outro presidente foi atrás, entrou em contato e aí ela veio comprar café de novo. [...] Parece, assim, que no começo era uma coisa bem desorganizada. Às vezes tinha mês que reunia, aí tinha dia que não tinha assunto nenhum para tratar e eles não reunia, aí aparecia algum assunto e ligavam uma para outra e iam pra... Então, não era uma coisa organizada. Já tinha as mulheres que se reuniam, mas não é o grupo organizado como está hoje. Elas se reuniam, mas era aleatório, não tinha um dia fixo para reunir e tudo, mas já reunia. **Aí que ela falou dessa história, que ela comprava café e tudo, e aí que surgiu o interesse de vender o café para essa mulher, e assim que foi buscar legalizar o grupo, porque ela só comprava esse café se o grupo fosse legalizado**, né, tinha que ter o estatuto, tinha que ter o regimento, tudo certinho, pra ela poder comprar esse café. Isso aconteceu pela necessidade de vender esse café. Aí, quando surgiu essa compradora de café que veio aqui no Brasil, a Rachel, e ela se interessou pelo café do grupo, aí ela falou: "Eu compro, mas vocês têm que se organizar". Aí que foram sentar e fazer os documentos, e criou... e tem a coordenadora e tudo, a tesoureira e tudo pra tomar conta do grupo, e que se organizaram e criaram o estatuto. (Roberta)

O mesmo poder que docilizou os corpos das mulheres no contexto organizacional produziu efeitos a partir das mulheres. Por parte das sujeitas, as relações de gênero são transformadas pelo dispositivo do Café Feminino, uma vez que há o interesse por parte das mulheres em ter o reconhecimento do seu trabalho e a autonomia do grupo para a comercialização do café (ALVELSSON; BILLNG, 1977). A partir da proposta de uma nova perspectiva das relações por parte das mulheres, a transformação acontece do nível micro ao macro: das mulheres à sua organização; do grupo de mulheres organizados à demanda pela do Café Feminino; e da comercialização feita pela COOPFAM ao retorno por meio do "prêmio" às mulheres. Essa rede das relações entre Grupo de Mulheres e a COOPFAM se dá pela reconfiguração das técnicas reprodutivas, de produção e de gestão (CAMPOS; TÍLIO; CREMA, 2017; TORRES, 2001).

A partir da prática organizativa das mulheres para venderem seu Café Feminino, percebe-se que a MOBI, ocupando o espaço da Cooperativa, ressignifica o corpo como situação. Isso acontece porque espaços como o de comercialização de café são masculinizados e acarretam uma série de interpretações culturais acerca da mulher,

de modo a relacioná-la apenas aos trabalhos na unidade de reprodução (BUTLER, 2016; 2017; FOUCAULT, 2004; NOTO, 2009). Em contrapartida, a pluralidade das sujeitas que se faz no campo de poder COOPFAM-MOBI evidencia os modos de (re)existir do grupo, porque contribui para a formação das sujeitas à medida em que as mulheres buscam a transformação de suas realidades acerca do Café Feminino.

A partir da demanda que chegou do mercado para compra de café produzido por mulheres, os sentidos produzidos foram além dos aspectos econômico e produtivo. Foi a partir do Café Orgânico Feminino que as mulheres passaram a promover a auto-organização do coletivo. Tais sentidos estão relacionados à constituição do sujeito consigo mesmo, onde as mulheres decifram e reconhecem seus trabalhos como possibilidade do campo de poder. Como são constituídas no individual e no coletivo do grupo MOBI; e, como esse processo de constituição se faz no campo das relações entre MOBI e COOPFAM (FISCHER, 1999) FOUCAULT, 2017).

Anita traz também toda a trajetória da criação do Café Orgânico Feminino.

E aí, por meio desses cursos, um dia a Luiza foi, que era uma funcionária da COOPFAM, viajou para uma feira nos Estados Unidos e lá ela ouviu falar de um **café feminino**; que tinham comprador que compravam café feminino, que era um café produzido por mulheres e que pagavam um adicional para essas mulheres para ser um incentivo, **reconhecimento do que elas faziam**. E aí, ela veio e foi na reunião do MOBI que não chamava MOBI nessa época, **chamava “Grupo de Mulheres”** e falou da produção do café feminino que tinha lá, que tinha um grupo, que elas já produziam café e por que elas não faziam um café feminino e elas gostaram da ideia. E aí, a Rachel veio visitar a COOPFAM, porque a Luiza falou que tinha um grupo de mulheres na COOPFAM. E aí, ela veio visitar e conheceu as mulheres do grupo e aí, ela comprou. Não lembro se foi meio container ou um container... um tanto de café lá. Só que, aquele montante de café que ela comprou na época, não tinha só café das mulheres. E aí, o então presidente da cooperativa, associação, que era associação ainda. **Ele vendeu o café feminino, colocou realmente o café das mulheres que participavam do grupo, mas colocou também café de outras pessoas**. Não sei se de outras mulheres que não participavam ou de outras pessoas... provavelmente, ele colocou de outras pessoas que nem eram mulheres para dar aquele montante. O diferencial que a Rachel pagava por ser café feminino, até que era um diferencialzinho bom; então, se tinha aquela demanda e não tinha toda aquela oferta, para ele não pareceu algo errado fazer aquilo. **Só que a Rachel, ela pagava esse dinheiro diferenciado para fazer diferença na vida das mulheres e aí, eu não lembro bem se esse diferencial desse container que vendeu veio para o MOBI de fato**; o dinheiro do café é óbvio que vem, que tem que pagar. Só que aí, ela, sei lá, meio que desconfiou, alguém falou para ela... ela meio que ficou meio assim, eu estou achando que esse café todo que eu estou comprando não é todo de mulheres. E aí, ela parou de comprar café. Aí, depois deu todas aquelas tretas na COOPFAM, mas o café feminino a princípio surgiu do café em grão, cru. Vendia para fora, que era o único mercado que tinha que pagava diferencial. (Anita)

Além do conflito do pagamento do diferencial pelo Café Feminino e da não-organização formal que havia do Grupo de Mulheres (da COOPFAM), ela fala sobre

como a Cooperativa recebeu a demanda pelo Café Orgânico Feminino. Após o episódio da venda de café envolvendo o grupo não formal de mulheres, persistiam as indagações acerca da demanda por parte da MOBI.

E aí, escreveu um projeto, conseguiu montar a torrefação, né, na COOPFAM e aí, as mulheres quiseram fazer um café torrado e moído feminino. E ficou toda aquela labuta. **Vamos fazer um café feminino torrado e moído e os homens reagiram meio assim, “o que que é isso? Não tem nada a ver, né, tipo, para que adianta fazer isso?... Mas vamos fazer pra ver se elas ficam quieta e param de encher o nossa cabeça, porque isso não vai vender mesmo, né?!. Vai vender um pacote ou outro. Mas por que algumas pessoas vão querer pagar um pouco a mais pelo café, só porque a mulher produz ele? Não fazia sentido isso na cabeça deles, né.** E aí, a diretoria era muito fechada... e não era nem diretora; era presidente que mandava e os outros obedeciam. Muito, muito chato demais e não gostava de dar apoio para as coisas, muito dose. Mas aí, ele fez. Porque daí tinha a torrefação e a torrefação nem se sustentava, nem chegava a pegar a despesas dela, quem dirá a dar lucro. (Anita)

Os discursos que Anita traz sobre as indagações por parte dos homens para a formalização do Café Feminino são indícios das relações de gênero expressando relações de poder-saber no contexto organizacional. Há, assim, campos em disputa acerca do trabalho e da ocupação da mulher em espaços masculinizados (ALVELSSON; BILLNG, 1997). A chamada que Anita faz para os discursos masculinos sobre o Café Feminino evidencia relações em que os sujeitos atuam a partir da perspectiva do gênero enquanto dispositivo (BUTLER, 1998; 2004; 2016 SOUZA, 2016). Tal dispositivo atua e põe a sujeita em ato, indo de encontro à construção social e cultural sobre o ser mulher. Cria possibilidades para que elas tenham visibilidade em suas relações.

Anita é a única das mulheres a recuperar as imagens construídas do Café Orgânico Feminino pelas embalagens, por um projeto de marketing.

E daí fez o café, lançou; fez toda a questão de marketing, de isso e aquilo, mudou de embalagem umas mil vezes. E aí, lançou o café. O café orgânico e o café sustentável. Aí, o pacote era de bicho na época. No começo era só um rótulo normal, tipo um rótulo só com coisa escrita. Aí, depois pensou que tinha que ter uma logo, um desenho, alguma coisa mais representativa. Aí, contratou uma empresa para desenhar e fez votação. E tem coisa de moda no IF, então eles ajudaram. Naquela época, estava mudando as coisas da cédula do real, dos bichos. Estava deixando de ter a cédula de um real, estava criando a nota de dois, de dez e as outras que mudaram e estava toda aquela coisa de mexer na nota e eles acharam que seria interessante pegar essa questão dos animais e colocar elas na embalagem também. Aí, pegou a arara azul, o lobo guará e a onça pintada. **E a do café feminino era a onça pintada. Talvez por ironia? Talvez, quem sabe?! Por falar que mulher é brava, que mulher é uma onça e tal, por isso [...].** E aí, quando fez as caixinhas e tal, mudou a logo, mudou tudo, mudou a logo até da COOPFAM, que antes era aquelas duas coisinhas do cooperativismo, mudou para uma logo que os próprios agricultores desenharam e todos eram aquele da folha e

da família. E aí, lançou o café e o MOBI lançou o café feminino e aí, foi tipo assim, uau! Um café feminino! (Anita)

O Café Orgânico Feminino trouxe visibilidade para COOPFAM, mas, também, trouxe visibilidade para a MOBI. Houve um aumento expressivo nas vendas do Café Orgânico Feminino. Anita relaciona a visibilidade do café do grupo à “onda feminista” no início da década de 2011-2020. Tal relação acontece por conta do café representar o protagonismo feminino na produção e trazer visibilidade ao trabalho da mulher na agricultura familiar. Ao mesmo tempo em que o Café Orgânico Feminino acompanha um movimento em prol da igualdade entre homens e mulheres, ele é utilizado pela COOPFAM como dispositivo nas relações para com a MOBI.

**E o povo queria só café feminino e o todo mundo só queria conhecer o grupo e aquele monte de gente querendo fazer trabalho, reportagem... até a globo queria fazer reportagem do grupo e aí, o grupo viveu uma fase ali muito boa, assim, que era constantemente amado, perguntado, elogiado e tudo mais.** Por aquele lançamento e por ter chamado muito a atenção. **E a questão do feminismo, começou muito forte no Brasil e isso despertou... isso foi em... 2008 o grupo nasceu. 2010, 2011... 2012, mais ou menos, nessa faixa de tempo, que aí, eu tinha uns 13 anos, da minha fase de 11 anos até 13 anos, que foi essa coisa do MOBI assim.** Só que daí, o MOBI começou a despontar muito e o então presidente da época mais os outros homens da cooperativa, **eles começaram a achar que eles deram um tiro no próprio pé.** Porque, eles fizeram aquilo, assim, para deixar as mulheres mais quietas na delas, para pararem de falar, mas aquilo deu muito ibope. **Então, o MOBI começou a ser muito perguntado, muito requisitado, isso e aquilo e aí, começaram a querer jogar um balde de água fria no grupo. Aí, tudo que o grupo queria fazer não tinha dinheiro, não podia fazer, não... elas queriam visitar uma feira, mas elas não podiam porque a COOPFAM não tinha dinheiro, aí, elas queriam pagar do próprio bolso, mas não tinha vaga ou não tinha van ou não tinha nada, nunca tinha nada. Tudo o que elas queriam fazer, sempre tinha uma desculpa.** E aí, elas começaram a ficar muito irritadas! E aí, elas começam a descobrir as coisas que estavam erradas na cooperativa e trocou a diretoria. (Anita)

Após a crise na relação entre COOPFAM e MOBI por conta da venda do Café Orgânico Feminino à compradora Rachel e também da crise que houve na cooperativa em si, novos rumos foram seguidos. Uma nova diretoria assumiu e fez a tentativa de retomar o mercado internacional para o Café Orgânico Feminino. O grupo MOBI já estava organizado e estruturado, o que contribuiu para a retomada das vendas.

A situação colocada por Anita acerca das barreiras que a COOPFAM colocava sobre o grupo MOBI se faz pelas relações de gênero e de poder que existem no contexto organizacional. O Café Feminino surgiu por parte da Cooperativa, por uma demanda de mercado. Já havia um Grupo de Mulheres, mas não organizado formalmente. Ao por várias vezes a Cooperativa impedir ações que promovessem o grupo de mulheres por meio do Café Feminino, a atuação deste enquanto dispositivo (PEREIRA, 2014; FOUCAULT, 2009; 2014). A atuação da COOPFAM sob a MOBI se dá no campo dos

micros poderes sinalizando o caráter onipresente do poder atravessando as relações organizacionais. E assim, o Café Feminino atua como dispositivo no sentido de ser um conjunto que engloba discursos, instituições, decisões e medidas administrativas. Assim, teríamos a atuação dos discursos masculinos sobre o trabalho da mulher, as instituições COOPFAM e MOBI e as decisões e medidas administrativas que impediam avanços da articulação das mulheres por meio do Café Feminino (PEREIRA, 2014; FOUCAULT, 2009; 2014).

**Aí, o José encontrou a Rachel de novo e chamou para vir visitar a cooperativa, falou que tinha o grupo de mulheres, que tá tudo diferente e que não ia acontecer mais o que aconteceu antes e ela voltou a comprar café. Tem comprado café tem uns dois anos; ano passado eu não sei, mas esse ano comprou um container. Mas ela é a única compradora do exterior que compra por ser café feminino e paga por isso, que é a Rachel. Que tudo começou a história do café feminino por causa disso** (Anita)

A propriedade do Café Feminino por parte da MOBI também se faz campo das relações de poder-saber. É no protagonismo que o Café Orgânico Feminino dá ao trabalho das mulheres na agricultura que ele permeia a história do grupo. A luta constante que há por meio do Café Orgânico Feminino para que as mulheres ocupem cada vez mais a COOPFAM, evidencia-o como dispositivo. O Café Feminino, enquanto dispositivo que evidencia a participação das mulheres tanto no trabalho como na organização, mais do que tratar das relações MOBI-COOPFAM, sinaliza também as relações de gênero e de poder-saber no contexto familiar (LOURO, 2017; ALVELSSON; BILLING, 1997; TORRES, 2011; CAMPOS; TÍLIO; CREMA, 2017). Ao buscar trazer o protagonismo das mulheres, o Café Feminino como dispositivo atua pelo caráter relacional do poder criando resistências. São mulheres que, ao se organizarem, transformam suas subjetividades individual e coletiva e, também, a realidade da organização e de seu contexto familiar (NOTO, 2009; BUTLER, 2016; 2017).

**Por que, ele vai contar a história, né?! O café feminino, porque é feminino, plantado, cuidado, colhido, processado, tudo por mulheres! Então, é toda uma história... é igual eu falei. Desde plantinha, da sementinha, até o café processado lá na embalagem para vender! Porque é tudo produzido por mãos femininas! É a história da luta das mulheres, tanto na lavoura, como para conseguir espaço e eu acho que a luta jamais para. É uma luta constante.** (Marina)

Trazer a história do grupo junto ao Café Feminino é perceber também que este se faz enquanto dispositivo, acerca do que é considerado como a história do grupo pelo próprio grupo. Ao trazer a história pela perspectiva feminista, desconsidera-se a subjetividade a-histórica do sujeito, e também, a sua noção de sujeito universal

(BUTLER, 2016; McLAREN, 2016; RAGO, 2014). Pelo contrário, trazer visibilidade à história das mulheres na produção do café é evidenciar seus modos de existir e (re)existir, em suas relações com o trabalho na agricultura familiar. Esta história das mulheres produz sentidos e significados em suas relações de poder (McLAREN, 2016; PAULILO, 2007; RAGO, 2014).

O Café Feminino enquanto dispositivo que constituiu as relações de gênero e de poder-saber entre MOBI-COOPFAM, atuou pelo caráter relacional do poder. Se a Cooperativa utilizou um grupo que não estava formalizado para a venda de Café Feminino e depois utilizou-se deste para impedir as mulheres de ocuparem espaços na Cooperativa, o mesmo Café Feminino foi motivo de as mulheres iniciarem seu processo de organização formal. A organização do grupo MOBI foi feita por meio de um projeto desenvolvido pelo Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Inovação do Sul de Minas, com coordenação de Diana.

f) A organização formal do grupo MOBI

A necessidade do grupo MOBI se organizar era contrapartida para a compra de Café Feminino pela Rachel. A formalização do grupo garantiria a veracidade de que havia mulheres trabalhando e atuando na produção de café. O projeto, intitulado “Fortalecimento da Identidade do Grupo MOBI por meio do desenvolvimento de produtos artesanais com subprodutos do Café”, teve como objetivo geral “fortalecer a identidade do Grupo MOBI (Grupo de Mulheres) buscando identificar as habilidades individuais, desenvolvimento de produtos criativos e a promoção da integração e envolvimento das mulheres do grupo” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS, p. 4).

Então, a gente começou... quando a gente pensou de novo em novas estratégias... numa nova reconstrução, o grupo estava menor e eu falei pra ela que precisava pensar numa coisa pra fortalecer. Fez o diagnóstico, gerou o regimento interno... convidamos gente que era do grupo e não era pra fazer alguns exercícios[...] Eu sei que a gente identificou que tinha que ter umas regras, porque a gente identificou assim, que, quando era para entrar para o grupo MOBI, o que fazia? **Conversava comigo, “fala com o Bárbara!”**. **E isso me incomodava muito, porque parecia que eu era dona do grupo. Eu falei que eu não gostava disso, porque até então, não tinha essas regras do grupo, porque o grupo MOBI não era um grupo oficializado; ele não era um grupo para participar das reuniões de primeiro domingo.** Então, ele era um grupo independente até das regras da COOPFAM. Ele passou a participar das reuniões não tem muito tempo. Tanto é que a Fabiana ia na reunião e trazia as notícias para o grupo e depois que começou esse negócio de diária que daí, a Roberta passou a ir porque ela era a coordenadora do grupo e ela também recebia a diária, mas isso é novo. É novo. O MOBI não ia na reunião do primeiro domingo; a gente reunia só para assunto da segunda pauta. A primeira que entrou na frente, essa não tinha. Aí, começou a fazer

cursos de artesanato. Primeiro, fizemos de artesanato de palha de café, com subprodutos do café, aí ganhou as máquinas de costura... aí depois a gente colocou uns termos de compromisso [...]. Aí, nesses últimos anos, o que eu achei que potencializou muito, cursos de qualidade de café, pós-colheita... bastante representação. Por exemplo, a Regina, a Fernanda, eu... quem tem vontade de ir, se coloca à disposição e faz muita representação para falar do grupo, vender café, falar... e o grupo em si, é isso que você tem participado. (Bárbara)

O projeto coordenado por Diana constitui a organização formal da MOBI. O projeto em si tinha como objetivo fortalecer a identidade do grupo, a partir da produção. Daí em diante, não só de café o grupo se constituiu, mas passou a compô-lo a produção de rosas e de artesanatos com subprodutos do café. Podemos ver no Projeto faz parte da história do grupo e fez o mapeamento das relações de gênero presentes no campo e das relações de poder-saber da organização. Por meio do projeto as mulheres se organizaram em um campo estratégico para promoverem cada vez mais o combate à submissão do feminino ao masculino (TORRES, 2011). Além disso, como Fabiana também traz, foi um projeto que estruturou formalmente a MOBI, contribuindo para a formulação do estatuto e regimento do grupo; e para organização do espaço de reuniões e pauta.

**Eu acho que surgiu aquele projeto lá que a Diana fez, do diagnóstico, e ali conseguiu nortear algumas coisas, né.** Para o que é que serviria o grupo além de produzir café? E vimos que tinha muita gente que estava no grupo e que não gostava de produzir café. **Não tinha café, não tinha como produzir, mas poderia produzir artesanato.** Tinha outras pessoas que **queriam ter rosas, que queriam ter flores.** E a gente teve a ajuda da Laura, também, que aí ela entrou no grupo de flores, e ela que começou; a pauta surgiu com ela fazendo a pauta. Ela sugeria a pauta e tudo e ela começou a levar a pauta para reunião. Aí, daí surgiu. Aí a gente ficou desorganizada por um tempo, com a pauta meio bagunçadinha, assim, até que foi vendo que precisava ter horário, precisava ter isso... Tudo é aprendizado, né. Então, tudo foi se encaixando, né. Mas é muito engraçado, porque não tinha pauta, não tinha nada. A gente chegava lá e a gente arrumava assunto, porque mulher sempre arruma assunto para tudo. Passava a tarde junto. (Fabiana)

Então, aí teve um dia que foi convocado as pioneiras, não só as pioneiras, mas quem quisesse participar... fez uma reunião a parte para conversar e ver como que ia ser montado, porque um grupo tinha que ter um estatuto... tudo tem que ter uma regra, senão o negócio não flui. Porque, se ficar em liberdade, não tem nem como você trabalhar. E através dessa reunião e depois no outro mês teve um processo da documentação, aí foi só conversado. E aí, foi até a Diana que ajudou muito nessa parte, que ela foi muito forte mesmo, ela ajudou demais. Aí no outro mês, ela trouxe todo o documento, foi discutido ponto a ponto e foi passado para o grupo assinado, levado em assembleia, aí sim o grupo foi. (Marina)

O que as mulheres contam das ações do grupo a partir do projeto “Fortalecimento da Identidade do Grupo MOBI por meio do desenvolvimento de produtos artesanais com subprodutos do Café” evidencia o campo de possibilidades da organização e prática das mulheres. Ao se constituírem enquanto grupo, as mulheres compartilham suas

subjetividades, suas vivências e experiências, subvertendo também a atuação do dispositivo do Café Feminino, uma vez que houve a percepção do próprio grupo de que ele em si não era apenas para a venda de café. Isso fez com que as mulheres experimentassem novas práticas organizativas. Uma delas foi chegar aos espaços de tomada de decisões da COOPFAM.

g) Após a cota-parte e a assembleia, veio a diretoria

As mulheres, após sua formalização com o estatuto e regimento, tiveram enquanto coletivo a oportunidade se vivenciarem as práticas organizativas da sua própria gestão. E assim, de modo que a MOBI queria evidenciar o trabalho das mulheres, se formou inicialmente como Grupo de Mulheres buscando o direito de voto. Ocupou espaços de tomada de decisões para além das assembleias, fez parte do processo organizacional do grupo e das relações com a COOPFAM.

Aí, nós falamos. “Agora, nós vamos indicar uma pessoa para a **diretoria!**”. **Uma mulher.** Agora falta isso, vamos indicar. E foi recebido bem, porque a cooperativa estava quebrada, então, ninguém queria ir para diretoria. Eu acho que um pouco foi isso; não teve resistência, porque foi uma época de crise. A gente entrou numa crise. Isso foi em 2008. Foi um processo muito aprendizado (*ela fica pensativa...*). A primeira foi votação geral, o primeiro mandato. O segundo mandato foi votação geral. Depois, foi para vaga garantida. Não teve ideia pronta para as mulheres estarem na diretoria. Na medida em que o grupo de mulheres começou a ficar firme a participação, nós falamos “**dessa vez, vamos indicar uma mulher.** (Bárbara)

Bárbara foi a primeira a entrar para a diretoria. Suas memórias acerca da crise na Cooperativa que, segundo sua percepção, foi motivo de não ter havido resistência por parte dos homens, sinalizam o caráter relacional do poder. Nas relações estabelecidas entre MOBI e COOPFAM no contexto em que Bárbara fala, o corpo da mulher ocupa e atua no campo de forças para ocupar o espaço da diretoria, à medida que estar em tal posição é criar um campo de possibilidades para as mulheres e suas práticas de si (DIAZ, 2012; BUTLER, 2016; 2017; FOUCAULT, 2014; 2017).

Anita relembra as conquistas do grupo; um passo de cada vez para as mulheres irem ocupando os espaços diversos de participação até chegarem à diretoria. Quando as mulheres ali chegaram, foi com a Bárbara, sua mãe, em um período de crise financeira na Cooperativa. Anita ainda ressalta como a MOBI foi importante durante a época para lutar para manter a organização.

**E aí, o MOBI já era um grupo que tinha nome, que chamava MOBI, que tinha o café feminino e era considerado um dos núcleos da COOPFAM, igual os outros núcleos, então ela podia indicar pessoas para diretoria também.** Quando foi mudar a diretoria, teve duas chapas. A do antigo cara e a



que entrou. **E aí, o MOBI indicou minha mãe para entrar na diretoria e aí, ela foi.** E aí, era uma coisa muito complicada, porque era uma situação que a cooperativa estava quase quebrando, se já não estava quebrada; a maior parte dos cooperados descrente de cooperativa, achando que aquilo ia dar o maior prejuízo do mundo, que iam ter que pagar conta, bravos demais porque o cara fez tudo o que fez e um grupo menor, pequeno, de gente que acreditava naquilo, que tinham o mesmo ideal, que sabiam que a cooperativa tinha um potencial pra se reerguer e pra seguir em frente e aí, minha mãe estava pro meio. **E o MOBI estava lá, firme e forte. E era um dos grupos que falava que a COOPFAM não quebra,** não pode quebrar, não tem como a gente fazer isso, vamos tentar estudar um pouco, trocar a chapa e mudar as pessoas, mudar o jeito de fazer, para ver se tem como né, seguir em frente. E aí, a COOPFAM tinha uma sede pequeninha lá em cima, tinha vendido para comprar a sede lá embaixo e tinha recentemente comprado aquela parte de lá para montar a torrefação. E aí, era bastante empreendimento numa fase complicada. [...]. (Anita)

Depois de Bárbara, muitas foram as outras mulheres que chegaram aos espaços de tomada de decisões da COOPFAM. Anita vê na organização e coletividade do grupo a possibilidade para que as mulheres mudem o cenário masculinizado da organização COOPFAM. Isso porque, pelo caráter relacional do poder, as mulheres promovem outros modos de se organizarem para mudarem a realidade em que vivem enquanto parte da COOPFAM.

Aí depois, minha mãe saiu da diretoria e indicou a Lara e ela ficou. Depois entrou a Elis com a Tereza e outras mulheres no Conselho Fiscal e pipocou mulheres nos outros grupos, mulher coordenando grupo. Então, essa história do MOBI... a história da COOPFAM no geral, eu acho uma história muito bonita de ver esse empenho que os cooperados tiveram e tem até hoje. **E o MOBI é um grupo que faz pela causa e eu acho que é um dos grupos que mais tem isso aflorado dentro dele.** (Anita)

Todos os relatos de presença de mulheres em espaços de tomadas de decisões da Cooperativa se dão por mulheres que são do grupo MOBI. Anita aborda Bárbara, Elis, Tereza, Lara e tantas outras mulheres, em espaços de tomadas de decisões, como forma de evidenciar o protagonismo das mulheres nas relações de poder-saber no contexto organizacional.

Diante da complexidade das relações de poder-saber, o caráter produtivo do poder subjuga, submete, subverte. No caso da relação MOBI-COOPFAM, quais são as relações ainda existentes e os modos de organizar e (re)existir das mulheres?

- h) O “Grupo de Mulheres” ainda está entre as “Mulheres Organizadas Buscando Independência”

A cooperativa é formada por núcleos dos diferentes bairros da zona rural de Poço Fundo e das outras cidades que possuem cooperados também. O grupo MOBI,

atualmente, é um dos núcleos da COOPFAM. A reunião mensal da COOPFAM com os líderes dos núcleos acontece todo primeiro domingo do mês. A reunião da MOBI é toda segunda sexta-feira do mês.

Quando eu era coordenadora, eu participava da reunião do primeiro domingo, porque era aceito a gente participar sem ser coordenador. Eu participei muitos anos da reunião, independente de eu ser coordenadora ou não. E alguns assuntos que eu achava interessante, eu punha para o MOBI, nem tudo; não enchia muito. Deixa espaço reservado para aquilo que sempre foi planejado, que era tratar de assunto do MOBI. **E o que era assunto do MOBI? Assunto de mulheres.** Vai ter curso ou não; se vai ter uma palestra ou não; se vamos fazer uma parceria com a médica ou não; se nós vamos fazer um dia de campo, se vamos fazer uma viagem, se vamos gastar o dinheiro... (Bárbara)

A partir do momento em que a MOBI inicia sua participação de maneira ativa e efetiva nas reuniões de primeiro domingo enquanto núcleo, muitos foram os questionamentos.

Foi muito questionamento, porque até hoje, tem uma pergunta muito em haver. **Quando convém, é núcleo; quando não é, não é núcleo da COOPFAM.** Quando convém, “**ah... tem um grupo de mulheres**”. **Se alguém perguntar: Vocês têm um grupo de mulheres? “Tem. Tem o MOBI”.** E quando, sei lá... não é em tudo que é considerado, por exemplo, **houve essa reclamação da divulgação do material da assembleia. Todo grupo recebeu e o MOBI não recebeu. Mas se ele é núcleo, tinha que receber! “Ah, mas as mulheres têm acesso a outro grupo”.** Nós recebemos adubo. Cada uma teve que receber a doação de adubo nos grupos onde mora. Eu recebi adubo do Cardoso, eu não recebi um dinheiro da COOPFAM no MOBI. Eles alegaram que o MOBI já tem o seu dinheiro independente, mas uma coisa não tem nada a ver com a outra. Se todos os grupos tiveram dinheiro para dividir, para fazer compra de adubo ano passado, o MOBI também tinha que ter! Aí, as mulheres tiveram direito, mas, por exemplo, eu peguei no meu grupo, a Roberta nos Moraes... a Helena pegou no grupo Dourado... aí para fazer um coletivo do MOBI, mas nós já temos um 50% que já faz valer para comprar adubo, então nós já temos o coletivo do MOBI. (Bárbara)

A relação entre a MOBI-COOPFAM se fazia entre o dito e o não dito acerca da participação das mulheres. Até então, o grupo MOBI não tinha uma articulação da sua organização menor para com a organização maior, no que dizia respeito aos assuntos da Cooperativa. A partir do momento em que o grupo passa a questionar posicionamentos para consigo, é percebido que há nas relações de poder entre MOBI-COOPFAM a presença do gênero enquanto dispositivo. O gênero se faz no campo de forças das relações, de modo que é atuante na matriz heterossexual (CONCEIÇÃO, 2009; BUTLER, 2016; SCOTT, 1995). Esta subjuga e submete as mulheres à organização do espaço privado e da unidade de reprodução; e, quando elas buscam ressignificar suas relações, o poder atua e põem em ato as sujeitas por meio do gênero.

Isso faz com que as relações das mulheres para com a organização se dê na complexidade da subversão desta situação. Ser considerado enquanto núcleo está relacionado à possibilidade de mudanças nas relações organizacionais e isso implica multiplicidade das relações que se produzem por meio da organização de mulheres (FOUCAULT, 2006; 2010; ORELANA, 2012; LOURO, 2017; TORRES, 2001). Do mesmo modo que o poder atua por meio dos discursos que se fazem pela matriz heterossexual, ele produz resistências à ordem normativa (BUTLER, 1998; 2004; SOUZA, 2016).

**É o processo de comprometimento do MOBI**, né. Quando eu entrei, aí eu comecei a participar da COOPFAM, e a COOPFAM é dividida em núcleos. Eu ia na reunião do MOBI, aí a gente não tinha pauta, falava o que tinha que falar, e eu não sabia dos assuntos da cooperativa, aí eu ficava: "Mas que coisa estranha", e era só eu a cooperada, o meu esposo não era. Aí eu falava assim: "Eu vou nas reuniões e não sei dos assuntos". Porque todo mundo falava: "Ah, tal dia tem que entregar análise de terra, tal dia não sei o quê", aí eu ficava pensando: "Como é que ela sabe e eu não sei disso? Por que ela sabe que dia que tem que fazer?", aí um dia eu perguntei pra Laura, eu falei assim: "Por que é que todo mundo sabe, mas eu não sei?", aí ela falou: "Não, é porque elas participam dos núcleos", aí eu falei: "Não, mas eu participo. O MOBI não é um núcleo?", porque o MOBI tinha ganhado status de núcleo, daí ela falou: "É", aí eu falei: "Mas não fala nada disso, como é que eu faço?", aí ela falou: "Você pode participar do Grupo da Cidade, porque seu nome, eu acho que está até no Grupo da Cidade, que é o grupo que faz a reunião da ata do primeiro domingo. **O MOBI tem um espaço na reunião da ata do primeiro domingo, só que não tem ninguém para representar**", aí eu falei para ela: "Mas por que é que não tem?", aí um dia eu perguntei na reunião e disseram que é difícil, que é o primeiro domingo, aí tinha família, tinha casa, tinha que fazer comida, tinha visita... Aí eu falei: "Uai, mas eu preciso ir em uma reunião, então eu vou na reunião do primeiro domingo, então, uai. O que é que vocês acham?", e todo mundo concordou. Aí eu comecei a participar das reuniões de primeiro domingo. **Eu ia, pegava a pauta e trazia para o MOBI, para apresentar as pautas lá.** Eu fiz isso durante oito meses, aí depois teve a reeleição do coordenador, a Roberta decidiu continuar, aí ela tomou a posse do que era dela, porque era o coordenador que tinha que fazer isso, né. Aí ela foi. (Fabiana)

Fabiana traz em seu relato que não houve resistência quanto a sua participação nas reuniões de primeiro domingo. Porém, ao questionar se a MOBI era ou não núcleo, as justificativas utilizadas se embasam nas tarefas tidas como responsabilidades das mulheres, como o cuidado com as crianças, a família, a casa e a comida (FEDERICI, 2017; NASCIMENTO, 2011; ROSSINI, 2011; PAULILO, 2007; SANTOS, 2016). Isso remete à construção sobre o ser mulher na sociedade que atua por meio dos dispositivos como forma de reforçar a mulher no espaço privado e na unidade de reprodução. Espaços como as reuniões possuem a cultura de serem predominantemente masculinos pelo seu caráter público (FEDERICI, 2017; NASCIMENTO, 2011; ROSSINI, 2011; PAULILO, 2007; PATEMAN, 1993; SANTOS, 2016).

Na argumentação utilizada como justificativa da não necessidade de as mulheres participarem das reuniões, temos o gênero como dispositivo e a atuação matriz heterossexual que produz o ser mulher na sociedade. No caso, as mulheres são produzidas para tarefas do cuidado, no entanto, o gênero, como dispositivo, tem o corpo como campo de forças das relações de poder (CONCEIÇÃO, 2009; BUTLER, 2016; SCOTT, 1995). E isso faz com que haja a produção de modos de resistência, como é o caso de Fabiana que, mesmo com tal discurso, continua a participar das reuniões. Outra situação remete às reuniões que ocorrem no âmbito do espaço público e o fato de ele ser organizado a partir do contrato social. No entanto, pela leitura do patriarcado moderno, sabemos que, submetido ao contrato social, está o contrato sexual que implica participação da mulher na organização acerca dos trabalhos domésticos e do cuidado, como garantia da organização do espaço público e do capitalismo pelo homem (FEDERICI, 2017; MIGUEL, 2017; NASCIMENTO, 2011; ROSSINI, 2011; PAULILO, 2007; PATEMAN, 1993; WABY, 1990). Ou seja, justificar que a mulher tem que cuidar da casa, dos filhos e fazer comida utiliza os contratos de trabalho e de casamento como dispositivos, para que haja manutenção de espaços de tomada de decisões sob a matriz heterossexual e, conseqüentemente, múltiplas possibilidades das relações de poder e de gênero no contexto organizacional (FEDERICI, 2017; MIGUEL, 2017; NASCIMENTO, 2011; ROSSINI, 2011; PAULILO, 2007; PATEMAN, 1993).

Então, era como número, **porque tinha o status de núcleo, mas não fazia o papel de núcleo. Não tinha um representante do grupo lá dentro da reunião de primeiro domingo.** Então, assim, por exemplo, todos os outros núcleos tinham alguém lá que ia bater o pé e falar: "Não, meu núcleo não quer isso", e o MOBI não tinha. **Então, nada que acontecia lá chegava no MOBI como agricultora, entendeu. O grupo recebia o intermédio da COOPFAM como agricultora, a gente era um grupo de mulheres bonitinho, que produzia café e tudo, assim.... reunia, contava como reunião porque tínhamos uma ata, mas não tinha um vínculo tão grande com a cooperativa em tomada de decisões, né.** Porque quando eu entrei na reunião de primeiro domingo, aí distribuía o papelzinho para todos os coordenadores e não distribuía para mim, aí eu falei: "**Uai, mas por que que eu não recebo?**", "**Ah, você é do MOBI**", "**Uai, mas o MOBI não é um núcleo?**", "**O MOBI é um núcleo**", "**Então eu tenho que levar um papel. Como é que eu vou apresentar para elas que eu vim na reunião, se vocês não vão me dar o assunto?**". **Aí, a partir disso, começaram a me dar papel.** Todas as vezes em que eu ia na reunião, tinha o papelzinho para mim impresso, lá, porque, o que é que eu vou falar se não tem, né? Aí começou a ter muito mais compromisso, né, porque a ata do primeiro domingo era obrigatória passar na reunião nossa. (Fabiana)

Fabiana revive em sua memória a presença da Bárbara nas reuniões do primeiro domingo. E fala também das reflexões que fazia sobre a MOBI sem partes, ligada à COOPFAM. A complexidade que se tem na relação MOBI-COOPFAM remete às

relações de poder no contexto organizacional. Por se tratar de uma organização rural predominantemente masculinizada, a partir do momento em que há a atuação de um grupo de mulheres buscando ocupar o espaço das reuniões, estabelece-se as relações de poder que se iniciam no nível micro (FOUCAULT, 2014; 2017; CAMPOS; TÍLIO; CREMA, 2017). Isso porque se trata de construções subjetivas do ser mulher na sociedade à medida que não há a cultura da ocupação do espaço público pelas mulheres. Em contrapartida, Fabiana ao ter a percepção de que, sim, a MOBI é um núcleo da COOPFAM, ela cria possibilidades diversas para novos modos de se organizar das mulheres, indo de encontro a e ao encontro das práticas organizativas da Cooperativa que, de algum modo, são do grupo também (ALVESSON; BILLING, 1987; BUTLER, 2017; TORRES, 2001).

Quando eu entrei já era a Regina, então eu não sei. A Rosângela fala que já foi muito em reunião de primeiro domingo, **mas eu acho que não era passado para o MOBI**, porque, assim, desde quando eu entrei, **eu nunca vi o MOBI falar de COOPFAM. Até que eu comecei a fazer a ponto MOBI versus COOPFAM. Elas sabiam de tudo, porque elas iam na reunião junto com o marido também, né, além da do MOBI. Então, o MOBI era um núcleo, mas não era um núcleo, né, porque, assim, não tinha uma ponte que unia a COOPFAM com o MOBI.** (Fabiana)

Por meio da organização do grupo MOBI e da formalização do mesmo enquanto núcleo da Cooperativa, Bárbara sinaliza que, em meio a tantos percalços atualmente, a MOBI é um dos pilares da COOPFAM.

**Hoje, o MOBI é um pilar da COOPFAM. Hoje ele é um pilar e ele é forte.** Ele não... eu não vou dizer que ele não é reconhecido, porque por alguns, ele é. **Mas pela maioria, ele não é reconhecido tão quanto ele é.** Eu acho que ele é mais reconhecido fora do que dentro. A relação é boa! Ela já teve até melhor, mas ela é boa! Ela já teve um momento... ela é assim, ó. Sabe, ela é uma relação igual a um casamento. Ela não é mar de rosas, é um mar de reunião (risos). Ela tem os seus momentos mais difíceis, mas tem os seus momentos muito bons! Eu vejo como casamento, sabe!? Como um casal. Tem os momentos maravilhosos e tem os momentos... como tudo na vida. De 1 a 10, é uma nota 6?! 7?! Tem que melhorar. (Bárbara)

A MOBI ser considerado um pilar da COOPFAM evidencia que, por se tratar de duas organizações, há a presença das relações de poder; e, pelo fato de uma delas ser de mulheres, há as relações de poder-saber e do gênero enquanto dispositivo. Se antes não havia reconhecimento da MOBI enquanto núcleo, atualmente tal status sinaliza todo o processo de construção coletiva do grupo para transformar suas realidades. As mulheres não votavam, não tinham o reconhecimento econômico do seu trabalho produtivo; não ocupavam espaços de tomada de decisões e nem se organizavam formalmente. Romper com todas estas ausências sinaliza que o coletivo promove suas práticas organizativas considerando seus modos de existir e (re)existir por meio dos

dispositivos que se fazem presentes na relação MOBI-COOPFAM: família, Café Feminino, morte; a MOBI e a COOPFAM também são dispositivos. As mulheres criam um campo de possibilidades pelo caráter relacional do poder e visam ressignificar o seu trabalho de modo a promover sua presença e participação na organização.

## **5. Considerações finais**

A pesquisa realizada com as “Mulheres Organizadas Buscando Independência” teve como objetivo compreender a produção das sujeitas da e na MOBI. Pensar na subjetividade como ponto de partida para a problematização da produção das sujeitas do grupo, foi uma forma de constituí-las a partir de suas próprias vivências e experiências, desde o individual até o coletivo. Por isto, tratando-se de um trabalho pós-estruturalista, busquei trazer para esta escrita a aproximação que os estudos feministas têm para com Foucault, ao romperem com a visão universalista do sujeito e com a subjetividade a-histórica. Isso contribuiu para a compreensão das sujeitas por não haver a unicidade, mas, sim, a multiplicidade que as constituem a partir das relações vividas pelas mulheres e que, pelas quais, elas também são afetadas.

Esta compreensão da produção das sujeitas da e na MOBI se fez ao considerar o contexto rural um local de atuação dos micros poderes da sociedade, onde, ao se considerar a produção dos sujeitos, feminino e masculino, traçam-se as relações de gênero e de poder-saber no campo social. Assim, compreendeu-se que, para se chegar na produção das sujeitas na MOBI, enquanto coletivo, foi necessário compreender a produção da subjetividade individual de cada uma das treze mulheres.

Para a construção desta escrita feminista, fiz uso das teorias pós-estruturalistas de gênero e do poder para fazer a leitura da produção das sujeitas. Além de se tratar de uma escrita feminista, o trabalho em si está relacionado à área dos estudos rurais. E foi visto pela construção teórica que o contexto rural é um campo de acontecimentos das relações sociais e que estas são permeadas por relações de poder-saber. No caso do presente trabalho que buscou compreender a produção das sujeitas de um grupo de mulheres rurais, foi importante trazer a perspectiva de gênero pelo fato de do contexto rural e da agricultura familiar constituírem contextos predominantemente masculinizados.

Assim, relacionar os estudos feministas e os foucaultianos possibilitou o rompimento com a visão naturalizada sobre o ser mulher e a compreensão de que, pela performatividade de gênero, a construção do ser mulher é produzida pelas construções socioculturais de suas relações. De mesmo modo, a mulher tem assim, em seu corpo, um campo de forças das relações de poder, justamente por ser este corpo que busca romper com a masculinização do campo. O corpo em situação traz o gênero como um dispositivo que atua pela multiplicidade do caráter relacional do poder, ao mesmo tempo em que a construção do feminino e do masculino acontece na matriz heterossexual, produzindo não só modos de existir, mas também de (re)existir.

Como todas as relações sociais, as que acontecem na agricultura familiar se dão por meio de contrato social. O que fica subjugado neste contexto é que a produção dos sujeitos do feminino e do masculino está relacionada à persistente presença do patriarcado moderno do Ocidente. Mas, por se tratar de um trabalho pós-estruturalista, o patriarcado moderno do Ocidente foi abordado não como estrutura, mas como campo de acontecimentos das relações de poder-saber. Por isto, a leitura do patriarcado moderno do Ocidente proposto por Pateman (1993) foi necessária para compreender o que há por trás do contrato social, o contrato de trabalho e o contrato sexual. Ambos são desenvolvidos teoricamente como dispositivos do patriarcado moderno do Ocidente, pelo fato de que a manutenção do trabalho na agricultura familiar dá-se por meio do não reconhecimento econômico do trabalho da mulher e da ocupação desta relacionada às tarefas domésticas e de cuidado no espaço privado.

A produção das sujeitas com relação ao trabalho, no contexto rural, acontece por meio do poder disciplinar que tem nos seus dispositivos a formação do campo das relações de poder saber. A partir de normas, instituições e discursos, foi visto teoricamente que o trabalho e o casamento atuam para a manutenção das relações existentes entre patriarcado moderno e capitalismo, buscando fazer com que o trabalho da mulher no âmbito doméstico, seja mantido, em prol da economia do sistema. As subjetividades das mulheres por meio de seus corpos estão no campo da relação estabelecida entre capitalismo e patriarcado, o que foi abordado pela economia política do corpo. Tanto quanto o gênero, o corpo é campo de força das mulheres; é campo em disputa das relações do meio rural.

Justamente por isso, busquei apresentar teoricamente a produção do feminino e do masculino no rural. Não há como falar de mulheres e contexto rural, sem abordar a

divisão sexual do trabalho. Ainda que seja uma temática dos estudos feministas marxianos, o trabalho tratado como dispositivo do patriarcado moderno do Ocidente possibilitou a compreensão deste campo produzindo as mulheres no meio rural. A construção sociocultural das sujeitas e de suas relações tem, na agricultura familiar, contexto em que não há o reconhecimento econômico do trabalho da mulher na lida com a terra, considerando-o como ajuda; a feminização dos trabalhos domésticos e do cuidado; e a caracterização do trabalho por quem o faz, ou seja, quando a mulher o realiza, é trabalho leve; se for trabalho pesado, é do homem.

Todo o processo que perpassa as relações de gênero o meio rural, permeadas pelo poder, não só causam situações de submissão, pelo contrário; o caráter relacional do poder, subjuga, submete, mas, também, produz possibilidade dos campos de (re)existência. Por isto, a busca pela compreensão da produção das sujeitas da e na MOBI se alinha à complexidade das relações que se dão e se produzem pelas e a partir das mulheres, alinhando aos objetivo geral aos objetivos específicos: a) analisar como as relações de poder-saber são investidas no contexto de trabalho vivenciados pelas mulheres e seus dispositivos; b) evidenciar o processo de constituição das sujeitas, analisando seus modos de existir e (re)existir politicamente, a partir da dinâmica estabelecida entre os ambientes doméstico e de trabalho; c) compreender como se dão as configurações e/ou reconfigurações da divisão sexual do trabalho, para as mulheres que compõem a MOBI; d) visibilizar a história da MOBI, acerca das vivências e experiências por parte das próprias mulheres do grupo.

Para buscar atender aos objetivos gerais e específicos do trabalho, escolhi a pesquisa qualitativa e de campo, não somente pelo fato de me aproximarem mais da pesquisa feminista. Na verdade, busquei ir além; humanizar o processo de pesquisa, pois, para compreender a constituição das sujeitas da e na MOBI, compreendi o quão enriquecedor seria trazer para a pesquisa a coconstrução dos dados, observando no cotidiano. Deste modo, busquei vivenciar os microlugares em que haveria por parte das mulheres a produção dos sentidos de suas relações: o trabalho na agricultura familiar e o espaço da casa (trabalho doméstico, o cuidado com a família); o espaço de trabalho (o quintal, a roça e a organização do trabalho); as reuniões do grupo das mulheres e reuniões da COOPFAM – do primeiro domingo e dos núcleos; espaços de formação que ocorreram em eventos diversos. Toda essa vivência com o grupo possibilitou não só a escuta das histórias orais do grupo MOBI, mas também o



acompanhamento da história do grupo em si, sendo vivida na prática, de suas relações enquanto coletivo, e também, com a Cooperativa.

Por isto, para ser desenvolvida a história oral do grupo MOBI, foi preciso ir a um nível mais íntimo de suas relações que foi o contexto familiar, onde foi possível compreender como se dá a organização da família para com o trabalho e a participação (in)visível das mulheres na agricultura familiar. Assim, nas análises, no tópico “Quem é que vai para o campo sem um ‘emborná’ de merenda?”, tracei a discussão acerca do trabalho e do casamento como dispositivos do patriarcado moderno do Ocidente. Pode ser percebido que o trabalho da mulher considerado como ajuda ainda se faz presente nos discursos, pelo fato de que a construção do trabalho da mulher não está relacionada ao aspecto econômico e que elas ainda são protagonistas dos trabalhos domésticos e de cuidado. Tal panorama faz com que haja uma jornada dupla do trabalho da mulher, que é primordial para que haja a organização do trabalho rural da família num todo. Mesmo que ainda haja a produção da feminização do trabalho da mulher no espaço privado, na chamada unidade de reprodução, o poder atua de forma relacional no contexto familiar por meio dos dispositivos. Assim, ele produz e reproduz formas de se organizar enquanto família na agricultura. No caso das mulheres da MOBI, é perceptível que há uma ressignificação acerca de seus trabalhos criando um campo de possibilidades de subversão dos espaços ocupados pelas mulheres e da visibilidade dada aos seus trabalhos.

A partir das dinâmicas da relação das mulheres com o trabalho na agricultura familiar, foi possível coconstruir a história oral. Pela perspectiva genealógica, busquei as diversas formas de atuação do poder e de seu caráter produtivo presentes na história da MOBI. Primeiro, aproximar-se das trajetórias individuais das mulheres, do que foi vivido e experimentado por cada uma em sua subjetividade individual para chegar até à subjetividade coletiva da MOBI. Organizei os acontecimentos, coconstruindo a escrita do que me foi relatado. Trazer a história das “Mulheres Organizadas Buscando Independência” traz outra vestimenta para a história da Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região.

É reconhecer que há na história da organização maior, uma menor, que sempre se fez presente, buscando, por meio de suas subjetividades, organizar-se para evidenciar que as mulheres também fazem parte dos processos organizativos. Assim, a história oral do grupo MOBI foi dividida em categorias de acontecimentos que o constituíram

enquanto coletivo: A presença ainda que (in)visível das mulheres. A compra de cotas. Os cursos eram uma desculpa; era para terem independência. A organização foi tamanha, que até se nomear, o grupo se nomeou. O café orgânico feminino como dispositivo das relações MOBI-COOPAM. A organização formal do grupo. Após a cota e a assembleia, veio a diretoria. O “Grupo de Mulheres” ainda está entre as “Mulheres Organizadas Buscando Independência”.

A busca pela ruptura com o espaço privado e a unidade de reprodução permeia toda a história oral do grupo. Foi visto que, desde a época da formação da Associação dos Pequenos Produtores de Poço Fundo, atual Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região, as mulheres tinham sua presença ainda que (in)visível. Toda a história da MOBI se dá por meio de práticas organizativas em coletivo que fez com que as mulheres buscassem modos de (re)existir e se organizar perante uma organização rural de expressiva masculinidade em sua construção. Foi visto que as relações de poder-saber aconteceram alinhadas às relações de gênero, onde este atuou como dispositivo por meio da sua performatividade, de modo que as mulheres sempre buscaram subverter a feminização do trabalho na agricultura que era utilizado como justificativa para a não presença das mulheres nos espaços de tomada de decisões. Do mesmo modo, a matriz heterossexual atuou na construção do ser mulher e do ser homem e junto ao patriarcado moderno do Ocidente por meio de seus dispositivos – contrato de trabalho e contrato sexual – atuaram pelo poder disciplinar sobre as mulheres.

As mulheres tiveram seus corpos como campo em disputa nas relações MOBI-COOPFAM, pois o corpo em situação significava a presença da mulher nos espaços públicos da organização; enquanto que a construção sociocultural masculina que produzia o feminino dizia que este corpo deveria estar restrito ao espaço privado, dos trabalhos domésticos e de cuidado e da unidade de reprodução.

As relações estabelecidas entre a MOBI e a COOPFAM se produziram enquanto dispositivos, um atuava sobre o outro. Ora as mulheres buscando reconhecimento do seu trabalho e direitos cooperativistas; ora a COOPFAM buscando manter sua organização pelos dispositivos do patriarcado moderno. Também, o Café Orgânico Feminino é considerado dispositivo atuante na relação MOBI-COOPFAM. Foi por meio dele que o grupo MOBI se organizou formalmente, mas, também, ele é utilizado por parte da COOPFAM para produzir suas relações para com a MOBI e a compreensão

quanto ao trabalho da mulher. Do mesmo modo, ainda persiste entre a MOBI o Grupo de Mulheres, uma vez que o discurso por parte da Cooperativa por haver as mulheres organizadas e o Café Orgânico Feminino produz as relações organizacionais tendo o gênero enquanto dispositivo.

O caráter produtivo do poder atuou na própria organização do grupo MOBI. Em meio a um contexto masculinizado, as mulheres, cada qual, trouxeram suas experiências e vivências que as ligaram ao grupo MOBI, buscando subverter a sua relação com o trabalho. Evidenciaram a importância que os trabalhos domésticos e de cuidado têm para a manutenção da organização familiar e, também, para a organização da COOPFAM. Produziram um campo de possibilidades de (re)existência em seus modos de organizar, buscando contrapor os discursos e normas masculinizadas sobre a presença da mulher nos espaços de tomadas de decisões. Quando foi necessário, o grupo se (re)criou de maneira formal, com estatuto e regimento, fortalecendo sua identidade e buscando cada vez mais sinalizar que as mulheres são parte presente e significativa para a organização rural num todo. Situações vividas e experimentadas nas suas subjetividades individuais também se fizeram necessárias para a construção coletiva. A morte de um dos maridos das mulheres do grupo é visto enquanto dispositivo, pois rompe com a atuação da organização familiar sobre a mulher e também reforça a organização do Grupo de Mulheres.

Muitas são as possibilidades para trabalhar e desenvolver a temática do feminismo no meio rural. Mas, digo que um grande desafio foi tratar de um estudo do contexto rural pela vertente pós-estruturalista, pois a sociologia rural se faz no campo dos estudos marxianos. E esse meu esforço, talvez até audácia no campo epistemológico, seja uma das contribuições para a área do Estudos Organizacionais. Também trago como contribuição a possibilidade de interpretação de uma leitura pós-estruturalista do trabalho como dispositivo e do patriarcado moderno do Ocidente como campo de construção das relações de poder-saber. Outras contribuições estão na aproximação dos estudos rurais para o campo dos estudos organizacionais; arranjos alternativos de gestão na lógica cooperativista, a questão do gênero no meio rural e seu alinhamento com práticas emancipatórias de organização, atuando em prol de processos de fortalecimento coletivos, de modo a combater a vitimização que acusam haver no discurso feminista.

Há um campo de múltiplas possibilidades de estudos com as Mulheres Organizadas Buscando Independência, mas é necessário encontrar o momento certo de parar a escrita. Confesso que tive dificuldade, mediante a inesgotável fonte de temáticas que há na organização coletiva e na relação com a COOPFAM. Por isso, deixo aqui algumas sugestões de agendas futuras de trabalho para aqueles e aquelas que queiram contribuir com a temática dos estudos rurais no campo do Estudos Organizacionais. Percebi que a organização do grupo MOBI vai além de uma questão das práticas organizativas e produção do café, por isso seria interessante desenvolver estudos acerca dos sentidos do trabalho e da organização do grupo; foi apontado também que há na zona rural de Poço Fundo um significativo êxodo rural de jovens, principalmente de mulheres; do mesmo modo que há a construção do feminino no rural, também deixo como sugestão para estudos a construção da masculinidade no campo; e de estudos acerca dos fenômenos do machismo estrutural nas organizações, como o teto de vidro, o precipício de vidro e o *mansplaining*.

Diante de tudo que vivi, senti e experimentei na escrita e na pesquisa feminista, acredito que ser mulher alinha-se ao discurso de que o pessoal é político. E que nas relações sociais haverá a presença constante das relações de gênero e de poder-saber. Ainda que haja a leitura do trabalho da mulher como ajuda e que elas sejam em menor número, mas expressivo, numa organização de predominância masculina, é necessário compreender que a produção das sujeitas se dá no campo de possibilidades do caráter produtivo do poder. Ele irá produzir também resistências, outros modos de se organizar. Desde que seja para chamar as mulheres umas as outras para fazerem cursos, é sempre possível haver a (re)existência feminista. E é neste sentido que busquei compreender a produção das sujeitas da e na MOBI.

## Referências

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Memórias, narrativas e pesquisa autobiográfica. *História da Educação*, Pelotas, n. 14, p. 79-95, 2003.

AGUIAR, Neuma. Casa e modo de produção. In: \_\_\_\_\_ (Coord.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Gênero e ciências humanas: desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997.

AIRES, Cíntia Helenice Lopes; SALOMANI, Giancarla. Agricultura familiar e as relações sociais de trabalho: um estudo sobre a pluriatividade na Vila Freire- Cerrito-RS. *Geografia, Ensino & Pesquisa*, v. 17, n. 1, jan./abr. 2013.

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Contemporânea do Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. *O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral*. In: Encontro Regional Nordeste de História Oral ESPAÇO, MEMÓRIA E NARRATIVA: em busca dos diálogos possíveis, 2003, Campina Grande/PB. *Anais...* Campina Grande: CPDOC, 2003.

\_\_\_\_\_. *Manual de História Oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALVESSON, Mats; BILLING, Yvonne Due. *Understanding gender in organizations*. 2 ed. London: Sage, 1997.

ANJOS, Gabriele dos. Família e a divisão sexual do trabalho na agricultura brasileira. 2009. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/20140324065.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre o patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, n. 23, 2015.

BADINTER, Elisabeth. *Um é o outro: Relações entre homens e mulheres*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2006.

BEAUVOIR, Simone De. **O segundo sexo**. A experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BÓRIS, Georges Daniel Janja Bloc Moris; CESÍDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza, n. 2, v. 3, p. 451-478, set./2007.

BRASIL: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

BRAZ, Livia Maria Reis; ROMANIELLO, Marcelo Márcio Romaniello; BORGES, Denise Aparecida Hipólito; FONTES, Renato Elias Fontes. Análise da cooperação e do desenvolvimento da cafeicultura em uma organização cooperativa no Sul de Minas Gerais. 2013. Disponível em: <[http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/spcb\\_anais/simposio8/51.pdf](http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/spcb_anais/simposio8/51.pdf)>. Acesso em: 19 fev. 2019.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 12, v. 1, p. 205-277, 2004.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: one the discursive limits of the "sex"*. New York: Routledge, 1993.

\_\_\_\_\_. *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivo del "sexo"*. Beunos Aires: Paidós, 2002.

\_\_\_\_\_. *Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "pós-modernismo"*. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 11-42, 1998.

\_\_\_\_\_. *Undoing gender*. Oxfordshire: Routledge, 2004.

\_\_\_\_\_. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 12 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

\_\_\_\_\_. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CAMPOS, Maria Teresa de Assis; DE TILIO; Rafael e CREMA; Izabella Lenza. Socialização, gênero e família: uma revisão integrativa da literatura científica. *Pensando famílias* [online]. 2017, vol.21, n.1, pp. 146-161.

CANDIOTTO, César. Subjetividade e verdade no último Foucault. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 87-103, 2008.

\_\_\_\_\_. *Foucault e a crítica da verdade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CAPPELLE, Mônica Carvalho; BORGES, Ceyça Lia Palerosi; MIRANDA, Adílio Rene Almeida. *Um Exemplo do Uso da História Oral como Técnica Complementar de Pesquisa em Administração*. In: VI Encontro de Estudos Organizacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração, EnEO VI, 2010, Florianópolis/SC. *Anais...* Florianópolis: EnEO, 2010.

CARDONA, Milagros García; CORDEIRO, Rosineide Meira; BRASILINO, Jullyane. Observação no cotidiano: um modo de fazer pesquisa em psicologia social. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **A produção de informação na pesquisa social**. Compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 123-148.

CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rabello. Pra que serve uma subjetividade? Foucault, tempo e corpo. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, Porto Alegre, n. 18, v. 3, p. 343-349, 2005.

CARNEIRO, Maria José Ajuda e trabalho: a subordinação da mulher no campo. Trabalho apresentado no congresso da ANPOCS, 1981.

\_\_\_\_\_. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 8, p. 70-82, abr. 1997.

\_\_\_\_\_. Herança e Gênero entre Agricultores Familiares. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n.1, p. 22-55, 2001.

CHIES, Paula Viviane. Identidade de gênero e Identidade profissional no campo de trabalho. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 507-528, Mai/Ago. 2010.

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima Da. Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 28, n. 24, p. 738-757, dez./2009.

CORDEIRO, Rosineide de L. M.; SCOTT, Russel Parry. Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, mai./ago. 2007.

COSTA, Cláudia Lima. O feminismo e o pós-modernismo/pós-estruturalismo: (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (con)texto. In: PEDRO, Joana Maria.; GROSSI, Pedro Miriam Pillar. (Orgs.). gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000. p. 57-90.

\_\_\_\_\_. O sujeito do feminismo: revisando debates. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 19, p. 59-90, 2002.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, Jan./Abr. 2004.

DELEUZE, Gilles. *Conversações- 1972-1990*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G. *Foucault*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.



DENZIN, Norman K. *Interpretive biography*. Newbury Park: SAGE Publications, Inc., 1989.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna Sessions. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In\_\_\_\_\_. (Org.) DENZIN, Norman. K.; LINCOLN, Yvonna Sessions. **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 15-42.

DÍAZ, Esther. *A filosofia de Michel Foucault*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

DOURADO, Nathan Pereira. **A agroecologia como estratégia de reprodução social da agricultura familiar camponesa e desenvolvimento rural sustentável no município de Poço Fundo-MG**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia). Instituto de ciências da Natureza, Universidade Federal de Alfenas, 2017.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, Um parcours philosophique: Audelà del l'objectivité et de la subjectivité*. Paris: Gallimard, 1995.

DUSSEL, Inés. Foucault e a escrita da história: reflexões sobre os usos da genealogia. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n.1, jan./jun. 2004.

FEDERICI, SILVA. *O calibã e a bruxa*. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de Administração Pública**, v. 29, n. 2, p. 367-383, Mar./Abr. 2010.

FISCHER, Beatriz Daudt. Foucault e histórias de vida: aproximações que tais. **História da Educação**, Pelotas, v. 1, n. 5, p. 5-10, 1997.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e o desejável conhecimento do sujeito. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, n. 24, v. 1, p. 39-59, 1999.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa aplicada*. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. Subject and power. In: DREYFUSS, Hubert; RABINOW, Paul. *Structuralism and hermeneutics*. Brighton: The Harvester Press, 1982.

\_\_\_\_\_. *As verdades e as formas jurídicas*. 3 ed. Rio de Janeiro: NAU, 2002.

\_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. 7 ed. São Paulo: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. As relações de poder passam para o interior dos corpos. In: MOTA, Manuel Barros Da. Coleção Ditos & Escritos IX. *Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

\_\_\_\_\_. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. 1984, In: MOTA, Manuel Barros Da. Coleção Ditos & Escritos IX. *Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p. 251-263.

\_\_\_\_\_. Entrevista com Michel Foucault. In: MOTA, Manuel Barros Da. Coleção Ditos & Escritos IX. *Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. 1982. In: MOTA, Manuel Barros Da. Coleção Ditos & Escritos IX. *Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p. 118-140.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2015.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. 26 ed. São Paulo: Loyola, 2016.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 6 ed. São Paulo: Paz & Terra, 2017.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GEERTZ, Clifford. *Local knowledge: further essays in interpretative anthropology*. New York: Basic Books, 1983.

GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 83-92, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo: Vértice, 1990.

HOOKS, bell. *Feminist theory: from margin to the center*. 3 ed. Abingdon: Routledge, 2014.

JOAQUIM, Nathália de Fátima; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Construção e Desenvolvimento de um Projeto de História Oral em Estudos sobre Gestão. *Organizações & Sociedade*, v. 25, n. 85, p. 303-319, 2018.

LATOURE, Bruno. A. **Esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru, SP, Brasil, EDUSC, 2001.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In Hollanda, Heloísa Buarque de. (org.) *Tendências e impasses: O feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e magistério: identidade, história, representação. CATANI, Denice Bárbara et al. (Org.). *Docência, memória e gênero: estudos sobre formação*. São Paulo: Escrituras, 2017.

MAIA, Antônio. Sobre a Analítica do Poder de Foucault. *Tempo Social*, v. 6, n. 1-2, 1995.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Estudos Feministas*, v.13, n. 3, Florianópolis, p. 483-505, Set./Dez. 2005.

MARRE, Jacques Léon. História de vida e método biográfico. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 89-141, 1991.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Mariana. “Sem feminismo não há agroecologia”: A resignificação das relações econômicas por uma perspectiva feminista. In: Congresso de Pesquisadores em Economia Solidária, CONPES, II, 2018, São Carlos/SP. *Anais...* São Carlos: CONPES, 2018. Disponível em: <[http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/iiconpes/gt03/1/sem\\_feminismo\\_nao\\_ha\\_agroecologia\\_a\\_ressignificacao\\_das\\_relacoes\\_economicas\\_por.pdf](http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/iiconpes/gt03/1/sem_feminismo_nao_ha_agroecologia_a_ressignificacao_das_relacoes_economicas_por.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2019.

MATOS, Maria Izilda. *Terceiro setor e gênero – Trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Mackpesquisa, 2005.

MCLAREN, Margaret A. *Foucault Feminismo e Subjetividade*. São Paulo: Intermeios, 2016 (coleção entregêneros).

MELO, Lígia Albuquerque. *Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar*. In: V Encontro Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis, Outubro de 2002. Anais do V Encontro Internacional Fazendo Gênero. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

\_\_\_\_\_. *Relações de gênero na agricultura familiar: O caso do PRONAF em Afogados da Ingazeira-PE*. 215f. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. Carol Pateman e a crítica feminista do contrato. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 13, fev. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC, ABRASCO, 1993.

MOUFFE, Chantal. **Feminismo, cidadania e política democrática radical**. Debate Feminista, São Paulo: Cia. Melhoramentos, Edição especial (Cidadania e Feminismo), p. 29-47, 1999.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 49-55, jan./abr. 2006.

NASCIMENTO, Silvane Megali Nascimento. **A reprodução do campesinato em Brejo (MA) e a participação das agricultoras familiares camponesas frente à expansão da monocultura de soja: duas lógicas de desenvolvimento**. 330f. 2011. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. UFMA, São Luís, 2011.

NETO, Otavio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In.: MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NICHOLSON, Linda. Interpretando Gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2., 2000.

NOTO, Carolina de Souza. **A ontologia do sujeito em Michel Foucault**. 147f. 2009. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Pós-Graduação em Filosofia, USP, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Souza. **Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento em assentamentos da reforma agrária: o caso do Saco do Rio Preto em Minas Gerais**. 2006. 145f. Tese (Doutorado em Ciências)- Pós-Graduação em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade, UFRRJ, Seropédica, 2006.

OLIVEIRA, Marinalva de Jesus; DEMBA, Azinaide Preciosa Mendes Baldaia; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; GODOI, Christiane Kleinübing. *História Oral e o Método Biográfico: Congruências, Diferenças e Potencialidades de Utilização no Campo da Administração*. In: IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração, EnEPQ IV, 2013, Florianópolis/SC. *Anais...* Florianópolis: EnEPQ, 2013.

ORELLANA, Rodrigo de Castro. A ética de resistência. **Ecopolítica**, São Paulo, n. 2, p. 37-63 2012.

PATAI, Daphne. *História oral, feminismo e política*. São Paulo: Letra e Voz, 2010

PATEMAN, Caroline. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1993.

PAULA, Larissa Araújo Coutinho De.; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Trabalho ou ajuda? Reflexões teóricas acerca do trabalho feminino na agricultura. 2014. Disponível em: <[http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor\\_2014/Trabalhos%20Completos/2\\_G%C3%AAnero%20e%20Gera%C3%A7%C3%A3o%20no%20meio%20rural/2B\\_G%C3%AAnero%20e%20Gera%C3%A7%C3%A3o%20no%20meio%20rural/7\\_Larissa%20Paula.pdf](http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2014/Trabalhos%20Completos/2_G%C3%AAnero%20e%20Gera%C3%A7%C3%A3o%20no%20meio%20rural/2B_G%C3%AAnero%20e%20Gera%C3%A7%C3%A3o%20no%20meio%20rural/7_Larissa%20Paula.pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2018.

PAULILO, Maria Ignez S. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Editora UFSC, 2016.

PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev. 1987.

\_\_\_\_\_. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 229-252, 2004.

\_\_\_\_\_. Trabalho Doméstico: reflexões a partir de Polanyi e Arendt. **Revista Cadernos de Pesquisa**. Florianópolis, v. 35, p. 1-9, 2007.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista de História**, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PEREIRA, Rafael Diogo. **Sobre heróis, coronéis e operários- Notas acerca da disciplina do corpo e da ortopedia da alma em uma companhia têxtil de Minas Gerais**. 2014. 325 f. Tese (Doutorado em Administração)- Faculdade de Ciências Econômicas, UFMG, Belo Horizonte, 2014.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set./2019.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga Moraes Von (Org). **Experimentos com história de vida**. Itália-Brasil. São Paulo: Vértice, 1987. P. 14-43.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se*. Feminismos, escritas de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora UNICAMP, 2014.

GONZÁLEZ REY, F. *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade*: os processos de construção da informação. Editora Thomson. São Paulo, 2005.

ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e Gênero: A mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.23, 1993.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a economia política do sexo. Recife: S.O.S Corpo, 1993.

FRAVED-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, n. 3., p. 155-161, 2005.

SANTOS, Nilma Angélica Dos. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: entre a invisibilidade e a desvalorização do trabalho (re) produtivo de mulheres trabalhadoras rurais do município de Brejo/MA frente à expansão da monocultura de soja. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, número especial, p. 331-337, abr. 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.

SOUZA, E. M. de. Fazendo e desfazendo gênero: a abordagem pós-estruturalista sobre gênero. In.: CARRIERI, A. de P.; TEIXEIRA, J. C.; NASCIMENTO, M. C. R. (Orgs.). **Gênero e trabalho: perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos estudos organizacionais**. Salvador: EDUFBA, 2016.

SPINK, Mary Jane. Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 7-14, abr. 2007.

SPINK, Mary Jane; MENEGON, Vera. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez Editora, p.63-92. 1999.

TEDESCHI, Losandro Antônio. Limites de gênero, limites do mundo: memórias de mulheres agricultoras e a luta por direitos sociais. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, v. 12, n. 1-2, p. 177-206, jan./dez. 2009.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado – história oral*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TORRES, Anália. Casamento e gênero: mudanças nas famílias contemporâneas a partir do caso português. *Revista Interseções*, v. 3, n. 2, p. 53-70, jul./dez. 2001. rebouç

VIEIRA, Laura Helena Chaves Nunes. Articulado gênero, sexualidade e subjetividade. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 15, n. 21, p. 71-90, 1997.

WEINMMAN, Amadeu de Oliveira. Dispositivo: um solo para a subjetivação. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 16-22, set./dez. 2006.

WALBY, Silvy. **Theorizing Patriarchy**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

WEBER, M. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora UnB, 2000, 2009 (reimpressão).

## **APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO<sup>15</sup>**

**Título da dissertação: “Histórias de vida e *práxis* da luta: A (auto) identificação das sujeitas de um grupo de mulheres rurais”**

1 - Você está sendo convidada(o) a participar da pesquisa. Você foi selecionado em virtude de possuir características de interesse para a composição da amostra da pesquisa. Sua participação não é obrigatória, sendo possível retirar-se em qualquer momento.

2 - O objetivo deste estudo é compreender a constituição das sujeitas da e na MOBI.

3 - Procedimentos do Estudo. Serão feitas perguntas e questões colocadas pela pesquisadora. A entrevista será gravada em áudio e posteriormente, transcrita. As informações serão analisadas pela pesquisadora, mas a identidade dos respondentes será sempre preservada.

4 - De forma alguma a pesquisadora possibilitará a identificação dos respondentes, nem repassará informações obtidas durante a entrevista de forma aleatória. O objetivo não é julgar você ou suas opções, somente obter seu relato a respeito à respeito de sua história de vida como mulher trabalhadora rural, pertencendo ao grupo Mulheres Organizadas Buscando Independência (MOBI) e, o que você como cooperada ou cooperado compreende pelo ser mulher no trabalho da agricultura familiar, mais

---

<sup>15</sup> Este termo será feito em **duas vias**: uma para o participante da pesquisa e outra para ser arquivada pelo orientador/coordenador.



especificamente, na produção de café, foco da produção da Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM).

5 - Sua participação na pesquisa é fundamental, dadas as suas características e conhecimento sobre o assunto. Ao responder às questões colocadas por esta pesquisa, você estará contribuindo para que a universidade avance a pesquisa nessa área, ainda tão incipiente no Brasil.

6 - Você não terá nenhum gasto, nem remuneração financeira, com este estudo.

7 – Este material poderá ser utilizado para propósito de publicação científica ou educativa de forma anônima. Ao assinar este consentimento informado, você autoriza a utilização das respostas para a construção de um entendimento sobre o trabalho das mulheres rurais na agricultura familiar no Brasil. Após a transcrição das entrevistas, essas serão mantidas sob a guarda da pesquisadora, que não permitirá, em hipótese alguma, a identificação dos entrevistados(os) e o uso e manuseio, por outras pessoas, do material escrito.

8 - A coleta de dados nessa pesquisa será sempre realizada pela pesquisadora responsável, que solicitará as(aos) entrevistadas(as) um horário para a realização da entrevista. Sua participação nessa pesquisa consistirá em responder as questões que lhe forem dirigidas, sendo-lhe totalmente facultado se recusar a responder aquelas que não desejar ou sobre as quais não dispuser de informações.

9 - Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone da pesquisadora<sup>16</sup> e seu orientador<sup>17</sup>, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e a sua participação, agora ou a qualquer momento.

### **Declaração de consentimento**

Li todas as informações e declaro que tive tempo suficiente para entender as informações acima, e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmando também que recebi uma cópia deste formulário de consentimento. Compreendo que sou livre para me retirar do estudo em qualquer momento, sem qualquer penalidade. Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade e sem reservas para participar como entrevistado deste estudo.

---

Nome da(o) participante (em letra de forma)

---

Assinatura da(o) participante

Data e Local: \_\_\_\_\_

<sup>16</sup> **Pesquisadora:** Mariana Jária Martins, Mestranda. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), Departamento de Ciências Administrativas, Campus Pampulha. Telefone: (35) 99734-6587.

<sup>17</sup> **Orientador:** Prof. Rafael Diogo Pereira, Dr. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), Departamento de Ciências Administrativas, Gabinete 4067, Campus Pampulha. Telefone: (31) 3409-7042.

## **APÊNDICE B – Proposta de Pesquisa Apresentada ao Grupo MOBI**

**Histórias de vida e *práxis* da luta:** A autoidentificação das sujeitas de um grupo de mulheres rurais

### **RESUMO**

Quando pensamos em como nos constituímos enquanto sujeitos e sujeitas de nosso contexto social, somos perpassados por questões ligadas à cultura, a política, a economia e a própria sociedade. Por isto, pensando na autoidentificação das sujeitas de um grupo de mulheres rurais, o presente trabalho alinha as relações de gênero e poder às relações patriarcais ao se pensar como as mulheres, quanto sujeitas do feminino são sujeitadas e constituídas numa sociedade permeada pela separação do espaço público e do privado e das unidades produtiva e reprodutiva de produção, ocasionando na sua invisibilidade e no seu trabalho na agricultura familiar como “ajuda”. Toda esta conjuntura tem seu cerne na economia do sistema capitalista de produção, com a origem da propriedade privada e da relação estabelecida entre o poder e o saber. Pensar nestas mulheres da MOBI quanto sujeitas do seu contexto sociocultural na agricultura familiar, é pensar nas suas histórias de vida e na *práxis* da

luta que a constituíram em um coletivo de mulheres rurais. Por uma genealogia de gênero, rompendo a visão essencialista e dicotômica do fundacionalismo biológico, a construção da performatividade de gênero e das sujeitas pelos modos de sujeição. Com foco nas sujeitas da pesquisa, o grupo MOBI- Mulheres Organizadas Buscando Independência- é um coletivo de cerca de 30 mulheres, dentre elas produtoras de rosas orgânicas, de artesanatos com subprodutos do café e cafeicultoras, estas totalizando cerca de 13 produtoras. As produtoras do café se mobilizaram e formaram o grupo como forma de romper com a invisibilidade e caracterização como “ajuda” do seu trabalho na agricultura familiar. De modo a compreender melhor o contexto do grupo e a constituição das sujeitas da e na MOBI, faz-se o uso de metodologias de pesquisa qualitativa, de modo a se ter uma maior vivência da vida das sujeitas e de suas realidades, como a história de vida, entrevistas semiestruturadas, alinhadas à observação participante e à pesquisa de campo, diário de campo; deste modo, ter-se-á o acompanhamento da vivência na agricultura familiar e de eventos e afins que fazem parte da realidade do coletivo das agricultoras. Atrelando o teórico à prática da pesquisa, é que se busca compreender a construção social e cultural das mulheres da e na MOBI quanto sujeitas de vivências diversas e da vivência do coletivo em si.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relações de gênero e poder. Relações patriarcais. Poder-saber. Constituição das sujeitas. Sujeição. MOBI.

**Problema de pesquisa:** Como são constituídas as sujeitas da e na MOBI?

**Objetivo geral:** Compreender a produção das sujeitas da e na MOBI.

**Objetivos específicos:**

- Evidenciar os discursos construídos, produzidos e reproduzidos pelo grupo e a partir da MOBI, de modo a compreender as formações discursivas e os regimes de verdade presentes em seu cotidiano;
- Analisar como as relações de poder são investidas nos contextos de trabalho vivenciados pelas mulheres e seus dispositivos;
- Evidenciar os processos de constituição das sujeitas, analisando seus modos de existir e resistir politicamente a partir da dinâmica estabelecida entre os ambientes doméstico e de trabalho;
- Compreender como se dão as configurações e/ou reconfigurações da divisão sexual do trabalho;

**Metodologia:**

- **Observação participantes e vivência do cotidiano das mulheres (pesquisa de campo):** a proposta inicial do desenvolvimento da pesquisa é fazer um aprofundamento do cotidiano das mulheres, vivendo em um período parte do que

podemos chamar de ser mulher da MOBI. Assim, proponho um período de três meses, podendo variar de acordo com a disponibilidade do grupo ou outras questões. A ideia é conversar com as mulheres e ver aquelas que tem interesse em me receber em suas casas para passar um tempo e, fazer uma rotatividade entre elas. Como parte do cotidiano do trabalho e da casa, estarei naquele ambiente para contribuir nos trabalhos e tarefas que são da rotina das mulheres, de seus trabalhos e de suas casas. Outra questão, é que por ficar na casa das mulheres, estarei fazendo contribuição solidária (em dinheiro) para o meu tempo de estadia.

Os 3 meses, não quer dizer que serão o tempo corrido. Mas a ideia do período é entre julho e setembro. Mas, neste período, estarei indo algumas vezes para minha casa, em Santa Rita de Caldas; Belo Horizonte, para atividades do mestrado; e outras viagens com fins acadêmicos.

A questão da observação participante, também perpassa a minha participação se aprovada, de atividades desenvolvidas pelo grupo MOBI. Como reuniões, viagens, cursos de formação, entre outros. A ideia da observação participante não é de ter espaço de fala nas reuniões e demais atividades do grupo; mas sim, apenas observar, como o próprio nome da metodologia indica, observando as mulheres com base no problema de pesquisa, nos objetivo geral e específicos. Pretendo também, após o tempo de aprofundamento da coleta de dados no tempo especificado, poder ainda, se o grupo concordar, participar das atividades, sempre que possível.

- **Histórias de vida:** A história de vida é uma metodologia com entrevista em profundidade a partir de uma única pergunta. É uma entrevista que não significa que seja realizada em apenas em um dia. Por muitas vezes ter “horas de entrevista”, demanda distanciamento e aproximação por parte da entrevista e da entrevistadora, justamente para reflexão das falas e outras possíveis lembranças da vida, remetendo ao fato de ser mulher. De primeiro, não sei quais mulheres e o porquê as escolher, mas pelo tempo do desenvolvimento do trabalho, proponho que sejam três mulheres.

- **Entrevistas semi-estruturadas:** Com as demais mulheres do grupo que não terão as entrevistas por meio de histórias de vida, proponho a realização de entrevistas semiestruturadas que serão feitas a partir de roteiro a ser montado, coerente com o referencial teórico escolhido e os objetivos geral e específicos. Se, proponho compreender como são produzidas as sujeitas da e na MOBI, é importante que sejam realizadas também entrevistas com homens cooperados e também com mulheres que

são façam parte da cooperativa, sendo estas, cooperadas ou não. Por se tratar de pesquisa qualitativa, a quantidade de entrevistas sem ser com as mulheres da MOBI não desqualifica a pesquisa; pelo contrário, é a riqueza do material e aprofundamento em suas análises que farão seu diferencial. Não há sujeitos e sujeitas do contexto da cooperativa pré-definidos para estas entrevistas. Assim, espero que, a partir da minha presença tanto no cotidiano das mulheres, como da MOBI e da COOPFAM, que eu consiga ter acesso as possíveis pessoas a serem entrevistados e entrevistadas.

**Devolutivas:** A partir do momento que haja harmonia e aceitação por parte do grupo em fazer parte da pesquisa, quanto pesquisadora, eu, Mariana Jária Martins, coerente com a ética de se fazer pesquisa na academia, espero poder ajudar o grupo ao que me for solicitado. Também, convidá-las para a apresentação do projeto entre fevereiro e março de 2019, apresentar para o grupo o trabalho após a aprovação final no ano que vem e, entregar versão online e impressa do trabalho ao grupo.

Declaração

Belo Horizonte, 07 de junho de 2018.

A presente proposta de projeto de dissertação intitulada “**Histórias de vida e práxis da luta:** A autoidentificação das sujeitas de um grupo de mulheres rurais”, feita pela mestrandia Mariana Jária Martins, foi apresentada e aprovada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Administração, no dia 27 de abril de 2018, sob orientação do Professor Doutor Rafael Diogo Pereira (CEPEAD/UFMG), junto a banca examinadora composta pelo Professor Doutor Alexandre de Pádua Carrieri (CEEPAD/UFMG) e pela Professora Doutora Maria de Lourdes Souza Oliveira (PPGDE/UFLA).

---

Rafael Diogo Pereira  
E-mail: [rdp.ufmg@gmail.com](mailto:rdp.ufmg@gmail.com)  
Telefone: (31) 97558-7797

---

Mariana Jária Martins  
E-mail: [marianaj\\_martins@hotmail.com](mailto:marianaj_martins@hotmail.com)  
Telefone: (35) 99734-6587

**APÊNDICE C- Solicitação para acompanhamento das atividades do grupo MOBI em prol do desenvolvimento da pesquisa de mestrado.**

Ofício

Belo Horizonte, 14 de março de 2018.

Assunto: Solicitação para acompanhamento das atividades do grupo MOBI em prol do desenvolvimento da pesquisa de mestrado.

À coordenadora do grupo Mulheres Organizadas Buscando Independência (MOBI),  
Maria Regina Mendes Nogueira

Prezada senhora,

Eu, Rafael Diogo Pereira, docente e pesquisador do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, orientador da mestranda em Administração na linha de concentração Estudos Organizacionais e Sociedade, Mariana Jária Martins, matrícula nº 2017664302, por meio deste, junto à discente, declaro estar ciente e orientando a

pesquisa a ser desenvolvida pela mesma, cujo título do projeto de pesquisa é “O que vem primeiro: ser mulher na agricultura familiar ou ser mulher da MOBI? Histórias de vida e *práxis* da luta da constituição das sujeitas de um grupo de mulheres rurais”, tendo como objetivo *compreender a constituição das sujeitas da MOBI*.

Diante do caráter da pesquisa ser qualitativa, afirmo a importância para o desenvolvimento da mesma, que a pesquisadora acompanhe por meio de observação participante as atividades realizadas pelo grupo, bem como as reuniões mensais, assembleias gerais e reuniões extraordinárias com a diretoria da COOPFAM, afim de analisar a participação das mulheres em tais ambientes. Dentre as atividades do grupo para acompanhamento da pesquisadora, constam as reuniões mensais do grupo, cursos de formação e participação em eventos.

Assim, por meio deste, solicito autorização da pesquisadora, Mariana Jária Martins, para tal acompanhamento. Responsabilizando-me junto à pesquisadora em manter o compromisso ético para o desenvolvimento da pesquisa, bem como respeitar a integridade da COOPFAM e da MOBI em seus espaços de tomada de decisões.

Declaro ainda ter lido e concordado com a proposta da pesquisa de fins acadêmicos, a qual, venho orientando. Afirmo ainda, o compromisso por parte da pesquisadora que, após a qualificação do seu projeto de dissertação, encaminhar à diretoria da COOPFAM e à coordenação da MOBI cópia do projeto de pesquisa.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente,

---

Rafael Diogo Pereira  
E-mail: rdp.ufmg@gmail.com  
Telefone: (31) 97558-7797

---

Mariana Jária Martins  
E-mail: marianaj\_martins@hotmail.com  
Telefone: (35) 99734-6587

**APÊNDICE D - Solicitação para acompanhamento das atividades do grupo MOBI junto à COOPFAM em prol do desenvolvimento da pesquisa de mestrado**

Ofício

Belo Horizonte, 14 de março de 2018.

Assunto: Solicitação para acompanhamento das atividades do grupo MOBI junto à COOPFAM em prol do desenvolvimento da pesquisa de mestrado.

À presidência e vice-presidência da Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM) e à coordenadora do grupo Mulheres Organizadas Buscando Independência (MOBI)

Clemilson José Pereira, Vânia Lúcia Pereira Silva e Maria Regina Mendes Nogueira

Prezado senhor e prezadas senhoras,

Eu, Rafael Diogo Pereira, docente e pesquisador do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, orientador da mestranda em Administração na linha de concentração Estudos Organizacionais e Sociedade, Mariana Jária Martins, matrícula



nº 2017664302, por meio deste, junto à discente, declaro estar ciente e orientando a pesquisa a ser desenvolvida pela mesma, cujo título do projeto de pesquisa é “O que vem primeiro: ser mulher na agricultura familiar ou ser mulher da MOBI? Histórias de vida e *práxis* da luta da constituição das sujeitas de um grupo de mulheres rurais”, tendo como objetivo *compreender a constituição das sujeitas da MOBI*.

Diante do caráter da pesquisa ser qualitativa, afirmo a importância para o desenvolvimento da mesma, que a pesquisadora acompanhe por meio de observação participante as atividades realizadas pelo grupo, bem como as reuniões mensais, assembleias gerais e reuniões extraordinárias com a diretoria da COOPFAM, afim de analisar a participação das mulheres em tais ambientes. Assim, por meio deste, solicito autorização da pesquisadora, Mariana Jária Martins, para tal acompanhamento. Responsabilizando-me junto à pesquisadora em manter o compromisso ético para o desenvolvimento da pesquisa, bem como respeitar a integridade da COOPFAM e da MOBI em seus espaços de tomada de decisões.

Declaro ainda ter lido e concordado com a proposta da pesquisa de fins acadêmicos, a qual, venho orientando. Afirmo ainda, o compromisso por parte da pesquisadora que, após a qualificação do seu projeto de dissertação, encaminhar à diretoria da COOPFAM e à coordenação da MOBI cópia do projeto de pesquisa.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente,

---

Rafael Diogo Pereira  
E-mail: rdp.ufmg@gmail.com  
Telefone: (31) 97558-7797

---

Mariana Jária Martins  
E-mail: marianaj\_martins@hotmail.com  
Telefone: (35) 99734-6587

## APÊNCIDE E – EVENTOS PARTE DA PESQUISA


Evento	Data/Local	Objetivo	Foco nas mulheres/protagonis mo
I Encontro de Mulheres do Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica-SPG Sul de Minas.	23 de fevereiro de 2018/ Assentamento Nova Conquista II, Campo do Meio- Minas Gerais.	Articulação das mulheres do SPG Sul de Minas em prol da autonomia econômica e conscientização delas enquanto integrantes do processo produtivo da agricultura familiar e da comercialização.	Total.
VIII Festa das Sementes Orgânicas e Biodinâmicas do Sul de Minas Gerais	27 de julho de 2018/Inconfidentes, Minas Gerais	Resgate e valorização dos saberes locais e tradicionais. Promoção da segurança alimentar e nutricional.	Oficina: As Guardiãs das Sementes: A importância do Trabalho das Mulheres na Preservação de Sementes Crioulas.
Circuito Mineiro e Agroecologia	Sul 02 de agosto de 2018/Pedralva, Minas Gerais.	Troca e resgate de saberes locais e tradicionais.	Total.

Mutirão e colheita café orgânico	20 de agosto de 2018/Poço Fundo, Minas Gerais.	Troca de saberes e espaço comunitário/coletiv o de trabalho.	Total.
--	--	--	--------

---

Fonte: Elaboração própria (2018).

## APÊNDICE F- REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA PESQUISA



*I Encontro de Mulheres*  
do SPG Sul de Minas

*"Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher"*

**Convite**

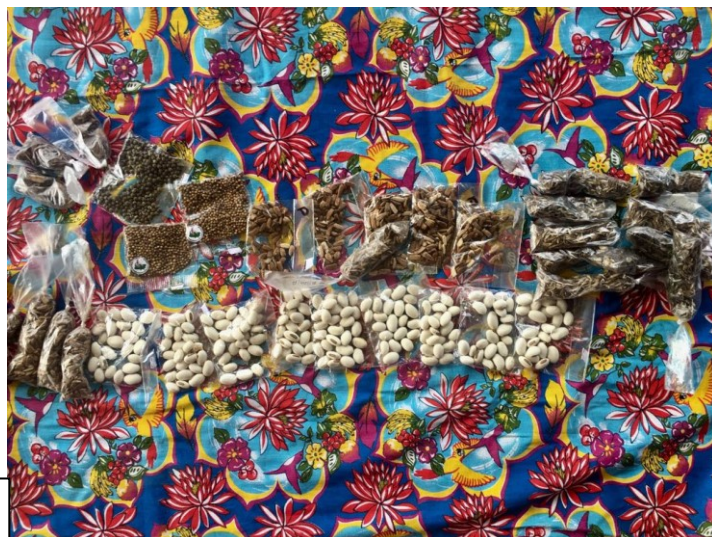
É com muita alegria que convidamos você mulher para participar do "I Encontro de Mulheres do SPG Sul de Minas" que acontecerá dia 23 de Fevereiro de 2018 (Sexta-feira) no Assentamento Nova Conquista II no município de Campo do Meio – MG. O encontro seguirá a seguinte programação:

08h30 – Acolhida com Café Solidário  
09h00 – Mistica de Abertura  
09h15 - Apresentação das participantes e do trabalho coletivo que desenvolvem  
11h00 – Diagnóstico sobre a participação das Mulheres no SPG Sul de Minas  
12h00 – **Almoço**  
13h00 - Visita às instalações do Coletivo de Mulheres "Raízes da Terra"  
Feira de Sementes, Mudas e Alimentos.  
14h00 – Lançando um olhar sobre a participação no SPG Sul de Minas - Os desafios da participação das mulheres  
15h00 – Sistematização e Planejamento das ações  
16h30 – Encerramento com Café Solidário

B



C



D



E





Fotografia 1 – I Encontro de Mulheres do Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica – SPG Sul de Minas. 23 de fevereiro de 2018, Assentamento Nova Conquista II – Campo do Meio, MG

- A) Convite I Encontro de Mulheres do SPG Sul de Minas – Fevereiro 2018
- B) As mulheres conhecendo a propriedade do Assentamento Nova Conquista II. À frente de branco, uma das mulheres do Grupo MOBI
- C) Troca de sementes crioulas
- D) Visita ao espaço das plantas medicinais do coletivo de mulheres Raízes da Terra
- E) Participação no diagnóstico sobre a participação das mulheres no SPG Sul de Minas

FONTE: IFSULDEMINAS (2018); Imagens autorais da pesquisa (fev. 2018)

**1ª CAMINHADA AGROECOLÓGICA**  
MULHERES DA COOPFAM:  
CONSTRUINDO E  
VALORIZANDO NOSSOS SABERES

...um passo a favor da natureza...

Por favor, confirme sua presença até dia 09/05/2018 (4ª feira)!

**REALIZAÇÃO:** MOBI COOPFAM

**APOIO:** itcp NEOS EMATER-MG

**Dia:** 11/05/2018 - Sexta-feira  
**Local:** Sítio da D. Maria- Bairro Dourado dos Lopes  
**Horário de início:** 9h00min  
**Saída:** Às 8h00min da COOPFAM (Rua Antônio Cândido Souza, 49)- TRANSPORTE GRATUITO!  
**Inscrições via telefone (Falar com Fernanda):** (35) 9 9913-8352 / (35) 3639-0213

**O QUE VAI TER?**

- ✓ ORAÇÃO INICIAL;
- ✓ CAFÉ DA MANHÃ SOLIDÁRIO (CADA UMA LEVA UM PRATO OU BEBIDA);
- ✓ RODA DE CONVERSA: MULHERES DA COOPFAM: CONSTRUINDO E VALORIZANDO NOSSOS SABERES;
- ✓ CAMINHOS DO CAFÉ: CAMINHADA AGROECOLÓGICA;
- ✓ ALMOÇO;
- ✓ RODA DE CONVERSA SOBRE CRÉDITO AGRÍCOLA PARA MULHERES;
- ✓ CAFÉ DA TARDE SOLIDÁRIO (CADA UMA LEVA UM PRATO OU BEBIDA);

Foto 2 – Convite 1ª Caminhada Agroecológica – Mulheres da COOPFAM: Construindo e Valorizando Saberes – MAIO 2018

Fonte: Elaboração própria (mai. 2018)



Foto 3 - Visita à lavoura de Café Orgânico Feminino. Placa de sinalização dos talhões em que a produção é do Café Feminino COOPFAM.

Fonte: Imagem autoral da pesquisa (maio. 2018)





A



B



C



D





E



F





G



H



I



Foto 4- I Caminhada Agroecológica Mulheres da COOPFAM: Construindo e Valorizando Saberes – MAIO 2018

- A) Início da caminhada agroecológica na lavoura de Café Orgânico Feminino da Bárbara
- B) Troca de saberes com a apresenta da agrônoma da EMATER – MG
- C) Saberes coletivos. Presença de cooperadas, cooperados e colaboradores da COOPFAM. Também estavam presentes integrantes da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Alfenas – Campus Varginha e também, do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA/IFSULDEMINAS)
- D) Eu enquanto pesquisadora, sendo parte da pesquisa
- E) Mulheres do Grupo MOBI trocando experiências entre si
- F) Participantes da I Caminhada Agroecológica Mulheres da COOPFAM: Construindo e Valorizando Saberes – MAIO 2018
- G) Roda de conversa sobre a experiência da I Caminhada Agroecológica
- H) Troca de saberes e aprendizados sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para Mulheres (PRONAF Mulher) – Parte 1
- I) Troca de saberes e aprendizados sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para Mulheres (PRONAF Mulher) – Parte 2

Fonte: Imagens autorais da pesquisa (mai. 2018)

*VIII Festa das Sementes Orgânicas e Biodinâmicas do Sul de Minas Gerais*

LOCAL: Setor de Agroecologia, Inconfidentes - MG  
IFSULDEMINAS - campus Inconfidentes

DATA: 28/07/2018, Sábado, das 8h00 às 18h00

### PROGRAMAÇÃO

8h - Inscrições e café da manhã

8h30 - Abertura da Festa: Coral de Figueira

9h - 10h - Soberania e independência: a importância dos Agricultores na produção de Sementes  
- Vladimir Ricardo Moreira da Rosa

10h15 - 12h00 - Oficinas simultâneas

- 1- Importância das Sementes nos SPGs  
- Pedro Jovchelevich (ABD), Ana Pegorer e Luís Henrique (ABIO)
- 2- Produção de Sementes de Hortaliças  
- Gilmar Garagorry, João Sorriso, Amarildo e Vladimir
- 3- Importância do Trabalho das Mulheres na Preservação das Sementes  
- Aloísia (IF), Luciene, Rosângela, Regina e Yuri (OSM)
- 4- Manejo Ecológico de Solos  
- Leonel Sátiro de Lima (Emater-MG)
- 5- Espiritualidade com as Sementes crioulas e orgânicas  
- Comunidade Figueira.

12h - 12h45 - Almoço

13h - 14h - Visita à Casa de Sementes "Mãe Terra"

14h - 15h - Visita ao campo de sementes (Setor de Agroecologia) (NEA Raiz do Campo)

15h - 18h - Feira de Trocas de Sementes Orgânicas e Biodinâmicas

18h - Encerramento.








**Traga as suas sementes crioulas e Orgânicas para a Feira de Troca de Sementes**

**INFORMAÇÕES:** 35 9 9861 5152 (Vladimir) - 35 9 9964 1266 (Aloísia Hireta) - 35 9 9953 7087 (Luizinho)

**REALIZAÇÃO:**





**APOIO:**



Foto 5 – Convite da VIII Festa das Sementes Orgânicas e Biodinâmicas do Sul de Minas Gerais

Fonte: (Núcleo de Estudos em Agroecologia/IFSULDEMINAS, 2018)

Circuito Sul Mineiro de  
**Agroecologia**



**Realização:**




---

*Como Produzir Cafés Orgânicos e Especiais.*

**Agricultores facilitadores:**  
*Luciene Santos Mota e José Wilson Silva*

**DATA:** 02/08/2018 - Quinta-feira - das 08 às 16h

**LOCAL:** Sítio Alecrim Dourado - Pedralva-MG

**INSCRIÇÕES:** 35 9 9964 1266 ou 35 9 9718 5551  
organicossuldeminas@gmail.com

**CONTRIBUIÇÃO:** Alimentação R\$ 20,00

Não esqueça de levar suas sementes orgânicas e  
crioulas para a FEIRA DE TROCAS e catalogação

**Apoio:**






VAGAS LIMITADAS!

Foto 6- Convite do Circuito Sul de Mineiro de Agroecologia – Agosto 2018

Fonte: (Núcleo de Estudos em Agroecologia/IFSULDEMINAS, 2018)



A



B





C



D



E



F



G

Foto 7 – Registros do Circuito Sul Mineiro de Agroecologia. Pedralva, MG – Agosto de 2018

- A) Troca de saberes entre a agricultora que recebeu o Circuito (à esquerda) e integrante do Grupo MOBI, Bárbara (à direita)
- B) Troca de saberes entre a agricultora que recebeu o Circuito (à esquerda) e integrante do Grupo MOBI (à direita)



- C) Visita ao terreiro suspenso de café – parte 1
- D) Visita ao terreiro suspenso de café – parte 2
- E) Visita ao terreiro suspenso de café – parte 3
- F) Participantes do Circuito Sul Mineiro de Agroecologia – Agosto de 2018
- G) Sendo parte da pesquisa, junto à agricultora que recebeu o Circuito Sul Mineiro de Agroecologia em sua propriedade na Zona Rural de Pedralva, MG

Fonte: Imagens autorais da pesquisa (ago. 2018)

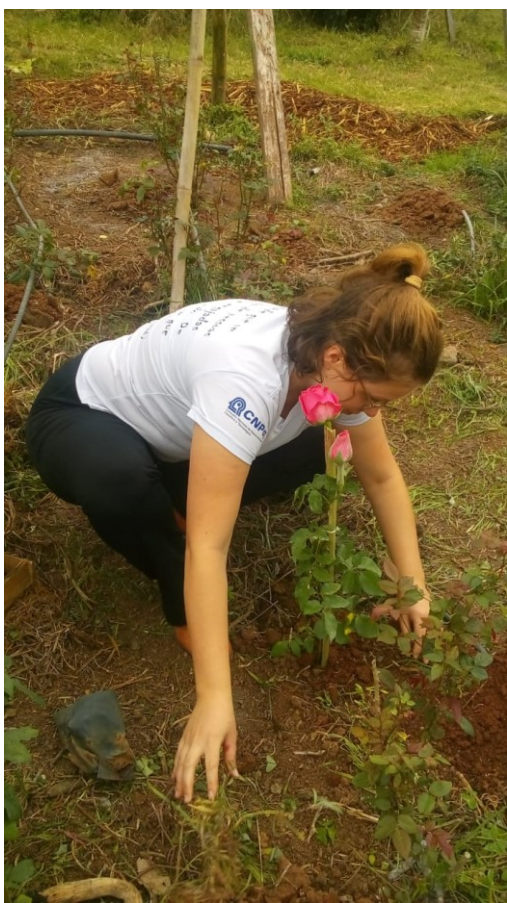






Foto 8 – Plantação de rosas orgânicas – Agosto de 2018 – Propriedade da Roberta

- A) Sendo parte da pesquisa – Parte 1
- B) Sendo parte da pesquisa – Parte 2
- C) Roberta plantando rosas – Parte 1
- D) Roberta plantando rosas – Parte 2
- E) Roberta plantando rosas – Parte 3

Fonte: Imagens autorais da pesquisa (ago. 2018)





A



B



D





C



D



E



F



G

Foto 9 – Mutirão de colheita de Café Orgânico Feminino na propriedade da Roberta – Agosto de 2018

- A) Sendo parte da pesquisa – Colhendo café - Parte 1
- B) Sendo parte da pesquisa – Colhendo café - Parte 2
- C) Roberta preparando o café para a peneira
- D) Roberta limpando o café
- E) Bárbara abanando o café



- F) Barbará Ensacando o café
- G) Anita “apanhando” café
- H) Anita limpando o café

Fonte: Imagens autorais da pesquisa (ago. 2018)



Foto 10 – Puxando o pano no mutirão de colheita do café orgânico feminino

Fonte: Imagem autoral da pesquisa (ago. 2018)





Foto 11 – Mutirão de colheita de Café Orgânico Feminino na propriedade da Roberta – Agosto de 2018

- A) Uma caminhada na lavoura de café orgânico feminino
- B) Trocas de saberes
- C) Hora do almoço, fazendo o “quilo”

Fonte: Imagens autorais da pesquisa (ago. 18)





A



B



C



D





Foto 12 – Preparação do café no terreiro – Propriedade da Roberta – Agosto de 2018

- A) Lavagem do café
- B) Escorrendo o café
- C) Despejando o café no terreiro
- D) Fazendo os “montes” de café no terreiro
- E) Virando café no terreiro – Parte 1
- F) Virando café no terreiro – Parte 2

Fonte: Imagens autorais da pesquisa (ago. 2018)



Foto 13 – Pesquisadora em ação

Fonte: Iara, integrante do Grupo MOBI (set. 2018)



## PROJETO ARAUCÁRIA VIVA

Realização: Aliança em Prol da APA da Pedra Branca  
Apoio: Japan Fund of Global Environmental (JFGE)



## MUTIRÃO BIODINÂMICO

**Local:** Sítio Coqueiral - Caldas **Data:** 10/09/18 **Horário:** 6h30 às 17h

### Você sabe o que é agricultura biodinâmica?

Venha conhecer técnicas e trocar experiências sobre práticas agrícolas, caldas e preparados!!!

### O que levar para o mutirão?

Traga enxada e enxada e uma ferramenta de sua preferência! Não esqueça: camiseta manga comprida, sapato fechado, boné ou chapéu.

### Programação

- 6h30** Café da manhã
- 7h** Apresentação - Agricultura Biodinâmica: O organismo agrícola;
- 8h30** Práticas orgânicas e biodinâmicas. Os quatro elementos: terra, água, fogo e ar.
- 13h** Almoço agroecológico.
- 14h** Oficina de tecnologias orgânicas e biodinâmicas
- 16h** Avaliação do dia
- 17h** Lanche e encerramento

### Confirme presença!!

Uschi (35) 9.9864-7438;  
Samira: (35) 9.9846-7579;  
Jonathas: (35) 9.9868-1856



Foto 14 – Convite mutirão biodinâmico

Fonte: Aliança em Prol da APA da Pedra Branca (set. 2018)



A



B



B



C



D



Foto 15 – Participação no mutirão biodinâmico em setembro de 2018

- A) Trocas de saberes
- B) Participação na construção do composto
- C) Observando a horta
- D) Preparando o composto – Parte 1
- E) Preparando o composto – Parte 2

Fonte: Imagens autorais da pesquisa (ago. 2018)



A



B



C



D

Foto 16 – Reunião do Grupo MOBI em setembro de 2018 – Finalização da pesquisa

- A) Participantes da reunião – Parte 1
- B) Participantes da reunião – Parte 2

- C) Participantes da reunião – Parte 3
- D) Participantes da reunião – Parte 4

Fonte: Imagens autorais da pesquisa (set. 2018)